



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Stefanie Cavalcanti Freire

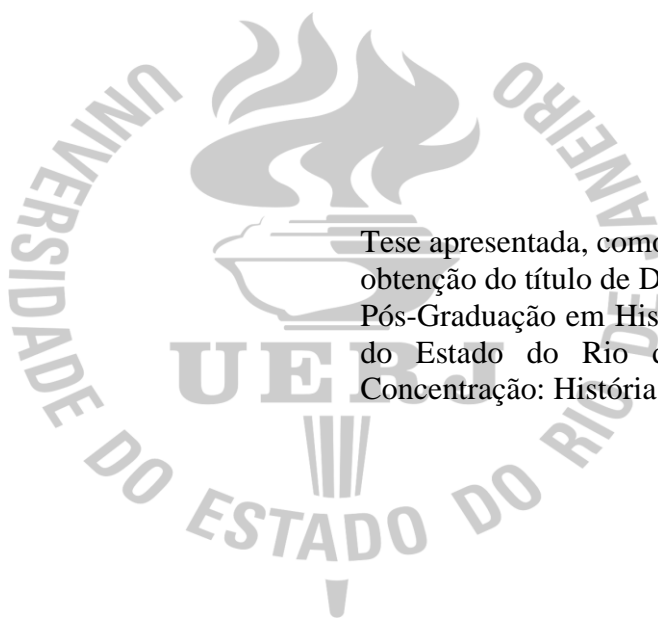
**Biografia de uma biblioteca: o caso do Instituto Histórico e Geográfico  
Brasileiro (1838-1938)**

Rio de Janeiro

2023

Stefanie Cavalcanti Freire

**Biografia de uma biblioteca: o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1938)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

F866 Freire, Stefanie Cavalcanti.  
Biografia de uma biblioteca: o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1938) / Stefanie Cavalcanti Freire. – 2023.  
183 f.

Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães.  
Coorientadora: Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Biblioteca – Teses. 2. Bibliotecas especializadas – História – Teses. 3. Bibliotecários – História – Teses. I. Guimarães, Lucia Maria Paschoal, 1946-. II. Ferreira, Tânia Maria Bessone da C. (Tânia Maria Bessone da Cruz), 1949-. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 026 (091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Stefanie Cavalcanti Freire

**Biografia de uma biblioteca: o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1938)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Aprovada em 22 de agosto de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Coorientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Icleia Thiesen  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Juvêncio  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Antonio Edmilson Martins Rodrigues  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2023

## **DEDICATÓRIA**

A Zones, por tudo!

## AGRADECIMENTOS

Não cheguei aqui sozinha; tive o apoio de pessoas que acreditaram mais em mim do que eu mesma. Agradeço ao meu esposo, Luiz Rogério Franco Goldoni, pela parceria ao longo não apenas desta jornada!

A professora Lucia Guimarães que me recebeu em sua casa quando eu nem era sua orientanda. Obrigada pelas conversas e palavras de incentivo, de ânimo, pelas aulas maravilhosas!

A querida professora Tania Bessone, presença constante. Nenhuma palavra pode exprimir o quanto lhe sou grata!

A professora Icléia Thiesen, pela generosidade desde a época do mestrado. Ao professor Antonio Edmilson, pela gentileza e contribuições ofertadas durante a banca de qualificação deste trabalho. A professora Marcia Gonçalves e professor Juvêncio.

Aos colegas do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO, em especial: Daniele Achilles, pelas conversas compartilhadas com o querido Durval no início da pesquisa sobre o IHGB. Vinícius Tolentino, pela companhia, pelos sorrisos alegres e tristes. Jaqueline Barradas e Iraci, amigas que a Universidade me deu. Dayane Prudêncio, por torcer sempre por mim. A professora Ana Virginia Pinheiro. Ao Fabiano Cataldo, exemplo de pesquisador.

A minha família que vive distante, mas está sempre em meu coração: Painho, obrigada por me ensinar que o conhecimento faz a diferença, que o homem é o produto do meio; minha mãe, Iraci! Meus irmãos Iêdo, Lurdinha e Iris. Minhas sobrinhas Alice e Carol. Agradeço à Mary, cunhada querida.

Laura Klemz, irmã que a UNIRIO me deu, grata pelo amor, respeito e generosidade, acho que tudo isso foi herança da doce Miriam.

Gilza, obrigada pelo apoio!

Querida e amada Florência!! você sempre estará presente na minha vida!

Obrigada Natalina, Sol e Rosane. Grata Rosângela Von Helde, chefe amada que fez diferença na minha trajetória. Rosângela Coutinho, pelo carinho.

Agradeço à Terezinha Fontenele, uma mãe que a vida me deu. Obrigada por me apresentar os museus, os teatros, as bibliotecas! Obrigada por me ensinar que o conhecimento ocupa espaço.

Agradeço aos funcionários do IHGB, pela acolhida! A Biblioteca Nacional, a Casa de Rui Barbosa, o Real Gabinete Português de Leitura, Oliveira Lima Library e a UNIRIO, minha segunda casa.

A memória de todos os funcionários do Instituto, em especial, aos bibliotecários e bibliotecárias que tanto fizeram para salvaguardar documentos!!

Obrigada, querida UERJ!

## RESUMO

FREIRE, Stefanie Cavalcanti. *Biografia de uma biblioteca: o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1938)*, 2023. 183 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta tese tem como objeto de investigação a biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Buscou-se apreender e analisar a formação e o desenvolvimento da biblioteca, entre 1838 e 1938. A primeira data corresponde à fundação do Instituto; a segunda marca o centenário de sua criação. A partir das atas e relatórios do Instituto, publicados na *Revista* da agremiação, observou-se que a biblioteca foi um elemento fundamental para a consecução da missão social do IHGB. Foram analisadas a dinâmica relativa ao financiamento das atividades da associação, principalmente, às concernentes à biblioteca. Apesar de ser uma instituição privada, recursos e dotações públicas foram fundamentais para a criação e expansão da biblioteca do IHGB. O IHGB conseguiu as benesses públicas por intermédio da atuação de seus sócios: agentes públicos e personalidades da sociedade que atuaram no Estado em favor do Instituto. O principal benfeitor da biblioteca do IHGB foi D. Pedro II. O Monarca doou livros, manuscritos e mapas; e aparelhou a biblioteca mediante a compra de mesa de estudos, estantes e armários. Uma das maiores doações ocorreu após a queda do seu regime: o ex-Monarca doou parte de seu acervo particular para a biblioteca do Instituto. Durante os primeiros anos da República, o Instituto enfrentou dificuldades. As dotações orçamentárias do novo governo foram reduzidas; além da crise financeira, a instituição era desfavorecida por ser associada ao Império. A situação foi sentida na biblioteca: não havia funcionários, mobiliário adequado para acondicionar o acervo, e recursos para compra de documentos e coleções para a memória da história e geografia pátria; ademais, a falta de espaço e mobiliário adequado fazia com que obras fossem deterioradas por insetos. A situação melhorou quando o Instituto se aproximou do governo republicano e passou a novamente contar com verbas públicas. Foi na presidência do barão do Rio Branco, e após, sua morte, do conde de Afonso Celso que o Instituto Histórico pleiteou importantes remodelações para secretaria, biblioteca, arquivo e museu, mas, isso graças à atuação do 1º secretário perpétuo do IHGB, Max Fleiuss. Constatou-se que sem o financiamento público, a biblioteca do IHGB não conseguiria reunir seu acervo e se manter em funcionamento no período analisado.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Reinado. República.

História das bibliotecas. Bibliotecários.



## ABSTRACT

FREIRE, Stefanie Cavalcanti. *A Library's Biography: The Case of the Brazilian Historical and Geographic Institute (1838-1938)*, 2023. 183 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This thesis investigates the library of the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB). We aimed to comprehend and analyze the formation and development of the library between 1838 and 1938. The first date corresponds to the foundation of the Institute, while the second marks the centennial of its establishment. Through the minutes and reports of the Institute published in the association's journal, we observed that the library played a fundamental role in fulfilling the IHGB's social mission. We analyzed the dynamics related to financing the association's activities, particularly those concerning the library. Despite being a private institution, public resources, and allocations were crucial for the IHGB library creation and expansion. The IHGB obtained public benefits through the involvement of its members: state agents and prominent figures in society who acted on behalf of the Institute within the State. The principal benefactor of the IHGB library was D. Pedro II. The monarch donated books, manuscripts, and maps, and equipped the library by purchasing study tables, shelves, and cabinets. One of the most important donations occurred after the downfall of his regime, as the former monarch donated part of his personal collection to the Institute's library. During the early years of the Republic, the Institute faced difficulties. The new government reduced its budgetary allocations. Besides the financial crisis, the institution was disadvantaged due to its association with the Empire regime. This situation affected the library: there were no staff members, suitable furniture to store the collection, or resources to acquire documents and collections related to the memory of national history and geography. Furthermore, the lack of space and appropriate furniture led to the deterioration of pieces due to insects. The situation improved when the Institute established closer ties with the Republican government and once again received public funds. During the Baron do Rio Branco presidency, and after his death, Count Afonso Celso's presidency, the Historical Institute advocated for significant renovations to its secretariat, library, archive, and museum. This was made possible through the efforts of the IHGB's 1st perpetual secretary, Max Fleiuss. We found that without public funding, the IHGB library would not have been able to assemble its collection or sustain its operations during the analyzed period.

Keywords: Brazilian Historical and Geographical Institute. Second Reign. Republic.

History of libraries. Librarians.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Doações de documentos ofertados ao Instituto Histórico (1839-1848).....	33
Gráfico 2 - Doações de impressos para a biblioteca do IHGB entre 1861-1871..	42
Gráfico 3 - Doações de impressos para a biblioteca do IHGB entre 1872-1881.....	43
Gráfico 4 - Impressos/Manuscritos/Mapas/Medalhas etc.....	45
Gráfico 5 - Participação percentual da Revista do IHGB nas despesas totais (1860-1889).....	60
Gráfico 6 - Participação percentual de compra de documentos nas despesas totais (1865-1889).....	61
Figura 1 - Folha de rosto do Catálogo dos livros da Biblioteca do IHGB – 1860.....	67
Figura 2 - Divisão do Catálogo dos livros da Biblioteca do IHGB – 1860.....	68
Figura 3 - Categorias dos livros: comum, raros e raríssimos.....	70
Figura 4 - Bibliotecário José Viera Fazenda 1898-1917.....	106
Figura 5 - Bibliotecária Lucia Furquim Lahmeyer.....	108
Figura 6 - Inauguração do retrato da bibliotecária do IHGB - Lúcia Furquim Lahmeyer – na sala de leitura do mesmo Instituto, em 6 de julho de 1932.....	109
Figura 7 - Catálogo de manuscritos do Instituto Histórico.....	111
Figura 8 - Catálogo de manuscritos do Instituto Histórico. Ordem alfabética...	112
Figura 9 - Descrição do Catálogo de 1889 realizada por Vieira Fazenda na Revista do IHGB de 1911.....	114
Figura 10 - Catálogo das cartas geográficas do Instituto Histórico.....	115
Figura 11 - Catálogo das cartas geográficas do Instituto Histórico.....	117
Figura 12 - Catálogo dos livros da Biblioteca do IHGB.....	118
Figura 13 - Volumes repetidos no catálogo de 1893.....	121
Figura 14 - Arranjo físico da coleção.....	122
Figura 15 - Max Fleiuss.....	124
Figura 16 - Boletim para consulta	129
Figura 17 - Salão da Biblioteca do IHGB no Paço da Cidade (1907).....	130
Figura 18 - Ex-Libris do IHGB.....	134
Figura 19 - Planta da fachada o edifício ocupado pelo IHGB.....	138
Figura 20 - Silogeu Brasileiro, situado à Praia da Lapa nº 4 e atualmente Avenida Augusto Severo, n. 4.....	143
Figura 21 - IHGB – Salão de Leitura da Biblioteca.....	149

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Doações de impressos para a biblioteca do IHGB entre 1852-1860.....	38
Tabela 2 -	Doações de impressos para a biblioteca do IHGB entre 1861-1871.....	42
Tabela 3 -	Representatividade das dotações governamentais na receita total do IHGB (1839-1889).....	49
Tabela 4 -	Classes.....	69
Tabela 5 -	Distribuição das obras por idioma.....	69
Tabela 6 -	Ofícios recebidos e expedidos pela secretaria do IHGB (1918-1938).....	146
Tabela 7 -	Dados estatísticos de frequentadores nas dependências do IHGB (1918-1938).....	147
Tabela 8 -	Arquivo do IHGB: documentos adquiridos e ofertados (1918-1938).....	149
Tabela 9 -	Biblioteca do IHGB: livros doados e comprados (1918-1938).....	154
Tabela 10 -	Biblioteca do IHGB: encadernação e reencadernação (1918-1938).....	155

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Orçamento do IHGB ano fiscal 1839-1840.....	51
Quadro 2 -	Previsão de orçamento do IHGB ano fiscal 1840-1841.....	52
Quadro 3 -	Orçamento do IHGB ano fiscal 1840-1841.....	54
Quadro 4 -	Previsão de orçamento do IHGB ano fiscal 1841-1842.....	55
Quadro 5 -	Relação das áreas temáticas.....	119

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 UMA BIBLIOTECA NOS SALÕES DO PAÇO IMPERIAL.....</b>	<b>24</b>
1.1 <b>Seleção, aquisição e divulgação de documentos: O modus operandi do IHGB.....</b>	<b>27</b>
1.2 <b>A importância das dotações imperiais no orçamento do IHGB (1839-1889): compra de livros, manuscritos e mapas.....</b>	<b>48</b>
1.3 <b>O primeiro catálogo publicado pelo IHGB e seu bibliotecário.....</b>	<b>64</b>
1.4 <b>O funcionamento da biblioteca.....</b>	<b>72</b>
<b>2 PERCALÇOS E ATRIBUIÇÕES DE UMA BIBLIOTECA VINCULADA AO “REGIME POLÍTICO DEPOSTO”.....</b>	<b>76</b>
2.1 <b>Descaminhos e necessidade de organização dos acervos.....</b>	<b>77</b>
2.2 <b>Doação da Biblioteca Particular Privada de D. Pedro II.....</b>	<b>83</b>
2.3 <b>A contribuição de Henri Raffard à biblioteca do IHGB (1892-1906).....</b>	<b>96</b>
2.4 <b>O bibliotecário José Vieira Fazenda e seu legado ao IHGB (1898-1917).....</b>	<b>101</b>
2.5 <b>Catálogos das coleções do IHGB.....</b>	<b>110</b>
<b>3 NOVO ESPAÇO: BIBLIOTECA REABILITADA NO SILOGEU BRASILEIRO.....</b>	<b>124</b>
3.1 <b>O percurso inicial de Max Fleiuss no Instituto.....</b>	<b>126</b>
3.2 <b>Do Paço da Cidade ao Silogeu.....</b>	<b>135</b>
3.3 <b>A biblioteca do IHGB no Silogeu Brasileiro.....</b>	<b>144</b>
3.4 <b>A biblioteca e a comemoração do Centenário do IHGB.....</b>	<b>157</b>
3.5 <b>A biblioteca do IHGB como espaço de sociabilidade.....</b>	<b>160</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>168</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>173</b>

## INTRODUÇÃO

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) é uma instituição cultural privada, fundada em 21 de outubro de 1838, na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de políticos e intelectuais empenhados com o projeto de construção de uma história nacional. Para atender a esse propósito, o Instituto se engajou em coletar documentos históricos e geográficos espalhados pelas Províncias e Europa, desta forma, amealhou um acervo monumental. Hoje em dia, a biblioteca ultrapassa a casa dos 500.000 volumes. A Hemeroteca tem cerca de 5.120 títulos e 102.656 fascículos de periódicos nacionais e estrangeiros. Já o arquivo e o setor de iconografia reúnem mais de 160.0000 peças e constituem um dos mais conceituados centros de documentação da América Latina (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 2023, *on-line*). O progressivo crescimento da biblioteca e dos acervos do Instituto se deve, principalmente, à incorporação de documentos doados pelos sócios do IHGB e de cópias realizadas no exterior por iniciativa do Instituto.

Desde o início de sua fundação, a agremiação contou com o patrocínio imediato do governo Imperial para financiar missões de pesquisadores encarregados em investigar e copiar acervos na Europa que pudessem interessar a história e a geografia do país recém independente. Entretanto, com o advento da República, “[o] Instituto Histórico parecia caminhar para a insolvência” (GUIMARÃES, 2006, p. 22). A situação política afetou não apenas a Instituição, mas a própria biblioteca e seus usuários: “cumpramos confessar a verdade e dizer que tudo tem corrido ultimamente com notável frieza, sem que a nossa biblioteca tenha sido tão concorrida como fora nos anos anteriores” (RIHGB, 1890, p. 400).

Lúcia Guimarães (2006, p. 23) afirma que “na ótica dos recém-chegados ao poder, o Instituto Histórico representava uma herança típica do *ancien-régime*. Tanto assim, que houve até quem cogitasse extingui-lo”. De certa forma, a memória dessa entidade civil privada se confundia com a história do próprio Estado Imperial; este patrocinava e “protegia” o Instituto, na figura do próprio Imperador.

Por outro lado, era evidente, já à época, que a história imperial seria inseparável da história nacional. Neste ponto, o fato do IHGB ser “guardião da história oficial, tipo de associação sábia” ou “A casa da Memória Nacional” (GUIMARÃES, 2011, p. 21), fez, aos poucos, que as ressalvas e resistências que os novos ocupantes do poder tinham com a Associação diminuíssem. Ademais, era fundamental “organizar e coligir” a história

do novo regime. Com isso, o Instituto continuou a receber aportes dos governos republicanos.

A biblioteca do IHGB faz parte de uma sociedade científica cujo objetivo principal consiste em ordenar, guardar e divulgar os documentos de interesse não somente de um determinado grupo social. Conforme Schwarcz (1993, p. 129), o estabelecimento deveria “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”. Logo, conforme Anderson (2008) e Gellner (2000), o Instituto pode ser interpretado como um elemento de “criação” da identidade nacional.

A biblioteca pode ser vista como um meio fundamental para atingir os objetivos propostos pelo IHGB. Representa uma tentativa de afirmação e legitimação da história nacional; lugar de consolidação e enaltecimento dessa história. A biblioteca demarcou espaço e ganhou respeitabilidade nacional; “foi o principal centro de pesquisa histórica no país até as três primeiras décadas do século XX (ANAIS DO I SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1975 apud GUIMARÃES, 2011, p. 26).

Este trabalho tem como objetivo apreender e analisar a formação e desenvolvimento da biblioteca do Instituto Histórico Geográfico (IHGB), entre 1838 e 1938. A primeira data corresponde à fundação do Instituto; a segunda marca o centenário de sua criação.

Uma vez que uma biblioteca não é “simplesmente” um “amontoado” de obras coligidas e reunidas ao “acaso”, e que uma biblioteca tem propósitos sociais, a tese se orienta pelos os seguintes objetivos específicos: (i) analisar a criação, missão e desenvolvimento do IHGB; (ii) demonstrar e analisar como a biblioteca é elemento fundamental para a consecução da missão social do Instituto; (iii) analisar a dinâmica relativa ao financiamento das atividades do Instituto, principalmente às relativas à biblioteca; (iv) averiguar e analisar os processos de formação do acervo da biblioteca, mediante doações e compras; (v) compreender as relações entre os membros do IHGB e a biblioteca; (vi) analisar a biblioteca do IHGB como espaço de sociabilidade da elite política, acadêmica e cultural brasileira.

O estudo ora apresentado parte das seguintes hipóteses: (H1) Apesar de ser uma instituição privada, recursos e dotações públicas foram fundamentais para a criação e expansão da biblioteca do IHGB; sem o financiamento público, a biblioteca do IHGB não conseguiria reunir seu acervo e nem manter em funcionamento no período analisado; H2) O IHGB conseguiu benesses do governo por intermédio da atuação de seus sócios:

agentes públicos e personalidades da sociedade que atuaram no Estado em favor do Instituto.

Frisa-se que o Instituto Histórico foi estudado por diferentes prismas, contudo, um aspecto da sua história ainda não foi explorado: sua biblioteca.

Entende-se que a história da biblioteca do IHGB confunde-se, de certa forma, com a própria “construção” da história nacional e, em última instância (e como consequência), com a própria “construção da nação”. Renan (2011) ao dissertar sobre “o que é uma nação” conclui que nação não é “sinônimo” de território, raça e/ou religião; trata-se de um sentimento renovado em “plebiscitos diários”. Anderson (2008) diz que a “imaginação dessa comunidade” está intrinsicamente relacionada ao chamado “capitalismo de imprensa”, visão compartilhada por Gellner (2000), Bauer (2000) e Hroch (2000). Anderson sustenta a importância dos jornais impressos para a visualização da comunidade - mediante a percepção de fatos comuns - e dos romances que exaltam a história e figuras heroicas nacionais. Logo, uma biblioteca pode ser interpretada como o receptáculo e guardiã de “constructos nacionais”.

Assim como o “censo, mapa e museu” (ANDERSON, 2008), uma biblioteca pode ser entendida como elemento essencial para a construção da história nacional ao elencar um livro em detrimento de outro, uma visão de mundo (ou de história) em ao invés de outra. Dessa forma, a análise da incorporação do acervo da biblioteca do IHGB pode evidenciar como esta instituição contribuiu para a criação do sentimento nacional em um país recém-independente.

Lucia Guimarães dedicou trabalhos à história do Instituto. No livro “Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1989)”, a pesquisadora demonstrou como o IHGB forjou a memória nacional. A autora estudou a estrutura da instituição, o funcionamento e a composição de seus quadros sociais, além das contribuições historiográficas e documentais publicadas na Revista do Instituto. Ela se valeu da documentação oficial do IHGB: manuscritos formados por atas de sessões ordinárias, relatórios e correspondência oficial. A historiadora ainda mencionou o precioso acervo do arquivo e da biblioteca como subsídios para as pesquisas dos usuários sem, contudo, se debruçar sobre a história da biblioteca, o que fugia do objetivo de seu trabalho.

A historiadora também publicou a obra “Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico (1889-1938)”. Neste livro, trabalhou os percalços e progressos



vivenciados pelo Instituto com a queda do Império. A pesquisadora identificou marcos importantes na história da instituição:

a passagem do centenário da sua fundação e os desaparecimentos sucessivos de dois associados, cujas histórias de vida se entrelaçam com a do próprio Instituto: Benjamim Franklin de Ramiz Galvão e o conde de Afonso Celso. Eles formaram uma espécie de trindade juntamente com Max Fleiuss, que durante vinte e cinco anos permaneceram à frente do *Silogeu*<sup>1</sup> (GUIMARÃES, 2006, p. 16).

Cabe mencionar que as duas obras supracitadas foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que serviram como alicerces teóricos-metodológicos para investigar o IHGB. Guimarães utilizou como fontes de pesquisa as atas de sessões ordinárias e relatórios apresentados pelos secretários anualmente. Seguindo esses paços, a autora desta tese se debruçou na mesma documentação, assunto abordado mais adiante.

Manoel Luís Salgado Guimarães, no artigo “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, dissertou sobre o projeto historiográfico do IHGB no processo de construção da nacionalidade brasileira. Conforme o autor, o IHGB desempenhou importante papel no pensar e na materialização da história nacional, bem como no “delineamento de um perfil para ‘Nação brasileira’ capaz de lhe garantir uma identidade própria” (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Consoante o autor, no âmbito europeu, o estudo da disciplina História ocorria nos espaços universitários. No Brasil, os reflexos desses debates ocupavam lugar nas relações sociais de um grupo da elite letrada imperial herdeira da tradição iluminista do século XVIII. Esta elite seria a fundadora e frequentadora do Instituto.

Por seu turno, Arno Wehling, em “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, analisou o perfil socioprofissional dos membros fundadores do Instituto. Segundo Wehling (1983), o IHGB resultou do esforço de uma elite política moderada que procurou institucionalizar o país em meio a graves problemas como o desmembramento do país e a escravidão. O autor ainda considera que o cônego Januário da Cunha Barbosa

---

<sup>1</sup> O *Silogeu Brasileiro* foi construído, em 1906, pelo governo federal para abrigar “sociedades dedicadas às letras e à ciência” (HISTÓRIA..., 2003, p. 56). Seu nome foi cunhado pelo ex-diretor da Biblioteca Nacional, o barão de Ramiz Galvão. O palacete reunia várias instituições como a Academia Nacional de Medicina, Academia Brasileira de Letras, Instituto da Ordem dos Advogados e as instalações do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, inaugurado na data do seu septuagésimo aniversário, em 21 de outubro de 1913.

e o visconde de São Leopoldo – fundadores, dentre outros, do IHGB (GUIMARAES, 2011) – comungavam do historicismo em larga circulação na Europa desde o final do século XVIII.

Já o historiador, José Honório Rodrigues nos livros “A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais” e “Teoria da História do Brasil: introdução metodológica”, afirma que os estudos históricos brasileiros são seguidos de iniciativas do IHGB que consolidaram a pesquisa documental no século XIX. Rodrigues também se refere à importância do Instituto na coleta, seleção, classificação e divulgação de fontes da história do país. Ele menciona ainda a importância de pesquisas realizadas por membros do Instituto Histórico nos arquivos e bibliotecas europeias, notadamente, Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond, Francisco Adolpho de Varnhagen, Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa (RODRIGUES, 1978).

Conforme Salgado Guimarães (1988), o IHGB buscou centralizar o discurso sobre o Brasil e para isso adotou medidas para atingir seus objetivos, uma delas foi sugerida em reunião realizada em 1842 “de transformar sua biblioteca em depósito central obrigatório das obras publicadas no Brasil”, contudo a remessa das obras deveria ser depositada na Bibliotheca Imperial e Publica tendo em vista a obrigatoriedade determinada em 1822. Apesar do IHGB não ter essa missão, fica evidente a preocupação institucional com a memória do Brasil.

No artigo “A Century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico”, publicado no *The Hispanic American Historical Review*, em 1953, o estadunidense Rollie Edward Poppino faz uma análise quantitativa do material editado pela *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico*<sup>2</sup>, durante o primeiro século de sua existência. Tal exame foi baseado no índice organizado por Max Fleiuss e não houve uma distinção entre fontes primárias e secundárias, o que resultou em uma representação distorcida da produção chancelada pelo IHGB. O referido artigo foi traduzido e publicado em 1977 na *Revista do Instituto*.

A *Revista do Instituto Histórico Geográfico* atravessou quase todo o século XIX, sendo assim, esse periódico ainda é alvo de vários estudos devido às ideias e atividades do Instituto. A atuação dos membros também é constantemente estudada. A Base de Dados de Teses e Dissertações - BDTD, indexou noventa e nove dissertações e quarenta e quatro teses que versam temáticas sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

---

<sup>2</sup> Daqui por diante denominada apenas de *Revista*.

Contudo, não foi encontrado, até o presente momento, nenhuma pesquisa referente a história da biblioteca do IHGB, bem como a formação e o desenvolvimento de uma das maiores coleções sobre história e geografia do Brasil. O trabalho proposto poderá contribuir para a documentação da memória da biblioteca e, talvez, servir como subsídio para outros trabalhos na mesma temática.

A escolha da biblioteca do IHGB como objeto de pesquisa surgiu da prática de docência, no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Desde 2015, a autora desta pesquisa ministra duas disciplinas: História do Livro e das Bibliotecas I e II; essa última, tem como eixo principal o universo do livro e das bibliotecas no Brasil. Busca-se, no curso, explorar a trajetória de bibliotecas no Império e na República. Para tanto, para o preparo das aulas, a docente coligiu pesquisas sobre diversas bibliotecas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, como a Biblioteca Nacional, Sociedade Germânica, British Subscription Library, Real Gabinete Português de Leitura e a Bibliotheca Fluminense. A ausência de pesquisas sobre a história da biblioteca do IHGB causava crescente incômodo. Ora, por que uma das principais bibliotecas, fundada no Império, não foi objeto de estudo?

Além de preencher essa lacuna, que por si só justificaria a realização deste trabalho, a presente investigação visa contribuir para o universo das práticas culturais em torno do livro e das bibliotecas. Tânia Bessone Ferreira, em *“Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920”*, ressalta o universo das práticas culturais criadas em torno do livro, visto como elemento capaz de estreitar laços sociais, políticos e profissionais. Conforme a autora, uma biblioteca não deve ser vista apenas como um “depósito de livros”, mas como um local de práticas e interações sociais. Estas, por sua vez, são condicionadas à qualidade dos livros reunidos em uma biblioteca e ao acesso que se tem a ela. No caso da presente pesquisa, a biblioteca do IHGB pode ser vista como guardiã e promotora da cultura nacional.

O objeto de investigação situa-se no âmbito da linha de pesquisa Política e Cultura, já que a biblioteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro é fruto de ações, práticas e percepções de homens públicos que dirigiam o país no século XIX. Portanto, é possível pensar a biblioteca do IHGB como “um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Como citado acima, para a execução deste trabalho, as atas das sessões ordinárias e extraordinárias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram exaustivamente analisadas, pois apresentam deliberações tomadas pelos sócios do IHGB e trâmites de

atividades e ações empreendidas na biblioteca. De igual importância foram os relatórios anuais do grêmio do Instituto, já que, na maioria das vezes, oferecem dados importantes sobre a biblioteca com as seguintes informações: relação das obras oferecidas e os nomes dos respectivos doadores; orçamento e despesas da biblioteca.

As atas e relatórios também forneceram importantes subsídios para entender como o acervo evoluiu ao longo do século XIX, além de apresentar dados ora convergentes ora conflitantes. Ambos os documentos desvelaram os caminhos da biblioteca, portanto, constituíram a espinha dorsal da pesquisa. Cabe informar que as atas e relatórios foram publicados na *Revista* desde o primeiro tomo<sup>3</sup> e estão digitalizados<sup>4</sup> e disponíveis no site institucional; é possível, também, acessar todos os volumes impressos na biblioteca do IHGB.

Os papéis oficiais podem servir como uma rica fonte documental, contudo, não são documentos neutros já que foram constituídos para atender uma determinada finalidade de um grupo; portanto, podem forjar ou legitimar ações institucionais. A leitura crítica acurada e circunstanciada desse material, subsidiada pelas publicações da professora Lúcia Guimarães, anteriormente mencionadas, permitiu a cuidadosa utilização desses testemunhos da época.

Uma biblioteca cresce em consonância com os objetivos estabelecidos nos estatutos, desta forma os diplomas legais do IHGB foram igualmente estudados. Buscou-se nesses documentos, bem como nas atas e relatórios, informações relativas à incorporação de livros, gestão, manutenção e desenvolvimento da biblioteca.

A fim de compreender a organização da biblioteca do IHGB também se recorreu aos catálogos publicados pela Instituição, tendo em vista que estes refletem não apenas os valores institucionais, mas a própria evolução da biblioteca no que tange ao inventário, idade e idioma do acervo e a temática das coleções. Os catálogos podem ser entendidos como uma lista ordenada de obras que compõe uma coleção ou biblioteca e apresentam diversas formas de arranjo: por autor, assunto ou são ordenados de acordo com a localização dos livros nas estantes. Os catálogos constituem importante ferramenta para traçar o perfil da biblioteca e de seus leitores. Uma das funções do catálogo é representar

---

<sup>3</sup> A partir do ano de 1852, quando Varnhagen ocupou a primeira secretaria do Instituto, as atas de todas as sessões foram reunidas anualmente e publicadas ao final dos tomos, prática que se tornou regra daí em diante (SANCHEZ, 2003, p. 105).

<sup>4</sup> A digitalização não permite o reconhecimento de caractere óptico, ou seja, não é possível fazer pesquisa por palavra. Desta forma, toda a documentação pesquisada foi lida integralmente.

o acervo através da descrição dos documentos que formam as coleções de uma biblioteca além de servir como instrumento de divulgação do acervo.

Segundo Max Fleiuss (1941, p. 105), rápida foi a formação da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro devido às ofertas numerosas de livros e manuscritos nos primeiros anos de fundação. O acervo cresceu ainda mais quando o IHGB passou a receber proteção governamental. Com o passar dos anos o Instituto viu a necessidade de publicar seus catálogos, o primeiro, como se verá ao longo desta pesquisa, veio à luz, em 1860, ou seja, 22 anos depois da fundação do Instituto.

Frisa-se que a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional foi consultada. Consoante Tania Maria Bessone Ferreira (1999), por intermédio dos jornais tomava-se conhecimento das novidades, das polêmicas, dos índices de utilização de bibliotecas e dos hábitos mais atualizados. Seguindo os passos de Ferreira, no livro “*Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro 1870-1920*”, foi consultado o *Jornal do Commercio*, uma vez que o periódico fazia publicações sobre “doações, ofertas, principalmente daquelas mais significativas nos meios intelectuais e acadêmicos” (FERREIRA, 1999, p. 109), além de trazer crônicas escritas pelos membros do IHGB. A menção ao *Jornal do Commercio* não significa que os demais periódicos da época não foram consultados, apenas que Ferreira já demonstrou que o jornal em questão publicava informações relativas aos espaços culturais cariocas, como as bibliotecas.

O *Almanak Laemmert* foi igualmente consultado, pois descreve informações sobre as instituições do Império. Além de listar os nomes dos bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas, a fonte traz também dados relativos ao horário de funcionamento das bibliotecas e aos serviços oferecidos aos leitores. Importante mencionar que os jornais e o *Almanak* estão digitalizados na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.

Este trabalho se insere no universo das práticas culturais em torno do livro e das bibliotecas. Por conseguinte, com o fito de compreender como outras bibliotecas no Império foram estudadas, buscou-se a tese “Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial”, do historiador Nelson Schapochnik. Por meio da análise de estatutos e catálogos, o pesquisador traçou o perfil de instituições culturais do Império como: Sociedade Germânica, British Subscription Library, Bibliotheca Fluminense, Gabinete Português de Leitura e Biblioteca Nacional. Com a investigação dos relatórios deixados pelo bibliotecário Frei Camillo de Monserrate – que ocupou o cargo de bibliotecário-chefe da Biblioteca Nacional no período de 1853-1870 –

, Schapochnik examinou os projetos e ações empreendidas pelo bibliotecário quanto à distribuição do acervo no espaço da biblioteca e a organização dos livros nas estantes. Schapochnik também empreendeu considerações sobre os dados quantitativos do acervo. Sem dúvida, esse trabalho serviu para olhar a biblioteca do IHGB.

Na tentativa de acompanhar a trajetória dos bibliotecários no IHGB, recorreu-se aos estudos da historiadora Ana Paula Sampaio Caldeiro. No livro, publicado em 2017, “*O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*” – resultado da tese de doutorado de mesmo título defendida em 2015 –, a historiadora acompanhou a trajetória de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, bibliotecário que sucedeu a Frei Camillo de Monserrate como diretor da Biblioteca Nacional no período 1870-1882.

A pesquisa do bibliotecário Fabiano Cataldo intitulada “A Política de Seleção do Real Gabinete Português de Leitura: identificação a partir da compilação de atas e relatórios do período de 1837-1847” também foi analisada a fim de verificar como o autor levantou aspectos da história da biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura.

Os trabalhos acima mencionados privilegiaram a biblioteca como objeto de investigação, sendo assim serviram como espécie de norte para esta pesquisa. Cabe mencionar que a biblioteca do IHGB não é apenas “uma biblioteca”, mas um centro de documentação que engloba o arquivo e museu. A biblioteca do IHGB reunia livros, periódicos, mapas e manuscritos, conforme pode ser percebido na leitura da Ata da Sessão de 16 de fevereiro de 1839: “Fez também leitura de uma carta do Sr. Sigaud, acompanhada de cinco grandes mapas geográficos, na qual ele nos ofertava para a biblioteca do Instituto”. A citação dá indício de que a biblioteca do IHGB funcionava como um “centro de documentação”.

Cabe ressaltar que, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a COVID-19 como uma pandemia. Necessário esclarecer que a elaboração da presente tese de doutorado ocorreu entre fevereiro de 2019 e junho de 2023. Logo, durante a fase de pesquisa documental para a execução desta pesquisa, os acervos físicos das instituições supracitadas estavam fechados ao público.

A biblioteca do IHGB foi parcialmente aberta à consulta pública (mediante agendamento) apenas em abril de 2023. Desnecessário informar que a incapacidade de acessar os acervos impactou sobremaneira a elaboração desta pesquisa. A realização desta somente foi possível por causa da digitalização de todas as edições da revista do IHGB, que contém as atas das reuniões do Instituto.

Em abril, a autora, finalmente, teve acesso à biblioteca do IHGB. Por um lado, conseguiu agregar importantes fontes e informações à pesquisa; por outro constatou que muito poderia ser incorporado, o que não o foi pela limitação temporal imposta para a conclusão deste trabalho. Tais “achados” e informações, certamente, serão aproveitados nas futuras publicações oriundas da presente tese de doutorado.

A tese está dividida em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O primeiro, intitulado UMA BIBLIOTECA NOS SALÕES DO PAÇO IMPERIAL, mostra as estratégias desenvolvidas pelo IHGB para selecionar e adquirir documentos que guardassem imediata relação com sua missão institucional. O capítulo apresenta gráficos que ilustram o crescimento das coleções anualmente, por intermédio das ofertas dos sócios. As dotações orçamentárias governamentais foram imprescindíveis para a manutenção das atividades do IHGB; sendo assim, elas foram representadas em números. Isto possibilitou analisar a importância das subvenções imperiais para a formação do acervo da biblioteca do IHGB, bem como para a “sobrevivência financeira” do Instituto como um todo. Além disso, resgatou-se o primeiro catálogo produzido pelo Instituto e a metodologia aplicada pelo 1º bibliotecário contratado pela agremiação.

O segundo capítulo, PERCALÇOS E ATRIBUIÇÕES DE UMA BIBLIOTECA VINCULADA AO “REGIME POLÍTICO DEPOSTO”, é composto por quatro subseções que evidenciam os percalços da biblioteca em tempos republicanos, como: a necessidade de organização dos acervos; a saga em receber parte da biblioteca particular de D. Pedro II; e a luta do 1º secretário do Instituto, Henri Raffard, para gerir a biblioteca e secretaria no momento em que os novos governantes achavam que a agremiação deveria ser dissolvida, seus livros e manuscritos recolhidos à Biblioteca Nacional e os objetos do Museu encaminhados para o Museu Nacional. Além disso, buscou-se apresentar os catálogos produzidos pelos IHGB, bem como a forma como foram organizados.

O terceiro capítulo, NOVO ESPAÇO: BIBLIOTECA REABILITADA NO SILOGEU BRASILEIRO, refaz a trajetória de Max Fleiuss na gestão da 1ª secretária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fleiuss assumiu a 1ª secretaria em 1906, e se manteve no cargo até 1943, ano de sua morte. Ele acreditava que os serviços prestados pela agremiação estavam em “condições pouco lisonjeiras”. Para melhorar era preciso dotar o Instituto de uma “feição mais moderna e prática”. O desafio era grande. O Instituto ocupava um prédio em ruínas, devido à falta de manutenção a ponto de comprometer a biblioteca. Esta, por sua vez, estava desorganizada e os documentos estavam mal

acondicionados. Além disso, o 1º secretário constatou uma grande falta de manuscritos, livros e objetos do museu. Junto com o bibliotecário Vieira Fazenda, Fleiuss criou um regimento interno e integrou os serviços de secretaria, biblioteca e portaria. Não só, influenciou junto aos parlamentares para trazer recursos financeiros para o Instituto. Sem dúvida, Max Fleiuss foi um dos maiores executivos do Instituto Histórico, prestigiados pelos presidentes barão do Rio Branco, o conde de Afonso Celso e Macedo Soares.



## 1 UMA BIBLIOTECA NOS SALÕES DO PAÇO IMPERIAL

Antônio Cândido, em conferência proferida em 05 de julho de 1989, na solenidade de inauguração da Biblioteca Central da Unicamp, afirmou que para conhecer uma biblioteca é preciso conhecer um pouco da biografia do proprietário<sup>5</sup>. Embora o literato se referisse à biblioteca particular de seu pai, essa abordagem pode ser aplicada para se pensar a biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não se objetiva, contudo, reconstruir a história da Instituição, mas entender o contexto no qual a biblioteca se formou e se inseriu. Afinal, os critérios de seleção para a formação de seus acervos perpassaram por ações empreendidas por intelectuais e políticos empenhados em construir uma história nacional.

O Instituto foi fundado, em 21 de outubro de 1838, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN<sup>6</sup>, no salão do Museu Imperial, local onde a Sociedade Auxiliadora costumava celebrar suas sessões. A proposta de criação foi realizada pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos (RIHGB, 1839). Segundo o estatuto do Instituto, o novo órgão estava comprometido em construir uma história da nação e, para tanto, cumpriria o papel de “coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil” (RIHGB, 1839, t. 1, p. 20). A justificativa para tal empreendimento foi seu “caráter pedagógico, posto que se destinava a ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros” (GUIMARAES, 2011, p. 33). No mais, a “construção” de “uma história da nação” remete ao “censo, mapa, museu”, analisado por Benedict Anderson (2008), como basilares para a formação de uma identidade nacional.

A fundação do IHGB decorreria no momento de afirmação da Independência do Brasil. Portanto, a construção de uma história nacional parecia premente ao projeto de um país que almejava se inserir dentro do contexto das “nações civilizadas”. Engajados no

---

<sup>5</sup> CÂNDIDO, Antônio. “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu”. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ago. 1989.

<sup>6</sup> Instituição criada para promover o progresso da agricultura, lavoura e indústria agrícola no Império do Brasil. A proposta de criação da SAIN foi sugerida a D. João VI, em 1820, por iniciativa de Ignacio Alvares Pinto de Almeida. Devido aos acontecimentos políticos da época, que culminaram na partida da família real, a idealização da Entidade foi interrompida. Após a Proclamação da Independência, Pinto de Almeida renovou o projeto e apresentou suas ideias a D. Pedro I. Acolhida a proposta, a Sociedade foi fundada em 19 de outubro de 1827, na cidade do Rio de Janeiro. A primeira diretoria foi composta pelas seguintes personalidades: Presidente, João Inácio da Cunha, o visconde de Alcântara; Vice-Presidente, Brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim; Secretário, Ignacio Alvares Pinto de Almeida; e Tesoureiro, João Fernandes Lopes (RIHGB, 1911, p. 281).

processo de consolidação do Estado, um grupo formado por 27 personalidades se reuniu com o intuito de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993, p. 129). A agremiação se inspirou no modelo do Institut Historique de Paris (IHP), do qual muitos brasileiros eram sócios<sup>7</sup>.

As historiadoras Lúcia Guimarães (2011) e Cláudia Regina Callari (2001) analisaram a relação dos 27 membros fundadores do IHGB e verificaram que boa parte da composição funcional da agremiação era formada por pessoas ligadas ao aparelho do Estado Imperial. Na relação abaixo, contatou-se conselheiros de Estado, senadores, professores, além de desembargadores, funcionários públicos, militares, um pregador imperial, no caso, Januário da Cunha Barbosa; dois advogados, um comerciante e um engenheiro (CALLARI, 2001, p. 61).

1. Marechal de Campos Francisco Cordeira da Silva Torres Alvim, depois Visconde de Jerumirim, Conselheiro do Estado.
2. José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo, Conselheiro de Estado e Senador do Império.
3. Marechal de Campo Raymundo José da Cunha Mattos, vogal do Supremo Conselho Militar.
4. Conego Januário da Cunha Barbosa, pregador Imperial e cronista do Império.
5. Candido José de Araújo Vianna, depois Marques de Sapucahy, Senador de Estado.
6. Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, engenheiro.
7. Pedro de Alcântara Bellegarde, Marechal de campo e Lente da Academia Militar.
8. Dr. Joaquim Caetano da Silva, professor do Colégio Pedro II.
9. Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, idem.
10. Desembargador José Antonio da Silva Maia, Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, Conselheiro do Estado.
11. Caetano Maria Lopes Gama (Visconde de Maranguape), Senador e Conselheiro do Estado.
12. José Clemente Pereira, Senador e Conselheiro do Estado.
13. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba), Senador do Império.
14. Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

---

<sup>7</sup> O Institut Historique de Paris (IHP) foi fundado em 1834, por François-Eugène Garay de Monglave, com objetivo de se ocupar dos estudos históricos. Tal instituição tinha muitos membros brasileiros, entre os quais pode-se destacar: Antônio Meneses de Vasconcellos Drummond, Ministro do Brasil em Turim; Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda; Francisco do Monte Alverne, pregador oficial do Império do Brasil; Francisco de Sales Torres Homem, secretário da legação brasileira em Paris; Sérgio Teixeira de Macedo, encarregado dos negócios do Brasil em Lisboa; Marcos Antônio de Araújo, encarregado dos negócios do Brasil em Hamburgo; José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo; o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo José Feliciano Fernandes Pinheiro. Esses representantes pertenciam a uma da elite do Império que viam em Paris “um centro intelectual do mundo” (NEVES, 1999, p. 10) e um modelo de civilização para o Brasil. Para saber mais sobre o Institut Historique de Paris (IHP), consulte: CARRARO, Elaine Cristina. O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280861>>. Acesso em 06 de mai. 2020.

15. Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha), Senador e Conselheiro de Estado.
16. Joaquim Francisco Vianna, Senador e Conselheiro.
17. Bento da Silva Lisboa (Barão de Cayrú), Conselheiro.
18. Antonio José de Paiva Guedes de Andrade, chefe da Secretaria dos Negócios do Império, Conselheiro.
19. Alexandre Maria Mariz Sarmento, chefe da Contadoria Geral do Tesouro, Conselheiro.
20. Ignacio Alves Pinto de Almeida, Secretaria da Junta do Comercio.
21. João Fernandes Tavares, Físico-mor (Visconde de Ponte Ferreira).
22. José Antonio Lisboa, Deputado da Junta do Comercio, Conselheiro.
23. José Lino Moura, Contador da Caixa de Amortização.
24. Dr. José Marcellino da Rocha Cabral, advogado.
25. Dr. Antonio Alves da Silva Pinto, advogado.
26. José Silvestre Rebello, Negociante.
27. Thomé Maria da Fonseca, Administrador da Recebedoria do Município (RIHGB, 1911, p. 282-283).

No rol dos fundadores, oito pertenciam a uma geração nascida em Portugal<sup>8</sup>, que se deslocou para o Brasil em virtude das transformações ocorridas na Europa. Esses indivíduos posteriormente “tomaram parte no processo de Independência e ocuparam cargos e funções de destaque no Primeiro Reinado” (GUIMARÃES, 2011, p. 38). Entre os nascidos no Brasil, havia sócios naturais do Rio de Janeiro, das províncias da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Para a historiadora Lucia Guimarães (2011, p. 38), “a procedência de um modo geral reflete o jogo das influências regionais na Corte”.

Os fundadores do IHGB podem ser entendidos como fiéis defensores da Casa de Bragança. “Essa lealdade tenderá inclusive a fortalecer-se com o estabelecimento de um poder monárquico mais centralizado nas mãos de d. Pedro II (SCHWARCS, 1993, p. 134).

A proposta de criação do IHGB foi fruto de ações, práticas e percepções de homens públicos que adotaram a monarquia como forma de governo do país. Eram pessoas que “viviam no centro do *establishment* imperial, a Corte, e formavam a ‘ilha de letrados’ que esteve à frente da literatura e das artes palacianas” (CAMPOS, 2013, p. 48). Dessa parcela, saíram homens que “dirigiram o país até meados do século XIX e que também estiveram à testa do Instituto Histórico” (GUIMARÃES, 2011, p. 40), o que contribuiu, sobremaneira, para a consecução das atividades desenvolvidas pela agremiação. Dessa forma, desde suas origens, verifica-se a presença de homens de Estado dentre as principais personalidades do Instituto. Conforme será visto, em muitos

---

<sup>8</sup>Alexandre Maria Mariz Sarmento, Conrado Jacob de Niemeyer, José Antonio da Silva Maia, Francisco Cordeira da Silva Torres Alvim, José Clemente Pereira, José Marcelino R. Cabral, José Silvestre Rebello e Raymundo José da Cunha Mattos (GUIMARÃES, 2011, p. 37).

momentos, os sócios valeram-se de seus cargos e atuação no Estado para obter vantagens e recursos para o IHGB.

Logo após a fundação do Instituto, em reunião realizada em 01 de dezembro de 1838, o secretário perpétuo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, propôs que o Imperador ainda menino tomasse o IHGB sob sua imediata proteção. O reconhecimento de D. Pedro II seria fundamental para legitimar a importância da Instituição dentro do sistema cultural brasileiro (RICUPERO, 2004, p. 128). Para o presidente do IHGB, visconde de São Leopoldo, “A proteção as letras é o mais valioso atributo e a joia mais preciosa da coroa dos príncipes; por ela se fizeram grandes Luiz XIV em França, e o Medicis na Itália, quando acolhiam as ciências e as artes” (RIHGB, 1839, p. 52). O príncipe se dignou a aceitar o título de protetor do Instituto e como reconhecimento da honraria nominal, por declaração do tutor - o sócio honorário do IHGB, Marquês de Itanhaém -, o Paço da Cidade foi franqueado para celebrar a primeira sessão aniversária da Instituição<sup>9</sup>.

A proteção imperial logo se traduziria em recursos para o recém-criado Instituto. A subseção abaixo analisará os repasses governamentais para o IHGB no período 1839-1889. Com isso, será possível verificar a importância do financiamento imperial para a existência, desenvolvimento e manutenção da biblioteca do IHGB.

### 1.1 Seleção, aquisição e divulgação de documentos: O modus operandi do IHGB

O objetivo maior do IHGB consistia em construir uma história nacional. Sendo assim, a instituição deveria arrolar os documentos sobre a história e geografia, mas quais documentos deveriam ser recolhidos? Para “guiar” os sócios nessa seara, o cônego Januário da Cunha Barbosa publicou o texto *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. Neste texto é possível verificar as diretrizes que nortearam o trabalho dos sócios na coleta da documentação, dentre eles destacam-se:

1ª Notícias biográficas impressas, ou manuscritas dos brasileiros distintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes, ou qualquer outra qualidade notável, desde o descobrimento do Brasil até hoje, com explicação dos seus nomes, naturalidade, tempo em que viveram, e motivos de sua celebridade.

---

<sup>9</sup> Em 1840, o Imperador concedeu a Instituição uma sala do mesmo Paço para realização das reuniões ordinárias.

2ª Cópia autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história, assim antiga como moderna; extratos de notícias extraídas das secretarias, arquivos, cartórios, tanto civis quanto eclesiásticos (RIHGB, 1838, p. 109-110).

Tais instruções mostram que o IHGB procurou estabelecer uma política de seleção de documentos; caberia, portanto, elaborar uma política de aquisição de obras. O desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, propôs, na 19ª sessão de 10 de agosto de 1839 que fossem discutidos “os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia” (RIHGB, 1839, p. 198). Tal proposta foi aprovada e o programa saiu publicado em julho de 1841, no número 10 da *Revista do Instituto Histórico* com o título: *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?*

Segundo Silva Pontes, muitos documentos encontravam-se depositados nas mãos de particulares, portanto, o exame e a compilação de tais obras estavam condicionadas ao consentimento de seus proprietários. Os cartórios das casas religiosas também tinham muitas informações, porém, era indispensável autorização dos prelados para consultá-las. Já nas repartições e arquivos públicos estavam concentrados o maior número de documentos para História e Geografia, sendo assim, a autorização do governo era imprescindível (PONTES, 1839). O Instituto procurou mapear os possíveis redutos de fontes a fim de centralizar a sua guarda na biblioteca.

O sócio fundador, Antônio José de Paiva Guedes de Andrade, sugeriu que a agremiação dirigisse ao governo imperial uma representação, solicitando-lhe:

a graça de prestar ao Instituto em donativo gratuito um exemplar de quaisquer obras, que por conta do mesmo governo tenham sido impressas na Tipografia Nacional e que possa interessar a história e geografia do Brasil. 2º que se dirija ao governo outra representação, pedindo-lhe que se digne de comunicar ao Instituto quaisquer memória ou outros papeis, que por ventura existam nas secretarias de Estado, ou na biblioteca pública, que digam respeito à história e geografia do Brasil, afim de serem copiadas e aproveitadas: responsabilizando-se o Instituto, debaixo de sua palavra, pela pronta restituição desses papeis e memórias (RIHGB, 1839, p. 46).

Seguindo essa passagem, é possível verificar que Paiva Guedes de Andrade, chefe da Secretaria dos Negócios do Império, requeria ao governo imperial a remessa de qualquer publicação referente à história e geografia do Império publicada pela Tipografia Nacional. Havia uma preocupação constante por parte dos sócios em centralizar o

discurso sobre o Brasil e para isso o Instituto adotaria medidas a fim de atingir seus objetivos; uma delas sugerida em reunião realizada em 1842: “transformar sua biblioteca em depósito central obrigatório das obras publicadas no Brasil” (GUIMARÃES, 1988, p. 16). Contudo, a remessa das obras deveria ser depositada na Biblioteca Imperial e Pública<sup>10</sup>, tendo em vista a obrigatoriedade determinada em 1822<sup>11</sup>. Apesar do IHGB não ter essa missão, fica evidente a preocupação institucional em arrolar as obras de seu interesse.

Na tentativa de conseguir o maior número de documentos sobre história e geografia do Brasil, o Instituto procurou ampliar seus esforços. Filiou em seu corpo funcional personalidades ligadas ao aparelho do Estado. Na terceira sessão, em 19 de janeiro de 1839, o sócio Athaide Moncorvo propôs que todos os agentes diplomáticos se tornassem sócios correspondentes do IHGB; já na reunião seguinte, em 04 de fevereiro do mesmo ano, o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes sugeriu que enviasse “o título de membro correspondente a todos os presidentes das províncias” (RIHGB, 1839, p. 46-47). O IHGB se valeria do governo para atingir os objetivos relacionados à aquisição de documentos de seu interesse no exterior<sup>12</sup>.

O Instituto alegou que seria impossível coletar notícias e documentos importantes sobre a história sem o amparo do governo, assim, pediu ao Corpo Legislativo que autorizasse o Ministro dos Negócios Estrangeiros a mandar um adido a Europa para “copiar nos depósitos públicos de Portugal e Espanha, aqueles escritos, que possam dar luz à nossa história e geografia” (RIHGB, 1939, p. 213). O pedido foi prontamente atendido visto que era “vantajoso tanto para o Instituto quanto para o governo” (RIHGB, 1939, p. 213). Segundo Lucia Guimarães (2011, p. 88), “as missões de pesquisadores do Instituto Histórico no Velho Mundo tiveram outra finalidade específica: deveriam colher

---

<sup>10</sup> A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) recebeu diversas designações, ao longo de sua história: Real Biblioteca (1808-1822); Biblioteca Imperial e Pública (13 de setembro de 1824 a 1876); Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (4 de março de 1876-1948); e, Biblioteca Nacional (1948) (PORTELLA, 2010).

<sup>11</sup> O depósito legal brasileiro foi assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 12 de novembro de 1822, em nome do Imperador, D. Pedro I (PINTO, 2011, p. 51).

<sup>12</sup> Além disso, no primeiro ano de funcionamento do IHGB, foram admitidos 175 membros correspondentes, dos quais 23 eram estrangeiros oriundos de Nápoles, Prússia, Baviera, França, Portugal, Peru, Chile e Buenos Aires (RIHGB, 1839). O cônego Januário da Cunha Barbosa sugeriu para categoria de sócios honorários o Príncipe de Cariati, residente em Nápoles; Príncipe de Sicília, duque de Santa Cristina e presidente do Instituto Auxiliar de Nápoles; conde de Camoldoli, presidente da Academia de Ciências de Nápoles e Theodori Monticelli, secretário perpetuo da Academia das Ciências de Nápoles. Na reunião seguinte, em 29 de julho de 1839, José Silvestre Rebello propôs para membro honorário o Príncipe Maximiano de Wied-Neuwied, residente em Baviera (RIHGB, 1839, p. 194-196).

subsídios que auxiliassem o governo na demarcação dos limites da soberania do país.” Logo, se por um lado, o Instituto se valia das benesses do governo na forma de dotações orçamentárias, doações, dentre outras; por outro, o governo utilizava pesquisas do IHGB para apoiar e respaldar uma das mais importantes pautas de sua política: a demarcação do território brasileiro. Percebe-se, então, uma interessante relação de interesses entre IHGB e governo: este apoiava (não apenas financeiramente) suas atividades, aquele atendia preceitos do governo ao simplesmente cumprir sua missão de “coligir e criar uma história nacional”.

Pelo decreto de 23 de agosto de 1839, o diplomata José Maria do Amaral, foi removido da delegação de Washington para Madrid e Lisboa com o fim de coligir os documentos de interesse do Instituto sob as instruções de Januário da Cunha Barbosa “mas só a 11 de junho de 1840 pode chegar a Lisboa e tratar de obter a indispensável permissão oficial para trabalhar nos Arquivos” (RODRIGUES, 1978, p. 39).

Cabe lembrar que havia no Império uma Instituição que fora criada pelo Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, o Arquivo Público do Império, já previsto na Constituição de 1824 por iniciativa do deputado pernambucano Pedro Araújo Lima<sup>13</sup>. O Arquivo destinava a subsidiar o Estado na gestão dos negócios públicos, para tanto deveria identificar, recolher, guardar e preservar a documentação gerada pelo Estado. No entanto, a “Secretaria dos Negócios Estrangeiros se negou a receber a comissão de funcionários do Arquivo encarregada de identificar e relacionar os documentos que deveriam ser recolhidos” (COSTA, 1997, p.111).

A estrutura do Arquivo estava dividida em três seções: Administrativa<sup>14</sup>, Legislativa<sup>15</sup> e Histórica, esta, por sua vez, designava a guardar os documentos

---

<sup>13</sup> Segundo Costa (1997, p. 25), Araújo Lima foi um homem de letras que fez parte da geração de intelectuais-administradores do século XIX comprometido com o projeto de Estado a ser desenvolvido pela jovem nação. Nascido em 1793, em Serinhaém, província de Pernambuco, Araújo Lima formou-se em Coimbra e voltou para o Brasil em 1819, ingressando então no jornalismo e na política. Sua carreira política teve início com a participação nas Cortes de Lisboa, em 1821, como deputado pernambucano. Foi deputado em várias legislaturas, senador, ministro do Império, da Justiça e interino na Pasta de Estrangeiros. Em 1837, assumiu a regência em substituição ao padre Antônio Diogo Feijó, e ocupou o cargo até a proclamação da maioria de Pedro II. Um dos líderes do movimento da Independência, Pedro de Araújo Lima foi um dos políticos mais importantes do Segundo Reinado, tendo ocupado por diversas vezes a presidência do Conselho de Ministros (COSTA, 1997, p. 25).

<sup>14</sup> Na Seção Legislativa deveriam ser guardados os originais da Constituição Política do Império, do Ato Adicional de 1834 e de todos os atos legislativos da Assembleia Geral Legislativa e das Assembleias Provinciais; as cópias autênticas de todas as propostas de mensagens apresentadas pelo Poder executivo à Assembleia Geral; as cópias autênticas das Cartas Imperiais de nomeação dos senadores e os originais das atas das eleições dos senadores e deputado. (COSTA, 1997, p. 27).

<sup>15</sup> A Seção Administrativa era responsável pelo arquivamento dos originais de todos os atos do Poder Executivo e Moderador; os regulamentos; os atos dos presidentes de províncias; as proclamações e os

importantes para história do país - preocupação que também compartilhava o Instituto Histórico. O governo desprestigiou o Arquivo Nacional na medida em que, por solicitação do Instituto, aprovou e patrocinou suas expedições pelo Brasil e Europa em detrimento dos interesses expressos diversas vezes pelo diretor do Arquivo, Ciro Cândido Martins de Brito<sup>16</sup>:

[...] e eis porque será muito conveniente que esse exame seja confiado à direção do nosso agente diplomático, naquela corte, ou a um indivíduo daqui especialmente mandado [...] cabe aqui fazer especial menção dos Tratados com as diferentes potências estrangeiras; e das Bulas Breves, Rescritos, Decretos dos Concílios, Letras Apostólicas e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas (Relatório do Arquivo Público do Império de 1843. Arquivo Nacional ANI apud Costa 1997, p. 29).

O projeto de pesquisa, transcrição e cópia na Torre do Tombo foi iniciado pelo diplomata José Maria do Amaral, seguido por Francisco Adolfo Varnhagen, entre os anos de 1842 e 1846, ambos indicados pelo IHGB. Essa afirmação ganha ainda mais destaque quando se leva em consideração que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro embora fosse uma instituição privada, colocou-se “debaixo da imediata proteção imperial<sup>17</sup>”. Além disso, seus sócios possuíam força política já que ocupavam altos cargos no governo, enquanto o Arquivo “demonstrava fragilidade política seja pela falta de orçamento próprio, seja pela pessoa pouco influente que o dirigia” (COSTA, 1997, p. 172).

O IHGB não media esforços a fim de concentrar documentos para enriquecer seu acervo, tal prática chegou a chamar a atenção do Imperador. Na sessão de 15 de dezembro de 1849, D. Pedro II mostrou o apreço ao trabalho do Instituto “mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tende dedicado quase unicamente” (RIHGB, 1849, p. 552). Para Guimarães (2011), a fala do Imperador demonstra sua preocupação com a memória de seu governo, “a incisiva advertência era desnecessária. Desde a primeira hora, o Instituto Histórico vinha cuidando com zelo das futuras ‘lembranças’ do Segundo Reinado” (GUIMARÃES, 2011, p. 94).

---

manifestos do governo; os tratados, convenções e atos de declaração de guerra; e a correspondência do governo imperial com outras nações, além de documentos eclesiásticos. (COSTA, 1997, p. 27).

<sup>16</sup> Cândido Martins de Brito esteve à frente do Arquivo Nacional entre os anos de 1840-1857 (ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Galeria de diretores do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional/direcao-do-arquivo-nacional>>. Acesso em 25 de abr. 2020.

<sup>17</sup> Título do livro da Profa. Lucia Maria Paschoal Guimarães publicado em São Paulo pela editora Annablume, 2011. Fruto de sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de São Paulo em 1995.



Dado o exposto, é possível verificar que o IHGB estava empenhado “em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias” (RIHGB, 1839, p. 6) não só do Império, mas de diversas localidades fora do Brasil.

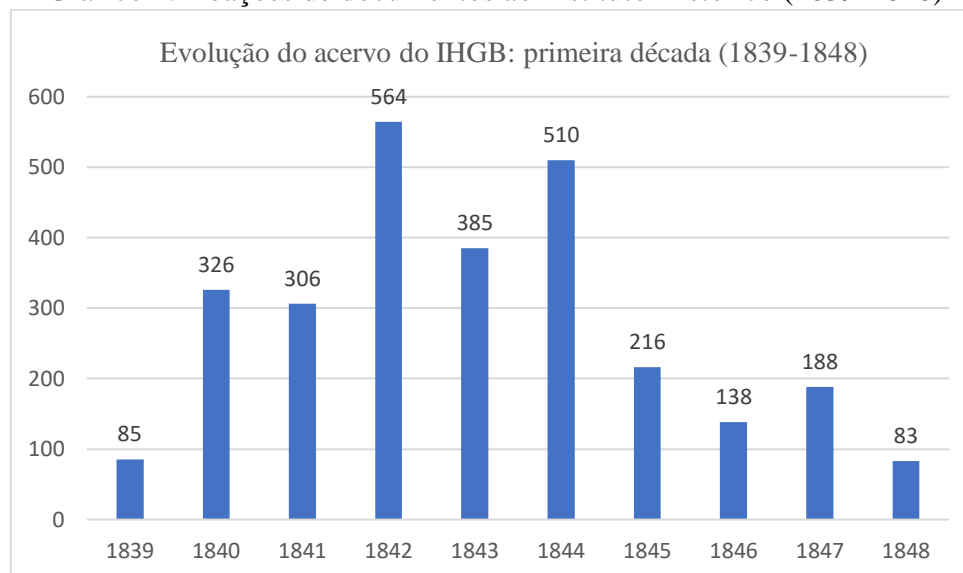
O IHGB contava com uma biblioteca que se caracterizava como um centro de documentação, pois reunia além de livros, periódicos, mapas e manuscritos, consoante pode ser percebido na leitura da Sessão de 16 de fevereiro de 1839: “Fez também leitura de uma carta do Sr. Sigaud, acompanhada de cinco grandes mapas geográficos, na qual ele nos ofertava para a biblioteca do Instituto; o que foi recebido com especial agrado” (RIHGB, 1839, p. 48).

Para constituir seu acervo, o Instituto procurou, como dito acima, ramificar representações em diversas localidades. A estratégia surtiu efeito: muitas obras, manuscritos, mapas e objetos foram remetidas à agremiação.

João Antônio de Miranda, presidente da província do Pará, escreveu uma carta endereçada ao Instituto na qual dizia que já tinha coligidos papéis históricos sobre a dita província e que em breve enviaria ao Instituto. Francisco do Rego Barros, presidente da província de Pernambuco, enviou dois exemplares da obra *Inventario das armas e petrechos bellicos que os holandezes deixarão na provincia de Pernambuco, quando forão obrigados a evacu-la em 1654*. Infelizmente, não é possível apresentar o número exato das ofertas, pois quando se tratava de coleções sejam de jornais ou revistas, Januário da Cunha Barbosa, muitas vezes, não quantificava os volumes recebidos e nem descrevia os títulos de todas as obras, frequentemente, os assuntos eram mencionados. Ocasionalmente, Januário informava que as obras doadas foram escritas no século XVI, XVII e XVIII.

Apesar dessa dificuldade, é possível afirmar que a biblioteca recebeu, no primeiro ano de atividade, 85 documentos, entre manuscritos, impressos e mapas. O gráfico abaixo indica a evolução do acervo na primeira década de funcionamento da agremiação.

Gráfico 1. Doações de documentos ao Instituto Histórico (1839-1848)



Fonte: dados compilados pela autora a partir das Atas das sessões do IHGB

Entre os doadores mais regulares no primeiro ano do Instituto, destacam-se: Januário da Cunha Barbosa, 1º secretário perpétuo do Instituto, Mariano José Pereira da Fonseca, o marques de Maricá, e José Antônio da Silva Maia. O Dr. Maia, como era referido nas Atas, doou, inclusive, a obra *Cultura e opulência do Brasil*<sup>18</sup> do jesuíta italiano André João Antonil. Infelizmente, não foi encontrada a data de edição do livro. José Domingues de Ataíde Moncorvo costumava ofertar relatórios apresentados na Assembleia Geral Legislativa. Ele propôs que o Instituto se dirigisse aos presidentes das Províncias com objetivo de solicitar a remessa dos relatórios apresentados nas assembleias provinciais e a coleção de leis provinciais, pois estes documentos serviriam para história do Brasil (RIHGB, 1840).

Algumas obras foram adquiridas pelos sócios em leilão, como foi o caso de Miguel Maria Lisboa, que obteve no leilão de livros do finado marechal Joaquim de Oliveira Alvares, uma carta geográfica da província de São Paulo (RIHGB, 1839).

No segundo ano de funcionamento, as ofertas aumentaram, chegando a 326 documentos, dentre os quais destacavam-se a doação de Januário da Cunha Barbosa da coleção completa do *Jornal do Commercio*, desde o primeiro número de publicação até o final de 1839. O conselheiro José Rezende Costa Filho doou diversos jornais: *Aurora Fluminense*, vários números referentes aos anos de 1828 a 1832; o jornal *O Patriota*, considerado “raríssimo” pelo Instituto. A coleção completa do periódico *Spectador*

<sup>18</sup> Primeira obra impressa do acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional (BN) a receber o registro do programa Memória do Mundo – Brasil, da Unesco (Fundação Biblioteca Nacional).

(1824-1826), *L'écho de L'amérique Du Sud* (1827-1828), *Reverbero e Estrela Brasileira*, desde 17 de outubro de 1823 até 30 de julho de 1824, além de outros periódicos.

José Ribeiro da Silva presenteou a agremiação com todos os fascículos do *Correio do Rio de Janeiro*; *Diário da Câmara dos Deputados*; *Diário da Câmara dos Senadores*; *Despertador*; *Jornal dos Debates*; *Diário de Anúncios*; *Jornal do Comercio*, *Pharol do Império*; *O Homem e a América*; *Jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do RJ*. Os sócios procuraram formar no Instituto um lócus para periódicos. É notória a preocupação dos associados com esse tipo de documentação.

É importante destacar que o Instituto recebia livros já anteriormente doados. A obra intitulada *Arte da grammatica da lingua do Brasil*, composta pelo padre Luiz Figueira, da Companhia de Jesus, foi doada pelos sócios José de Rezende Costa e João Candido de Miranda; lamentavelmente não foi possível levantar informações sobre as edições dos livros recebidos.

Em 1841, a agremiação recebeu pelo menos 306 itens. Segundo Januário, a biblioteca e arquivo já dispunham de abundante documentação preciosa sobre história do Brasil, “monumentos, que, espalhados pela nossa terra, e ainda por países estrangeiros, mal podiam servir a nossos fins, e eram sujeitos em grande parte aos estragos do tempo, e aos descuidos de alguns possuidores” (RIHGB, 1841, p. 522).

Motivados pelo volume de ofertas, o Instituto decidiu organizar uma coleção de mapas geográficos. Nesse sentido, a contribuição de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond foi primordial para a formação do patrimônio cartográfico do Instituto Histórico. Encarregado de Negócios do Brasil junto ao governo português, o diplomata empregou todos os meios para obter mapas e manuscritos demarcatórios dos litígios de fronteiras do Brasil. Drummond organizou e copiou uma lista de mapas no Arquivo Militar de Lisboa e remeteu à Secretária de Estado, “com ressalva de que se houvesse algum exemplar igual no Arquivo Militar do Rio de Janeiro, se doasse o mesmo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (ADONIAS, 1984, p. 31).

Drummond foi incansável nas suas contribuições do Instituto. Quando enviava algum mapa ou manuscrito importante ao governo, ele avisava à agremiação: “[...] mando ao Governo um mapa muito interessante do Rio Negro, e recomendo à V.S. de haver dele uma cópia para o Instituto” (RIHGB, 1841, p. 356). Em 1841, Drummond ofertou uma carta topográfica da capitania do Rio, datada de 1767, um mapa do interior da capitania do Maranhão, um mapa original da comarca do Pará, além de dois documentos originais de aclamação a D. João VI, cópia da sexta parte da obra *Tesouro Descoberto no Máximo*

*Amazonas* do padre jesuíta João Daniel. Doou um exemplar da primeira edição in-folio de Barleus “obra raríssima, e que mais que muito é necessário consultar sobre coisas pertencentes ao tempo dos holandeses no Brasil” (RIHGB, 1841, p. 356). Remeteu também, de Lisboa, o livro *De India utriusque re naturali et medica*, publicado na Holanda, em 1658. Segundo Drummond,

A história recolhe tudo, nada lhe é indiferente, desenha a fisionomia do tempo no físico e na moral; e a perda de uma só notícia, por mais insignificante que seja, é uma lacuna que fica em suas páginas. Muito circunspecto deve pois ser o nosso Instituto em recolher e classificar tudo o que se passou e teve lugar na coroação do nosso atual Imperador, na corte, nas províncias, até nos países estrangeiros, para deixarmos em limpo esses documentos à posteridade (RIHGB, 1841, t. 3, p. 505).

Drummond, como se verá mais adiante, foi um dos sócios mais atuantes no desenvolvimento dos acervos do Instituto. O secretário Januário da Cunha Barbosa fazia questão de registrar a oferta dos beneméritos. Esse ato garantia que os doadores teriam seus nomes eternizados e associados a uma instituição que estava debaixo da proteção imperial. Essas ações ganham maior significado quando se considera o objetivo do Instituto: o de coligir e reunir a memória da nação.

Os sócios também enviavam suas próprias produções; essas eram recebidas com “especial agrado” e remetidas para uma comissão, seja de História ou Geografia, a fim de dar o parecer sobre as obras antes de serem encaminhadas a biblioteca. Quanto as ofertas de manuscritos, eram remetidas também a uma comissão a fim de deliberar sobre a publicação na Revista do Instituto. Segundo Lucia Guimarães (2011), entre 1839-1849, a agremiação emitiu “14 avaliações, o que comprova a importância que era dada a este tipo de atividade na ‘casa’” (GUIMARÃES, 2011, p. 76). Alguns manuscritos não eram divulgados, principalmente, aqueles que fizessem referência as figuras recentes da política nacional, tais documentos eram arquivados até que chegasse a hora do “tribunal da posteridade”<sup>19</sup> os julgar.

D. Pedro II foi outro personagem que concorreu para enriquecer o cabedal documental da agremiação. Em 1842, como mostrado no quadro 1, o Instituto recebeu

---

<sup>19</sup> “[A] expressão “tribunal da posteridade” surgia na Revista para servir, como argumento, ao propósito de embarrear o aparecimento de referências a períodos conturbados da política nacional mais recente. De maneira geral essa locução sintetiza anseios que serão retomados a todo momento dentro da agremiação: o afastamento temporal para justa avaliação do objeto investigado, a partir do princípio de imparcialidade e de isenção emocional, bem como a ideia de que o que ocorre no presente só deve ser apreendido no futuro, quando tornar-se-á plenamente perceptível aos observadores, por que visualidade em conjunto” (MALEVAL, 2015, p. 59).

564 volumes, desse total, 40 manuscritos sobre o estabelecimento dos portugueses na Índia foram doados pelo Imperador. Não é possível deixar em olvido o donativo feito no mesmo ano por Marcos Antônio de Araújo, encarregado dos Negócios do Brasil em Hamburgo. Ele ofertou a segunda edição de Barleus<sup>20</sup>, datada de 1660. Como informado acima, o Instituto já possuía a primeira edição.

Nas Atas das sessões é possível encontrar “promessas de doações”. O sócio efetivo José Joaquim Machado de Oliveira desejava ofertar a *Carta Corographica da Provincia de Santa Catharina* ao Instituto, contudo, o trabalho não estava concluído devido à falta de uma Carta da mesma Província depositada no Arquivo Militar. Oliveira solicitou ao IHGB que usasse de seus meios para adquirir via empréstimo o referido documento, isso não foi um problema pois o diretor do Arquivo Militar, José Clemente Pereira, era sócio do Instituto Histórico.

Nas palavras da profa. Lucia Guimarães (2011, p. 45), o Instituto funcionou a “pleno vapor” nos primeiros anos de sua existência. Januário enviava cartas com o objetivo de não apenas dar notícia da instalação da Instituição e buscar o reconhecimento, mas, de trocar a *Revista*. Além da obtenção do periódico, outro possível “ganho” para as sociedades envolvidas na permuta seria o de ter parte de seu acervo incorporado à biblioteca do Instituto. Logo que soube da sua instalação, a Sociedade de Geografia de Paris enviou “uma coleção dos Boletins da sua sociedade, que muita preza o Instituto pelas interessantes notícias históricas e geográficas” (RHGB, 1840, p. 22). A Sociedade Real de Antiquários do Norte, na capital da Dinamarca, enviara

não só os Relatórios de seus trabalhos nestes dois últimos anos, como também uma interessante memoria sobre a descoberta da América no século X, fundada sobre documentos irrefragáveis, encontrados nos arquivos da Islândia, e dos quais temos cópias fidelíssimas na obra publicada por essa distinta Sociedade (RHGB, 1840, p. 22).

Em 1843, o Instituto já tinha recebido atas, relatórios, boletins e obras preciosas não apenas dos seus sócios, mas das diversas sociedades espalhadas pelo Ocidente. Gradualmente, as correspondências aumentavam e conseqüentemente as doações. A

---

<sup>20</sup> BAERLE, Caspar van. Casparis Barlaei, Rerum per octenivm in Brasilia et alidi gestarvm, sub praefectura illustrissimi comitis, historia. Ed. secunda. Cui accessorunt Gulielmi Pisonis medici amstelaedamensis tractatvs. 1. De aeribus, aquis & locis in Brasilia. 2. De arrundine saccharifera. 3. De melle silvestri. 4. De radico altili mandihoca. Clivis [Kleve, Alemanha]: ex officina Tobiae Silberling, 1660. [4], 6 f., 664, [22] p., [6] f.de estampas, brasão, mapas, ret, 16 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1168/bndigital1168.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1168/bndigital1168.pdf). Acesso em: 1 mar. 2022.

intenção do Instituto era “formar abundante depósito ou prontuário de documentos indispensáveis à História e Geografia” (RIHGB, 1843, p. 13).

Nesse sentido, era importante para o Instituto ampliar seu quadro de membros na mesma proporção que fizera até 1846. Entretanto, a partir de outubro de 1847 até dezembro do mesmo ano, o Instituto admitiu 10 sócios correspondentes. Em 1848 aceitou 13 membros e, em 1850, apenas um. O IHGB entendia que era prudente “tornar ainda mais apreciável o honroso título de membro” (RIHGB, 1852, p. 494), por essa razão, a agremiação decidiu, em 1851, fazer uma revisão dos Estatutos.

Até 1851, o quadro social do IHGB era composto por sócios efetivos, correspondentes e honorários. Para categoria de efetivo, o IHGB reservou 50 vagas; 25 destinadas à seção de História e a outra metade à seção de Geografia. Quanto aos sócios correspondentes e honorários, as vagas eram ilimitadas e seus membros poderiam residir tanto no Brasil quanto no exterior. Contudo, o título de sócio honorário só seria entregue “as pessoas que por sua avançada idade, consumado saber e distinta representação estivessem no caso de dar crédito ao Instituto” (RIHGB, 1911, p. 284).

Quanto ao ingresso no IHGB, o requerente poderia preencher uma proposta com os motivos da admissão e deveria ser assinada por algum membro da seção a que o candidato pretendesse pertencer, se história ou geografia. “Tal proposta era enviada à mesa administrativa com o parecer da seção competente, posteriormente era votado por escrutínio secreto e submetido à assembleia geral para votação definitiva” (RIHGB, 1911, p. 284). A joia de admissão era fixada em 10\$000 (dez mil reis), ficava isento dessa entrada os membros honorários, porém era obrigatória a contribuição semestral de 3\$000 (três contos de reis) para todas as categorias.

Em 08 de novembro de 1850, o relator da comissão de estatutos, o 1º secretário Manoel Ferreira Lagos, propôs uma revisão nos Estatutos. Após discussão, foram aprovadas, em 1851, uma terceira seção de arqueologia, etnografia e línguas indígenas; foi mantida o número de vagas para sócios efetivos, sem, contudo, fixa-los em história ou geografia; a disposição quanto ao número ilimitado de sócios correspondentes e honorários também foi mantida, entretanto, foi estabelecida a classe de “Presidentes Honorários, títulos que caberiam aos Príncipes da Família Imperial Brasileira e aos soberanos e príncipes estrangeiros” (RIHGB, 1911, p. 285). Os sócios efetivos que residissem fora do país eram dispensados de qualquer contribuição, quanto aos residentes no país, estes estavam sujeitos ao pagamento de uma joia de 20\$000 (vinte mil reis) e a quantia semestral de 6\$000 (seis mil reis).

A comprovação de produção intelectual também passou a ser exigida tanto para classe de efetivo quanto de correspondentes, além da obrigação de “oferecer ao Instituto alguma obra de valor sobre o Brasil ou sobre América; ou então algum presente valioso para o museu etnográfico” (RIHGB, 1851, p. 523). Segundo Lucia Guimarães, o Instituto buscou:

[A]s virtudes do intelecto. Mas, estrategicamente, não ampliaram o número de vagas na categoria dos sócios efetivos [...]. O quadro efetivo permaneceu limitado em cinquenta integrantes, ficando a abertura de vagas condicionada ao falecimento de algum membro titular (GUIMARÃES, 2011, p. 49).

A ampliação do número de membros teria contribuído para o crescimento das coleções do Instituto, na medida em que, quanto mais sócios maior o número de doações? Difícil responder essa pergunta, todavia, ao comparar os dados da tabela abaixo com os do gráfico 1, é possível tecer algumas comparações. O IHGB recebeu a doação de mais de 500 documentos nos anos de 1842 (564 documentos) e 1844 (510 documentos). Tal montante só seria alcançado (e amplamente superado) no ano de 1857 (910 documentos recebidos). Todavia, percebe-se que o volume de obras doadas para o Instituto em 1857 foi totalmente atípico superando, em muito, a média do período analisado.

Em 1852, o IHGB recebeu 78 impressos e 97 manuscritos, conforme mostra a tabela abaixo. O total de 175 é mais do que o dobro das 83 obras recebidas em 1848 (83, conforme demonstrado no gráfico 1).

Tabela 1 - Doações de impressos para a biblioteca do IHGB entre 1852-1860

Ano	Impressos	Mapas	Periódicos		Manuscritos	Total
			Números	Títulos		
1852	78				97	175
1853	185	25			35	245
1854	181				36	217
1855	236				29	265
1856	1.054				72	1.126
1857	258		207		445	910
1858	185			13	45	243
1859	177				8	185
1860	319				35	354
<b>TOTAL</b>	<b>2.673</b>	<b>25</b>	<b>207</b>	<b>13</b>	<b>802</b>	<b>3.720</b>

Fonte: Dados compilados pela autora a partir das Atas das sessões do IHGB

Já em 1853, o número de ofertas cresceu em 40% em relação ao ano anterior; contudo a doação de impressos mais do que dobrou (aumento de 137%). O aumento proveio de doação realizada em grande parte por associações as quais o Instituto mantinha contato, dentre elas: Academia Real das Ciências da Baviera (28 volumes doados); Universidade Real de Christiania (16 volumes); Academia Real de Viena (19 volumes);

Secretaria dos Estrangeiros (12 volumes). Além disso, naquele ano de 1853, o Instituto estabeleceu correspondência com a Real Academia de História da Espanha; a “excelente e respeitável amiga” (RIHGB, 1853, p. 572) enviou 31 volumes de suas publicações. No que tange a donativo particular do uruguaio André Lamas ofertou 18 obras em francês. Em 1854, o Instituto recebeu 181 obras, a maior parte veio do Ministério do Império, 119 itens (89 em francês, 22 em espanhol, 4 em inglês e 4 em português).

Interessante observar que em 1854, o Relatório das Repartições dos Negócios do Império (RJ) publicou uma nota na qual dizia que a biblioteca do Instituto Histórico “contém já 2817 volumes, 112 mapas geográficos, hidrográficos, planos e plantas de fortalezas do Império, 52 mapas que não são relativos ao Brasil, e 610 manuscritos” (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1854, p. 77). Esses números não correspondem aos dados levantados pela autora desta tese nas Atas do IHGB, ou seja, a quantidade apresentada pelo Instituto ao Ministério do Império fica muito aquém dos quantitativos arrolados por esta pesquisa e não só, pelo próprio catálogo publicado pelo Instituto em 1860, assunto que será abordado mais à frente.

O principal benfeitor da biblioteca do IHGB foi D. Pedro II. Em 1856, o monarca comprou e ofertou ao Instituto a biblioteca americana do naturalista Karl Friedrich Philipp Von Martius, com cerca de 800 volumes de obras sobre a América<sup>21</sup>. O Instituto consignou uma verba mensal no valor de 50\$ réis para mandar reencadernar algumas obras da coleção de Martius (RIHGB, 1856, p. 43). Muitos livros da coleção de Von Martius eram considerados raros na época. O acervo foi adquirido por 10 contos de réis (RIHGB, 1897, parte 2, p. 183). Infelizmente, o 1º secretário, Manuel Ferreira Lagos, não arrolou os títulos das obras.

O Imperador também remetia à biblioteca da agremiação diversas obras obtidas em suas viagens pelas províncias. Uma das preciosidades é o livro em pergaminho do sargento mor português Diogo de Campos Moreno, intitulado *Livro que dá Razão de Estado do Brasil*, de 1612. Segundo o bibliotecário José Vieira Fazenda, era uma das obras mais consultadas pelos sócios do IHGB (RIHGB, 1911, p. 363).

A tabela 1 apresenta um total de 802 manuscritos recebidos por intermédio de doação no período 1852 a 1860. A quantidade foi maior em 1857 devido à doação do sócio Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Ele ofertou ao Instituto seis

---

<sup>21</sup> “O catálogo, em letra do próprio Martius, listava 366 títulos, vários com mais de um volume, com ex-libris do proprietário. Havia 45 títulos editados no século XVI, 61 no século XVII, 163 no século XVIII e 94 no século XIX” (WEHLING, 2021, p. 15).



maços com 111 documentos: o primeiro continha 18 despachos originais do marques de Pombal sobre a questão de limites do Brasil, e a defesa que Alexandre de Gusmão fez ao tratado de 1750, com o parecer de Thomaz Antônio de Villanova; o segundo possuía 80 ditos do mesmo marques sobre diversos assuntos não especificados; o terceiro maço tinha documentos relativos ao projeto da companhia oriental e o parecer original de Pombal dado em Viena em 1748; o quarto, compunha as reflexões do cardeal D. Ruiz da Cunha sobre a governança do Reino; o quinto, um parecer do mesmo cardeal sobre o provimento de ofícios<sup>22</sup>, e um ofício do governador do Rio Grande do Norte sobre produtos naturais daquela província; o sexto, compunha sete documentos relativos à independência do Brasil. Ainda, quatro volumes encadernados sobre o conde de Tarouca (RIHGB, 1857, p. 17).

Motivado pela missão institucional do IHGB, Vasconcellos de Drummond doou obras impressas, mapas, considerados pela agremiação preciosos e raríssimos das províncias. Ofertou manuscritos originais e cópias extraídos de arquivos na Europa. O diplomata estava entre os colaboradores que mais promovia o crescimento do acervo. Ele colecionava documentos relativos à história do Brasil. Sua intenção era doar ao Instituto, “[e]u possuo muitos papéis curiosos relativos à nossa história moderna destes últimos vinte anos. [...] [H]ei de, porém, tratar de os colecionar para depositar no arquivo do nosso Instituto, donde sairão algum dia analisados” (RIHGB, 1840, t. 2, p. 505). As intenções do diplomata não se concretizaram já que ele legou parte dos seus documentos a Alexandre José de Melo Moraes, o qual se gabava de possuir “a mais rica coleção que um historiador pode desejar” (RODRIGUES, 1978, p. 42). De acordo com Santos (2015, p. 157), “o acervo pessoal de Melo Moraes provinha de uma única fonte: Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond (1794–1874)”. A pesquisa não encontrou os motivos pelos quais Drummond preteriu a doação ao IHGB; tampouco a natureza da negociação entre Drummond e Moraes. Sabe-se, contudo, que, em 1880, Moraes vendeu sua coleção de livros e manuscritos a Biblioteca Nacional por 6:000\$ (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, ano 6, n. 197, 17 jul. 1880)<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Após o falecimento de Diogo de Oliveira Mendonça, ministro da Corte Real e figura fundamental da administração de D. João V, o cardeal da Cunha foi chamado a opinar sobre nomeação de novos secretários e a possível reorganização dos expedientes régios (SIMÕES JUNIOR, Mario Francisco, 2017, p. 73-92).

<sup>23</sup> Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_02&Pesq=%22%20Alexandre%20Jos%c3%a9%20de%20Mello%20Moraes%22&pagfis=938](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22%20Alexandre%20Jos%c3%a9%20de%20Mello%20Moraes%22&pagfis=938)>

Drummond, antes de partir para Europa, com objetivo de tratar um problema de visão, depositou no Instituto, duas caixas de folhas com 12 maços de documentos. Entretanto, recomendou que o material só fosse aberto depois de sua morte, que ocorreu em Paris, no dia 15 de janeiro de 1865. O 1º secretário do IHGB, Fernandes Pinheiro, ficou encarregado de analisar a documentação na esperança de escrever não apenas uma biografia do falecido, mas uma memória sobre os primórdios da Independência do Brasil:

Grande foi pois a minha decepção, quando me achei em presença de cópias e apontamentos das comunicações endereçadas pelo nosso falecido consócio ao governo imperial, durante as suas missões em Hamburgo (1831-1832), Berlim, Dresde, Hanover, e cidade hanseáticas, e especificadamente na corte de Lisboa, desde o ano de 1838 até o de 1852 termo de sua carreira diplomática (RIHGB, 1874, t. 37, parte II, p. 425).

A documentação descrita acima era “destituída de interesse histórico” e que apenas era estimável como autógrafos [...], até porque os originais, [...] devem existir na secretaria dos negócios estrangeiros ou na nossa legação em Lisboa” (RIHGB, 1874, t. 37, parte 2, p. 42). Contudo, o maço 12, que continha um volume encadernado com registro de documentos diplomáticos acerca dos limites do Brasil com a Guiana francesa, foi considerado de “sumo valor histórico” (RIHGB, 1874, t. 37, parte II, p. 426).

As atas das sessões do Instituto revelam que Meneses de Vasconcelos de Drummond fez, desde a fundação do Instituto, muitas doações. Em 1856, conforme se vê na tabela 01, a agremiação recebeu 72 manuscritos, desse total, 43 foram doados pelo diplomata. Em 14 de maio de 1858, o 1º secretário registrou em Ata a doação de “[u]m grosso volume contendo muitos manuscritos sobre limites do Brasil”, além de seis maços de cartas diversas de Manuel Inácio da Costa Quintela (1763-1838), João de Loureiro (1717-1791) e correspondência oficial com o ministro Thomaz Antônio de Villa Nova Portugal (1755–1839), todos ofertados por Meneses de Vasconcelos de Drummond. Sem dúvida, Drummond, no período entre 1852-1858, foi um dos maiores doadores de manuscritos, seguido do sócio José Dias da Cruz Lima e do Imperador D. Pedro II.

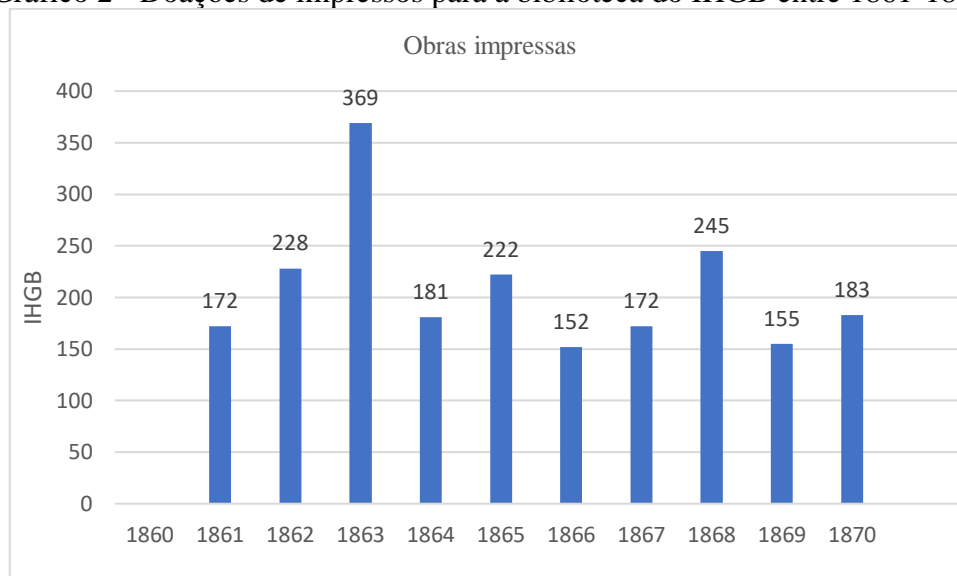
Em 1871, o 1º Secretário, Joaquim Fernandes Pinheiro, apresentou o relatório do último decênio (1861-1871) da biblioteca e arquivo. Segundo Pinheiro, a biblioteca foi enriquecida com 1.022 obras, constantes de 1.763 volumes, 65 mapas geográficos e 272 manuscritos<sup>24</sup> (RIHGB, 1871, t. 2, p. 391). É muito importante salientar que esses

---

<sup>24</sup> Relação total, inclusive compras efetuadas pelo IHGB.

números conflitam também com os dados compulsados pela autora desta pesquisa. Cabe mencionar que, na medida que as atas eram lidas, os nomes dos ofertantes eram arrolados em uma planilha e cada volume doado foi contabilizado. O gráfico 2 ilustra que o Instituto recebeu 3.130 volumes impressos.

Gráfico 2 - Doações de impressos para a biblioteca do IHGB entre 1861-1871



Fonte: Dados compilados pela autora a partir das Atas das sessões do IHGB

É provável que o 1º secretário tenha calculado os títulos dos jornais e não os fascículos, bem como os livros que estavam fora do escopo histórico e geográfico. Contudo, a discrepância dos dados não se limita apenas aos impressos. Conforme se vê abaixo, o Instituto recebeu 533 manuscritos, porém, o 1º secretário registrou apenas 272 documentos, o mesmo ocorreu com os mapas geográficos, 143 registrados nas Atas, mas no relatório apresentado por Fernandes Pinheiro consta 65.

Tabela 2 - Doações de impressos para a biblioteca do IHGB entre 1861-1871

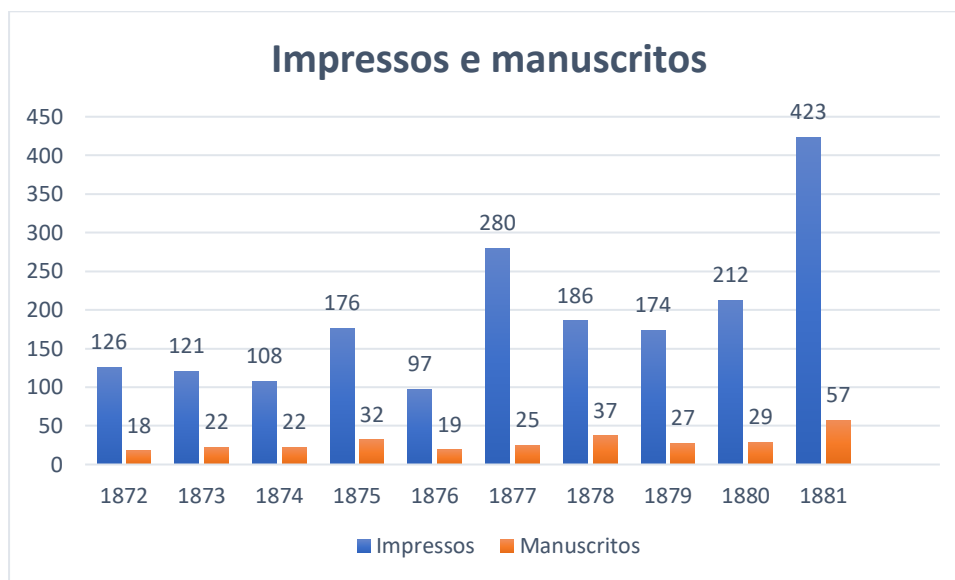
Ano	Impressos	Manuscritos	Mapas	Total
<b>1861</b>	172	36	8	216
<b>1862</b>	228	120	63	411
<b>1863</b>	369	31	14	414
<b>1864</b>	181	34	4	219
<b>1865</b>	222	8	3	233
<b>1866</b>	152	260	20	432
<b>1867</b>	172	17	10	199
<b>1868</b>	245	10	3	258
<b>1869</b>	155	13	14	182
<b>1870</b>	183	4		187
<b>1871</b>	1.051		4	1.055

<b>TOTAL</b>	<b>3.130</b>	<b>533</b>	<b>143</b>	<b>3.806</b>
--------------	--------------	------------	------------	--------------

Fonte: Dados compilados pela autora a partir das Atas das sessões do IHGB

De qualquer modo, a biblioteca e arquivo continuavam crescendo, entre 1872 e 1881, o Instituto recebeu 1.903 documentos impressos e 288 manuscritos, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Doações de impressos para a biblioteca do IHGB entre 1872-1881



Fonte: Dados compilados pela autora a partir das Atas das sessões do IHGB

Os números relacionados ao acervo da biblioteca do IHGB apresentam discrepâncias. O Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ), de 1875, referente ao ano de 1874, informa que neste ano, a biblioteca do IHGB possuía 6.841 volumes impressos, 636 manuscritos e 270 cartas geográficas (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1875, p. 28). Conforme visto anteriormente, o relatório de 1854 do mesmo órgão informava que o Instituto possuía 610 manuscritos. Logo, conforme esses documentos, o IHGB teria acolhido apenas 26 manuscritos entre 1854 e 1875, número muito aquém do verificado nos levantamentos realizados nas Atas do Instituto, apontados nas tabelas 1 e 2. Conforme as Atas do IHGB, no período 1852-1874, foram doados à biblioteca do Instituto 1.397 manuscritos.

Em relação às cartas geográficas, no Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) de 1854 consta que a biblioteca do IHGB possuía no ano anterior 164 mapas. O documento de 1875 registra 270 cartas geográficas, o que resultaria em um acréscimo de 106 mapas à coleção do IHGB no período 1854-1874. Todavia, conforme a tabela 2,

entre 1861 e 1871 foram doados 143 mapas à biblioteca do IHGB. Sobre os volumes impressos, sabe-se, apenas, que no período 1852-1874 foram doados 5.358 volumes à biblioteca do IHGB; informação insuficiente para analisar o informado no Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ), de 1875. Sabe-se, contudo, pelas Atas do IHGB, que entre 1839-1874<sup>25</sup> foram doados ao Instituto 9.944 documentos; o Relatório de 1875 registra apenas o total de 7.747 documentos. A pesquisa não encontrou respostas para as diferenças aqui apontadas. Seriam equívocos do IHGB no controle do seu acervo, o que aponta para graves problemas de administração interna? Ou seriam erros da Repartição dos Negócios do Império no registro das informações enviadas pelo Instituto? Consoante as discrepâncias anteriormente assinaladas entre o informado pelo 1º Secretário Fernandes Pinheiro e o que fora apurado nas Atas de 1861-1871, constatam-se indícios de graves falhas na administração do acervo do Instituto.

A biblioteca do Instituto ficou circunscrita em mais de três décadas em um dos salões no terceiro andar do pavimento do Antigo Convento do Carmo. Com o crescimento gradual do acervo, os livros, manuscritos e mapas se amontoavam. Em 1867, D. Pedro II cedeu novos compartimentos do prédio a fim de melhor acomodar o acervo (RIHGB, 1867, parte II, p. 504). Em 1879, o Instituto recorreu novamente a D. Pedro II a fim de solicitar outros cômodos do Paço para conter a livraria, o Imperador cedeu o resto dos aposentos do 3º andar (RIHB, 1879). Entretanto, outra questão afligia a agremiação, a falta de mobiliário para acomodar o acervo.

Mais uma vez, D. Pedro II ordenou que por sua conta corresse toda a despesa com estantes e latas de flandres para guardar os manuscritos e livros raros, além de uma mesa para a sala das sessões. A Casa de Correção organizou o orçamento na importância de 2:335\$. O Imperador determinou que o Instituto fizesse aquisição apenas do que fosse mais necessário, como a mesa, as estantes e armários, “verificando antes se os preços indicados desses objetos são os mais razoáveis” (RIHGB, 1880, t. 44, p. 381). Pouco tempo depois, a casa imperial declarou que “S.M. o Imperador houve por bem aprovar a despesa com as latas para guardar manuscritos, e com as estantes, tudo no valor de 661\$000” (RIHGB, 1880, t. 44, p. 421).

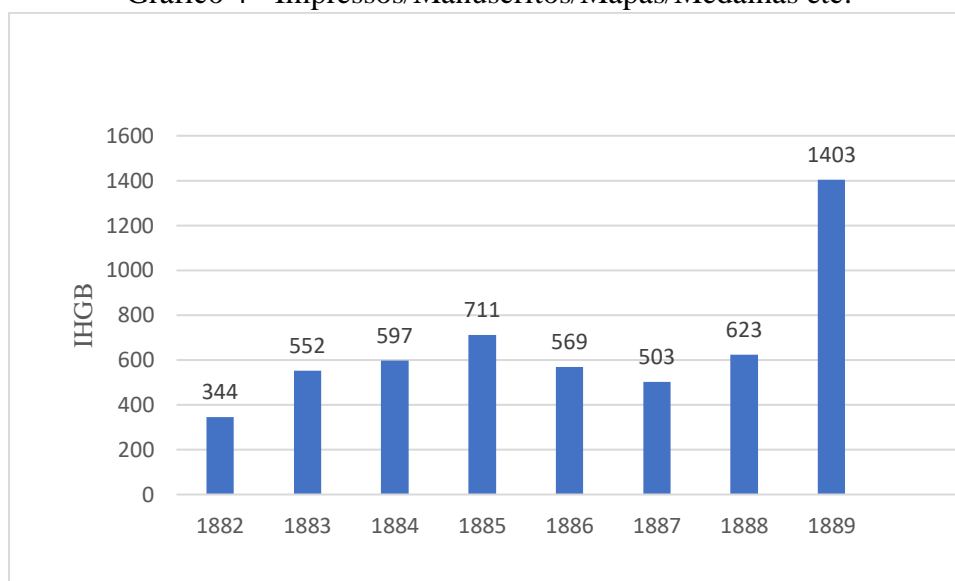
O acervo do Instituto crescia diariamente. Entre 1882 e 1889 houve a oferta de 5.302 peças; não foi possível, porém, separar impressos de manuscritos, pois o 1º secretário a época, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, não informava nas Atas a

---

<sup>25</sup> A pesquisa não encontrou dados relativos ao período 1849-1851.

tipologia documental, sendo assim, o gráfico abaixo apresenta dados relativos a todo acervo recebido entre 1882 e 1889. Tem-se, mais uma vez, indícios relacionados ao registro e administração do acervo do Instituto. Entende-se que em vista da quantidade de doações, o registro minucioso de cada obra, manuscrito, impresso ou mapa incorporado ao acervo do IHGB demandaria muito tempo, o que, por seu turno, exigiria os serviços de mão-de-obra dedicada e especializada, o que não era o caso dos 1º secretários da época, em sua totalidade sócios, eleitos para os cargos, que possuíam outros afazeres profissionais. Como será visto, em 1860, o IHGB já contratara os serviços de um bibliotecário; fato que reforça ainda mais a inquietação acerca da contabilidade, registro e administração do acervo do Instituto.

Gráfico 4 - Impressos/Manuscritos/Mapas/Medalhas etc.



Fonte: Dados compilados pela autora a partir das Atas das sessões do IHGB

Conforme pode ser percebido no gráfico acima, a maior doação foi registrada em 1889. Esta proveio da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que ofertou 586 teses de doutorandos.

O Instituto acondicionava os livros em estantes de pinho de riga e em estantes de ferro, inclusive comprou duas em 1883. Os manuscritos ficavam em gavetas, armários e em caixas de folhas de Flandres<sup>26</sup>.

O Instituto procurou condições para melhor acomodar sua biblioteca, entretanto, o local de sua instalação era impróprio. Segundo Vieira Fazenda, os visitantes teriam

<sup>26</sup> A folha de flandres é um material laminado de aço-carbono revestida em ambas as faces com estanho (MORENO FILHO, 2007, p.32 *apud* SLAIBI, 2019, p. 73).

“verdadeira desilusão ao contemplar aqueles quartinhos escuros, paredes internas desaprumadas, com sinais de chuva e por toda parte o aspecto tristonho de uma casa em ruínas. E tudo isto para guardar tesouros de inestimável valor” (RIHGB, 1911, t. 74, p. 390). O 1º secretário do Instituto solicitou ao Mordomo da Casa Imperial que providenciasse reparos no prédio, sobretudo, no telhado da sala onde estava a biblioteca, já que passava água por algumas goteiras (RIHGB, 1871, t. 34, p. 349).

O Instituto despendeu recursos financeiros para pintar teto, portas e caiação das paredes. Apesar dos consertos, o local era “indecente”. Os barrotes que suspendiam os lustres “estavam carcomidos” (RIHGB, 1911, p. 393).

D. Pedro II ofereceu quatro lustres, entretanto, foram devolvidos à mordomia do Paço para conservá-los enquanto não se fizesse, nas salas das sessões, consertos considerados imprescindíveis, já que o teto não aguentaria o grande peso dos lustres, “porém não mais voltaram ao Instituto e nem se sabe que destino tiveram” (IHGB, 1894, p. 79).

Os ataques de cupins eram frequentes, a instituição comprava latas de formicida para limpar os papéis. Logo após D. Pedro II ceder os novos compartimentos, o secretário achou por bem transferir os objetos do museu para uma sala mais apropriada, contigua a das sessões; na ocasião observou que alguns armários estavam inteiramente inutilizados. A precariedade das instalações, provavelmente, arruinou muitos exemplares. No relatório enviado ao Ministério do Império, o Instituto afirmava que lutava para “[m]andar reimprimir mapas geográficos, topográficos e hidrográficos raríssimos levantados nos primeiros tempos do descobrimento da América, especialmente Meridional, e algumas obras, não vulgares, de assuntos pátrios, as quais se acham em mau estado de conservação” (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1877, p. 93). A passagem ilustra nitidamente graves dilemas e problemas do Instituto: por um lado, os sócios do IHGB despendiam todos os esforços para “coligir e reunir a história da nação”; por outro, a ausência de funcionários especializados e dedicados na administração e controle do acervo e de uma infraestrutura minimamente digna e condizente com a preservação deste acervo acabava por comprometê-lo.

O Instituto entendia que era importante a conservação da “já bem volumosa livraria, e precioso arquivo”, por essa razão, pensou em criar uma vaga para mais um empregado exclusivamente incumbido de cuidar com asseio da biblioteca. Fernandes Pinheiro sugeriu que confiasse este encargo a Bernardo José da Motta, um antigo servidor

da casa imperial (RIHGB, 1871, t. 2, p. 397), contudo, não foi identificado indícios que comprovem sua contratação.

O Instituto habitualmente depositava a sobra das receitas sobre as despesas na Caixa Econômica a fim de comprar apólices da dívida pública. Tal fato poderia indicar que o problema do IHGB relacionado à ausência de funcionários para sua biblioteca e à precariedade da sua infraestrutura não era orçamentário; ou então que a compra dessas apólices ocorria na ocasião de recebimento de receitas pontuais e extraordinárias. Em 1887, Henrique Raffard, então 1º secretário, começou a lutar por maiores verbas para a rubrica encadernação. Segundo ele, era uma necessidade urgente, já que o Instituto tinha “grande número de brochuras e jornais, que necessitam desse melhoramento, pois torna-se incomodo o seu exame e leitura, além de estragos a que estão sujeitos.” (RIHGB, 1889, p. 376). Não se encontrou dados quantitativos referentes a rubrica “encadernação”, já que esta aparece nos balancetes das Atas junto com as compras de livros e manuscritos. Quanto ao serviço de encadernação, era realizado pelo Instituto dos Surdos e Mudos e na Oficina de encadernação de Antônio Vieira Junior.

Apesar de sofrer com a falta de espaço e de mobília adequada para conservação do acervo, o Instituto procurava meios de obter, cada vez mais livros, manuscritos e objetos para o museu. O sócio Carlos Honório Figueiredo propôs que a agremiação mandasse anunciar nos jornais diários que

[...] receberá com devido apreço e gratidão, tanto por seu patriotismo e amor às letras, queiram concorrer para o seu desenvolvimento e progresso dos estudos da história do Brasil.

Para a sua biblioteca: quaisquer obras literárias, especialmente sobre história e geografia.

Para seu arquivo: de originais ou cópias de quaisquer documentos, mapas, diplomas e escritos históricos inéditos.

Para o seu museu: de quaisquer objetos de valor histórico, como retratos de homens ilustres, artefatos antigos ou de recordação histórica, moedas raras e objetos de mérito artístico em geral, e qualquer outros.

Sendo os nomes dos doadores e os objetos doados mencionados nas atas e publicados (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 23 de mar. 1881, p. 3).

Carlos Honório serviu como 2º secretário do Instituto. Ele se mostrava empenhado com as funções da biblioteca, arquivo e museu, sobretudo, em 1880, quando faleceu aos 57 anos, vítima de um infarto. Segundo Portella<sup>27</sup>, depois do Imperador, ninguém amou mais a biblioteca do Instituto do que Honório (RIHGB, 1881, t. 44, p. 361).

---

<sup>27</sup> Joaquim Pires Machado Portella - Nasceu no Recife, Pernambuco, em 12 de março de 1827, e faleceu provavelmente no Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1908. Entrou para o IHGB em 1870 como sócio



Honório assinou uma proposta, em conjunto com o 1º secretário, Moreira de Azevedo, Alencar Araripe, Pinheiro de Campos e Norberto de Souza Silva, solicitando que o Instituto oficializasse aos proprietários das tipografias da corte e das províncias, o favor de remeterem para biblioteca do Instituto Histórico um exemplar de qualquer publicação sobre história e geografia do Brasil que imprimirem em seus estabelecimentos (RIHGB, 1881, t. 44, p. 351). Não é inconveniente afirmar que a ideia era estratégica, já que o Instituto não costumava comprar obras recém-publicadas.

## **1.2 A importância das dotações imperiais no orçamento do IHGB (1839-1889): compra de livros, manuscritos e mapas**

Conforme visto anteriormente, apesar de instituição privada, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se valeu da proteção do Imperador e da participação e/ou relação dos seus sócios com o governo para sua formação e manutenção financeira. A presente seção apresenta, em números, e analisa a importância das dotações imperiais para a formação do acervo da biblioteca do IHGB, bem como para a “sobrevivência financeira” do Instituto como um todo.

As dotações orçamentárias governamentais foram imprescindíveis para a manutenção das atividades do IHGB, como se vê na tabela abaixo. Em 1839, os aportes governamentais representaram 80,1% do orçamento do Instituto. Não raro, o auxílio governamental foi responsável por mais de 75% do orçamento anual do IHGB, tal como colocou Guimarães (2006). Em 1850, 87,7% das receitas do Instituto foram oriundas dos aportes imperiais, marca recorde no período analisado. Como se pode observar, os recursos governamentais eram fundamentais para a sobrevivência do Instituto. Consoante Guimarães (1988, p. 9), “[p]ode-se avaliar como decisiva a ajuda do estado para [...] existência material” do IHGB. No final do Império, o Instituto recebia 9:000\$000, por ano, do governo. Em 1889, o Estado foi responsável por 82% do total da receita do IHGB. A tabela a seguir expõe a receita total do Instituto, as dotações governamentais e a representatividade desta na receita do IHGB, no período 1839-1889. Destaca-se que na

---

correspondente; em 1902, foi eleito sócio Honorário e, em 1906, Benemérito. Publicou: Repertório da Constituição Política do Império do Brasil e do Ato Adicional, RJ, 1865 – Constituição Política do Império do Brasil Confrontada com Outras Constituições e Anotada, Rio de Janeiro, 1876. – Chegada da Família real Portuguesa à Província da Bahia (R. IHGB, t. 45, p. 2). – A Sabinada na Província da Bahia (R. IHGB, t. 45, p. 2). Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jpmachadoportela.html>. Acesso em: 25 de jul. 2023.

pesquisa realizada para a presente Tese não foram encontradas informações referentes aos anos: 1845, 1846, 1849, 1851, 1852, 1853, 1854, 1856, 1857, 1858 e 1859.

Tabela 3: Representatividade das dotações governamentais na receita total do IHGB (1839-1889)

<b>Ano</b>	<b>Dotação do governo (1)</b>	<b>Receita Total (1)</b>	<b>Representatividade dotação do governo (%)</b>
1839	1000000	1248000	80,1
1840	1000000	1261390	79,3
1841	2000000	3752040	53,3
1842	2000000	2936900	68,1
1843	2000000	2644000	75,6
1844	2000000	2643000	75,7
1847	2000000	4488350	44,6
1848	2000000	4655147	43,0
1850	2000000	2281450	87,7
1855	4000000	4976000	80,4
1860	5000000	8511375	58,7
1861	5000000	7798450	64,1
1862	5000000	7774913	64,3
1863	5000000	7785296	64,2
1864	5000000	7448976	67,1
1865	7000000	8951620	78,2
1866	7000000	9172819	76,3
1867	7000000	8871790	78,9
1868	7000000	9071527	77,2
1869	7000000	9084524	77,1
1870	7000000	9144463	76,5
1871	7000000	9053300	77,3
1872	7000000	9053300	77,3
1873	7000000	8851400	79,1
1874	7000000	9085000	77,1
1875	7000000	8698100	80,5
1876	7000000	8980400	77,9
1877	7000000	21539126	32,5
1878	7000000	21671636	32,3
1879	7000000	9364000	74,8
1880	7000000	21096675	33,2
1881	7000000	98340000	71,2
1882	8000000	10431000	76,7
1883	9000000	11319000	79,5

<b>1884</b>	9000000	11308000	79,6
<b>1885</b>	9000000	11292110	79,7
<b>1886</b>	9000000	10515000	85,6
<b>1887</b>	9000000	11363000	79,2
<b>1888</b>	9000000	11424000	78,8
<b>1889</b>	9000000	10973000	82,0

(1): Em Contos de Réis.

Fonte: Dados compilados pela autora a partir dos relatórios financeiros do IHGB disponibilizados nas Atas das Reuniões do Instituto.

Conforme observado na tabela acima, os anos 1877, 1878 e 1880 mostram que a receita oriunda do governo representou uma média de 32% na receita total do Instituto. Em 1877, o tesoureiro do IHGB inseriu, na receita anual do Instituto, o valor que estava no fundo de reserva que a agremiação possuía, ou seja, dez apólices da dívida pública, cada uma no valor nominal de 1:000\$000. Por essa razão, a representatividade percentual da receita proveniente do governo despencou para 32,5%. A mesma situação ocorreu em 1878 e 1880, entretanto, nesses anos, o tesoureiro declarou que o Instituto tinha doze apólices que somavam 12:000\$000, esse montante foi contabilizado como receita, o que explica a “baixa” representatividade percentual das dotações governamentais na receita total do Instituto de 32,3% e 33,2%, em 1878 e 1880, respectivamente.

A receita do Instituto advinha basicamente do Estado, juros de apólices e, eventualmente, da assinatura e venda da revista. O Instituto também se financiava com o pagamento de joias de admissões e prestações dos sócios; contudo, essas verbas não eram “renda certa”, já que muitos associados atrasavam ou não pagavam seus débitos. Talvez, seja esse o motivo pelo qual o Instituto, a partir de 1881, passou a estampar na sua *Revista* a relação dos sócios que mantinham seus compromissos em dia.

O Instituto aplicava suas receitas na publicação da *Revista* trimestral. Segundo Vieira Fazenda, a *Revista* do IHGB era “o verdadeiro termômetro pelo qual se pode com justiça, aferir a intensidade de vida do Instituto Histórico” (RIHGB, 1911, p. 369). A *Revista* atendia aos fins estatutários da agremiação, além disso, constituía um veículo de comunicação com entidades nacionais e estrangeiras.

As maiores despesas eram com a confecção da Revista, conforme se verá mais adiante. Além do periódico, havia dispêndio com a publicação de memórias sobre história e geografia, vencimentos dos empregados e conservação do arquivo e biblioteca. Como visto na subseção anterior, o Instituto recebeu inúmeras doações, mas também adquiriu, por meio de compra, muitos documentos.

A aquisição de livros, manuscritos e mapas para compor o acervo do IHGB começou em 1839, logo após a fundação da agremiação. A proposta de aquisição poderia ser requerida pelos sócios do Instituto, e, principalmente, pelos secretários:

O Sr. Conego Januário da Cunha Barbosa passou depois a fazer a leitura de uma lista de manuscritos que pertenceram ao finado Tenente General Domingos Alves Branco Moniz Barreto, e propôs que o Instituto houvesse de nomear uma comissão de seu seio, a fim de os examinar, dar o parecer a respeito, e indagar de seu preço, visto se acharem à venda. Entrou em discussão, foi aprovado, e nomeados em comissão ad hoc os Srs. Conego Cunha Barbosa e Desembargador Pontes (RIHGB, 1840, p. 151).

A compra de livros demandava dotações orçamentárias. Em 1839, Januário da Cunha apresentou uma proposta solicitando recursos financeiros à Regência, via Assembleia Legislativa, para publicações, “compras de livros, mapas e manuscritos, que nos são indispensáveis” (RIHGB, 1839, p. 213). Januário era um “homem de sólida formação intelectual, mas acima de tudo um homem experimentado [...] sabia de antemão, que na Câmara, os sócios-deputados tratariam de defender as pretensões do grêmio” (GUIMARÃES, 2011, p. 45-46). A solicitação foi rapidamente atendida e o Instituto recebeu o suprimento votado pelo Corpo Legislativo no valor de 1.000\$000.

A Ata da 55ª Sessão do IHGB, de 16 de janeiro de 1841 (RIHGB, 1841, t.3, p. 127-129), apresenta a análise da Comissão de Fundos referente às receitas e despesas realizadas no ano fiscal e social, compreendido pelo período de 1º de julho de 1839 a 30 de junho de 1840 (quadro 1, abaixo). O estudo do orçamento do Instituto, além de possibilitar averiguar a compra de livros, traz luz à outras questões centrais, como a importância da dotação governamental, incorporação de novos sócios e a produção e venda da *Revista* trimestral.

Quadro 1: Orçamento do IHGB ano fiscal 1839-1840<sup>28</sup>

Receita	
1º Saldo do ano antecedente	30\$390
2º Produto de joias.....	520\$000
3º Idem de prestações....	551\$000
4º Venda da Revista Trimestral	160\$000
5º Suprimento votado pelo Corpo Legislativo.....	1.000\$000
<b>TOTAL</b>	<b>2.261\$390</b>
Despesas	
1º Publicação da Revista Trimestral em ano de 1840.	1.194\$000
2º Vencimentos do escriturário	225\$000

<sup>28</sup> A redação dos valores neste e nos quadros subsequentes respeitou a grafia encontrada nas Atas consultadas.

3º Dito do porteiro	142\$000
4º Comissão pela cobrança das prestações	15\$250
5º Impressões dos estatutos, diplomas, recibos, cartões, circulares etc.	111\$000
6º Custo de brochuras	36\$000
<b>7º compra de livros</b>	<b>45\$400</b>
8º cópia de documentos	27\$500
9º expediente	48\$200
10º Adiantamento por conta de medalhas	300\$000
<b>TOTAL</b>	<b>2.144\$350</b>

(RIHGB, 1841, t.3, p. 127-128, Grifos nossos).

A análise das receitas demonstra a importância da verba governamental para o Instituto. O suprimento votado pelo Corpo Legislativo (1.000\$000) representou quase 45% do total das receitas do período fiscal 1839-1840 (2.261\$390). Por seu turno, a venda de revistas (160\$000) foi responsável por 7% das receitas no período. Nota-se que a publicação dos periódicos (1.194\$000) consumiu 55% do total das despesas do mesmo período (2.144\$350). A aquisição de livros (45\$400) representou apenas 2,1% das despesas realizadas pelo Instituto no ano fiscal 1839-1840.

Observa-se, assim, que a *Revista* não possuía fins lucrativos; sua venda tampouco cobria os custos de sua produção. A *Revista* era o veículo de comunicação do Instituto e cumpria, em boa medida, a função acadêmica e social do IHGB. Por outro lado, igualmente, é possível constatar a importância das dotações governamentais para o Instituto. Além de, como já dito, representarem 45% do total das receitas desse período, cobriram 46,6% do total das despesas (2.144\$350).

Na mesma reunião, em 16 de janeiro de 1841, o tesoureiro do IHGB apresentou a estimativa orçamentária (uma vez que a sessão ocorreu em 16 de janeiro e o ano fiscal se encerraria apenas em 30 de junho) das receitas e despesas para o período fiscal de 1º de julho de 1840 a 30 de junho de 1841.

Quadro 2: Previsão de orçamento do IHGB ano fiscal 1840-1841

Receita	
1º saldo do ano antecedente	117\$40
2º Dívida ativa	225\$000
3º Joias de entrada de sócios	200\$000
4º Prestações semestrais que poderão arrecadar	120\$000
5º Produto da venda da Revista	200\$000
6º Subsídios votado pelo Corpo Legislativo	2.000\$000
<b>TOTAL</b>	<b>2862\$040</b>
Despesas	
1º Vencimento de um escriturário a	25\$000 por mês. 300\$000
2º Dito do porteiro a	12\$000. 144\$000

3º Dito do Guarda Conservador a	10\$000. 120\$000
4ª Publicação da Revista Trimensal	1.400\$000
5º Dita de Memórias e escritos tenham por fim os esclarecimentos da História e Geografia do Brasil	300\$000
<b>6º Aquisição de livros e manuscritos</b>	<b>300\$000</b>
7º Expediente da secretaria e reparo com Arquivo e Biblioteca	160\$000
8ª Eventuais	100\$000
TOTAL	2.824\$000

(RIHGB, 1841, t.3, p. 128-129, Grifos nossos).

Os números demonstram uma estimativa no aumento dos subsídios governamentais absolutos (de 1.000\$000 para 2.000\$000) e relativos (de 45% para 70%) para a receita da Instituição. Embora se calculasse um crescimento absoluto na receita advinda da venda da Revista (160\$000 para 200\$000), esta rubrica manteria o peso relativo de 7% na receita total do IHGB.

Em 1840, o Instituto justificou que o subsídio no valor de 1.000\$000 era insuficiente para copiar mapas geográficos, comprar manuscritos e outros objetos interessantes (RIHGB, 1840, p. 536) e solicitou um acréscimo na verba. Rapidamente, o governo atendeu a demanda do Instituto, que passou a receber 2.000\$000. Segundo Trevisan (2017, p. 139), a duplicação do valor decorreu em virtude “de influência [dos membros do IHGB] sobre as instâncias deliberativas do governo e da legislatura na liberação dos recursos”.

A comparação entre as despesas realizadas no ano social 1839-1840 e o orçamento previsto para o período 1840-1841 mostra um considerável aumento na rubrica “aquisição de livros e manuscritos”. O valor mais que sextuplicaria – passaria de 45\$400 para 300\$000 para o ano. O crescimento da rubrica ganha vulto diante do aumento geral das despesas na ordem de um pouco mais de 30% - 2.144\$350 para 2.824\$000. Assim, a aquisição de livros que antes representava 2,1% do total das despesas passaria a ser responsável por 10,6% desse total no período 1840-1841, o que demonstra o crescimento de importância da formação da biblioteca para o Instituto.

A comparação dos dois orçamentos evidencia também um incremento de um pouco mais de 17% para a publicação da revista. A pesquisa não identificou a razão para esse acréscimo. Uma das explicações seria o aumento da tiragem, outra, e não excludente da primeira, a inflação e/ou crescimento dos gastos referentes a publicação do periódico. Todavia, independente da inflação da época, o aumento orçamentário para a aquisição de livros é expressivo, pois mostra a preocupação da diretoria com a biblioteca.

A Ata da sessão de 12 de janeiro de 1842 demonstra que o orçamento de receitas e despesas previsto em janeiro de 1841 para o ano fiscal 1840-1841 sofrera alterações, conforme é mostrado no quadro 3.

**Quadro 3: Orçamento do IHGB ano fiscal 1840-1841**

Receita	
1º Saldo do ano antecedente	117\$040
2º Joias de entrada de sócios	550\$000
3º Produto das prestações semestrais	1:004\$000
4º venda da Revista Trimensal	81\$000
5º Subsídio do Governo	2:000\$000
	Rs. 3:752\$040
Despesa	
1º vencimento do Escriurário	300\$000
2º vencimento do Porteiro	156\$000
3º vencimento do Guarda conservador, por conta	70\$000
4º Comissão ao agente da Tesouraria	54\$900
5º Publicação da Revista Trimensal	1:291\$000
6º Impressão de diversas obras	134\$000
7º Custo da obra – Curso methodico de Geographia – e subscrição da Revista Médica.	134\$000
8º prontificarão de diplomas, cartões e circulares e encadernações	178\$000
9º expediente, mobília e outros arquivos para biblioteca	400\$320
10º medalhas de ouro e prata oferecidas a S.M. Imperial, e as outras sociedades correspondentes	504\$270
11º Selo de ouro para sua Majestade Imperial, o Senhor D. Fernando, Rei de Portugal, inclusive as caixas em que foi depositado	191\$000
12º Adiantamento por conta das medalhas de cobre para ser indenizada pelos subscritores	300\$000
<b>TOTAL</b>	<b>3:600\$440</b>
Saldo no fim de junho de 1841	Rs.3: 752\$040

(RIHGB, 1842, t.4, p. 98-99).

A análise comparativa da estimativa orçamentária do período de 1º de julho de 1840 a 30 de junho de 1841 (discutida em 16 de janeiro de 1841) e do orçamento realizado *de facto* no mesmo período, apresentado em 12 de janeiro de 1842, traz importantes informações.

Observa-se, em primeiro lugar, considerável aumento entre a receita estimada (2.862\$040) e a arrecadada (3.752\$040). A diferença de quase 900\$000 ocorre basicamente pelo ingresso de novos sócios no Instituto (Joias de entrada de sócios: previsto 200\$000; efetivo 550\$000. Produto das prestações semestrais: previsto 120\$000; efetivo 1:004\$000). Ou seja, o Instituto incorporou mais sócios no ano social 1840-1841 do que o imaginado em janeiro de 1841.

Evidencia-se que as receitas próprias do Instituto (1.635\$000) aproximam-se dos valores aportados pelo governo (2.000\$000). Nota-se, igualmente, uma redução no valor

arrecadado pela venda da Revista (previsão de 200\$000; efetivo de 81\$000), que foi acompanhado pela redução das despesas com sua produção (previsto 1.400\$000; realizado 1.291\$000).

Visualiza-se, no quadro 3, a presença de dotação orçamentária para a impressão de diversas obras (134\$000) e a subscrição de uma revista científica (11\$950). O valor despendido não alcança 50% do montante estimado em janeiro de 1841 (300\$000) para a aquisição de livros e periódicos. A pesquisa não encontrou evidências para a redução das despesas com essa rubrica. Nota-se que o saldo orçamentário do ano (151\$600) corresponde basicamente ao valor não despendido com a aquisição de livros e periódicos, logo, o motivo para a redução no valor gasto com esses itens, aparentemente, não foi orçamentário. Outro ponto a ser analisado é a “impressão de diversas obras”. A pesquisa não encontrou informações robustas sobre esse assunto, contudo, se sabe que, naquela época, muitas obras que não podiam ser adquiridas eram copiadas. Logo, entende-se que muitos livros solicitados pelos sócios podiam ser “adquiridos” mediante cópias. Observa-se, também, um dispêndio de 400\$320 com a compra de “móvel e outros arquivos para biblioteca”, o que dá indícios sobre o planejamento para a expansão do acervo.

Na mesma sessão, em sequência, houve a previsão orçamentária para o ano social/fiscal 1841-1842.

Quadro 4: Previsão de orçamento do IHGB ano fiscal 1841-1842

Receita	
1º saldo do ano anterior	151\$600
2º Dívida ativa	327\$000
3º Joias de 10 sócios novos	200\$000
4º Prestações semestrais de sócios efetivos e correspondentes	1:008\$000
5º Venda da Revista Trimensal	200\$000
6º Subsídio do Governo	2:000\$000
<b>TOTAL</b>	<b>Rs. 3886\$600</b>
Despesas	
1º Vencimentos de Empregados:	
Um Escrivão;	400\$000
Um Porteiro;	240\$000
Um Guarda conservador.	144\$000
Um agente da Tesouraria a 5% de comissão	66\$000. 850\$000.
2º Publicação da Revista Trimensal	1:400\$000
3º Publicação de Memórias e escritos tendentes a elucidação da História e Geografia do Brasil.	300\$000
4º Aquisição de livros, manuscritos e mapas geográficos	400\$000
5º Prêmio pelos programas que forem devidamente desempenhados	200\$000
6º Expediente da Secretaria, da sala das sessões, reparo e conservação do Arquivo e Biblioteca	340\$000
7º Eventuais	200\$000
<b>TOTAL</b>	<b>Rs.3:690\$000</b>
Maior receita presumível	196\$600



(RIHGB, 1842, t.4, p. 98-99).

Os dados apresentados no quadro 4 indicam uma estabilização nas receitas (arrecadado em 1840-1841: 3:752\$040; previsto para 1841-1842: 3:886\$600) e despesas (efetuado em 1840-1841: 3:752\$040; previsto para 1841-1842: 3:690\$000) com pequenas variações.

Nas despesas, observa-se maior participação da rubrica “aquisição de livros” (400\$000 frente a 300\$000 do período anterior, ou seja, um aumento de 30%). Salienta-se que a rubrica passou a incluir também a aquisição de mapas.

Os dados também mostram despesas com a manutenção da biblioteca e arquivo (340\$000). Ressalta-se que as estimativas orçamentárias para o período 1840-1841 previam a quantia de 160\$000 para esse fim. Contudo, a lista com as despesas efetuadas *de facto* no período não contém esse item. Como se sabe, uma biblioteca não é formada apenas por livros. Sem mobiliário condizente e profissionais qualificados, a biblioteca seria apenas um depósito de livros amontoados em um canto. A pesquisa realizada não encontrou os motivos para a não realização das despesas previstas. Como visto acima, o Instituto Histórico colocava em seu orçamento o dispêndio com a compra de livros e outros objetos inerentes à biblioteca, mas o valor não chegava ao teto planejado, isso ocorria com frequência. Conforme será explorado nos próximos capítulos, por falta de cuidado e/ou conhecimento, o acervo aos poucos incorporado ao IHGB não era devidamente acondicionado.

Em 1842, no relatório anual da quarta sessão pública aniversária, o secretário perpétuo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, propôs que o Instituto se dirigisse ao Corpo Legislativo a fim de aumentar a dotação Imperial:

Força é lembrar, Senhores, que muito nos tem valido o subsídio de 2.000\$000 com que o Governo Imperial, por deliberação da Assembleia Legislativa, tem auxiliado as nossas despesas. Elas crescem necessariamente com as publicações que temos de fazer de obras interessantes à história e geografia do Império; mas o Instituto confia na imediata proteção de S.M.I., que designará coadjuvar os seus trabalhos, alcançando da Assembleia Geral Legislativa algum acrescentamento ao subsídio, para adiantarmos as nossas literárias tarefas (RIHGB, 1842, p. 25-26).

O IHGB conseguiu o aumento do subsídio, finalmente, em 1855. Entretanto, era comum o governo conceder ajuda financeira para auxiliar o Instituto a imprimir sua

Revista e demais publicações, conforme se lê nas palavras proferidas pelo deputado Góes Siqueira:

Ontem, Sr. Presidente, eu tive a honra de mandar à mesa um artigo aditivo autorizando o governo a auxiliar desde já as publicações do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro com a quantia de mais 1:000\$ além da soma votada. Creio que o honrado Sr. ministro da fazenda e a câmara dos Srs. deputados não se recusarão a dar o seu assentimento à matéria deste artigo. É um objeto de suma utilidade, Sr. presidente, e se a história em geral é, segundo a frase de um homem notável, a mais da verdade, se é testemunho do passado, o aviso do presente, e a advertência do futuro, julgo que devemos animar por estes todas aquelas associações que se ocuparem de objetos tais, mormente sendo relativos ao nosso país (ANAIS DO PALARMENTO BRASILEIRO (RJ), 1853, p. 81).

Entre os anos de 1843 e 1855, a instituição publicou suas receitas e despesas, sem, contudo, discriminar as rubricas, portanto, não se consegue identificar se no decorrer desse período houve compra de livros, manuscritos, mapas ou outros objetos para biblioteca. Caso tenha ocorrido, é provável que, por se tratar de despesas extraordinárias, o registro esteja na rubrica “expediente e eventuais”<sup>29</sup>.

Os secretários, normalmente, davam notícias das aquisições realizadas pelo Instituto, porém, não foi encontrada nenhuma informação que comprove a compra de patrimônio documental, pelo menos até 1855, ano em que, de fato, não ocorreu essas despesas. Cabe lembrar que neste mesmo ano, o governo Imperial aprovou um aumento de 2.000\$000 no subsídio do Instituto, ou seja, a Instituição passou a receber 4:000\$000 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1855). Com esse valor, o Instituto mandou imprimir os primeiros volumes de sua Revista trimestral, já que estavam esgotadas devido ao aumento no número de sócios e das sociedades que solicitavam o periódico (SANCHEZ, 2003). O IHGB também iniciou a edição completa da obra do Frei Jaboatão<sup>30</sup>.

Segundo o balancete de 1855, o total da receita para o referido ano foi de 4:709\$470 e a despesa 4:463\$280. O saldo repassado para 1856 foi de apenas 246\$190 (RIHGB, 1856, t. 19, p. 9). Neste mesmo ano, em 1856, o tesoureiro orçou as despesas para o ano vigente, contudo, não incluiu a compra de documentos para biblioteca. O

---

<sup>29</sup> O Instituto, às vezes, arrolava na rubrica “expediente e eventuais” materiais necessários para o asseio da casa, além de objetos de secretaria: tinta, lápis, papel, velas para iluminação das salas e publicações de anúncios na imprensa, impressão de circulares, gratificações aos funcionários, compra e conserto de mesas de escritório, estantes para biblioteca, caixas de madeira para acondicionar moedas e até a compra de livros.

<sup>30</sup> A primeira parte da obra é composta por dois volumes impressos em Lisboa, em 1761, e reimpressa em 1858 por ordem do IHGB. Já a segunda parte contém três volumes e foram impressos em 1859, 1861 e 1862. Cabe lembrar que a agremiação recebeu e custodiou os manuscritos originais da segunda parte da obra do religioso (REDE INTERNACIONAL DE ESTUDOS FRANCISCANOS NO BRASIL, 2023).

Instituto costumava priorizar a sobra dos recursos, caso houvesse, com a Revista, depósito em conta corrente no banco e compra de apólices da dívida pública; não foi encontrada informação sobre sobra de receita para compra de livros. Entretanto, em 1879 e 1880, a comissão de fundos e orçamentos autorizou que as sobras da receita fossem aplicadas na encadernação dos livros deteriorados e na impressão do *Livro que dá razão do Estado do Brasil* e do catálogo de manuscritos do Instituto.

A impressão e brochura da Revista consumia a maior parte dos recursos financeiros do Instituto, motivo pelo qual o IHGB deixava de publicar roteiros das Províncias, de adquirir mapas geográficos, comprar manuscritos e livros para sua biblioteca. Como visto na subseção anterior, a biblioteca crescia mediante ofertas realizadas pelo quadro social da Instituição, além de pequenas compras de documentos, mas, não só. Os ministros mandavam abundar a biblioteca do Instituto com obras em duplicatas de coleções compradas pela Biblioteca Nacional (RIHGB, 1854, t. 17, p. 13), especialmente, aqueles documentos inerentes a história e geografia, conforme se lê no Relatório do Ministério do Império. “Para a biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mandou o governo reservar 120 obras da mesma coleção que eram duplicatas, e concernentes as matérias que fazem objeto dos trabalhos do mesmo Instituto” (MINISTÉRIO DO IMPERIO, 1854, p. 78)<sup>31</sup>.

Os auxílios aumentaram gradativamente. Em 1861, a agremiação contava com 5:000\$000 repassados do tesouro nacional. Embora a compra de livros não estivesse no planejamento orçamentário do ano, o Instituto destinou 5,5% de suas despesas para a aquisição de obras. Já em 1862, o Instituto orçou sua receita em 7:670\$000 e arrecadou 7:774\$913<sup>32</sup>, o aumento no valor de 104\$913 decorreu, basicamente, da venda da Revista (prevista: 250\$000 e arrecada: 346\$000). Entretanto, em 1862, o Instituto gastou 8:240\$980<sup>33</sup>, ou seja, 466\$068 a mais. O aumento do gasto foi em razão das gratificações dos empregados e das compras de livros que representou, em 1862, 6,6% investido na aquisição de documentos.

---

<sup>31</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968\\_1854\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1854_00001.pdf)> Acesso em: 17 de jan. 2023.

<sup>32</sup> Prestações dos sócios 2:004\$000, venda da Revista Trimensal 346\$000, juros vencidos no banco rural e hipotecário 149\$913, dividendo de 25 ações 275\$000, subvenção do tesoureiro nacional 5:000\$000 (RIHGB, 1863, t. 26, p. 865).

<sup>33</sup> Vencimento dos empregados 2:230\$800, expediente 404\$400, impressão e reimpressão da Revista Trimensal 4:136\$000, compra de livros e encadernações 543\$720, compra de 25 ações do banco rural e hipotecário 850\$000 (RIHGB, 1863, t. 26, p. 865).

O secretário na época, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, entendeu que a biblioteca não poderia prosperar apenas com as doações e encarregou o sócio correspondente, Jorge César de Figanière<sup>34</sup>, de procurar em Portugal livros e manuscritos raros sobre história e geografia do Brasil (RIHGB, 1861, t, 24). Figanière era bibliófilo e conhecia as principais livrarias de Portugal. Em 1863, comprou, por solicitação do 1º secretário, 74 obras que formavam 124 volumes (RIHGB, 1863, t. 26, p. 921). A maior parte das obras foi comprada em Lisboa, representou 6% das despesas do Instituto<sup>35</sup> no referido ano. Já em 1864, o IHGB destinou 5,8% de suas despesas para a compra de documentos para a biblioteca.

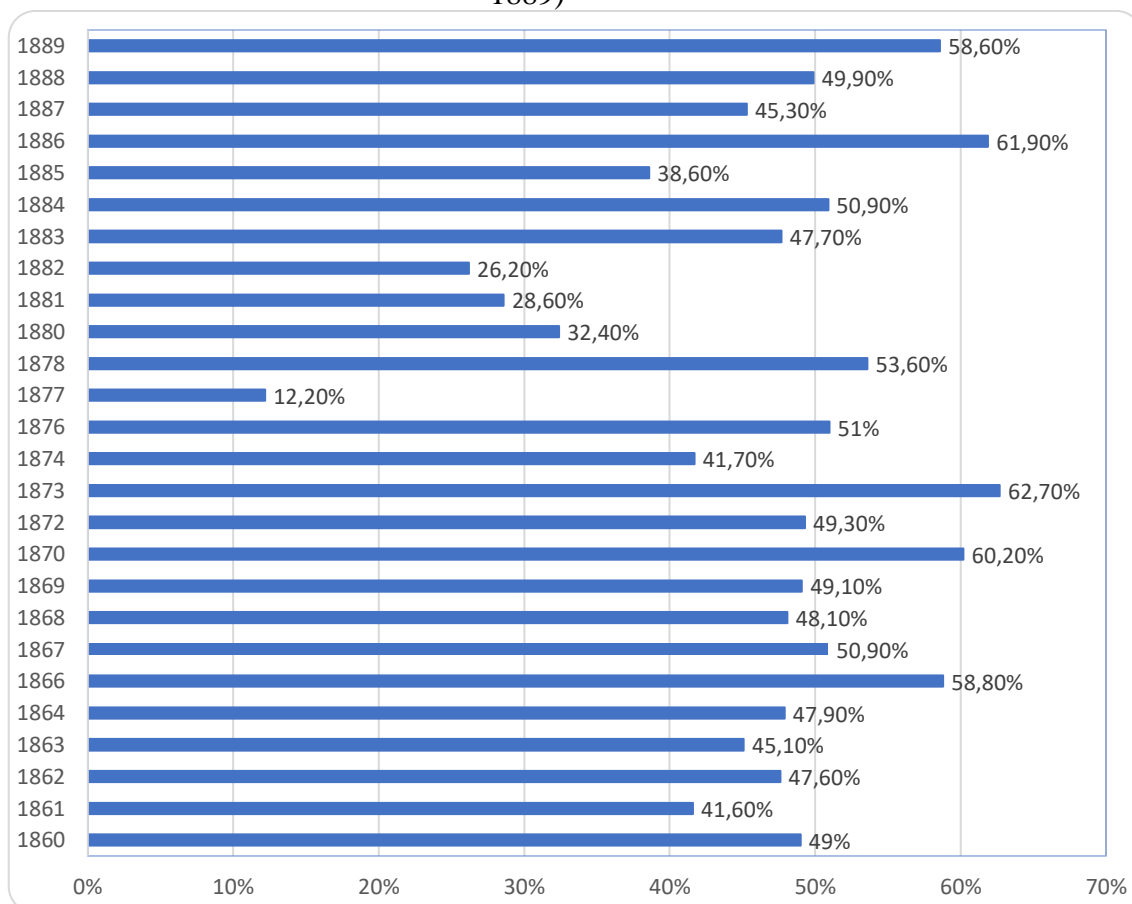
A comissão de fundos e orçamentos entendia que o subsídio do governo deveria ser aplicado na produção da Revista do Instituto e na aquisição de livros e manuscritos relativos à história e geografia do Brasil. No que tange a Revista, o IHGB gastava a maior parte de seus recursos com a produção, impressão e reimpressão do periódico. O gráfico abaixo demonstra o impacto orçamentário relativo a confecção da Revista no período 1860-1889.

---

<sup>34</sup> Jorge César de Figanière nasceu no Rio de Janeiro em abril de 1813 e faleceu em Lisboa em abril de 1888. Em 1832, entrou para o funcionalismo público como empregado da secretaria dos estrangeiros em Lisboa. Foi amigo do bibliógrafo português Inocêncio F. da Silva, inclusive o ajudou no seu monumental *Dicionário Bibliográfico Português*. Foi sócio do IHGB, do Conservatório Real de Lisboa, comendador das ordens portuguesas de Cristo, grega do Salvador, Espanholas de Carlos III e de Isabel a Católica, e condecorado com a ordem otomana de Nichan Ifitibar (BLAKE, 1898, v. 4, p. 261).

<sup>35</sup> Consignação do Tesouro Nacional 5:000\$000, joias de entrada 140\$000, remissão de um sócio 60\$000, prestações semestrais 1:104\$000, cobrança da dívida ativa 549\$000, assinatura e venda da *Revista* 280\$000, juros do capital em c/c. no banco 52\$296, dividendo de 25 ações 600\$000. Soma: 7:785\$296 (RIHGB, 1864, t. 27, p. 359).

Gráfico 5 - Participação percentual da Revista do IHGB nas despesas totais (1860-1889)<sup>36</sup>

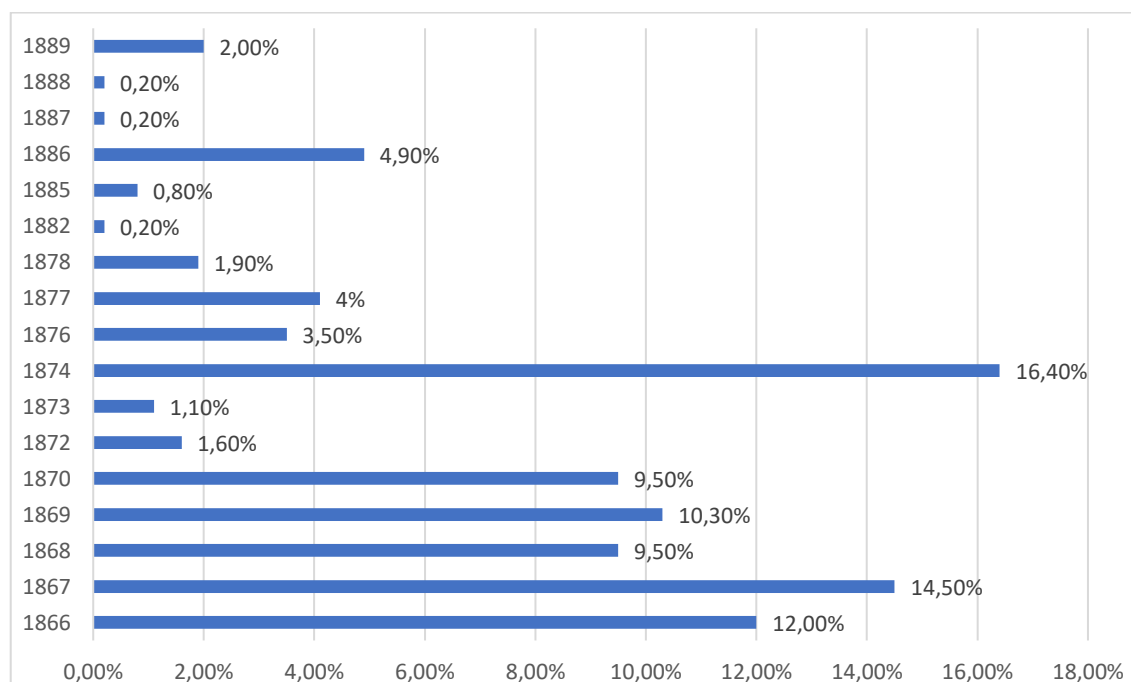


Fonte: Dados compilados pela autora a partir dos relatórios financeiros

A Revista do IHGB era “o principal veículo e vitrine das ideias desenvolvidas no Instituto” (SANCHES, 2003, p. 116), razão pela qual o IHGB canalizava seus esforços. Quanto a compra de documentos, os valores despendidos pelo Instituto não apresentam valores expressivos se comparado com a Revista, conforme se nota no gráfico abaixo:

<sup>36</sup> Não há dados relativos aos anos 1865, 1871, 1875 e 1879.

Gráfico 6 - Participação percentual de compra de documentos nas despesas totais (1865-1889)<sup>37</sup>



Fonte: Dados compilados pela autora a partir dos relatórios financeiros

Os dados acima revelam que o período de regularidade na rubrica “compra de livros” ocorreu entre 1866 e 1870, com percentual maior em 1867. Em 1865, o Ministério do Império acrescentou mais 2:000\$000 no valor do subsídio repassado ao Instituto que passou a receber 7:000\$000. “O aumento de subvenção, que lhe foi concedido, tem-lhe permitido cuidar também da reimpressão de diversas obras e da **aquisição de alguns documentos impressos, ou manuscritos, bem como enriquecer a sua biblioteca com obras relativas aos assuntos dos seus estudos** (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1866, 19, p. 19, Grifos nossos).

Com o acréscimo nos recursos financeiros do Instituto, o 1º secretário, Fernandes Pinheiro, escreveu para alguns sócios residentes nas Províncias ou em países estrangeiros pedindo-lhes que o noticiasse sobre a venda de documentos que estivessem no plano de trabalho do IHGB. Ernesto Adolpho de Freitas sugeriu a compra de 26 volumes manuscritos in-folio pertencentes ao espólio do conde de S. Lourenço. Freitas declarou que a coleção tinha raros documentos sobre o Brasil, além de três volumes das atas da *Academia dos Esquecidos*, fundada na Bahia. A mesa diretora autorizou a realização da

<sup>37</sup> Não há dados ou não houve compra de livros relativos aos anos 1865, 1875, 1879, 1880, 1881, 1883 e 1884.

compra pela quantia de 200\$000; as obras estavam em Lisboa, portanto, o Instituto teve que arcar com os custos de transporte (RIHGB, 1867, t. 30, p. 435).

Em 1867, o 1º secretário escreveu à Maria José de Lima Fonseca Mattos, viúva do conselheiro Libanio Augusto da Cunha Mattos, solicitando a doação do acervo de seu finado marido ou que o vendesse ao IHGB. Entretanto, o filho de Mattos preferiu ficar com a coleção. Essas ações evidenciam não apenas o cuidado do 1º secretário, mas mostra a importância dos subsídios advindos do Governo.

A compra de livros não era apenas uma preocupação do 1º secretário. Frequentemente, os sócios davam notícias de livros e manuscritos que estavam à venda. Em 1871, o Sr. Coruja, tesoureiro do Instituto, falou da conveniência de comprar os livros deixados pelo falecido sócio Manuel Ferreira Lagos. Coruja declarou haver dinheiro nos cofres da tesouraria para realizar a aquisição da biblioteca. Aparentemente, o valor pedido pela família do falecido ficou muito além do que o Instituto poderia pagar. Em 1871, o saldo da instituição era 516\$186 em dinheiro, 10:000\$000 aplicados em 10 apólices da dívida pública e 593\$675 depositados na Caixa Econômica, ou seja, a soma total era 11:109\$861.

A viúva de Lagos vendeu o acervo à Biblioteca Nacional pela quantia de 28:000\$000 que foi paga em duas prestações. A livraria de Lagos “tinha 3.475 volumes, 146 mapas, 231 manuscritos e uma coleção de cerca de 2.000 folhetos publicados no Brasil e países estrangeiros” (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1873, p. 11). Segundo Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional, depois de Pedro Angelis<sup>38</sup>, a coleção de manuscritos do bibliófilo Lagos é a “mais interessante que possuímos, especialmente porque versam quase todos eles sobre coisas do Brasil; baste-nos dizer que ali vieram as conscienciosas e estimáveis memórias do nosso naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1877, p. xi).

Manuel Ferreira Lagos era bibliófilo, conhecido por ser criterioso nas escolhas dos livros e de suas primorosas encadernações. Ele costumava comprar obras em leilão e doar vários documentos e manuscritos originais ao IHGB, como ocorreu com o espólio do finado tenente-coronel Adolpho Antonio Frederico Seweloh. Lagos julgou que a sua oferta ajudaria a esclarecer alguns “pontos controversos da história militar do Brasil” (RIHGB, 1871, t. 34, p. 313).

---

<sup>38</sup> A Livraria de Pedro Angelis constava “2.785 volumes impressos, além de 1291 documentos e mapas manuscritos importantes, sendo grande parte dos livros relativos à História da América” (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1853, p. 70).

Em 1874, o Instituto dedicou 16,40% de suas despesas totais na aquisição de documentos; todavia, cabe lembrar que naquela época as encadernações estavam dentro da rubrica “compra de livros”. Logo, não foi possível especificar o que, de fato, representa apenas a despesa com a aquisição de obras.

O Instituto entendia que as compras de livros eram “necessidades urgentes”, a aquisição de obras raras [são] importantes para o fim que nos propomos; impressão de memórias e preciosos manuscritos vão se perdendo com o tempo”, entretanto, a instituição alegava que essa reclamação era adiada por “deficiência nos meios” (RIHGB, 1877, t, 40, p. 492). Na tentativa de mitigar essa questão, o Instituto, como mencionado na subseção 1.1, solicitava que as pessoas doassem documentos, seja para o arquivo, biblioteca e museu, com a garantia de ter seus nomes registados e publicados nas Atas do IHGB. Essa prática mostra o esforço da Instituição em se tornar um centro de captação e salvaguarda em pesquisa histórica no Brasil. O patrimônio documental amealhado, desde sua fundação, em 1838, colocou o IHGB “na ponta das instituições de conservação do patrimônio nacional” (LAGO, 2014, p. 10). Essa conquista pode ser atribuída não apenas aos seus associados, mas, principalmente, ao aporte dado pelo Estado.

A partir da década de 1880, o Instituto alegou que suas despesas estavam maiores que as receitas, além do mais, havia uma dívida de 4:633\$200. Na tentativa de equilibrar suas finanças, a comissão de fundos e orçamentos sugeriu reduzir as despesas nos próximos anos, com o objetivo de liquidar a dívida até 1883. Assim sendo, o IHGB achou necessário dispensar o cargo de servente, reduzir os vencimentos do escriturário e do porteiro, suspender a reimpressão de sua revista, diminuir despesas com estantes, encadernação e caixa para manuscritos. Além disso, o tesoureiro na época, Alencar Araripe, sugeriu que o Instituto cobrasse dívidas antigas dos seus associados. A situação financeira do IHGB não era nada confortável. Araripe arrecadou muitos déficits antigos dos seus associados, inclusive recebeu elogios pelo zelo e dedicação com as coisas do Instituto.

Em 1883, o governo subiu o subsídio do Instituto, que passou de 7:000\$000 para 9:000\$000. A situação melhorou, entretanto, não era lisonjeira. Segundo Ferreira (2019, p. 301), a crise “se referia a uma esfera maior, do próprio Império: algumas sugestões que diziam respeito a pedir mais subsídios ao legislativo tiveram como resposta a negativa pautada na situação das finanças do governo de forma mais geral”. Isso explica a pouco ou quase nada compra de livros no último decênio do Império.



No quadro social do Instituto havia homens que tinham força e prestígio político; isso facilitou, sobremaneira, as conquistas do IHGB<sup>39</sup>. Alguns sócios tinham assento no parlamento “onde com o rigor de sua palavra fluente e autorizada mostrarão a necessidade de argumentar o auxílio, que a esta associação presta o cofre do estado para que assim ela bem possa desempenhar a sua grandiosa missão” (RIHGB, 1890, p. 418).

Quem lê as Atas do Instituto, de forma sumária, pode concluir que a biblioteca do IHGB se formou por intermédio de doações. Entretanto, o Instituto se preocupou em comprar documentos que estivessem dentro do seu campo de interesse, ou seja, história e geografia do Brasil. No que concerne ao idioma, aparentemente, não havia delimitação, a preocupação estava em adquirir obras raras ou inéditas que pudessem lançar luz aos acontecimentos nacionais.

O IHGB, prestava “às letras pátrias os mais relevantes serviços, guardando em seus arquivos preciosidades históricas do mais subido valor, que afinal pertencerão a nação” (RIHGB, 1890, p. 418). Nas palavras da comissão de fundos e orçamento<sup>40</sup>, proferidas em, 24 de maio de 1889, o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tanto faz pela propaganda da história pátria, que é o primeiro brasão de uma nação, e pelo muito que já tem feito é vantajosamente respeitado e conhecido no velho e no novo mundo”.

Seja como for, o Instituto prosperou graças aos subsídios financeiros do governo, elemento que reforça a hipótese de que apesar de instituição privada, o IHGB tinha fortes laços de dependência com o regime monárquico. Segundo Fernandes Pinheiro, o governo e seus imediatos delegados não cessam “com inequívocas provas de apreço e consideração, sempre que solicitamos seu auxílio” (RIHGB, 1874, t. 37, p. 462).

### 1.3 O primeiro catálogo publicado pelo IHGB e seu bibliotecário

Até 1859, o acervo do Instituto não estava inventariado. Segundo o 1º secretário, cónego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, naquele ano, a agremiação passou a ficar mais folgada de suas circunstâncias financeiras, por esse motivo foi autorizado a contratar uma pessoa para confeccionar e publicar o catálogo da biblioteca do Instituto. Para essa

---

<sup>39</sup> Para saber mais, consulte: GUIMARÃES, Lucia MARIA PASCHOAL. Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1839). São Paulo: Annablume, 2011. Disponível também em: <rihgb1995numero0388.pdf - Google Drive>. Acesso em 19 de jan. 2023.

<sup>40</sup> Comissão composta pelos sócios José Luiz Alves, Luiz Rodrigues de Oliveira e Francisco Ignacio Ferreira.

tarefa, o secretário nomeou o bibliógrafo Francisco Antônio Martins. Segundo o barão Homem de Mello, Martins poderia ser considerado “a primeira autoridade no diz respeito a bibliografia brasileira (FLEIUSS, 1938, p. 33, tradução nossa<sup>41</sup>).

Martins trabalhava como bibliotecário da Biblioteca Fluminense, na qual Fernandes Pinheiro ocupava o cargo de secretário desde 1849<sup>42</sup>. Francisco Antônio Martins foi colecionador de periodicos, folhetos e publicações sobre o Brasil. Ele possuía livros e jornais “mui raro” ou “bastante raro” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1880, p. 155,179) como o periódico mineiro *Abelha do Itaculomy*, impresso em Ouro Preto, entre 1824 e 1825, na Oficina Patrícia de Barboza, comandada por Manuel Joaquim Barbosa Pimenta e Sal. A edição original do livro *Tesoro de la lengva guarani*, a qual Martins era possuidor, constava apenas nas bibliotecas do Imperador, na biblioteca do poeta *Macambuzio*<sup>43</sup> e na biblioteca de José Vieira Couto de Magalhães (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1880, p. 155).

Segundo o Barão Homem de Melo (RIHGB, 1890, p. 278), na Biblioteca Fluminense, Francisco Antonio Martins organizou a mais completa coleção de periodicos e gazetas publicados no Brasil. Manteve contato com os livreiros da Europa a fim de saber o que se publicava sobre o Brasil. Além disso, costumava encomendar muitas obras para Biblioteca Fluminense,

Tão grande era o zelo que Martins punhas nessas aquisições que, anunciando-se em Portugal um leilão de livros em que entravam os M.S. do arquivo da casa dos Condes de Castello Melhor, F. Martins mandou arrematar estes por sua conta, desde que a Biblioteca não o pode fazer por estar então minimamente sobrecarregada com as grandes obras do seu novo edificio à rua do Ouvidor n. 62<sup>44</sup> (RIHGB, 1899, p. 278).

Parar se ter uma idéia, o único exemplar do livro *Conquista Espiritual Hecha Por Los Religiosos De La Compañía De Jesús En Las Provincias Del Paraguay, Paraná, Uruguay Y Tape*, edição de 1639, obra “rara e preciosa” só era encontrada na Biblioteca Fluminense, “tendo sido adquirid[a] para ela pelo seu digno conservador, o srs. Francisco Antônio Martins” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1880, p. 205).

---

<sup>41</sup> “comme notre première autorité en ce qui concerne la bibliographie brésilienne.”

<sup>42</sup> O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro ocupou o cargo de secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1859-1876), foi também secretário da biblioteca fluminense (1849-1864).

<sup>43</sup> Pseudônimo de Baptista Caetano de Almeida Nogueira.

<sup>44</sup> O Barão Homem de Melo conta que examinou tal arquivo. “Entre eles há correspondência oficial de Conde de Bobadella e do Márquez do Lavradio com as autoridades da Metrópole, muitos documentos originaes da maior importância sobre a guerra do Sul, e outros” (RIHGB, 1899, 278 parte 2, tomo 62).

Após o falecimento de Martins, ocorrido em 12 de setembro de 1890, a família vendeu sua biblioteca ao conde Francisco de Figueiredo. Em 02 de outubro de 1890, o conde escreveu ao diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Leite Bitencourt Sampaio, e ofereceu a parte mais valiosa da livraria do bibliotecário<sup>45</sup>. A Biblioteca Nacional recebeu

2.622 obras, dentre as quais 1.040 folhetos, tudo de incontestável mérito bibliográfico, versando na sua máxima parte sobre coisas da América, e particularmente do Brasil. Dos 214 manuscritos que entraram são quase todos inéditos: tomados isoladamente é incontestável e sua importância, em globo avulta o seu interesse, pois é produto de muitos anos de trabalho e perseverança de seu colecionador proficiente (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1897, p. 230).

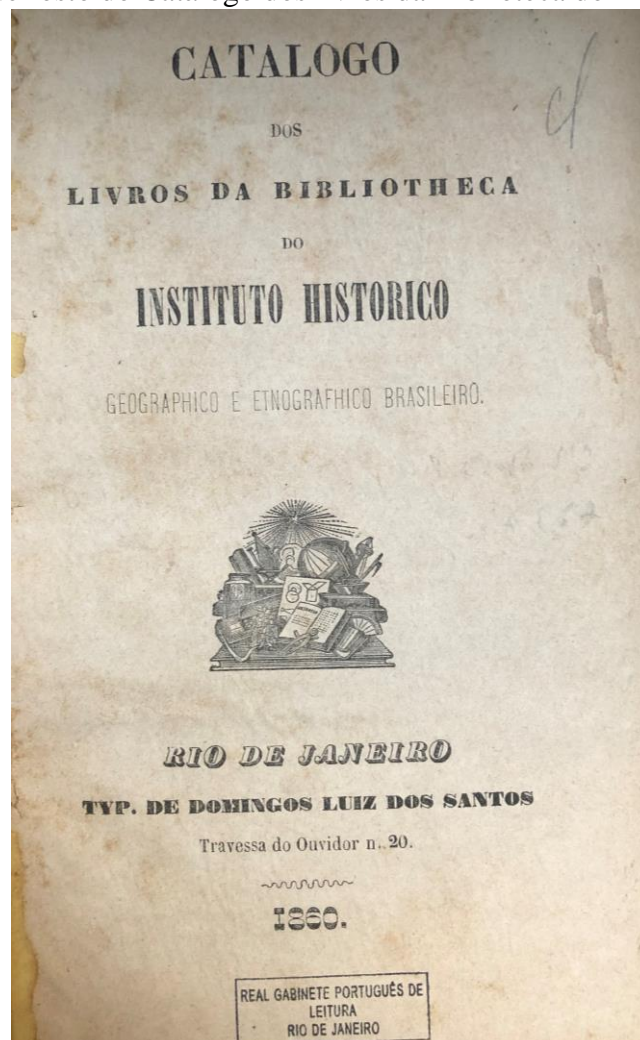
A coleção também compreendia vários códices, dentre os quais se destacavam os “desenhos de Jacques Funck sobre fortalezas e obras públicas do Rio de Janeiro, documentos relativos à defesa de Santa Catarina e Rio Grande, além de trabalhos de História Natural (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1983, p. 5). Segundo Capistrano de Abreu, os livros de Francisco de Antonio Martins estavam “zelosamente conservados [...] representam um grande valor a sua aquisição para a Biblioteca Nacional, imposta a possibilidade de grandes progressos nos estudos de nossa história” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 99).

Em vista dos feitos e qualidades supracitadas, Martins parecia ser o profissional certo para elaborar o primeiro catálogo da biblioteca do IHGB. Em menos de um ano, em 1860, o bibliógrafo elaborou o catálogo que foi publicado com o título *Catálogo dos livros da Bibliotheca do Instituto Histórico Ethnographico Brasileiro*. A obra foi impressa na tipografia de Domingos Luiz dos Santos e custou à agremiação 1001\$000 (RIHGB, 1861-1862).

---

<sup>45</sup> FIGUEREDO, Francisco de Figueiredo. Carta dirigida ao diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Leite Bitencourt Sampaio, oferecendo a coleção de impressos raros e manuscritos reunidos por Francisco Antônio Martins e por ele comprada para oferecer à Biblioteca. Rio de Janeiro: [s.n.], 02/10/1890. 1 p., Orig. Localização: Manuscritos - 48,1,001 n°007.

Figura 1: Folha de rosto do Catálogo dos livros da Biblioteca do IHGB - 1860



Fonte: Catálogo dos livros da bibliotheca do Instituto Historico Geographico e Etnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1860. Acervo RGPL.

Em 1861, o catálogo foi distribuído nas bibliotecas do Império e divulgado, em 13 de maio de 1861, no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, o qual, em nota, recomendava “aos bibliógrafos o catálogo dos livros da biblioteca do Instituto Histórico que acaba de ser publicado”. A mesma nota foi publicada, também, no periódico *Correio Mercantil, e Instructivo, Político Universal (RJ)*.

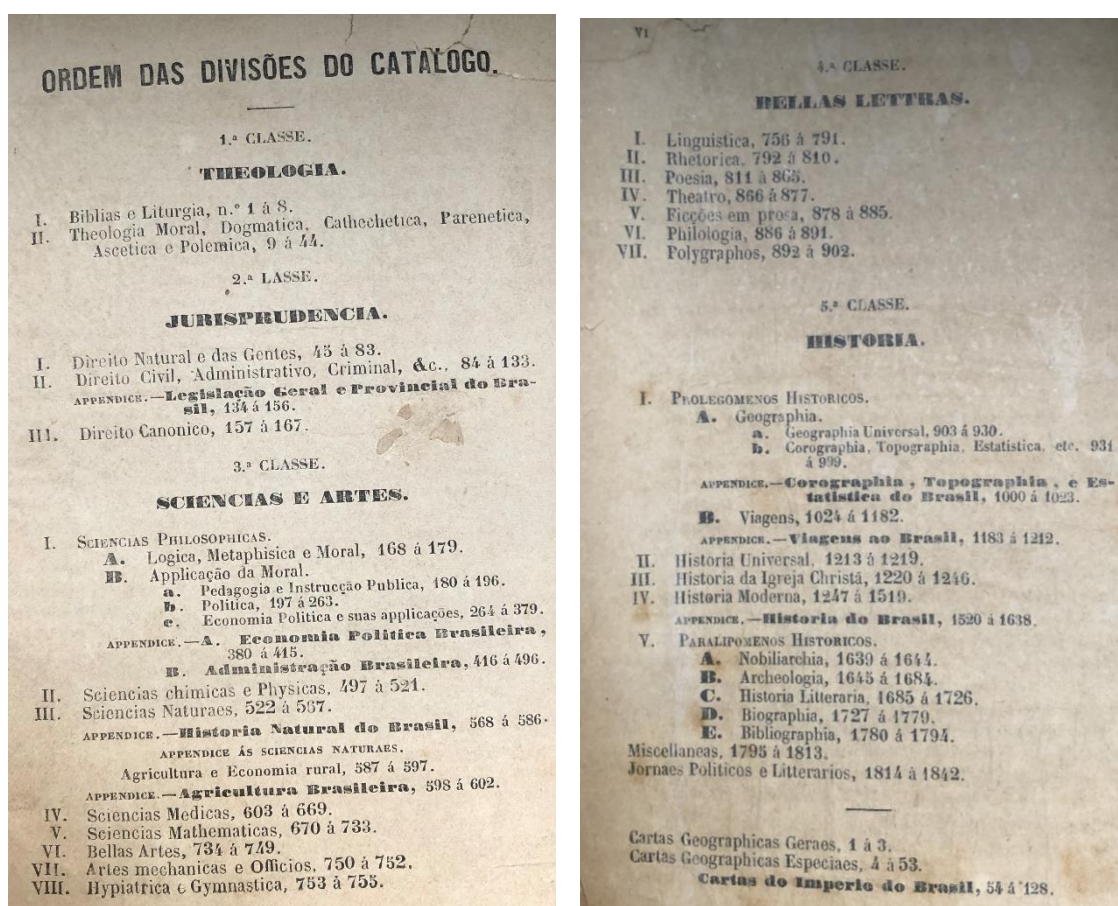
No catálogo foram arrolados 1.842<sup>46</sup> títulos incluindo jornais políticos e literários, além de 128 mapas, cartas, plantas, planos de batalha, etc. Mais uma vez, nota-se uma inquietante discrepância entre o registro do acervo do IHGB, desta vez elaborado por um bibliotecário e publicado no formato de catálogo, e as informações apreendidas nas Atas

<sup>46</sup> Houve um erro na numeração do catálogo, não foi impresso o número 1.461, ou seja, a numeração pula de 1.460 para 1.462, portanto, são 1.841 títulos arrolados no catálogo.

do Instituto. Conforme a tabela 1, no período 1852-1860 foram doados ao IHGB 1.873 impressos, número, por si só, superior a quantidade de títulos arrolados no catálogo.

Para a catalogação dos livros, Francisco Antonio Martins usou o método de classificação desenvolvido por Jacques Charles Brunet na obra *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*. A estrutura do catálogo dos livros da biblioteca do Instituto Histórico foi dividida em cinco classes: teologia; jurisprudência; ciências e artes; belas letras e história. As classes, conforme se vê na figura 2, apresentavam subclasses organizadas por ordem alfabética.

Figura 2 - Divisão do Catálogo dos livros da Biblioteca do IHGB - 1860



Fonte: Catálogo dos livros da bibliotheca do Instituto Historico Geographico e Etnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1860. Acervo RGPL.

A tabela abaixo permite visualizar a distribuição das obras em cada uma das classes<sup>47</sup>. Como era de se esperar, a ênfase foi maior na área de “História” (51%), seguida

<sup>47</sup> Adotou-se o mesmo método de análise usado por Nelson Schapochnik na sua tese *Jardim das delicias: gabinetes literários bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*.

por “Ciências e Artes” (31,9%), “Belas Letras” (8%), “Jurisprudência” (6,7%) e “Teologia” (2,4%).

Tabela 4 – Classes

CLASSES	Nº	%
TEOLOGIA	44	2,4
JURISPRUDÊNCIA	123	6,7
CIÊNCIAS E ARTES	588	31,9
BELAS LETRAS	147	8
HISTÓRIA	940	51
<b>TOTAL</b>	<b>1.842</b>	<b>100</b>

Fonte: Catálogo dos livros da bibliotheca do Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1860. Acervo RGPL.

Com relação ao conjunto bibliográfico, o catálogo foi organizado em ordem alfabética de assunto, contudo, no final do volume, Martins colocou um índice com os nomes dos autores. Quanto a distribuição das obras por idioma, foi possível elaborar a tabela abaixo:

Tabela 5 – Distribuição das obras por classes e idiomas

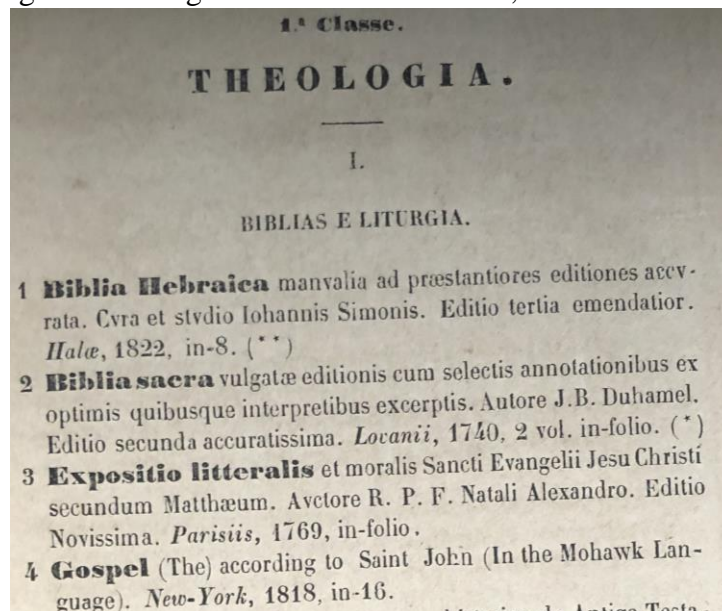
IDIOMAS / CLASSES	ALE	ESP	FR	ING	ITA	LAT	PORT	OUTROS	TOTAL
TEOLOGIA	1	4	3	2	4	14	16		44
JURISPRUDÊNCIA	6	22	8	3	6	18	61		124
CIÊNCIAS E ARTES	54	81	96	73	36	22	224	1	587
BELAS LETRAS	2	14	11	6	7	5	99	2	146
HISTÓRIA	146	109	242	106	50	43	242	2	940
<b>TOTAL</b>	<b>209</b>	<b>230</b>	<b>360</b>	<b>190</b>	<b>103</b>	<b>102</b>	<b>642</b>	<b>5</b>	<b>1.841</b>

Fonte: Catálogo dos livros da bibliotheca do Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1860. Acervo RGPL.

De acordo com os dados da tabela, o acervo de livros foi constituído em sua maior parte por obras em língua portuguesa, cerca de 35%. Em seguida, aparecem as obras em língua francesa (19,6%), espanhola (12,5%), alemã (11,4%), inglesa (10,3%), italiana e em latim, ambas com o percentual próximo a 5,6%. Ao fazer uma análise mais pormenorizada, é possível constatar a relevância do latim nas obras sobre teologia (31,9%), o que não chega a ser surpreendente visto às características dessa área. É interessante notar a maior incidência de obras espanholas sobre jurisprudência (17,7%) do que as escritas em francês (6,5%) e latim (14,5%). Por fim, é possível notar a relevância da produção francesa sobre história, uma vez que as obras neste idioma encontravam-se na mesma quantidade do que as obras publicadas em português.

O IHGB procurou dividir o catálogo em três categorias: livros comuns, raros e raríssimos. Os livros raros foram marcados com um asterisco e os raríssimos com dois, já os livros comuns não apresentavam nenhum sinal, tal como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 3 - Categorias dos livros: comum, raros e raríssimos



Fonte: Catálogo dos livros da bibliotheca do Instituto Historico Geographico e Etnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1860. Acervo do RGPL.

Das 1.842 obras listadas no catálogo, 13 foram sinalizadas como livros raríssimos, 266 como raros; dos 80 livros que compunham a subclasse “Administração Brasileira”, 66 foram marcados como livros raros. Todos os 28 jornais políticos e literários e as 128 cartas geográficas também foram consideradas raras pelo Instituto<sup>48</sup>.

Os sócios do IHGB poderiam ler e consultar as obras manuscritas ou impressas que fossem depositadas na biblioteca, outrossim, poderiam levar algumas obras para suas casas desde que o 1º Secretário autorizasse. Além disso, era necessário que o consulente assinasse um recibo de empréstimo de livros. O prazo não poderia ultrapassar três meses. As obras raras e raríssimas nunca deveriam sair da biblioteca. Se o sócio perdesse algum manuscrito importante ou livro raro, e não restituísse o Instituto, seja pelo mesmo livro ou pelo seu valor de estima, seria demitido do Instituto (RIHGB, 1850, p. 525). Aparentemente, essas condições foram pouco respeitadas. José Vieira Fazenda,

<sup>48</sup>Em 1866, a Biblioteca Fluminense sinalizou no seu *Catálogo dos livros da Bibliotheca Fluminense* obras com asteriscos, eram indicativos que as obras não sairiam da biblioteca.

bibliotecário do Instituto, analisou os catálogos impressos e percebeu que muitos livros emprestados aos sócios não voltaram para biblioteca (RIHGB, 1911, p. 397).

De acordo com os estatutos aprovados em 1851, caberia ao 1º secretário mandar imprimir o catálogo de todos os livros e manuscritos da biblioteca e arquivo do Instituto. Além disso, o catálogo deveria ser atualizado de dez em dez anos e todos os objetos lançados teriam “à margem o valor corrente ou estima que lhes assinar a Mesa do Instituto” (RIHGB, 1850, p. 524). Infelizmente, essas normativas não foram consideradas, apenas o catálogo dos manuscritos, impresso em 1884, informava o valor estimado do documento.

Quanto ao catálogo dos livros, impresso em 1860, o sócio Candido Mendes de Almeida propôs, na sessão realizada em 23 de junho de 1876, que o Instituto mandasse aditar o catálogo com obras novamente adquiridas, entretanto, a comissão de fundos e orçamento alegou falta de capital financeiro. Francisco José Borges e Maximiliano Marques de Carvalho sugeriram que o Instituto consignasse nos seus futuros orçamentos verbas anuais para a impressão do catálogo, contudo, isso não ocorreu.

Após a conclusão do catálogo de 1860, o Instituto contratou Francisco Antonio Martins para servir como bibliotecário-arquivista da agremiação. Joaquim Norberto e o cônego Fernandes Pinheiro já tinham proposto que o Instituto criasse uma vaga para bibliotecário. Segundo os sócios, o profissional era necessário “para melhor andamento” dos trabalhos (RIHGB, 1855, t. 18, p. 442).

Até 1859, o Instituto dispunha de um escriturário, um amanuense, um porteiro e, em 1860, um bibliotecário. A soma anual dos vencimentos dos empregados era de 1:960\$000. O escriturário recebia 600\$000, maior salário, o amanuense ganhava 400\$000, já os vencimentos do bibliotecário e do porteiro era 480\$000.

Em 1866, com o falecimento do escriturário João Thomaz Coelho, a comissão de fundos<sup>49</sup> propôs a extinção da vaga a fim de diminuir as despesas, já que a arrecadação da renda proveniente das prestações dos sócios diminuía. A suspensão do cargo de escriturário sobrecarregaria o trabalho dos demais funcionários, desta forma, foi sugerido que se aumentasse o ordenado do bibliotecário de 480\$000 para 600\$000, mesmo valor recebido pelo finado escriturário (RIHGB, 1866, t. 29, p. 395). Em 1867, igualou-se o salário do amanuense.

---

<sup>49</sup>composta por J.J. Sousa Silva Rio, Braz da Costa Rubim e Claudio Luiz da Costa.



Sem dúvida, os funcionários foram importantes para o desenvolvimento das atividades da agremiação. Em momentos solenes, era comum o 1º secretário se referir aos empregados como inteligentes, leais e cooperativos (RIHGB, 1862, t. 25, p. 714). Embora reunisse essas qualidades, eram mal recompensados, tanto que, constantemente, solicitavam aumento nos seus vencimentos. A comissão de fundos e orçamento percebia a importância de seus funcionários, “e outrossim as provas que por muitos anos tem eles exibido de dedicação aos diferentes trabalhos a seu cargo, não se anima, todavia, atendendo ao estado de finanças do Instituto, a aconselhar a concessão de um aumento de vencimentos” (RIHGB, 1871, t. 34, parte 2, p. 371). Em vez disso, o Instituto concedia aos empregados uma gratificação mensal no valor de dez mil réis retirados da rubrica expedientes e eventuais.

Apesar do Instituto mencionar a importância dos funcionários para o bom funcionamento das atividades, a agremiação praticamente silenciou a memória desses profissionais. O catálogo dos livros, impresso em 1860, não tem qualquer menção do bibliotecário; nos balancetes, também não aparece seu nome e nem de outros colaboradores. Quando estes solicitavam aumento de salários, seus nomes apareciam nas Atas. O bibliotecário, além de revisor da Revista Trimensal e das publicações do Instituto, era o responsável por gerir os documentos bibliográficos, manuscritos e mapas. Além disso, Martins estava preparando o catálogo dos manuscritos e o inventário dos impressos (RIHGB, 1879, t. 42). O volume de trabalho o levou a solicitar, em 1879, um aumento salarial. O Instituto reconheceu o zelo e desempenho dos serviços prestados por Francisco Antonio Martins, desta forma, a agremiação decidiu fixar uma gratificação anual no valor de 400\$000.

#### **1.4 O Funcionamento da biblioteca**

Segundo a cláusula do artigo 37 dos primeiros estatutos, os sócios poderiam ler na biblioteca do Instituto “as obras que ali forem depositadas, não só impressas, mas também em manuscrito, fazendo delas os extratos que precisarem, mas nunca levando essas obras para fora da casa em que estiverem arrecadas (RIHGB, 1839, t. I, p. 20)”. Conforme preceitua o referido artigo, não era facultado o empréstimo domiciliar de

qualquer documento<sup>50</sup>. Apesar dessa ressalva, os sócios levavam as obras para suas casas, tanto que já nos Estatutos de 1851, lê-se no artigo 39: “Os sócios terão a faculdade de ler na biblioteca as obras, quer impressas, quer manuscritas, ali depositadas, e fazer os extratos de que precisarem. Outrossim poderão levar alguma delas para suas casas, de inteligência com o 1º secretário” (RIHGB, 1911, t. 13, p. 397)<sup>51</sup>.

Para garantir o registro dos empréstimos, o Instituto providenciou um livro de obrigações que ficava sob a responsabilidade e fiscalização do 1º secretário. Os sócios efetivos e correspondentes deveriam passar recebido do material, “nenhum sócio poderia reter em sua mão qualquer objeto por mais de três meses” (RIHGB, 1911, p. 397).

A biblioteca do Instituto era privativa dos sócios, mas estes só poderiam consultar o acervo quando o 1º secretário do Instituto ou algum funcionário estivesse de plantão na instituição, prática reclamada pelos associados. Em 1857, a biblioteca do IHGB foi franqueada duas vezes por semana “aos homens estudiosos” (RIHGB, 1857, t. 20, p. 59).

Candido Mendes de Almeida, em uma sessão do Senado chegou a dizer que a biblioteca do IHGB abria “misteriosamente duas vezes por semana durante duas horas” (GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 294, p. 1, 1887). Não se sabe em quais dias da semana a biblioteca abria, nem o horário do expediente do bibliotecário Francisco Antonio Martins. O exíguo tempo de funcionamento da biblioteca incomodava alguns sócios. Na 12ª sessão do dia 25 de outubro de 1872, Antonio Deodoro de Pascual, Ramiz Galvão, Joaquim Antonio Pinto Junior e Olegário Herculano de Aquino e Castro propuseram que a biblioteca abrisse “todos os dias úteis das 9 horas às 3 horas da tarde, estipendiando para esse fim um ou dois funcionários” (RIHGB, 1871, t. 35, p. 584). Por falta de verba, a proposta dos sócios foi adiada.

Em 23 de junho de 1876, Cândido de Almeida propôs a abertura da biblioteca ao público todos os dias, das 8:30 da manhã às 10 horas da noite sem interrupção, “criando para esse fim o pessoal necessário dentro das forças e fundo da associação” (RIHGB, 1871, t. 39, p. 371). Mais uma vez, a comissão de fundos e orçamento alegou que a ideia era

de grande conveniência pública pela facilidade que ofereceria a quem desejasse consultar e estudar a nossa história pátria, tem contra si a impossibilidade de sua realização pela falta de fundos necessários para manter o pessoal indispensável, que carretaria grande acréscimo de despesa, e em vista

---

<sup>50</sup> À frente da biblioteca e do arquivo do IHGB, estava um dos idealizadores da Instituição, o 1º secretário perpetuo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, que além de acumular o cargo de diretor da comissão de estatutos do Instituto, foi o responsável pela redação da Revista Trimensal.

<sup>51</sup> A votação das emendas estatutária foi discutida na *RIHGB*, t. 13, p. 523-528, 1850.

da exiguidade de sua receita só com o auxílio do governo se poderá aprovar a medida proposta (RIHGB, 1876, t. 39, p. 389).

A biblioteca do IHGB, nas palavras de Candido de Almeida, “é uma riqueza pouco aproveitada” (GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 294, p. 1, 1887). De acordo com as normas estatutárias, os manuscritos não deveriam ser emprestados. Segundo Manoel Francisco Lago, nem os sócios “podem consultar com vagar, atendendo-se ao diminuto tempo que lhes é franqueado a biblioteca: ‘são diariamente soterrados em mina de difícil exploração’” (RIHGB, 1870, t. 33, p. 378).

Para Mendes, a biblioteca era uma riqueza pouco aproveitada, “merecia outra atenção dos poderes públicos, sobretudo, tendo nessa importante associação no corpo legislativo tantos e tão ilustres membros (é verdade que bem poucos a frequentam) que podiam valiosamente auxiliá-la” (GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 294, p. 1, 1887).

Não é exagero afirmar que a biblioteca do Instituto não tinha uma subvenção que pudesse garantir ao usuário o acesso e uso das coleções. Acresce a isso o fato da biblioteca do IHGB reunir não apenas livros, manuscritos e mapas, mas objetos do museu. As finanças do Instituto eram basicamente destinadas para a manutenção da sua *Revista* e dos vencimentos dos empregados que, como já foi colocado, eram mal pagos. Logo, se torna ainda mais questionável a prática de se depositar a sobra das receitas sobre as despesas na Caixa Econômica a fim de comprar apólices da dívida pública, mencionado anteriormente. Talvez se tratasse de ações pontuais, realizadas em momentos nos quais se recebiam receitas extraordinárias e inesperadas. A pesquisa encontrou doações realizadas no formato de heranças dos sócios do IHGB. De todo modo, pairam dúvidas sobre a relação despesa X receita do Instituto. Estas seriam realmente insuficientes para proporcionar melhor infraestrutura e remuneração aos funcionários ou seriam mal administradas e alocadas? Privilegiar a edição da Revista em detrimento da conservação do acervo que “reunia e coligia a história nacional” estaria de acordo com a missão e estatuto do Instituto?

Em 1881, a biblioteca do Instituto passou a abrir todos os dias úteis da semana, das 10h às 15h. “Facilitando as riquezas da sua biblioteca e arquivo, de manuscritos, mapas, periódicos e livros, prestou o Instituto bons serviços aos seus associados, que de tão rica nesse poderão colher sazonados frutos” (RIHGB, 1881, t. II, p. 444). A biblioteca era franqueada aos sócios, mas “algumas pessoas estudiosas” poderiam consultar das preciosidades de suas estantes (RIHGB, 1882, t. II, p. 503).

Segundo Raffard, o Instituto tinha um reduzido número de empregados, além disso eles não eram obrigados a frequentar a instituição se não em dias intercalados. Da falta de continua frequência resultam inúmeras dificuldades para regular o serviço do Instituto, que deve ser como uma repartição com o seu regulamento.

Sua situação piora significativamente com advento da República, época de penúria para o Instituto, assunto do próximo capítulo.

## 2 PERCALÇOS E ATRIBUIÇÕES DE UMA BIBLIOTECA VINCULADA AO ‘REGIME POLÍTICO DEPOSTO’

Se, no Império, o Instituto gozou de augustas atenções de seu protetor imediato, D. Pedro II, durante os primeiros anos da República teve que enfrentar o desfavor e a crise financeira que se agravavam com os cortes progressivos das verbas do governo. O IHGB passou por um período de incerteza, “houve até quem cogitasse extingui-lo” (GUIMARÃES, 2006, p. 23).

A agremiação cultuava a memória de um regime recém deposto. Segundo Vieira Fazenda (1911, p. 431), para um “certo Ministro do Governo Provisório”, o IHGB era um “ninho de sebastianismo” que representava ameaça às “novas instituições”. Na visão desse “certo ministro”, o Instituto tinha que ser dissolvido; seus livros e manuscritos deveriam ser recolhidos à Biblioteca Nacional e os objetos do Museu encaminhados para o Museu Nacional (FAZENDA, 1911).

Esse seria o fim do Instituto se Tristão de Alencar Araripe Junior não tivesse impedido a ação. O nome do “certo ministro” foi revelado por Max Fleiuss: tratava-se do ministro do interior, Aristides Lobo, que chegou a preparar a minuta de extinção do grêmio, porém Araripe Junior rasgou o decreto diante do ministro e na ocasião disse: “Como teu amigo estou evitando que cometas uma asneira” (WEHLING, 1989, p. 97). Apesar de favorecido por auxílios dos poderes públicos, o Instituto não era uma instituição oficial, porém era reconhecida à monarquia. Para não haver tensões e garantir sua legitimidade, ação e funcionamento, o Instituto, “no sentido altamente patriótico”, deveria se submeter “ao novo estado das coisas para não prejudicar os interesses da nação” (RIHGB, 1889, t. 52, parte II, p. 538).

Em sessão realizada em 06 de dezembro de 1889, o sócio barão Homem de Mello sugeriu que fosse nomeada uma comissão encarregada para saudar e cumprimentar o governo provisório da República. O capitão de fragata Garcez Palha declarou que o Instituto “nada tem a ver com os movimentos políticos do país”. Cesar Marques observou que a proposta era “incabível” (RIHGB, 1889, t. 52, parte II, p. 546). Ela foi rejeitada em votação. De qualquer modo, o Instituto procurou se manter neutro diante dos acontecimentos políticos. Entretanto, para garantir sua sobrevivência, era necessário se aproximar do governo, principalmente porque não possuía patrimônio que lhe permitisse viver sem o subsídio oficial.

Na primeira sessão ordinária de 1890, realizada em 01 de março, o presidente da agremiação, Joaquim Norberto de Souza Silva, confessou “que tudo tem corrido com

notável frieza, sem que a nossa biblioteca tenha sido concorrida como fora nos anos anteriores pelos nossos consócios” (RIHGB, 1890, p. 400). Além da falta de usuários, a biblioteca da agremiação estava malcuidada, havia obras deterioradas pelos insetos, falta de mobiliário adequado para acondicionar o acervo, desfalque devido a empréstimos indevidos e até furtos; não havia recursos para compra de documentos e coleções importantes para a memória da história e geografia pátria. O Instituto Histórico travou uma verdadeira batalha em torno da doação legada por D. Pedro II, enfrentou a falta de empregados para cuidar dos serviços de biblioteca, que só foram melhorados depois que o Congresso Nacional concedeu um aumento na subvenção financeira repassada ao reduto intelectual. Com o novo valor, foi possível contratar um bibliotecário. Este, de acordo com as normas estatutárias, estava subordinado ao 1º secretário, na época Henrique Raffard cuja gestão será analisada mais adiante, bem como as questões que envolveram a biblioteca durante os primeiros anos da República.

## 2.1 Descaminhos e necessidade de organização dos acervos

A biblioteca do IHGB se caracterizava por ser um centro de documentação que reunia livros, periódicos, mapas, manuscritos e objetos de museu relacionados à história e geografia brasileiras. Entretanto, esses acervos não estavam inventariados, tampouco catalogados.

Não obstante os esforços da diretoria, a biblioteca não primava pela organização, tendo em vista o volume e complexidade do acervo:

[...] com o acréscimo que tem tido a biblioteca, o arquivo, a cartateca, o museu e o depósito das revistas, sem lugar para trazer tudo em ordem inventariado, catalogado, é impossível dar ao Instituto a ordem conveniente a um estabelecimento de seu governo, que precisa de um lugar para cada coisa, bem como ornamenta-o conveniente juntando o útil ao agradável de modo a poder ser visto por nacionais (RIHGB, 1891, p. 164. Grifos nossos).

Conforme já se disse, o Instituto tinha um bibliotecário, Francisco Antonio Martins, responsável por elaborar o primeiro catálogo da biblioteca, em 1860. Após a confecção do catálogo, Martins foi contratado para exercer as funções de bibliotecário da instituição. Ele se manteve no cargo até seu falecimento, em 12 de setembro de 1890, época de penúria para o Instituto e motivo pelo qual o tesoureiro, Alencar Araripe, propôs que se suspendesse a contratação de um novo de bibliotecário até que a situação financeira melhorasse.

Em 1890, o presidente do Instituto, Joaquim Norberto de Souza Silva, reiterou que a biblioteca que “contentava aos nossos antepassados não nos contenta” (RIHGB, 1891, p. 164) e para otimizar os serviços “[c]onvém, pois, melhorar tudo e, na frase do Sr. conselheiro Manoel F. Correia conservar o que nos deixou a incúria” (RIHGB, 1891, p. 164). O auxiliar do secretário Joaquim Borges Carneiro<sup>52</sup> se comprometeu a fazer o catálogo da biblioteca, mas isso não se concretizou.

Já se passaram algumas décadas da criação do IHGB e ainda não havia um inventário completo do material ou um catálogo de livros capaz de suprir as necessidades dos sócios. Joaquim Norberto, com ajuda do escriturário Adolfo Garcia, começou a estudar o trabalho realizado pelo bibliotecário Francisco Antônio Martins e chegou à conclusão de que o que existia se resumia “a um pequeno número de livros, sendo o método seguido o pior possível” (RIHGB, 1891, p. 165). Viera Fazenda afirmaria que o catálogo não apresentava notas bibliográficas ou históricas. Contudo, sustentava que a relação prestou grandes serviços, principalmente para o usuário, uma vez que se permitia encontrar o livro pretendido rapidamente (RIHGB, 1911).

Joaquim Norberto estava empenhado com os serviços da biblioteca, para ele seria fácil

[...] achar moços, que se contentem com uma pequena gratificação para dar-se começo ao inventario das obras existentes em cada estante, base do futuro catálogo e por isso peço, que autorizeis esta despesa e em menos de três ou quando muito seis meses estarão todos os livros inventariados e saber-se-á o que contém cada estante (RIHGB, 1891, p. 165).

A passagem supracitada revela aspectos da biblioteca do Instituto. Por um lado, vê-se uma desorganização e mesmo amadorismo na inventariação dos livros; por outro, percebe-se o baixo prestígio conferido aos bibliotecários<sup>53</sup>. A falta de organização e de profissionais minimamente qualificados seria agravada com a incorporação de mais obras ao acervo, assunto tratado mais adiante. Além disso, o encalhe da *Revista* do IHGB geraria novo desafio à administração da biblioteca: a falta de espaço físico.

Não basta o dinheiro e Boa vontade, é necessário o que nos falta além d’auxiliares, é o espaço. A Revista Trimensal cresce todos os anos com suas sobras. A edição é de 1.000 exemplares e a distribuição não chega à metade. Cerca de 100 exemplares são remetidos a associações nacionais e estrangeiras e as repartições. Os sócios nacionais que a recebem não chegam a 100 e os

---

<sup>52</sup> Oficial aposentado da Secretaria do Interior, foi convidado a exercer o cargo de secretário particular do ministro do interior, Aristides da Silveira Lobo até a renúncia do ministro em 10/02/1890 (BLAKE, 1898, p. 106).

<sup>53</sup> O desempenho das funções bibliotecárias passou a ser privativa aos bacharéis em Biblioteconomia, em 30 de junho de 1962, Lei nº 4.084 (Brasil, 1962, *online*).

estrangeiros não a tem; conviria pois limitar a edição por ser mais fácil a reimpressão no caso de necessidade do que ocupar espaço sujeito ao cupim e a humidade provenientes do clima e de um edifício velho mal ventilado, composto de escuras celas. E que seja dito de passagem, que apenas as edições dos primeiros tomos foram esgotadas, sendo as dos mais desfalcadas (RHGB, 1891, p. 165).

A passagem é muito clara: a biblioteca estava mal cuidada e a dotação orçamentária para a impressão da revista, “desequilibrada”, em vista de outras necessidades. Em sessão realizada em 8 de julho de 1891, foi discutida a situação na qual se encontrava a biblioteca. Os sócios sugeriram que fosse contratado uma pessoa qualificada para trabalhar na biblioteca. O tesoureiro Araripe ficou encarregado de conversar com Antonio de Castro Lopes<sup>54</sup>, que prontamente aceitou a incumbência pela quantia de 200\$000 mensais (IHGB, 1891, p. 218). Em 1893, Castro Lopes entregou um catálogo, assunto tratado mais adiante.

O balanço da tesouraria apresentado por Araripe revelou que o Instituto despendeu a quantia de 1:200\$000 “[a]o encarregado de organizar o catálogo da livraria do Instituto Histórico, por um espaço de 6 meses” (RIHGB, 1891, p. III); além disso, a despesa consta na rubrica “despesas extraordinárias”. O Instituto procurava não se comprometer com despesas fixas, sobretudo, porque temia que sua situação financeira fosse abalada pelo governo. Até 1891, a agremiação recebia a consignação anual no valor de 9:000\$000 (nove contos de reis). Segundo Caio Prado Junior (2008), a perturbação produzida pela nova ordem política desorganizou a arrecadação das rendas, o que desfalcou as finanças nacionais, pois houve a suspensão de remessas de novos capitais estrangeiros para o Brasil. Com a receita diminuída, o Congresso cortou pela metade os auxílios concedidos às instituições subsidiadas. Em 1892, o Instituto passou a receber 4:500\$000 (quatro contos e quinhentos reis) divididos em duas parcelas semestrais. Isso afetou as atividades de secretaria e biblioteca do Instituto Histórico, que na época possuía dois empregados fixos: o porteiro, cujo nome não foi encontrado nas fontes, e Adolpho Garcia que, além de escriturário, era encarregado de cuidar da biblioteca e dos “objetos de valor pertencente ao Instituto”. Com seu falecimento, a biblioteca ficou confiada ao único empregado, o porteiro.

---

<sup>54</sup> Nascido no Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1827. Formou-se em 1848 e no ano seguinte foi nomeado professor de gramática latina no Imperial Colégio Pedro II. Em 1854 passou exercer o cargo de oficial da secretaria de estado dos negócios da fazenda, em 1859 foi transferido para secretaria de negócios estrangeiros. Representante na assembleia provincial do Rio de Janeiro na legislatura de 1854-1855. Fundador do banco predial do Rio de Janeiro e de outras comerciais. Publicou e traduziu diversas obras no campo da medicina e estudos da língua latina (BLAKE, 1883, v. 1, p. 133-136).



Em sessão de 09 de agosto de 1894, o presidente do Instituto comunicou que o cargo de escriturário estava vago; sendo assim, foi nomeado Francisco de Martins Guimarães para cuidar da biblioteca, arquivo, museu e secretaria (RHGB, 1911, p. 405). Em 30 de setembro de 1894, o general João Severiano argumentou que o serviço de secretaria era por si só suficiente “sendo demasiado para pretender-se de seu digno funcionário o encargo e responsabilidade da biblioteca, arquivo e museu”. Na mesma ocasião, o general Severiano propôs que fosse criado o cargo de bibliotecário já que é “imprescindível e inadiável e tão urgente e que não há sacrifício que se deva fazer [...] para salvar parte de riquíssimo cabedal de ciência e de importantes valiosíssimos documentos da história pátria” (RIHGB, 1891, p. 405). Para João Severiano, o bibliotecário “deveria organizar um catálogo metódico e receber do 1º secretario livros e objetos. Poderia dispensar nos seis primeiros meses até 500\$000 e depois 300\$ mensais” (RIHGB, 1891, p. 405). A proposta foi remetida às Comissões de Redação e Orçamento. Estas alegaram que tal aprovação acarretaria grandes despesas para o Instituto, as quais o orçamento não comportava. Diante dessa situação, o major e consocio Gomes Neto se ofereceu para exercer o cargo de bibliotecário do Instituto gratuitamente desde que “se lhe desse no edifício um cômodo necessário, independente e decente, pois para seu sustento diário tinha recursos necessários” (RIHGB, 1891, p. 406).

Não deixa de ser curioso que um major se oferecesse para realizar “sem vencimentos” algo idealizado por um superior hierárquico militar. Estaria o major almejando “cair nas graças” de um general e dessa forma ser talvez futuramente recompensado em sua carreira; ou estaria ele simplesmente interessado e comprometido com os desígnios do Instituto de “bem servir a nação”? De todo modo, segundo Vieira Fazenda, a oferta do Major não se concretizou, uma vez que o Instituto não dispunha de “apósito conveniente para residência” (RIHGB, 1891, p. 406).

O presidente do Instituto na época, Olegário Herculano d’Aquino e Castro, na tentativa de melhorar a situação da agremiação, solicitou ao Congresso Nacional o restabelecimento da verba, mas não obteve sucesso (RIHGB, 1892, p. 308). Porém, em maio de 1893, o governo enviou um convite para que o Instituto organizasse e publicasse a *Bibliografia Nacional das Ciências Geográficas*<sup>55</sup>. A ideia partiu do governo da Suíça e

---

<sup>55</sup> Em 1893, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores recebeu um convite do Ministério das Relações Exteriores da antiga confederação Helvética, no sentido de promover por intermédio das sociedades geográficas brasileiras, a criação de uma comissão central encarregada de organizar e publicar a *Bibliografia Nacional das Ciências Geográficas* e que se corresponda e permute com as congêneres de outros países os seus trabalhos, documentos etc., (RIHGB, 1893, p. 163).

a agremiação acedeu ao pedido. Todavia, insistiu na necessidade da volta dos subsídios anteriores concedidos ao Instituto na lei de orçamento geral do Brasil, os subsídios financeiros anteriormente prestados (RIHGB, 1893, p. 170).

Além disso, as despesas referentes ao preparo da Bibliografia deveriam ficar por conta do governo. Em julho de 1893, as solicitações do Instituto foram acatadas e o governo restabeleceu o auxílio anual de 9:000\$000. Porém, essa conquista não resolvia os problemas financeiros, já que mais da metade desse valor, 5:653\$000, era destinado ao financiamento da *Revista*. Isto porque o novo regime político suspendeu o serviço de impressão da *Revista* concedido pelo governo imperial desde sua criação. O sócio Felisberto Freire, quando tomou posse no Ministério da Fazenda, em abril de 1893, manteve a ordem de mandar imprimir apenas os números esgotados da *Revista* (RIHGB, 1894, p. 409).

Em 1894, o Instituto teve que lutar para que a subvenção financeira não fosse eliminada. Os sócios do IHGB, Paranhos Montenegro, Antônio Olinto dos Santos Pires e Arthur Indio do Brasil tiveram muito trabalho para convencer os colegas deputados da pertinência do Instituto, já que muitos duvidavam de sua sobrevivência depois do fim do regime imperial. Como se vê, mais uma vez, o Instituto seria beneficiado pela pública posição sociopolítica de seus integrantes, que intervinham a seu favor junto ao governo da recém instaurado.

Montenegro propôs que o Instituto mandasse publicar em alguns jornais da capital ao menos um resumo das sessões para sanar qualquer dúvida sobre a existência da agremiação<sup>56</sup> (RIHGB, 1894). Assim foi feito. Henrique Raffard, 1º secretário, conseguiu, sem custo para o Instituto, que os resumos das reuniões se tornassem públicos por intermédio do *Jornal do Brasil e L'Écho du Brésil*.

A sessão magna aniversária, realizada em 15 de dezembro de 1894, foi sumariada e publicada em português e francês; noticiava a posse do novo sócio honorário do IHGB, o chefe do executivo nacional, Prudente de Moraes. O Instituto também noticiou a presença dos ministros das Relações Exteriores, da Justiça e Negócio Interiores e ministro da Industria, Viação e Obras Públicas. A intenção era mostrar para aqueles que

---

<sup>56</sup> O presidente, Olegário Herculano, lamentou o ocorrido “apesar das dificuldades com que luta, [o Instituto] dá testemunho a publicação nunca interrompida da Revista, que é de sentir-se não seja conhecida dos homens de letras do nosso país, quando com maior interesse é procurada e lida pelos estrangeiros (RIHGB, 1894, p. 381). O Instituto permutava a Revista Trimensal com 237 instituições públicas e particulares, a saber: 100 nacionais e 137 estrangeiras (RIHGB, 1894, p. 411). No ano de 1893 e 1894 foram distribuídos 1.148 exemplares da Revista (RIHGB, 1894).

pretendiam cortar o auxílio dos cofres públicos, o reconhecimento do IHGB por figuras ilustres do Estado Nacional. Novamente, o Instituto se valeria de relações “pessoais” com personalidades proeminentes da “Corte” para sobreviver.

O Instituto “vivenciou uma crise moral, pois [...] era reconhecido à Monarquia” (MAGALHÃES, 1951, v. 212, p. 102). A comissão diretora do IHGB estava convencida de que não poderia viver sem o auxílio oficial, assim, procurou se aproximar do governo republicano, o que gerou choques e atritos entre monarquistas e republicanos dentro da agremiação.

De acordo com Tavares Lyra (1944, v. 182, p. 14), os ânimos foram acalmados com a presidência de Olegário Herculano d’Aquino e Castro, que fora conselheiro de Estado na monarquia. Em 1894, Olegário foi nomeado para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, o que ampliou a aproximação entre o grêmio e o governo republicano.

O sócio Paranhos Montenegro, em 11 de setembro de 1895, expôs a situação do Instituto, propôs na Câmara dos Deputados que a consignação a favor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fosse elevada a 15:000\$000, importância que segundo a mesa diretora não era excessiva, bastando observar a situação da impressão da Revista: anteriormente, se pagava 20\$000 por folha, mas esse valor aumentou para 50\$000 e, em 1898, subiu para 60\$000 por folha (RIHGB, 1898, p. 442).

O aumento foi votado pelos deputados e senadores no Congresso Nacional, passando a dotação do IHGB à quantia de passou a ser e 12:000\$000 para o exercício de 1896 (RIHGB, 1895, p. 419-420). Com o acréscimo concedido pelo Tesouro Nacional, uma reunião extraordinária foi convocada, em 03 de fevereiro de 1896, para deliberar a contratação de um bibliotecário-arquivista. Segundo o presidente do IHGB, era uma pauta urgente e imprescindível de se resolver. O assunto foi novamente discutido e, na ocasião, foi aprovada a contratação de um bibliotecário com vencimento anual de 3:000\$000 (RIHGB, 1896, p. 215).

O general reformado Joaquim Alves da Costa Mattos<sup>57</sup> foi nomeado para ocupar o cargo de bibliotecário da agremiação. Sua contratação foi justificada por suas

---

<sup>57</sup> Joaquim da Costa Mattos - Nascido em Icó, 25 de novembro de 1841. Fez carreira no Exército, atingiu o posto de Geral de Brigada em 1894. Participou da guerra contra o Paraguai e recebeu numerosas medalhas e comendas. Defensor das ideias republicanas, publicou: *Curso de Arte Militar* (1882); *Curso Prático de Topografia* (1889); *Tratado Elementar do Jogo de Xadrez* (1889); *Educação Moral do Soldado* (tradução do original italiano do Coronel Carlo Cosse, 1890) e *A Revolução de Manaus e Minhas Prisões* (1896). Também fez a tradução de romances franceses, publicados em folhetins do *Correio da Tarde*. Morreu no Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1909 (PORTAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ).

“habilitações precisas e longa prática de serviços dessa ordem” (RIHGB, 1896, p. 215). Mattos foi diretor e tenente encarregado da Biblioteca do Exército entre 05 de setembro de 1883 a 10 de abril de 1893. Durante sua gestão, elaborou e publicou o catálogo<sup>58</sup> da referida biblioteca, em 1885.

A mesa diretora, em especial Henrique Raffard, ficou bem animada. Para ele, à época responsável pela biblioteca, a contratação de um bibliotecário era “uma necessidade palpitante” (RIHGB, 1894, p. 420). Muitos impressos e manuscritos não estavam devidamente catalogados, entre eles as coleções legadas por D. Pedro II. Raffard determinou que Costa Mattos, com ajuda de Bruno Belli de Leonardo, fizesse o catálogo dos livros doados pelo ex-monarca. Contudo, esse trabalho ficou incompleto, uma vez que Mattos pediu exoneração de suas funções do Instituto Histórico em 06 de dezembro de 1897 (RIHGB, 1897). Como se verá mais adiante, coube a José Vieira Fazenda, bibliotecário que sucedeu Mattos, terminar essa tarefa.

## 2.2 Doação da Biblioteca Particular Privada de D. Pedro II

D. Pedro II aparelhou a biblioteca: ofertou dinheiro para o pagamento da mesa de estudos, estantes, armários e caixas de folhas para conservar os manuscritos. Contudo, uma das maiores doações ocorreu após a queda do regime.

O ex-Monarca, mesmo distante do Brasil, exilado, resolveu legar parte de seus livros e objetos ao Instituto. Dentre os livros destacam-se aqueles que pertenceram aos seus pais, o Imperador D. Pedro I e a Imperatriz D. Leopoldina, e obras destinadas à sua educação e das irmãs, D. Januária, Condessa d’Aquila, e D. Francisca, Princesa de Joinville. Havia também livros adquiridos em compras no exterior por intermédio de “agentes especiais em Paris, e Lisboa, com ordem para lhe remeterem [...] todas as obras de importância, e em qualquer idioma, que na Europa se forem publicando” (CAMPOS, 1862, p. 46)<sup>59</sup>. A biblioteca do Imperador também era enriquecida por doação de poetas,

---

Disponível em

[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2101&catid=293&Itemid=10](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2101&catid=293&Itemid=10)  
1. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

<sup>58</sup> Catálogo da Bibliotheca do Exército Brasileiro precedido de seu regulamento e leis que lhe dizem respeito acompanhado de um índice alfabético dos autores organizado pelo bibliotecário Joaquim Alves da Costa Mattos, oficial da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de Cristo, condecorado com as medalhas de mentor militar das Campanhas do Estado oriental do Uruguai de 1864-1865. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

<sup>59</sup> CAMPOS, Joaquim Pinto. O Senhor D. Pedro II: Imperador do Brasil. *O Futuro*, Ano 1, n. 11, p. 42, out. 1862. Disponível em:

historiadores e intelectuais estrangeiros como Alphonse de Lamartine, Alexander von Humboldt, Alessandro Manzoni, Alexandre Herculano, Antônio Feliciano de Castilho, entre outros (CAMPOS, 1867).

Segundo Hélio Vianna (1970, p. 83), a biblioteca era “sem dúvida, a maior e melhor do país, pertencente a um particular, em seu tempo”. O acervo ficava, em grande parte, no Palácio de São Cristóvão, na Quinta na Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro. Não obstante, outros livros, mapas, esculturas e objetos de artes situavam-se no Palácio da Cidade<sup>60</sup> e na residência de verão, em Petrópolis<sup>61</sup>.

O destino da biblioteca do Imperador deposto foi objeto de preocupação e de disputa por parte do governo provisório da República. A determinação do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, conforme revelou Hélio Vianna<sup>62</sup> (1970), era de guardar e zelar tudo que pertencia a D. Pedro II, especialmente a biblioteca. Porém, tal ordem foi pouco respeitada; muitos objetos foram roubados antes mesmo de serem devidamente inventariados. Segundo o ex-senador do Império, Visconde de Taunay<sup>63</sup>, na biblioteca do Paço de São Cristóvão havia “sinais bem evidentes do roubo da rapina” (TAUNAY, 1891, p. 4)<sup>64</sup>. Tal fato levou o ajudante de bibliotecário Inácio Augusto César Raposo a se atirar sob a rodas de um trem na estação de São Cristóvão (INFELIZ moço!..., 1891, p. 2). O ex-Monarca chegou a registrar esse acontecimento em seus Diários, volumes 31 e 32 de 1891<sup>65</sup>.

Por ordem do Ministro Campos Sales, os objetos que estavam no Paço da Cidade foram transferidos para o Palácio de São Cristóvão, pois havia a intenção de instalar no primeiro local a antiga repartição dos telégrafos<sup>66</sup>. Os livros e papéis que estavam em Petrópolis, a pedido de D. Pedro II, foram remetidos para França pelo Superintendente da

---

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=779628x&pasta=ano%20186&pesq=%22profus%C3%A3o%20de%20atlas%22&pagfis=50>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

<sup>60</sup> Atualmente Paço Imperial.

<sup>61</sup> Segundo Hélio Vianna em novembro de 1889, foram arrolados 830 volumes de livros encadernados e em brochura (VIANNA, 1970, p. 84).

<sup>62</sup> VIANNA, 1970, p. 85.

<sup>63</sup> ou Alfredo d'Escragolle Taunay. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1843 e faleceu na mesma cidade em 25 janeiro de 1899, agraciado pelo Imperador d. Pedro II com o título de Visconde de Taunay (BLAKE, 1902, p. 399).

<sup>64</sup> VISCONDE DE TAUNAY. Na biblioteca do Imperador. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 232, p. 4, 05 ago. 1891. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_08&Pesq=%22cons%c3%b4lo%20e%20alento%22&pagfis=4822](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=%22cons%c3%b4lo%20e%20alento%22&pagfis=4822)>. Acesso em 17 set. 2020.

<sup>65</sup> BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <<https://museuimperial.museus.gov.br/diarios/>>. Acesso em 22 de out. 2020.

<sup>66</sup> Hoje Correios Brasileiros.

Imperial Fazenda Serrana, José Calmon Nogueira Vale da Gama, filho do último Mordomo da Casa Imperial<sup>67</sup>.

Segundo Hélio Vianna, havia intenção de estabelecer no Palácio de São Cristóvão o futuro Congresso Legislativo. O ministro dos Negócios da Instrução Pública foi designado para fazer as adaptações necessárias no edifício. O diálogo entre o Ministro e o advogado e procurador da ex-Família Imperial, José da Silva Costa, era cordial, uma vez que ambos eram amigos. Contudo, o clima “de cordialidade mudou em decorrência da entrada de outro Ministro [...] Benjamin Constant Botelho de Magalhães” (VIANNA, 1970, p. 87), que deliberou conservar para o Estado, mediante indenização, todos os objetos pertencentes a ex-Casa imperial que estavam no Palácio de São Cristóvão e no antigo edifício do Senado sob a justificativa de que os livros, os manuscritos e todos os artefatos ofereciam “interesse em benefício da pátria e da sociedade em geral” (BENS do ex-Imperador..., 1890, p.1)<sup>68</sup>. Tal fato indignou o procurador de D. Pedro II, que assim respondeu:

Os bens, de que se trata, estão sendo inventariados pelo Juízo de Órfãos da 2ª Vara desta Cidade, na forma da legislação vigente, excedendo da competência do Governo resolver sobre o assunto, e do modo manifestado nas aludidas comunicações. Em vista do que, ousou esperar que V. Excia. se sirva reconsiderar as deliberações tomadas, que constituem violenta ofensa irrogada aos direitos que patrocino, impondo-se lhes uma prática discordante dos mais correntes preceitos legais, agravada pela circunstância de se estar a devassar, desde novembro do ano passado, a correspondência particular e manuscritos de quem até bem pouco tempo, como Imperador, exerceu dignamente suas altas e majestáticas funções; e, sem embargo das reiteradas reclamações feitas contra semelhante procedimento, como se a propriedade fosse vã denominação na nomenclatura das instituições de direito privado (VIANNA, 1970, p. 89).

Apesar do que foi exposto no documento transcrito acima, o governo republicano desejava adquirir a biblioteca particular do ex-Imperador de maneira mais amistosa. Por intermédio do Procurador da Fazenda Nacional, o conselheiro e desembargador Manuel Pedro Álvares Moreira Villaboim acertou com José da Silva Costa que escreveria a D. Pedro II a fim de lhe perguntar se consentia que o governo adquirisse sua biblioteca e museu e quais seriam as condições. D. Pedro II preferiu doá-los à Biblioteca Nacional, ao

---

<sup>67</sup> VIANNA, Hélio. Doação da biblioteca de D. Pedro II. *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro, n, 6, p. 85, out./dez. 1970. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=140074&Pesq=%22Doa%20c3%a7%20c3%a3o%20da%20biblioteca%20de%20D.%20Pedro%20II%22&pagfis=1055>>. Acesso em: 17 set. 2020.

<sup>68</sup> BENS do ex-Imperador. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.1, n. 232, 20 ago. 1890. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_08&pasta=ano%20189&pesq=%22conserver%20para%20o%20Estado%22&pagfis=1679](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=%22conserver%20para%20o%20Estado%22&pagfis=1679)>. Acesso em 04 de nov. 2020.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e ao Museu Nacional, com duas condições: que as duas primeiras instituições nomeassem as coleções de “Coleção Dona Tereza Cristina Maria” e que o Museu Nacional, por sua vez, batizasse o acervo de “Coleção Imperatriz Dona Leopoldina”, nome de sua mãe, conforme documento abaixo:

Snr. Silva Costa

Queira pedir em meu nome ao Visconde de Taunay, Visconde de Beaurepaire, Olegário Herculano do Aquino e Castro e Dr. João Severiano da Fonseca que separem os meus livros podendo por sua especialidade interessar ao Instituto e h'os entreguem, a fim de serem parte de sua biblioteca. Esses livros serão colocados em lugar especial com a denominação de D. Teresa Cristina Maria. Os que não deverem pertencer ao Instituto ofereço-os à Biblioteca Nacional que deverá colocá-los também em lugar especial com a mesma denominação. O meu Museu dou-o também ao Instituto Histórico no que tenha relação com etnografia e a História do Brasil. A parte relativa às ciências naturais, e a mineralógica sob o nome “Imperatriz Leopoldina”, como todos os herbários que possuo, fica para o Museu do Rio. [...] D. Pedro d'Alcântara Versailles, 8 de junho de 1891 (ARGON, 2000)<sup>69</sup>.

Assim sendo, Silva Costa escreveu ao IHGB, em nome de Sua Majestade. A carta abaixo foi lida na 11ª sessão ordinária, em 31 de julho de 1891:

Ilm. Exm. Sr. Conselheiro Olegário Herculano d'Aquino e Castro. Em nome de Sua Majestade o Imperador, e conforme suas ordens, peço a V.Ex., que, de acordo com os Exms. Srs. Visconde de Taunay, Visconde de Beaurepaire Rohan e Dr. João Severiano da Fonseca, se sirva separar dentre os livros do mesmo Augusto Senhor, aqueles que possam interessar ao Instituto Histórico, a fim de fazerem parte da respectiva biblioteca, devendo esses livros ser colocados em lugar especial com a denominação de D. Thereza Christina Maria; sendo os outros livros destinados à Biblioteca Nacional, que os colocará em lugar especial também e com igual denominação. Sua Majestade doa, além disso, ao mesmo Instituto o seu museu, no que tenha relação com etnografia e a história do Brasil; destinando ao Museu do Rio de Janeiro a parte relativa a ciências naturais, a mineralogia, bem como os herbários, o que tudo deve ser colocado em lugar especial sob a denominação de Princesa Leopoldina. Na esperança de que V. Ex. aceitará esta incumbência, antecipo os devidos agradecimentos e subscrevo-me com a segurança de minha distinta consideração. De V. Ex. atento venerador, criado e obrigado. Dr. Jozé da Silva Costa. Rio de Janeiro 6 de julho de 1891 (RIHGB, t. 54, p. 223-224, 1891). O Presidente, acrescenta que em ofício posterior datado de 8 do mesmo mês, foi feita a seguinte retificação: - A denominação deve ser dada à coleção de etnografia e história e a parte da biblioteca é de Imperatriz Leopoldina e não princesa D. Leopoldina (RIHGB, t. 54, 1891, p. 224).

Na ocasião, o presidente da agremiação, Olegário Herculano d'Aquino e Castro, ressaltou a importância da doação, além da raridade e riqueza dos objetos oferecidos. O

---

<sup>69</sup> ARAGON, Fátima. *Reflexões sobre o arquivo da família imperial e o papel de D. Pedro II na sua formação*. Disponível em: <[http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/mfma20010408t.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/mfma20010408t.htm)>. Acesso em 14 out. 2020.

Instituto tratou de registrar o voto de profundo reconhecimento e deliberou a escrita de uma carta endereçada a D. Pedro II, com objetivo de agradecer a generosa oferta<sup>70</sup>.

A correspondência acima reproduzida foi também encaminhada para Olegário Herculano d'Aquino e Castro, Visconde de Taunay, Visconde de Beaurepaire Rohan<sup>71</sup> e o General João Severiano da Fonseca<sup>72</sup>. O objetivo do Imperador era que os quatro destinatários compusessem uma comissão responsável por separar seus livros e destiná-los às instituições nomeadas por D. Pedro II.

Ao tomar conhecimento do pedido do Imperador, o Visconde de Taunay escreveu a seguinte resposta:

Vi pelos jornais e por ofício do Dr. Silva Costa, que Vossa Majestade me honrará com a nomeação de membro da Comissão que tem de separar da Biblioteca de S. Christovão livros para as Bibliotecas do Instituto Histórico e Nacional, dando às coleções os nomes determinados pelo ilustre Doador. Como Vossa Majestade sabe, não pertenco mais àquele Instituto, por Ter me retirado espontaneamente dele, creio, porém, que isso não há razão que me incompatibilize de dar cumprimento à honrosa ordem e indicação. O Beaurepaire Rohan anda muito enfraquecido com a avançada idade que tem (79 anos feitos a 12 de Maio p. passado); mas estou [sic] que fará das fraquezas forças e ajudará a outros mais validos...  
Petrópolis, 02/agosto/1891 (ARGON, 2000)<sup>73</sup>.

Aparentemente, era de se esperar que o Instituto fosse incorporar, na sua respectiva biblioteca, os livros de seu interesse, conforme revela o documento. Contudo, a comissão deliberou, pela maioria dos membros, que somente as obras relativas à história e geografia da América seriam destinadas ao Instituto. Em relação a esse ponto, o

<sup>70</sup> O primeiro secretário fez a leitura e a transcrição da carta que fora assinada pela diretoria do Instituto à época, na 12ª sessão ordinária em 14 de agosto de 1891.

<sup>71</sup> Henrique de Beaurepaire Rohan, Visconde de Beaurepaire - nasceu em Niterói em 12 de maio de 1812 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 19 julho de 1894. Desempenhou muitas comissões de paz e de guerra tanto na corte como em várias províncias do Império. Presidiu as províncias do Pará e da Paraíba. Foi agraciado com o título de Conselho do Imperador e gentil-homem da imperial câmara; membro do extinto Conselho de Estado e do Conselho Supremo Militar e de justiça; grau-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, dignitário da ordem da Rosa, comendador da de Cristo e condecorado com a medalha comemorativa da rendição de Uruguaiana; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Fluminense de Agricultura, da Associação Brasileira de Aclimação e de outras corporações de letras e ciências nacionais e estrangeiras (BLAKE, 1895, v. 3, p. 213).

<sup>72</sup> Nasceu na cidade de Alagoas a 27 de maio de 1836, formado em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro; general de brigada, reformado depois de exercer o cargo de inspetor geral da repartição sanitária do exército; comendador da ordem da Rosa, cavaleiro das do Cruzeiro e de Cristo e oficial da de S. Bento de Aviz; condecorado com as medalhas da campanha oriental de 1865 e da subsequente campanha do Paraguai; membro titular da antiga academia imperial de medicina; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas; oficial da academia de França. Eleito pela capital federal senador a Constituinte Republicana, renunciou depois o cargo (BLAKE, 1895, v. 4, p. 213).

<sup>73</sup> ARAGON, Fátima. *Reflexões sobre o arquivo da família imperial e o papel de D. Pedro II na sua formação*. Disponível em: <[http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/mfma20010408t.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/mfma20010408t.htm)>. Acesso em 14 out. 2020.



presidente do IHGB se opôs e alegou que a biblioteca do Instituto não era exclusivamente americana. Logo, conforme a visão de Olegário Herculano d’Aquino e Castro, as demais obras de história e geografia universal também interessavam ao Instituto:

a história política de muitas nações estrangeiras, além da América, se acha intimamente ligada à do nosso país; e por isso seria da maior conveniência que nos arquivos do Instituto se conservasse tudo quanto pudesse ter relação, no presente e no passado, com tão importante assunto (RIHGB, 1891, t. 54, p. 261).

O primeiro secretário do Instituto, Henri Raffard, endossou as palavras do Presidente e reiterou que “o fim ato de sua Majestade foi fazer doação principal ao Instituto” e deduziu que a carta do Senhor Conselheiro Silva Costa deixava claro “a livre escolha d’aqueles livros” (RIHGB, 1891, t. 54, p. 261). O sócio Cesar Augusto Marques se mostrou surpreso com o obscurantismo da maioria da comissão. Para ele, os termos de doação estavam claros: “O Instituto não só tem direito pela doação a melhor parte da biblioteca particular de Sua Majestade como ainda preferência na escolha dos livros” (RIHGB, 1891, t. 54, p. 262). Para esclarecer as verdadeiras intenções do doador, o sócio sugeriu a escrita de uma carta endereçada a D. Pedro II. Olegário Castro propôs a redação de carta endereçada ao sócio Conde de Mota Maia, médico e companheiro de exílio de D. Pedro II.

Na mesma reunião, o conselheiro Alencar Araripe sugeriu que se “oficie primeiramente à comissão a fim de protestar contra a interpretação dada aos tópicos da carta referentes à doação do ex-Monarca” (RIHGB, 1891, t. 54, p. 262). Essa proposta foi aprovada e o documento com as reclamações foi elaborado em 9 de outubro de 1891.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 9 de outubro de 1891.

Exms. Srs. Visconde de Taunay, Visconde de Beaurepaire Rohan e general D. Severiano da Fonseca.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo informando de que a comissão encarregada da separação dos livros e mais objetos doados por S.M. o D. Pedro de Alcantara resolveu, pelo parecer em maioria dos membros que a compõem, entregar ao mesmo Instituto somente os livros relativos à história e geografia da América, tem por conveniente pedir a atenção da mesma comissão para os termos expressos na carta dirigida pelo conselheiro Silva Costa, comunicando a intenção que tinha o generoso doador de beneficiar o Instituto, sem a limitação agora imposta pela mesma comissão.

Sua Majestade mandou em primeiro lugar separar dentre os livros de sua biblioteca, aqueles que pudessem interessar ao Instituto Histórico, afim de fazerem parte da respectiva biblioteca; ora, não sendo feita, por quem só podia fazê-la, a restrição lembrada pela maioria da comissão, parece, que deve ser deixada ao Instituto a liberdade de escolher os livros que, de qualquer modo, possam interessar-lhe.

A biblioteca do Instituto não é, exclusivamente americana; não se compõem somente de livros de história e geografia, e muito menos de história e geografia

da América; as obras que possui abrangem diversos ramos de conhecimentos humanos e entre essas avultam as que tratam de história e geografia universal. Ainda tomando-se por fundamento da restrição a condição de interesse para o Instituto, parece inquestionável que as obras de história e geografia universal são do maior interesse literário para o mesmo Instituto: basta ver que com a história política de muitas nações estrangeiras, além da América, se acha intimamente ligada a do nosso país, e só por essa razão seria da maior conveniência que nos arquivos do Instituto se conservasse tudo quando pudesse ter relação, no presente ou no passado, com tão importante assunto. Assim que, estando o Instituto convencido de que a intenção de Sua Majestade foi diretamente favorecer a instituição literária que em todo tempo mereceu a sua especial e imediata proteção, e ainda como prova do grande apreço que liga à valiosa doação que lhe foi feita, julga de seu dever reclamar, perante a comissão, contra a deliberação tomada, a fim de que sejam-lhe entregues, e em cujo número se acham principalmente as de história e geografia universal. O Instituto acredita que a comissão não tem outro empenho que não seja executar fielmente a honrosa comissão de que foi encarregada, e assim espera ser atendida em sua reclamação; salvo sempre a anterior deliberação de Sua Majestade que será solicitada, para ser exatamente cumprida, quando se pronuncie no sentido da limitação feita pela maioria da comissão (RIHGB, 1891, p. 269-270).

O Instituto alegou que nenhuma resposta foi dada, embora tenha encaminhado, por duas vezes, o ofício à comissão responsável pela separação dos livros. O General Severiano da Fonseca declarou que somente tomou ciência das reclamações do Instituto na sessão extraordinária que aconteceu em 02 de dezembro de 1892. Já na 20ª sessão ordinária, em 09 de dezembro de 1892, o sócio Severiano da Fonseca afirmou que as queixas do Instituto eram justas e que a carta que recebeu do advogado e procurador do ex-Imperador, José da Silva Costa, era idêntica as recebidas pelos demais membros da comissão nomeada por D. Pedro II. Assim sendo, reconheceu que foi omisso e por isso “dou as mãos à palmatoria” (RIHGB, 1892, parte 2, p. 416). O conselheiro ainda pediu que a agremiação aceitasse seu pedido de desculpas, que “serei feliz se o Instituto aceitar” (RIHGB, 1892, parte 2, p. 416) e acrescentou:

Ora, diante da alta competência dos outros membros da comissão, eu, o menor de todos, sumi-me completamente, mas na certeza, não digo esperanças, de que o Instituto ficaria satisfeito. Ora, n’essa ocasião eu, por má interpretação, acreditava que para ele devia vir somente o que dissesse respeito a etnografia e história; e não retifiquei esse erro por depositar plena confiança nos escolhedores (RIHGB, 1892, parte 2, p. 416).

Severiano da Fonseca reiterou que foi um erro do Instituto encaminhar o ofício a uma só pessoa da comissão e alegou que se tivesse recebido tal documento, encaminhado em 9 de outubro de 1891, todo seu esforço seria dispendido para que o Instituto não fosse lesado. O Visconde de Beaurepaire Rohan também se mostrou surpreendido, pois acreditava que a divisão dos livros estava de acordo com a vontade do doador.

Aparentemente, a comissão tinha como centro de representação o Visconde de Taunay, que até abril de 1891, era sócio do Instituto Histórico. Essa situação mudou quando a agremiação, em 17 de abril de 1891, aprovou por unanimidade, o nome do Chefe de Estado, Manoel Deodoro da Fonseca, para presidente honorário da Associação; indicação que desagradou a Taunay. Cabe lembrar que o Visconde de Taunay lamentou não ter participado da reunião:

teria com energia impugnado a proposta da aclamação do Sr. generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca a presidente honorário. Entendo que aquele cidadão nada tem com essa associação e que ela coisa alguma deveria ter com S. Exa. Lamento deveras, que o Instituto Histórico, no meio dos contínuos sarcasmos de que é vítima, não queira assumir o papel de retraimento e modéstia, único que lhe quadra, entregue só aos trabalhos da sua competência e, exatamente pela natureza e feição deles, mais voltado para as coisas de outrora, do que para os triunfadores e poderosos do dia (TAUNAY, 1891, p. 2)<sup>74</sup>

A proposta de indicação de Deodoro da Fonseca foi assinada pelo presidente do Instituto à época, Joaquim Norberto de Souza Silva, que alegou “não ter tido responsabilidade do que se passara [...] que assinou a proposta sem saber do que se tratava” (MALEVAL, 2015, p. 281). Sobre isso, o primeiro secretário da agremiação, José Alexandre Teixeira de Melo, afirmou que o presidente do Instituto conhecia o assunto da proposta por ele assinada (INSTITUTO Histórico..., 1891, p. 4)<sup>75</sup>.

O outrora, o Instituto gozava dos favores do Império, entretanto, a situação mudou com o novo sistema de governo, como já referido anteriormente. Os escassos recursos financeiros preocupavam a Mesa Diretora do Instituto. Nesse sentido, o presidente do IHGB, Joaquim Norberto de Souza Silva, propôs à comissão de estatutos a criação de uma nova classe de sócios, os beneméritos; estes, por sua vez, recebiam essa distinção desde que fizessem “notáveis donativos para o fundo social” (RIHGB, 1890, p. 458). Segundo Souza Silva: “É preciso pedir a quem tem, mas que seja tão digno de nossa associação como a nossa associação digna dele e que o seu auxílio seja prestação tão nobre pela sua procedência como o seu destino” (RIHGB, 1890, p. 547). Assim sendo,

---

<sup>74</sup> TAUNAY. Instituto Histórico. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 110, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_08&pasta=ano%20189&pesq=%22impugnado%22&pagfis=3882](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=%22impugnado%22&pagfis=3882). Acesso em 22 out. 2020.

<sup>75</sup> INSTITUTO Histórico. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 114, p.4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_08&pasta=ano%20189&pesq=%20%22Sr.%20Dr.%20Teixeira%20de%20Mello%22&pagfis=3916](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=%20%22Sr.%20Dr.%20Teixeira%20de%20Mello%22&pagfis=3916). Acesso em: 25 de out. 2020.

[...] tomou assento o capitalista Cândido Gafrée. Seguiram-se as adesões do comendador Antônio José Gomes Brandão, do visconde de Carvalhaes, de Antonio José Dias de Castro, do Visconde de Leopoldina, do barão de Quartim, do barão de Mendes Totta, do visconde de Figueiredo e outras mecenas, cujos donativos, já no exercício de 1890, alcançaram o montante de 23:000\$000 (vinte e três contos de réis), e permitiram que as dívidas do Instituto fossem quitadas, livrando-o da insolvência (GUIMARÃES, 2006, p. 25).

Essa prática do Instituto estremeceu a relação entre o Visconde de Taunay e a instituição. A situação se agravou com a indicação de Deodoro da Fonseca para sócio benemérito. Além do mais, o clima entre Taunay e o general João Severiano da Fonseca acalorou, uma vez que o Visconde publicou na *Revista do Instituto* o artigo *A cidade de Mato Grosso*. Fonseca, “cujo livro *Viagem ao redor do Brasil* fora citado naquela monografia, fez uma crítica contundente apontando uma série de erros do Visconde nas informações transcritas e nas referências bibliográficas” (GUIMARÃES, 2006, p. 29). Essa situação foi a gota d’água para o desligamento de Taunay do Instituto (GUIMARÃES, 2006).

O Visconde declarou sua saída do Instituto por meio de uma nota publicada no *Jornal do Commercio*: “Quanto a mim, declaro: que desta data em diante, não faço mais parte do Instituto. Visconde de Taunay. 22 de Abril de 1891” (*Jornal do Commercio*, 1890). A forma como Taunay se despedira indignou alguns sócios. Para Pinheiro Bitencourt, exonerar-se pelos jornais era “inqualificável menoscabo” (RIHGB, 1891, parte 2, p. 193). Taunay formalizou o seu pedido mediante um “bilhete datado de 14 de maio de 1891”<sup>76</sup>.

O clima entre os membros da comissão nomeada pelo ex-Monarca não era amigável; talvez, isso explique a omissão do General Severiano da Fonseca e a má vontade de Visconde de Taunay em responder as reclamações do Instituto. A situação se agravou ainda mais, pois o sócio Henri Raffard declarou que estava empenhado nos trabalhos de discriminação dos livros e afirmou que a Biblioteca Nacional levou “muitos volumes de trabalhos históricos de várias colônias, relatórios de diversos ramos da nossa administração pública, coleções de leis gerais e provinciais” (RIHGB, 1891, t. 54, p. 261-262). Assim sendo, afirmou que o material deveria ser removido para a biblioteca do

---

<sup>76</sup> “Peço a V.Sa queira comunicar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que desde o dia 21 de Abril corrente passado me considero desligado dessa Associação, sentindo não ter podido prestar-lhe mais serviços do que nas minhas forças lhe prestei, desde 1869”. TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. “Carta de ... ao 1º secretário do Instituto Histórico, desligando-se das funções que exercia”. 1891. 1 f. Arquivo do IHGB, Rio de Janeiro, Brasil. (Ref. Lata 331 – Doc. 15 *apud* MALEVAL, 2015, p. 283).

Instituto e que a Biblioteca Nacional “pode receber apenas as duplicatas ali desprezadas” (RIHGB, 1891, t. 54, p. 262).

No intuito de receber tudo que se referia à assuntos americanos e, especialmente, brasileiros, o Instituto redigiu ofício ao ministro do Interior e da Justiça. Segundo o presidente do Instituto, Olegário Herculano d’Aquino e Castro, o Ministro comunicou que a entrega dos livros estava de acordo com deliberação da maioria da comissão incumbida da distribuição dos livros da biblioteca e que D. Pedro II aprovou tal decisão (RIHGB, 1894, p. 326). Tal fato surpreendeu Olegário Herculano, já que ele compunha tal comissão e não foi comunicado.

Segundo Hélio Viana (1970, p. 89), a razão para o desentendimento está na interpretação de um trecho da carta enviada por D. Pedro II em resposta a sugestão de Taunay,

[...] Muita coisa de indiscutível cunho artístico, livros sobre belas-artes, coleções de gravuras, fotografias, bustos, estátuas, devem também ser repartidos pelo Instituto Histórico, Museu Nacional e Biblioteca Pública? Eis o que pergunto a Vossa Majestade, porquanto não pouco poderia ser doado à Academia das Belas-Artes, achando ali, talvez, mais conveniente colocação (Arquivo da Família Imperial, maço 203 documentos 2.250 *apud* VIANA, 1970, p. 98).

D. Pedro II respondeu “aprovo completamente sua opinião (sic) sobre o destino de meus livros, que espero ainda rever antes da minha morte, como filhos queridos” (VIANA, 1970, p. 99). O Instituto chegou a escrever uma carta endereçada a D. Pedro II, datada de 06 de novembro de 1891, a fim de esclarecer as verdadeiras intenções do doador. Todavia, o ex-Imperador não chegou a responder, pois faleceu em 05 de dezembro de 1891.

Apesar dos esforços empreendidos pelo Instituto, os livros removidos pela Biblioteca Nacional não foram restituídos. A indignação foi registrada na sessão magna de aniversário, em 15 de dezembro de 1894:

Foram até hoje baldados todos os esforços feitos pelo Instituto para reaver parte dos excelentes livros que foram doados pelo Sr. D. Pedro II, e dos quais se acha de posse a biblioteca nacional. Está o Instituto convencido de que assiste-lhe perfeito direito à reclamação até hoje desatendida, e com desgosto vê-se privado d’aquilo que julga pertencer-lhe, e que a liga todo apreço, sendo a doação feita uma prova mais, e inequívoca, da extrema benevolência com que foi sempre o Instituto distinguido pelo seu generoso protetor (RIHGB, 1894, parte 2, p. 401).

As palavras acima foram proferidas pelo Presidente do Instituto, Olegário Herculano d’Aquino e Castro, no dia no qual o chefe de Estado, Prudente José de Moraes Barros, tomava posse da cadeira de presidente honorário da agremiação<sup>77</sup>.

Quanto ao destino dos livros, por ordem dos membros da comissão, foram entregues ao Instituto 7.984 volumes de livros encadernados, desse total, 936 volumes eram da biblioteca da Imperatriz Leopoldina (COLLEÇÕES do Imperador..., 1982, p. 1)<sup>78</sup>. Além disso, foram também entregues ao IHGB: gravuras, fotografias, litogravuras, estampas relativas à história pátria, mapas geográficos, uma esfera celeste, duas terrestres, a parte principal da mesa de despacho, as estantes, os bustos de D. Pedro II e D. Pedro V, duas figuras de guerreiros e o molde do encouraçado D. Pedro, entre outros objetos relacionados a etnografia e a história do Brasil (COLLEÇÕES do Imperador..., 1982, p. 1).

A Biblioteca Nacional acolheu o total de 48.236 volumes encadernados, brochuras, folhetos avulsos, fascículos de várias revistas, estampas, fotografias, partituras musicais, mapas geográficos impressos e manuscritos e mais de 13 quadros emoldurados de países da Europa em relevo (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL...1897, p. 230-231)<sup>79</sup>. Foi a maior oferta recebida pela Biblioteca Nacional.

O diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, separou e incorporou 352 livros encadernados que julgou interessar à Biblioteca do Museu; contudo, não consta nos relatórios do Museu Nacional “qualquer referência à integração dos livros e objetos procedentes da Biblioteca e Museu particulares do imperador Pedro II” (DULCE, 1966, p. 40). O que explica tal fato é a mudança pleiteada por Ladislau Neto em razão da Proclamação da República. Ladislau negociou com o governo a transferência do Museu Nacional para o palácio de São Cristóvão. Inicialmente, havia intenção do governo de instalar no local o Congresso Legislativo, fato que não aconteceu em virtude “do local êrmo, de difícil acesso” (DULCE, 1966, p. 39). Ladislau Neto, receoso com a mudança de opinião do governo, instalou o Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, entretanto, a mudança se deu de forma atabalhoada; as coleções “conforme chegavam ao novo prédio,

---

<sup>77</sup> Em conformidade com os Estatutos e segundo o precedente estabelecido sobre a propostas dos Srs. sócios presidentes aos 18 de novembro de último (RIHGB, 1894, p. 409).

<sup>78</sup> COLEÇÕES DO IMPERADOR. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, n.76, 16 mar. 1982. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_08&pesq=%22collec%C3%A7%C3%B5es%20do%20imperador%22&pagfis=6917](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=%22collec%C3%A7%C3%B5es%20do%20imperador%22&pagfis=6917)>. Acesso em 22 out. 2020.

<sup>79</sup> ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, n. 19, p. 230, 1897.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=402630&Pesq=%2248.236%20volumes%22&pagfis=29804>>. Acesso em: 30 de nov. 2020

iam sendo depositadas no andar térreo, sem discriminação alguma, juntando-se toda a espécie de material em um só lugar” (DULCE, 1966, p. 40). Posteriormente, as coleções foram reunidas uma vez que muitas tinham carimbos das bibliotecas de origem (DULCE, 1966, p. 41).

Como dito acima, D. Pedro II autorizou que Taunay destinasse objetos de sua coleção a Academia de Belas-Artes, contudo, até o momento, não foi encontrado nenhum indício que comprove o processo de recebimento da coleção de D. Pedro II por parte de tal Instituição; a autora desta pesquisa entrou em contato com a biblioteca da Instituição, entretanto, até o fechamento deste texto, não obteve resposta. Cabe lembrar que tal espaço ficou fechado devido à pandemia de Covid-19.

A Biblioteca Jardim Botânico, criada em junho de 1890, originou-se da coleção doada pela Família Imperial ao então diretor, João Barbosa Rodrigues (HISTÓRICO. Biblioteca Barbosa Rodrigues)<sup>80</sup>. Porém, apesar da autora desta pesquisa ter solicitado maiores informações sobre o processo de doação de tais documentos, os funcionários da citada biblioteca não souberam informar. Não obstante, o catálogo da biblioteca arrola muitas obras oriundas da biblioteca de D. Pedro II, inclusive obras com assinatura.

O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro conservava objetos, livros e manuscritos pertencentes à Biblioteca de D. Pedro II, fato que indignava o IHGB, uma vez que o ex-Monarca não nomeou o Liceu para receber tais objetos (RIHGB, 1893, p. 143). Em 26 de fevereiro de 1893, um incêndio destruiu grande parte do patrimônio do Liceu, as chamas consumiram totalmente a biblioteca (LYCÊO de Artes e Offícios..., 1893, p. 1).

Para fazer a contagem e classificação dos livros, mapas e estampas, o governo, com anuência do Diretor da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico, designou José Alexandre Teixeira de Mello, chefe da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional (MELLO, 1892, p. 3)<sup>81</sup>. A separação e entrega dos livros durou 86 dias, começou em 04 de agosto de 1891 e foi concluída em 12 de março de 1892. O trabalho foi interrompido no período de 15 de novembro de 1891 a 15 de janeiro de 1892, devido às férias regulamentares da Biblioteca Nacional. O serviço foi novamente retomado em 10 de

---

<sup>80</sup> HISTÓRICO. Biblioteca Barbosa Rodrigues. Disponível em: <<http://abcd.jbrj.gov.br/biblioteca/php/level.php?lang=pt&component=44&item=1>>. Acesso em 04 de nov. 2020.

<sup>81</sup> MELO TEIXEIRA, José Alexandre. O Roubo na Quinta da Boa Vista, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 mar. 1892. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_08&pesq=%22biblioteca%20imperial%22&pasta=ano%20189&pagfis=6861](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=%22biblioteca%20imperial%22&pasta=ano%20189&pagfis=6861)>. Acesso em 01 de nov. 2020.

fevereiro de 1892; neste dia, Teixeira de Mello constatou que o cadeado da porta das três primeiras salas que constituíam a biblioteca do ex-Monarca estava aberto e relatou:

A maior parte dos livros apeados das estantes estavam sobre o pavimento da sala principal; não pude por isso verificar se algum fora subtraído; nos que ainda se achavam nas respectivas estantes não notei diferença alguma. Nos cavaletes, porém em número de quatro, em que estavam arrumados as estampas e grandes e pequenos volumes de coleções iconográficas e obras relativas à belas-artes, via se distintamente que não reinava a ordem antiga e que considerável depredação ali se fizera ou que pelo menos, houvera grande baralhamento nos objetos ali acumulados.

[...] Devo entretanto acrescentar que com efeito desapareceram livros preciosos, e não sei se também manuscritos, que deviam constar naquela opulenta livraria, como por exemplo, o exemplar da edição dos *Lusíadas* de 1572, que pertenceu ao próprio poeta, foi descrito pelo conselheiro J. Feliciano de Castilho e trazia a folha de rosto: *Luiz de Camões, seu dono*; e um exemplar da edição de *Coimbra*, 1593, da “Arte de Grammatica da língua mais usada na costa do Brasil”, de José de Anchieta (MELO, 1892, p. 2).

A obra de Luiz Camões, de 1572, não fora extraviada. D Pedro II a levou consigo em novembro de 1899. O livro foi posteriormente doado ao Instituto Histórico pelo Príncipe D. Pedro de Orléans e Bragança, em 1925 (RIHGB, 1925, t.98, p.583).

Em 1893, o Instituto começou a catalogação dos livros oriundos da Biblioteca particular de D. Pedro II<sup>82</sup>. Tal tarefa, mais uma vez, trouxe à tona a necessidade de se contratar um profissional qualificado para realizar o trabalho; porém, a agremiação alegava não ter condições financeiras, uma vez que eram escassas as subvenções do governo. Até janeiro de 1894, a biblioteca ficou confiada ao único empregado, o porteiro. Os livros estavam se deteriorando devido a “humidade provenientes do clima e de um edifício velho mal ventilado, composto de escuras celas” (RHGB, 1891, p. 165). Adicionalmente, o extravio de livros era constante.

Quanto a Biblioteca Nacional, os funcionários reclamavam a falta de espaço. A coleção era tão vasta que excedeu toda a galeria norte do prédio que a Biblioteca ocupava desde 1858 (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v, 19, 1897, p. 231). Além da falta de acomodação, a Instituição também enfrentou problemas com a falta de recursos humanos para catalogar o acervo. O diretor da Biblioteca Nacional, Manoel Cicero Peregrino da Silva, afirmou, em 1901, que a “coleção D. Thereza Christina ainda está

---

<sup>82</sup> O Catálogo dos livros doados por D. Pedro II foi organizado pelo bibliotecário José Vieira Fazenda e publicado em 1900, com o título Catálogo dos livros encadernados, doados pelo protector do Instituto D. Pedro II. Salas D. Thereza Christina maria e Imperatriz D. Leopoldina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.



quase toda, pode dizer-se por catalogar” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 23, 1900, p. 613).

### 2.3 A contribuição de Henri Raffard à biblioteca do IHGB (1892-1906)

Henri, ou Henrique, Raffard<sup>83</sup> foi um dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entrou na agremiação em 1885, na categoria de sócio correspondente. Em 1896, passou para classe de honorário e, em 1905, a benemérito. Em 1890, ocupou o cargo de 2º secretário do Instituto Histórico. Nesta época, José Alexandre Teixeira assumiu a 1ª secretaria, porém, em 26 de setembro de 1891, solicitou exoneração do cargo devido ao acúmulo de trabalho e problemas de saúde; acrescentou que sua resolução era inabalável e por isso não poderia “anuir a qualquer pedido em contrário” (RIHGB, 1981, p. 257). Desta forma, Raffard assumiu interinamente as funções de 1º secretário, até 29 de dezembro de 1891, quando foi eleito 1º secretário da agremiação (RIHGB, 1891).

De 1892 a 1906, Raffard esteve à frente da 1ª secretaria do IHGB. Sua gestão foi marcada pelos percalços sofridos com o fim da monarquia, como os cortes orçamentários, conforme já foi mencionado. Raffard passou por pressões sem precedente no cargo de 1º secretário. A leitura das Atas das sessões do Instituto Histórico, desprovida de considerações sobre as condições nas quais a mesa diretora trabalhava, pode inferir em percepções equivocadas de que a gestão do 1º secretário teria sido “pouco lisonjeira”.

Em conformidade com os Estatutos, cabia ao 1º secretário a inspeção de todos os serviços de secretaria, arquivo, museu e biblioteca - atividades que, segundo Raffard, exigiam grandes esforços, motivo pelo qual os sócios não costumavam aceitar o cargo (RIHGB, 1894, p. 420).

Após tomar posse do cargo, o presidente do Instituto, Olegário Herculano d’Aquino e Castro, solicitou que Raffard providenciasse, com urgência, a devolução de todas as obras que estivessem emprestadas. Essa medida foi tomada devido uma oferta do sócio Joaquim de Toledo Piza de Almeida, que declarou ter comprado o livro *O*

---

<sup>83</sup> Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1851. Filho de Eugéne Emile Raffard – cônsul geral da Suíça e sócio honorário do IHGB. Aos 8 anos, partiu rumo a Europa a fim de estudar. Permaneceu em Genebra e Paris. Iniciou o curso de matemática, mas não concluiu, preferiu se dedicar ao comércio. De volta ao Brasil, fundou uma casa comercial em São Paulo, depois uma usina de açúcar e álcool em Capivary com sede em Londres, porém não obteve sucesso. Foi nomeado chanceler de cônsul suíço no Rio de Janeiro (RIHGB, 1906, p. 492).

*primeiro reinado*, de autoria de Francisco Luiz da Veiga, a um livreiro da rua São José. No referido livro constava uma dedicatória manuscrita pelo autor e dirigida ao Instituto. Diante desse fato, o presidente deliberou que os livros emprestados aos sócios continuassem em suas mãos, “o que dá lugar a fatos como este, por mais uma vez sucedidos, e muito prejudiciais aos interesses desta associação” (RIHGB, 1892, t. 55, p. 271).

Segundo os artigos 56 e 57 dos Estatutos de 1890, os sócios poderiam ler na biblioteca; porém não era permitida a saída de livros, entretanto essa regra não era aplicada a todos os sócios. Raffard, enfrentando dificuldades e resistências, tentaria equacionar esse problema.

O sócio José Cândido Guillobel pediu permissão ao 1º secretário, Henri Raffard, para levar documentos para sua casa, contudo, sua solicitação foi recusada em cumprimento as normas estatutárias. Por outro lado, Capistrano de Abreu retirou vários manuscritos oferecidos ao Instituto pelo ex-Imperador, o que causou indignação do sócio Cesar Augusto Marques que solicitou que a associação reclamasse o quanto antes o empréstimo. Seu pedido só foi atendido depois que ele reivindicou pela segunda vez. Raffard informou que, após inquirido, Capistrano de Abreu começou a devolver os manuscritos (RIHGB, 1892, t. 55, p. 288, p. 302). Todavia, a gestão das indevidas atividades de empréstimo praticadas por alguns sócios, como, destacadamente, Capistrano de Abreu, demandaria tempo e tato.

Em 29 de julho de 1892, Cesar Marques pediu informações sobre a devolução dos empréstimos concedidos a Capistrano de Abreu. Raffard prometeu que iria se entender pessoalmente com ele (RIHGB, 1892, p. 315). Em 23 de setembro, Marques apresentou uma relação dos manuscritos em poder de Capistrano de Abreu e reiterou, mais uma vez, que Raffard solicitasse ao referido sócio a devolução de tais documentos e colocou: “se porventura ainda uma vez mais este nosso consócio mostra-se surdo as vozes do dever, requeiro que seja chamado perante tribunal competente e coagido a entregar esses manuscritos, tantas vezes solicitados” (RIHGB, 1892, t. 55, p. 362).

Na sala de leitura da biblioteca do Instituto, figurava um livro de empréstimo, chamado por Marques Cesar de “livro da carga” para anotar os nomes, títulos e quantidade de documentos cedidos<sup>84</sup>. No livro constava o nome de Capistrano, contudo,

---

<sup>84</sup> Até o presente não foi localizado tal livro nas pesquisas realizadas junto ao IHGB.

não discriminava todos os documentos e nem a quantidade emprestada (RIHGB, 1892, t. 55, p. 408).

Após quatro meses solicitando a Capistrano a entrega de tais manuscritos, o 1º secretário só recuperou dois livros, o que deixou Cesar Marques injuriado:

Doendo-me da pouca consideração, que ele tributa ao nosso Instituto, em nome do qual tenho direito de falar, de requerer, e de zelar os seus bens, já tão desfalcados por idênticos abusos, descuidos ou incúria, no momento de profunda e justa indignação eu requeri que o Sr. Capistrano de Abreu fosse chamado em juízo, e compelido a restituir o que pertence a nosso Instituto. Requeri que o Sr. 1º secretário lhe fizesse saber o que eu requeri, e foi decidido (RIHGB, 1892, t. 55, p. 409).

Cesar Marques deixou claro que, para ele, era triste compelir um dos sócios, porém, fazia questão de registrar a menção na *Revista do Instituto* como “um castigo de teima, da pouca consideração, e do insulto, que tal procedimento nos faz este consócio” (RIHGB, 1892, t. 55, p. 409). Marques afirmou que a motivação para tal queixa partiu da lembrança de terem desaparecidos livros e manuscritos da biblioteca, depois vendidos em leilões, afora os objetos que pertenceram ao Museu “ainda hoje tão pobre, quando se poderia ser bem opulento” (RIHGB, 1892, t. 55, p. 409). Registra-se que Capistrano de Abreu não era o único sócio a gerar aborrecimentos à administração da biblioteca. Marques também protestou contra o empréstimo feito pelo conselheiro Manoel Francisco Correia e pediu que fosse oficializado a todos aqueles que se achavam nas mesmas condições (RIHGB, 1892, t. 55, p. 307).

Raffard enfrentou dificuldades de todas as sortes. O socio Machado Portella pediu permissão para obter na biblioteca do Instituto uma cópia do livro que representava figurinos e trajes da Antiguidade. A obra estava emprestada ao sócio Joaquim Manuel de Macedo e este havia falecido; coube ao 1º secretário procurar o livro na biblioteca do finado. Depois de muita procura, a obra foi achada e reintroduzida ao acervo da biblioteca do Instituto (RIHGB, 1894, p. 332). É provável que muitas obras emprestadas nunca tenham retornado à biblioteca, principalmente, porque não havia gerência dos documentos que saiam do Instituto Histórico. Aparentemente, Henrique Raffard não controlava os empréstimos franqueados aos sócios.

O “descaminho” ou “desvio” dos livros promovidos pelos sócios do Instituto ensejam variadas reflexões, dentre elas a popularmente chamada “apropriação do público pelo privado”, rotineiramente utilizada para se referir a desvios da coisa pública. De certa forma, pode-se interpretar que a biblioteca do IHGB se beneficiou e foi vítima de tal

apropriação. Foi beneficiada mediante ações e movimentações de seus sócios junto ao Estado brasileiro para obtenção de recursos para os mais variados propósitos, conforme visto em diversas passagens desta tese; e prejudicada pela dilapidação de seu acervo pelos próprios sócios. Deste breve exercício, surgem questões diversas, abrangentes não só à história de incontáveis instituições brasileiras, mas à própria história do país. Ao interceder juntamente ao governo em favor de determinada instituição, estaria o indivíduo buscando o bem coletivo, institucional ou o seu próprio? Por óbvio, a resposta a este e outros questionamentos foge ao escopo da presente tese.

Administrar uma biblioteca com poucos recursos financeiros não deve ter sido uma tarefa fácil. O filho do professor e artista franco-português, Luiz Aleixo Boulanger, enviou vários autógrafos, retratos de homens ilustres, livros e mapas para o Instituto. Sua intenção era vender tais documentos para a biblioteca da agremiação. Foi nomeada uma comissão composta por Rodrigues de Oliveira, Henrique Raffard e Cesar Marques que constataram que a coleção era de valor literário e altamente interessante, contudo, não havia recursos para comprá-la. Sensibilizado pelos gravames pecuniários da associação, Rodrigues de Oliveira despendeu a quantia de 1:000\$ para ajudar na aquisição da coleção (RIHGB, 1892). Por esse gesto, Oliveira foi elevado à categoria de sócio honorário. Posteriormente, outros documentos da coleção Boulanger foram adquiridos pela quantia de 500\$000; desta vez a despesa foi do Instituto (RIHGB, 1894, p. 322).

O Instituto chegou a manifestar interesse pela compra da biblioteca que pertenceu a Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Sua esposa, a viscondessa de Porto Seguro, enviou uma lista do Chile composta por 3.000 volumes de livros, entre os quais

300 referia-se exclusivamente ao Brasil e parecem não existir nem na nossa biblioteca, nem mesmo na que foi do Sr. D. Pedro II – livros de 200, 300 e 400 anos; mapas franceses e portugueses desde 1500; trabalhos sobre Ramusio, Américo Vespúcio, Cristóvão Colombo, Padre Antonio Vieira, José de Anchieta, João de Laet; livros tratando das guerras entre portugueses e holandeses; obras latinas de 1520 – 1523 – 1540, etc., cartas de Alexandre Humboldt, revistas, jornais, enfim, preciosíssimas materiais para o estudo (RIHGB, 1892, t. 55, p. 446).

A viscondessa avisou que não venderia por menos de 50.000 pesos de ouro (RIHGB, 1892, p. 309). O Instituto não teve condições financeiras de comprar a coleção<sup>85</sup>. Raffard tecia ponderações sobre a aquisição de livros. Para ele, era obrigação do Instituto

---

<sup>85</sup> A biblioteca do Instituto Histórico possui várias coleções e documentos pertencentes ao Varnhagen que foram recolhidos pelo Padre Diogo Soares (RIHGB 1897, p. 352).

possuir livros de história e geografia pátria e como dever de ofício, ele tinha que expor a situação da biblioteca.

Apesar das dádivas ofertadas pelos sócios, o Instituto não conseguia completar coleções, faltavam muitas obras importantes na biblioteca. O sócio Sacramento Blake, por diversas vezes, reclamou a falta de livros quando elaborava a continuação do seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. O 1º secretário se mostrava indignado, afirmava que o Instituto não poderia descuidar da biblioteca. Na ata da sessão magna, realizada em 15 de dezembro de 1892, Raffard lembrou que o comendador Norberto Joaquim se mostrou contrariado com a venda, em Paris, da biblioteca que pertenceu ao erudito francês Ferdinand Denis e lamentou “não ter sido prevenido a tempo de providenciar para que viessem opulentar as nossas coleções” (RIHGB, 1892, p. 445).

Por sua vez, o comendador José Luiz Alves, a fim de prevenir o Instituto, sobre a disponibilidade de compra de uma coleção particular, pediu que a agremiação oficializasse ao Vigário Geral do Bispado do Rio Grande do Sul para a obtenção de importantes manuscritos sobre a história dos jesuítas no Paraguai, em poder dos parentes do falecido sócio do Instituto, cônego João Pedro Gay (RIHGB, 1893, p. 143). Por diversas vezes, sócios dariam notícias de livros e documentos que poderiam ser adquiridos pela associação. Entretanto, havia escassez de recursos; além disso, a falta de conservação das coleções era um problema.

Neste sentido, o tesoureiro Alencar Araripe constatou que na biblioteca existiam muitas obras completamente deterioradas pelos insetos, de maneira que não poderiam nem ser manuseadas, serviam apenas para contaminar os demais livros. Araripe, então, propôs que fosse nomeada uma comissão a fim de examinar e retirar as obras das estantes (RIHGB, 1893, p. 147). A biblioteca do Instituto tinha obras novas em brochuras; Araripe sugeriu que fossem encadernadas com a finalidade de substituir o material estragado. Como o catálogo geral da biblioteca estava no final da impressão, Alencar Araripe propôs que fosse realizado um aditamento, especificando a substituição. O 1º secretário, Raffard, e o 2º secretário, Alfredo Nascimento, juntamente com os membros da comissão de redação da *Revista Trimensal* foram nomeados para executar a tarefa (RIHGB, 1893, p. 147) proposta por Araripe. Entretanto, não foi encontrado indício de que essa atividade tenha acontecido.

## 2.4 O bibliotecário José Vieira Fazenda e seu legado ao IHGB (1898-1917)

As delicadas funções de um bibliotecário não se limitam a ordenar e classificar os tesouros confiados à sua guarda. Mas do que tudo é ele o auxiliar diligente dos estudiosos, o guia natural dos que fazem investigações de qualquer natureza, o catálogo vivo, em suma, que esclarece e aplanar o caminho dos homens de letras (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1884, v. 12, p. 138-139<sup>86</sup>).

A citação acima foi escrita pelo bibliotecário e diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão, ao bibliotecário que o antecedeu, Frei Camillo de Monserrate, que dirigiu a Instituição de 1853 a 1870. Tal referência foi recuperada pelo 1º secretário do IHGB, Max Fleiuss, em uma sessão magna comemorativa do 68º ano de fundação da agremiação, em 21 de outubro de 1906. O objetivo era agradecer os serviços do bibliotecário do Instituto, José Vieira Fazenda, nos moldes que Ramiz Galvão fizera a Monserrate. Para Fleiuss, “o grande Camillo [enxergaria em Vieira Fazenda] um discípulo sobre todos ilustre e herdeiro dos seus extraordinários predicados” (RIHGB, 1906, t. 69, parte 2, p. 456).

José Vieira Fazenda foi contratado em 06 de março de 1898. O presidente do Instituto, Olegário Herculano d'Aquino Castro, propôs seu nome para exercer a função de bibliotecário e arquivista do IHGB. Aparentemente já estava acertada sua nomeação, uma vez que Vieira Fazenda começou seu expediente um dia após a realização da primeira sessão ordinária, em 07 de março de 1898. Não foi possível obter informação que esclareça os motivos de sua indicação. A destreza de Vieira Fazenda com arquivos, bibliotecas e sua paixão pela história do Rio de Janeiro, talvez, justifiquem sua admissão.

Vieira Fazenda foi um estudioso dos assuntos históricos sobre o Rio de Janeiro, escreveu 550 crônicas nas colunas do *Jornal do Comércio*, entre 01 de setembro de 1896 e 21 de julho de 1914. Tais crônicas foram reunidas e publicadas em 1919, 1920, 1921, 1923 e 1924 na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, sob o título *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Noronha Santos (1947, p. 16) afirma que Vieira Fazenda “foi dos mais assíduos pesquisadores dos arquivos [...]. Releu e confrontou documentos e roteiros que orientaram [sua] obra”.

---

<sup>86</sup> GALVÃO, Benjamim Franklin de Ramiz. *Fr. Camillo de Monserrate: estudo biographico*. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=402630&pesq=Ramiz%20Galv%C3%A3o%20e%20Monserrate&pagfis=26797>>. Acesso em 13 ago. 2020.

Nascido no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1847, José Viera Fazenda estudou no Externato do Imperial Colégio Pedro II; aos 18 anos bacharelou-se em Letras. Foi secretário do Instituto dos Bacharéis em Letras em 1863, elaborou dois trabalhos intitulados: *História da Cidade do Rio de Janeiro* e *Apontamentos para História civil e eclesiástica do Rio de Janeiro*, os quais foram submetidos à crítica daquele grêmio. Em 1866, matriculou-se na Faculdade de Medicina. Segundo Noronha Santos (1947, p. 6), foi calouro de Alfredo Piragibe, Érico Marinho da Gama Coelho, João Batista de Lacerda, Henrique Samico, Antônio Alves do Rego, Pedro Afonso Franco, Oscar Bulhões, Lucindo dos Passos Filho, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Cândido Barata Ribeiro, Domingos José Freire, Luiz Feijó, Carlos Halfeld, João Joaquim Pizarro, José Pereira Rego Filho, João Pizarro Gabizo e Mota Maia.

Aos 24 anos, Vieira Fazenda formou-se e logo começou a exercer a profissão na paróquia de São José, na companhia de seus cunhados, Dr. Godói Botelho e Dr. Pereira Portugal, além de um velho amigo, Dr. José Mariano da Costa Velho (SANTOS, 1947, p. 8). Trabalhou na Santa Casa de Misericórdia e no Hospício de São João Batista, entre 1881 e 1886. No biênio de 1895-1896, foi intendente municipal. Em 1898<sup>87</sup>, assumiu a gestão da biblioteca do IHGB. Vieira Fazenda se manteve no cargo até seu falecimento, em 19 de fevereiro de 1917.

A entrada de Vieira Fazenda na agremiação é marcada pela abertura da biblioteca ao público. Até 1898, a biblioteca era reservada ao uso exclusivo dos sócios<sup>88</sup>. Depois de franqueada, se tornou um lugar cotidianamente frequentado “por notabilidades literárias, jornalistas, médicos, advogados, sacerdotes, engenheiros, estudantes e artistas” (RIHGB, 1911, t. 74, parte II, p. 398). Conta Escragnolle Doria, que os pesquisadores eram acolhidos pelo bibliotecário com as seguintes exclamações: “- Oh! Senhor, seja muito bem aparecido! – Que fim levou V. Ex.? – Há muito tempo V. Ex. não figura no meu caderno<sup>89</sup> – Seja muito bem-vindo por esta casa!” (SANTOS, 1947, p. 14). Mas, quando Fazenda avistava o historiador Capistrano de Abreu se dirigindo a biblioteca, a frase era “Lá vem o ‘cacete’ do Capistrano [...] Deixe-me ir aturá-lo antes que chegue a minha hora” (FREITAS, 1944, p. 118).

---

<sup>87</sup> Ao longo de sua trajetória escreveu e publicou “vários e importantes trabalhos relativos à nossa história” (BLAKE, 1899, v. 5, p. 233).

<sup>88</sup> Porém, poderia ser aberta àqueles que obtivessem autorização do 1º secretário.

<sup>89</sup> Caderno a que se refere era usado por Vieira Fazenda a fim de anotar os nomes dos frequentadores da sala de Leitura do Instituto. Infelizmente, não foi localizado no Arquivo do Instituto Histórico.

Fazenda não perdoava o descaso de Capistrano pelas roupas que vestia e nem os hábitos de sua higiene pessoal; bem diferente de Vieira Fazenda, que era “metido numas roupas largas e muito limpas” (FREITAS, 1944, v. 185, p. 118). Apesar da falta de higiene não ser um ponto em comum entre ambos, o mesmo não se pode dizer com relação aos fatos do passado. Fazenda reconhecia em Capistrano “a maior autoridade em assuntos de história” (FREITAS, 1944, v. 185, p. 18). Para Norival Freitas (1944), era um gosto vê-los discutindo sem, contudo, chegar a um acordo sobre detalhes e conclusões de um determinado fato. Fazenda era requisitado constantemente por jornalistas que o procuravam na biblioteca do Instituto a fim de “se informar com segurança a respeito de casos do dia, que por qualquer modo se filiavam ao passado” (CONSTÂNCIO, 1921, t. 90, v. 144).

Para Max Fleiuss, Vieira Fazenda foi o “pronto oráculo, sempre bondoso, o bibliotecário sempre inexcedível, um verdadeiro modelo a imitar-se. Não se lhe aproximava um homem estudioso que não colhesse frutos de semelhante consulta<sup>90</sup>” (O Paiz (RJ), 1923, p.6). Nas Atas das sessões do Instituto é comum encontrar elogios dos sócios ao bibliotecário, principalmente nas reuniões solenes. Tais homenagens são frutos da atuação e do conhecimento de Vieira Fazenda diante da biblioteca do Instituto Histórico. Quando empossado e no exercício do cargo, Vieira Fazenda disse ao então 1º secretário Henri Raffard que “lhe eram precisos alguns meses para conhecer as imensas riquezas bibliográficas do Instituto, a fim de prontamente poder satisfazer às consultas que Sócios e estranhos lhe faziam desde a sua posse” (RIHGB, 1898, parte II, p. 751). Segundo Doria (Revista da Semana (RJ), 1947, p. 26), Vieira Fazenda “conhecia as estantes em bloco e os volumes um por um” e conhecia “a fundo as obras manuscritas”.

Na época em que Vieira Fazenda assumiu o cargo, ocupava a 1ª secretaria o sócio conselheiro Henri Raffard que, constantemente, afirmava nas Atas das reuniões que a biblioteca do Instituto era frequentada “por diversos cavalheiros estudiosos, representantes de todas as classes sociais”. Afirmava ainda “que todos encontraram ali com facilidade os elementos desejados, graças ao nosso bibliotecário, que os guia com sua conhecida competência” (RIHGB, 1898, t. 61, parte 2, p. 752).

---

<sup>90</sup> Max Fleiuss incorporou parte da citação escrita por Ramiz Galvão a Monserrate “fr. Camillo foi um bibliotecário inexcedível e um verdadeiro modelo a imitar-se. Não se lhe aproximava um homem estudioso que não colhesse frutos de semelhante consulta” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1884, v. 12, p. 139).



Vieira Fazenda assumiu uma biblioteca cujo acervo se formava desde a fundação do Instituto, em outubro de 1838. Entretanto, os catálogos impressos não condiziam com a realidade; muitas obras que estavam arroladas nos catálogos não constavam na biblioteca, uma vez que os associados não devolviam as obras emprestadas. Desta forma, Vieira Fazenda encontrou uma biblioteca desfalcada e concluiu que “Assim não é pois de admirar que livros pertencentes ao Instituto andem em mãos alheias, figurem em leilões particulares ou no inventário de colecionadores de obras raras” (RIHGB, 1911, p. 398). Infelizmente, não foi encontrado dados estatísticos dos livros “desaparecidos”, contudo, se esses existissem, certamente o número poderia ser ainda maior, uma vez que não havia um inventário regular dos documentos.

A falta de gestão na biblioteca do Instituto foi um dos critérios determinantes para os abusos cometidos. É comum encontrar nas Atas relatos de furtos de obras. Na Ata 1893 há registro feito por um sócio que encontrou em um sebo do Rio de Janeiro um livro assinado por D. Pedro II que pertencia ao acervo da biblioteca do IHGB. Alguns casos de extravio também foram apontados. O secretário arquivista do arquivo público mineiro viu no *Catálogo de exposição de História do Brasil* de 1881 que a obra *Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais* constava no acervo da biblioteca do Instituto e assim solicitou a consulta; porém, o material não foi encontrado e concluiu Henri Raffad, 1º secretário, “deve-se presumir que foi extraviada, se é que voltou depois da Exposição” e acrescentou “que não sendo este caso único, entendeu dever chamar atenção do Instituto a tal respeito” (RIHGB, 1898, p. 634).

Em 19 de junho de 1898, a diretoria convocou uma sessão extraordinária para tratar do desaparecimento de uma medalha de ouro de seis florins do museu, o objeto continha a inscrição “Anno - Brasil -1645” (RIHGB, 1898, p. 645). O presidente, Olegário Herculano d’Aquino e Castro, tomou as providências necessárias e o caso foi entregue ao chefe de Polícia, Manoel Edwiges de Queiroz Vieira. A joia histórica foi encontrada pela Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro e entregue ao Instituto em 22 de junho de 1898. O autor do furto não foi descoberto. Casos como esses revelam a falta de segurança. Segundo Vieira Fazenda, objetos menores do museu eram guardados em armários, outros, colocados no chão (RIHGB, 1911, p. 412).

Os itens mais preciosos ficavam guardados fora do museu, em um cofre de segurança do gabinete do 1º secretário. Não se pode dizer que tais práticas eram desleixo. O prédio ocupado pelo Instituto já não comportava o acervo que crescia constantemente, além disso, o edifício estava com sérios problemas devido à falta de manutenção. Havia

muitos buracos no telhado, portanto, a fim de evitar estragos nas coleções, os manuscritos, por exemplo, depois de inventariados, eram guardados em sacos, já que seria mais fácil removê-los caso fossem atingidos pela água de chuva (RIHGB, 1911).

De acordo com os estatutos do IHGB, competia ao bibliotecário conservar a biblioteca, o arquivo e o museu; portanto, os desafios de Vieira Fazenda não eram poucos. Após um ano de sua contratação, o bibliotecário arrolou um inventário de 30.000 volumes de obras bibliográficas. Porém, era necessário se dedicar aos periódicos, documentos de arquivo e peças do museu. Assim sendo, o 1º secretário ponderou que eram constantes as interrupções sofridas por Fazenda, já que este atendia aos vários pedidos de pesquisadores. Raffard, então, sugeriu a presença temporária de um auxiliar a fim de ajudar Vieira Fazenda no trabalho de catalogação e organização de catálogos para a biblioteca (RIHB, 1899, t. 62, parte 2, p. 424-425).

Desta forma, o bibliotecário foi autorizado a contratar um ajudante que, segundo o 1º secretário, era “perfeitamente adaptado ao lugar que ocupa por sua ilustração e amor à nossa instituição” (RIHB, 1899, t. 62, parte 2, p. 424-425). Ajudado por Orville Derby, Vieira Fazenda conseguiu organizar um catálogo de todos os mapas, cartas geográficas, álbuns e fotografias que pertenceram a D. Pedro II.

Os serviços prestados por Vieira Fazenda eram reconhecidos não apenas pela diretoria do Instituto, mas pelos consulentes. Estes, segundo o 1º Secretário, aumentavam cada vez mais e assim demandavam mais atenção do bibliotecário. Portanto, o digno profissional reclamava da falta de tempo para se dedicar às outras atividades inerentes ao serviço de biblioteca. Fazenda trabalhava nos dias úteis, chegava às 11 horas da manhã e finalizava o expediente às 15 horas. A biblioteca funcionava apenas quatro horas por dia, o que gerava reclamação por parte dos leitores. Contudo, o Instituto alegava não ter condições de despender recursos para estender o horário de funcionamento.

A entrada de Vieira Fazenda representou o estabelecimento de uma rotina de serviços. Contudo, a biblioteca carecia de maiores cuidados. O acervo estava em péssimas condições de conservação, fato observado por Max Fleiuss<sup>91</sup> quando tomou posse da 1ª secretaria do Instituto, em janeiro de 1906.

---

<sup>91</sup> Raffard renunciou ao cargo de 1º secretário em 21 de dezembro de 1905. Segundo Raffard a renúncia era de ordem puramente particular, o seu estado de saúde estava comprometido (RIHGB, 1905, p. 674). Assim sendo, o nome Max Fleiuss entrou em votação, este ganhara a vaga de 1º secretário e Alcebíades Furtado assume o cargo de 2º secretário.

Após a morte de Vieira Fazenda, o Instituto Histórico, em 30 de abril de 1917, batizou a sala de leitura com o nome do bibliotecário. Na ocasião, o presidente Afonso Celso inaugurou o retrato do bibliotecário e justificou que a homenagem era justiça devida à “figura já quase lendária do dr. Vieira Fazenda” (RIHGB, 1917, p. 690).

Figura 4 - Bibliotecário José Vieira Fazenda 1898-1917

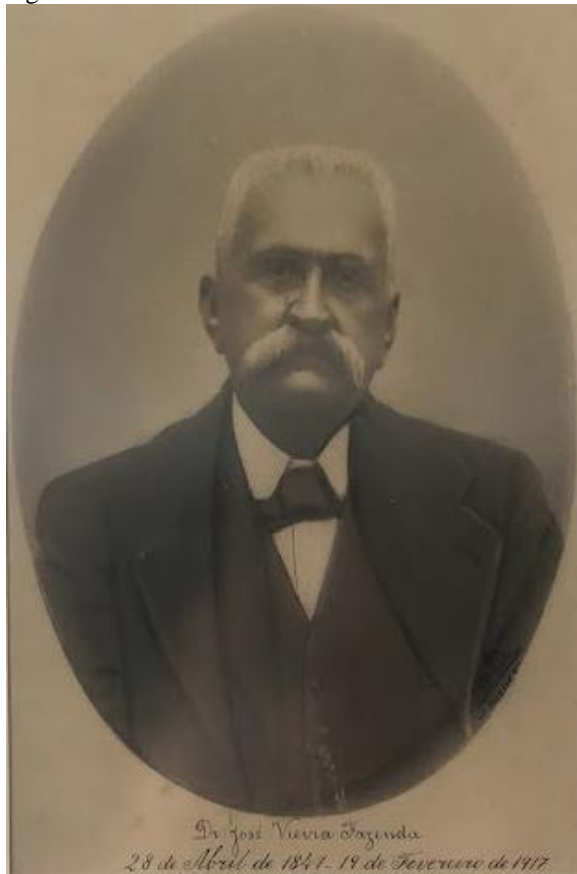


Foto de Chapelia – Rio de Janeiro  
Acervo: IHGB

Fazenda, por diversas vezes, foi convidado para ser sócio do Instituto Histórico, contudo, ele nunca aceitou “[s]ou bibliotecário da casa e como tal de maneira não me é lícito participar da agremiação que aprecio e respeito” (REVISTA da Semana (RJ), 1947, p. 26). Mesmo sem ser sócio, Vieira Fazenda dava conferências no IHGB, além disso, fez parte da comissão executiva do *Primeiro Congresso de História Nacional*, realizado entre 7 e 16 de setembro de 1914. “Coube ao bibliotecário do IHGB, o Dr. José Vieira Fazenda, elaborar as teses oficiais da 9ª Seção – *História literária e das artes*” (GUIMARÃES, 2006, p. 85). Fazenda também colaborava com a Revista do IHGB, sua opinião era respeitada pelos membros do Instituto Histórico.

Para ocupar o lugar de Fazenda, Afonso Celso e Max Fleiuss propuseram o nome de Pedro Souto Maior. Segundo Ramiz Galvão (RIHGB, 1912), Souto Maior foi nomeado graças ao empenho que havia demonstrado ao Instituto Histórico. Em 1912, ele foi designado pelo barão do Rio Branco para representar o IHGB na Sociedade de Geografia de Lisboa. Depois disso, partiu em missão pela Holanda a fim de pesquisar os arquivos do século XVII acerca do Brasil. Souto Maior pesquisou os arquivos em Haia durante cinco meses e meio, das 11 horas da manhã às 4 da tarde (RIHGB, 1912, t. 75, parte II). Segundo Honório Rodrigues, a pesquisa de Souto Maior “foi realmente de poucos resultados”, assim como suas pesquisas nos arquivos pela Espanha, em 1914. Contudo, essas investigações históricas foram suficientes para que Souto Maior conseguisse a simpatia da direção do IHGB, especialmente, do 1º secretário Max Fleiuss. Entretanto, essa simpatia durou pouco, pois Souto Maior, aparentemente, não conseguia suprir a falta do bibliotecário Vieira Fazenda. Fleiuss, por diversas vezes, escreveu a Oliveira Lima relatando que seus trabalhos no Instituto duplicaram em razão da morte de Fazenda e que Souto Maior estava “muito pesado” (FLEIUSS, 29.06.1917).

Fleiuss cogitou chamar Clemente Gaspar Maria Brandenburger<sup>92</sup> para a biblioteca do Instituto. Para Fleiuss, o lugar de Brandenburger era na biblioteca do Instituto, “onde nos prestará enormes serviços, libertando-me do tremendo trabalho que sobre mim está pesando desde que morreu nosso Fazenda, pois o Souto Maior... não existe” (FLEIUSS, 1919).

Apesar de reclamar dos serviços de Souto Maior, Fleiuss entendia que o momento não era oportuno para conversar com o bibliotecário, “[m]ais tarde, sim, diremos qual a corporação dele. Agora absolutamente não convém”. Fleiuss chamou a atenção de Souto Maior, que se comprometeu a “trabalhar muito e bem” (FLEIUSS, 1919). Em 1921, Rodolpho Garcia foi contratado para ajudar o bibliotecário Souto Maior nos trabalhos da biblioteca.

O bibliotecário permaneceu no cargo até sua morte, em 06 de setembro de 1925, época na qual o IHGB contratou Lúcia Furquim Lahmeyer para servir como bibliotecária da instituição.

---

<sup>92</sup> Brandenburger nasceu em Fulda, Alemanha, em 10 de junho de 1879. Iniciou seus estudos de Filosofia na Universidade Frederico Guilherme, em Berlim, e o concluiu em Heidelberg, em 1903. Ele trabalhou na repartição do Catálogo Geral da Biblioteca Pública da Prússia. Em 1909, emigrou para São Paulo onde redigiu, a partir de 1910, o jornal *Deutsch Zeitung*, além disso, trabalhou como secretário no Museu Paulista entre 1911 e 1912. Em 1912 transferiu-se para o Rio de Janeiro, a serviço do referido jornal. Naturalizou brasileiro em 1917 (INSTITUTO HISTÓRICO..., sócios estrangeiros falecidos).

Figura 5 - Bibliotecária Lúcia Furquim Lahmeyer



Fonte: Arquivo do IHGB<sup>93</sup>

Sua nomeação foi publicada na Revista da Semana<sup>94</sup>:

A nova bibliotecária, dotada de ilustração e versada em vários idiomas assim como em assuntos bibliográficos, está na altura de exercer o seu cargo com

---

<sup>93</sup> Arquivo do IHGB. Lata 15 – Fotografia 95.

<sup>94</sup>[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909\\_02&pesq=%22Lucia%20Furquim%20Lahmeyer%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=10387](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_02&pesq=%22Lucia%20Furquim%20Lahmeyer%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=10387)

brilho, e foi nessa convicção justa que a ‘Revista’ surpreendeu em sua mesa de trabalho, para felicitá-la, à sr. Lucia Furquim Lahmeyer (REVISTA da Semana (RJ), 1925, p. 29).

Lúcia já pertencia ao quadro de funcionários do IHGB. Ela e sua prima Clotilde Furquim Joppert<sup>95</sup> foram contratadas, em 1924, para trabalhar como auxiliares. Com a promoção de Lucia, Clotilde passou a ser sub-bibliotecária na agremiação (ALMANQUE LAEMMERT, 1925-1938).

Segundo Fleiuss, a bibliotecária Lúcia Furquim Lahmeyer era “dedicada” (RIHGB, 1932, p. 739), tanto que por proposta do presidente, o conde de Afonso Celso, inaugurou-se na sala de leitura um retrato em homenagem a “modestíssima bibliotecária”.

Figura 6 – Inauguração do retrato da bibliotecária do IHGB - Lúcia Furquim Lahmeyer – na sala de leitura do mesmo Instituto, em 6 de julho de 1932.



Fonte: Arquivo do IHGB<sup>96</sup>

## 2.5 Catálogos das coleções do IHGB

Conforme dito na seção 1 desta pesquisa, o primeiro catálogo bibliográfico do IHGB foi organizado pelo bibliotecário Antonio Martins e publicado em 1860. Foi o

<sup>95</sup> Clotilde foi indicada ao Instituto pelo seu padrinho, Cândido Luís Maria de Oliveira. [Correspondência]. Destinatário: Conde de Afonso Celso. 16 mar. 1912.

<sup>96</sup> Arquivo do IHGB. L 15.95.

único catálogo impresso, pelo menos até 1884, quando Tristão de Alencar Araripe organizou o catálogo dos manuscritos, como se verá mais adiante.

Araripe entrou na agremiação em 21 de outubro de 1870<sup>97</sup>; em 21 de janeiro de 1881, assumiu a tesouraria do IHGB. Nomeado para uma missão imperial, Araripe solicitou dispensa em 7 de janeiro de 1898, para seu lugar foi eleito interinamente o barão de Teffé (RIHGB, 1885,1898). De acordo com a disposição 1ª do artigo 2º dos estatutos, Araripe recebeu o diploma de sócio benemérito em 1898. A distinção recaiu em razão dos extraordinários serviços prestados a agremiação (RIHGB, 1898, t. 61, p. 587). No que tange a biblioteca, Araripe organizou o *Repertório da Revista Trimensal do Instituto* e o catálogo de manuscritos pertencentes ao Instituto Histórico.

Tristão de Alencar Araripe foi o responsável por catalogar<sup>98</sup> os manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como membro da comissão responsável por redigir a *Revista*, Araripe tinha que consultar os manuscritos com o objetivo de fazer a seleção dos mais convenientes para publicação (RIHGB, 1884). Os manuscritos não tinham um inventário ou catalogação que pudesse auxiliá-lo a encontrar facilmente os documentos. Segundo Vieira Fazenda, o arquivo estava descuidado, “documentos raros e curiosos andavam a granel” (RIHGB, 1911, p. 409).

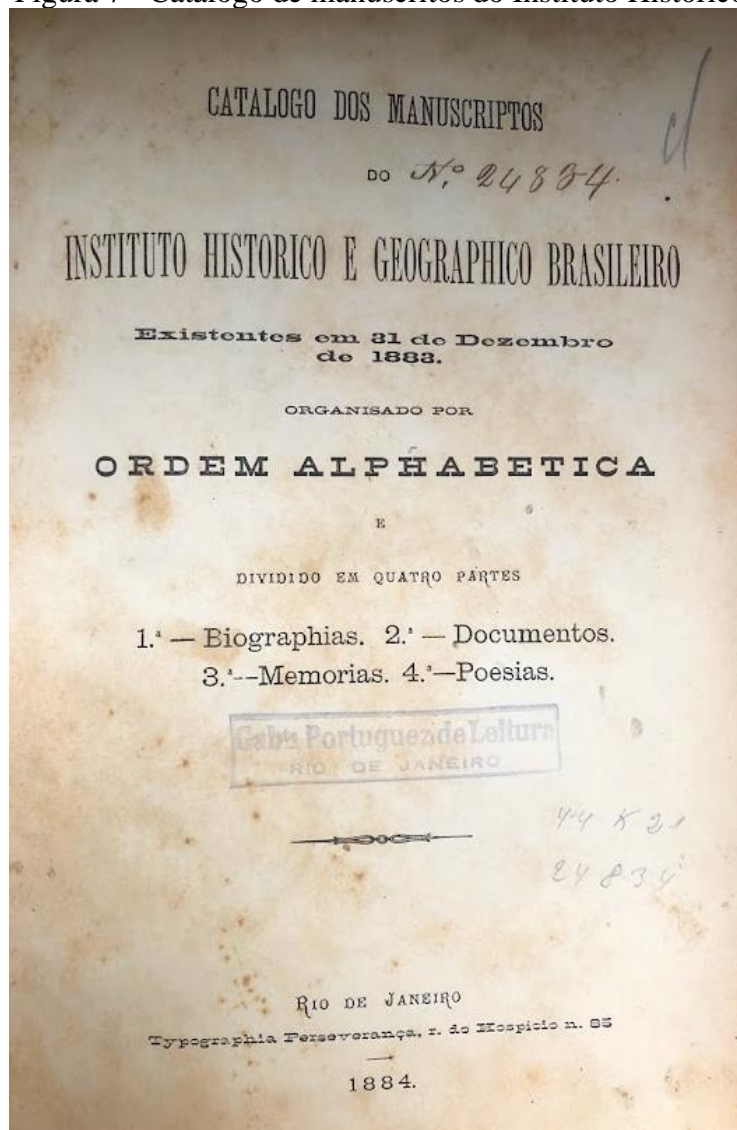
Assim sendo, Araripe começou a identificar e inventariar os manuscritos e os dividiu em quatro classes: i) Biografias, ii) Documentos, iii) Memórias e iv) Poesias; conforme se vê na imagem abaixo:

---

<sup>97</sup> Serviu-lhe de título *A província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* (RIHGB, 1921, t. 90, p. 853).

<sup>98</sup> O relato de sua experiência no trato com o acervo manuscrito da agremiação foi publicado na *Revista do IHGB* sob o título de *Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico*.

Figura 7 - Catálogo de manuscritos do Instituto Histórico



Fonte: Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: tipografia Lammert & C. 1889. 40 p.; 23cm.  
Acervo: RGPL.

Segundo Araripe, a classificação geral não bastava para achar facilmente os documentos; era necessário colocar cada classe em ordem alfabética (RIHGB, 1884) e assim o fez, conforme se observa na figura 8.



Figura 8 - Catálogo de manuscritos do Instituto Histórico. Ordem alfabética

- 7 -

**BIOGRAPHIAS**

N. ordinal	TITULO	Folhas	Valor
<b>N</b>			
53	Naturalidade de D. Antonio Filippe Camarão, por Francisco Adolpho Varnhagem.....	5	1\$
54	Necrologia de Bento da Silva Lisboa, Barão de Cairú.....	9	1\$
55	Nota biographica sobre frei Matheos da Encarnação Pina.....	2	1\$
56	Nota biographica de frei Vicente do Salvador.....	1	1\$
57	Noticia biographica de frei Antonio de Santa Ursula Rodvalho.....	2	1\$
58	Noticia biographica de frei Miguel de São Francisco.....	1	1\$
59	Noticia biographica do Visconde do Rio-comprido.....	2	1\$
60	Noticia necrologica do Dr. Antonio de Moraes Silva.....	2	1\$
<b>R</b>			
61	Relação dos serviços do coronel Ignacio de Andrade Soutomaior Rendon.....	2	1\$
62	Resumo biographico de Antonio Joaquim Alvares do Amaral, por José Alvares do Amaral.....	2	1\$
63	Resumo historico da vida de Francisco de Mello Franco, bacharel em medicina pela universidade de Coimbra.....	18	2\$
<b>T</b>			
64	Traços biographicos relativos ao finado Antonio Francisco Lisbôa, conhecido pelo appellido de Aleijadinho, pelo Dr. Rodrigo José Ferreira Bretas.....	9	1\$
65	Traços de alguns socios do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pelo Dr. Francisco Antonio da Costa Meireles....	3	1\$

Fonte: Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: tipografia Larmmert & C. 1889. 40 p.; 23cm.  
Acervo RGPL.

Para se certificar de que os documentos não voltassem a “promiscuidade e confusão” quando fossem consultados (ARARIPE, 1884, p. 548), Araripe os colocou em uma capa fixa, arrolou os títulos de cada manuscrito dentro de sua respectiva classe e deu-lhe um número que aparecia tanto no catálogo quanto na caixa de guarda do material. Para Araripe

Tendo capa fixa, o papel jamais se confundirá; tendo título é fácil à primeira vista saber qual a matéria de seu conteúdo, tendo a indicação da caixa pode comodamente reverter a ela.

Cada biografia, cada documento, cada memória, cada poesia traz indicado o lugar de guarda; e assim retirado um destes manuscritos para consulta, terminada esta, fácil é repô-lo no lugar de onde saiu; e deste modo se conservará a ordem uma vez estatuída (ARARIPE, 1884, p. 548).

Durante a confecção do catálogo, Araripe notou que a falta de acondicionamento adequado e os insetos contribuíram para a deterioração de diversos manuscritos importantes. Então, sugeriu que o Instituto mandasse copiar alguns documentos na tentativa de salvá-los do estrago do tempo. Além disso, Araripe relatou que vários papéis estavam mutilados.

Concluído o trabalho de Araripe, o Instituto publicou<sup>99</sup> o *Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, existentes em 31 de dezembro de 1883*<sup>100</sup>. Consta no referido catálogo 67 biografias, 817 peças de documentos, 908 memórias e 55 poesias, totalizando 1.847 manuscritos.

No que tange aos documentos e memórias, Araripe procurou dividi-los em três categorias, de acordo com os estatutos da instituição, a saber: história, geografia e etnografia. Para facilitar o estudo e pesquisa, cada categoria foi dividida em três cortes temporais: i) Colônia, ii) Reino e iii) Império. Araripe sugeriu, antes da impressão do catálogo, uma subdivisão referente a matéria do documento. Para ele, cada assunto deveria ser separado em duas classes: i) quanto aos fatos gerais do Império, ii) quanto aos assuntos especiais de cada província. Segundo Araripe (1884, p. 552), a vantagem desse arranjo “[...] é dar-nos em breve quadro o que existe sobre qualquer dos indicados assuntos, que nos propusermos a consultar. Indicará também as lacunas, que temos, e dali provirá a diligência em as suprimos.” As sugestões de Araripe não foram acatadas, pois não aparece essa divisão no catálogo.

Em 1889, o catálogo dos manuscritos foi aditado em razão das ofertas realizadas. Desta vez, saiu publicado pela tipografia Larmmert & C<sup>101</sup>. Araripe seguiu a mesma metodologia anterior, ou seja, também dividiu o catálogo em quatro partes: biografias (80 manuscritos, ou seja, 13 a mais do que no catálogo anterior), peças de documentos (996, 179 a mais), memórias (1.196, 288 a mais) e poesia (55, tal como no catálogo anterior). Observa-se um total de 2.327 manuscritos, ou seja, 480 a mais do que o catálogo anterior. Estranhamente, Vieira Fazenda, na Revista do IHGB (1911, p. 410), ao listar e informar

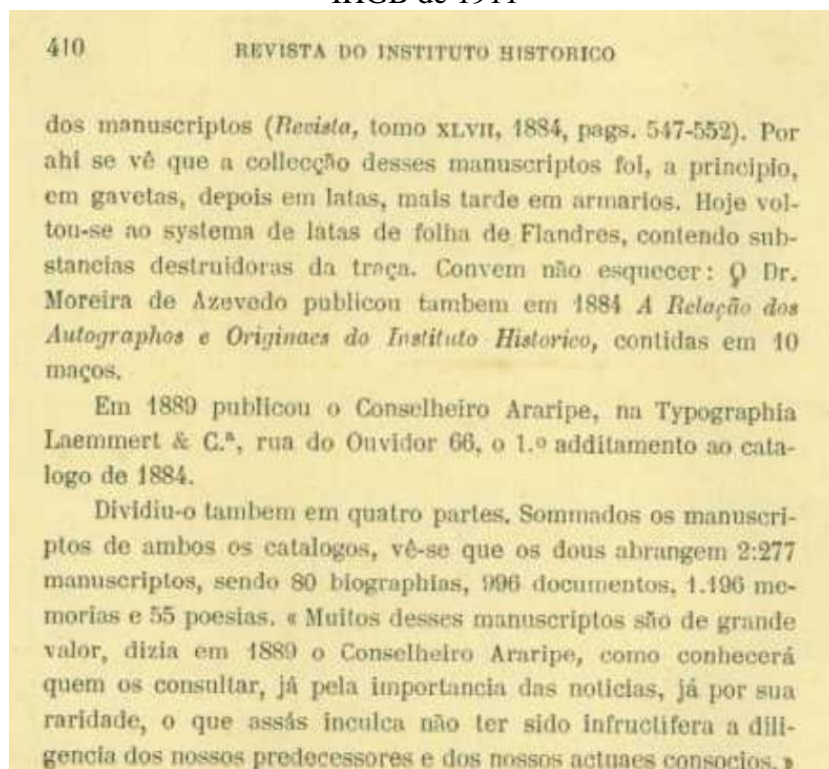
<sup>99</sup> A impressão do catálogo custou 685\$000 (RIHGB, 1885, p. III).

<sup>100</sup> Cabe mencionar que Araripe examinou os documentos de secretaria, contudo, esses foram arrolados no catálogo.

<sup>101</sup> Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: tipografia Larmmert & C. 1889. 40 p.; 23cm.

os números de manuscritos contidos no catálogo de 1889 acima expostos, oferece um total de 2.277 manuscritos, ou seja, 50 a menos do que o somatório aqui realizado. Ressalta-se que a soma aqui feita foi baseada nos mesmos números informados na página 410 da Revista do IHGB de 1911, conforme pode ser verificado na figura a seguir. Não se sabe o que levou Vieira Fazenda a informar o total de 2.277 tampouco o motivo da discrepância nos números.

Figura 9 – Descrição do Catálogo de 1889 realizado por Vieira Fazenda na Revista do IHGB de 1911



Fonte: Revista do IHGB, 1911, p. 410.

Conforme a figura acima: “[m]uitos desses manuscritos são de grande valor [...], como conhecerá quem os consultar, já pela importância das notícias, já por sua raridade, o que assaz inculca não ter sido infrutífera a diligência dos nossos predecessores e dos nossos atuais consócios” (RIHGB, 1911, p. 410).

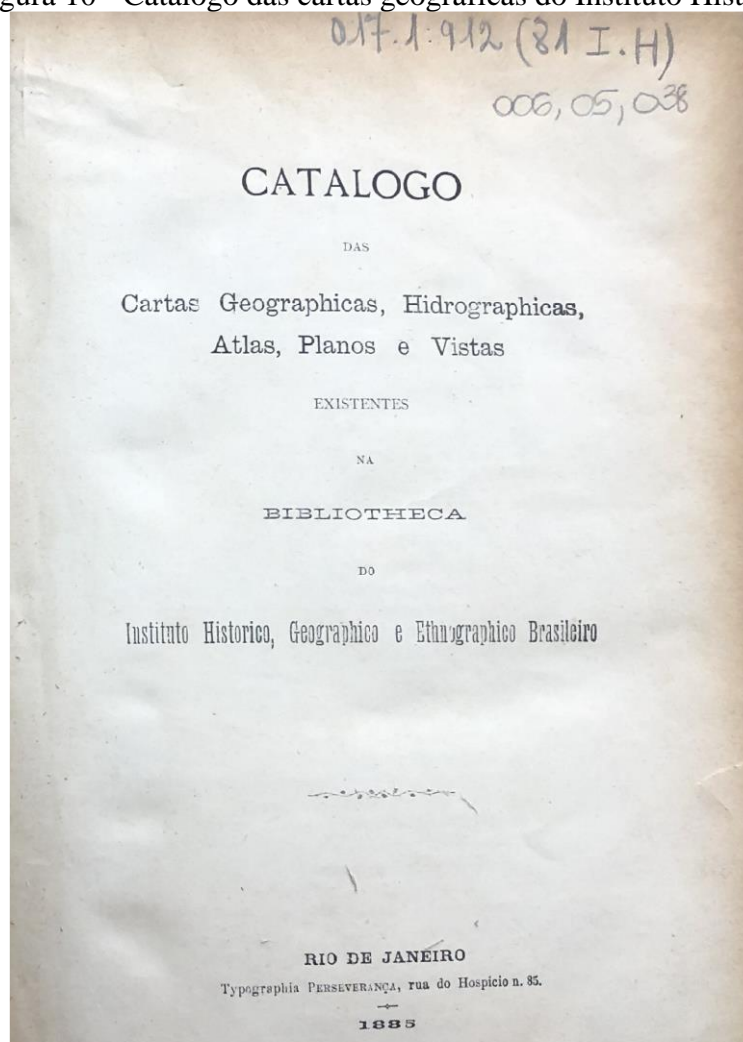
Durante o aditamento, Araripe percebeu grandes desfalques de documentos, o que levou Cesar Marques a protestar contra a retirada de documentos do arquivo (RIHGB, 1893, 160). Apesar das constantes reclamações, a prática de empréstimo só foi cessada na administração de Max Fleiuss, assunto abordado no terceiro capítulo deste trabalho.

Convém não esquecer que em 1884, o 1º secretário, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, publicou na Revista do Instituto a *Relação dos Autographos e originaes* do

Instituto Histórico (RIHGB, 1894, 505-523). Moreira de Azevedo inventariou 10 maços de documentos, os quais continham ofícios, decretos, cartas e diplomas. Azevedo também organizou um catálogo dos objetos existentes no museu. O inventário saiu publicado na Revista do Instituto Histórico, em 1886 (RIHGB, 1886, p. 393-419).

Não obstante a organização desses inventários, o Instituto Histórico elaborou seu primeiro catálogo de mapas, com o título: *Catálogo das cartas geographicas, hidrographicas, atlas, planos e vistas existentes na Bibliotheca do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885. 118 p.; 24cm.

Figura 10 - Catálogo das cartas geográficas do Instituto Histórico



Fonte: Catálogo das cartas geographicas, hidrographicas, atlas, planos e vistas existentes na Bibliotheca do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885. 118 p.; 24cm.  
Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

O catálogo tem 541 mapas<sup>102</sup> divididos em: I – Cartas Gerais e Atlas (16 documentos), II – Europa (26), III – Ásia (9), IV – África (2), V – América (477), e VI – Oceania (11). Os mapas da América estão subdivididos desta forma: América em geral (3); América septentrional (Estados Unidos: 18; México: 2; Cuba e Antilhas: 2; total: 22); América Meridional (América Meridional em geral: 2; Colômbia: 1; Venezuela: 3; Guiana Francesa: 10; Guiana Inglesa: 1; Guiana Holandesa: 1; Bolívia e Peru: 1; Peru: 1; Chile: 27; Paraguai: 8; Guerra do Paraguai: 7; República Argentina: 15; Uruguai: 7, total: 84); Império do Brasil (Cartas Gerais e Atlas: 29; Costas do Brasil: 79; Limites do Brasil: 21; Província do Amazonas: 11; Província do Pará: 19; Província do Maranhão: 10; Província do Piauí: 2; Província do Ceará: 5; Província do Rio Grande do Norte: 2; Província da Paraíba: 1; Província de Pernambuco: 3; Província de Alagoas: 3; Província de Sergipe: 8; Província da Bahia: 11; Província do Espírito Santo: 26; Província do Rio de Janeiro: 30; Província de São Paulo: 9; Província do Paraná: 4; Província de Santa Catarina: 16; Província do Rio Grande do Sul: 40; Província de Goiás: 3; Província do Mato Grosso: 24; Novas Províncias (projeto): 8; Planos de Batalha: 4; total: 368) e VI – Oceania.

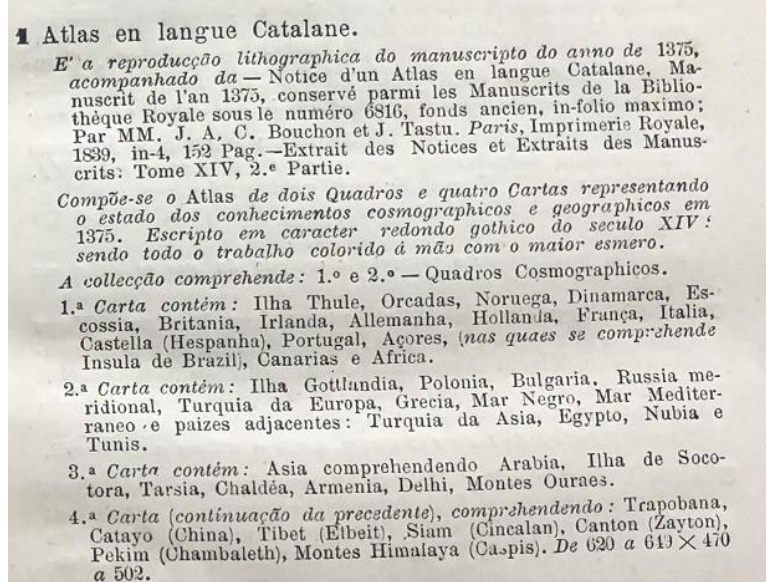
O referido catálogo foi organizado pelo Barão Homem de Mello, em 1884, e publicado no ano seguinte<sup>103</sup>. Para este trabalho, Mello contou com a colaboração do bibliotecário do Instituto, Francisco Antônio Martins. As cartas geográficas foram arroladas pelos títulos; as dimensões de altura e largura de cada documento foram expressas em milímetros (IHGB, 1893). O catálogo também apresenta um índice alfabético de autores, fato que demonstra o trabalho sistemático e cuidadoso do Barão Homem de Mello. A figura abaixo igualmente mostra o requinte minucioso no tratamento e catalogação dos mapas, com a descrição, inclusive, do tipo de caractere utilizado.

---

<sup>102</sup> O catálogo apresenta os mapas numerados de 1 a 540; todavia possui os mapas 41 e 41a.

<sup>103</sup> Em 1932, o Instituto Histórico publicou, em sua Revista Trimestral (RIHGB, 1932, v. 166, p. 888-896), uma lista de publicações especiais na qual Araripe aparece como o responsável pela organização do catálogo dos mapas. Contudo, o Barão Homem de Mello afirmou em 1899 que ele foi responsável pela organização (RIHGB, 1899, v. 166, p. 278-279).

Figura 11 - Catálogo das cartas geográficas do Instituto Histórico



Fonte: Catálogo das cartas geographicas, hydrographicas, atlas, planos e vistas existentes na Biblioteca do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885. 118 p.; 24cm. Biblioteca Histórica do Itamaraty.

Na opinião de Viera Fazenda, o Instituto possuía uma vasta coleção de tesouros cartográficos, com destaque para o:

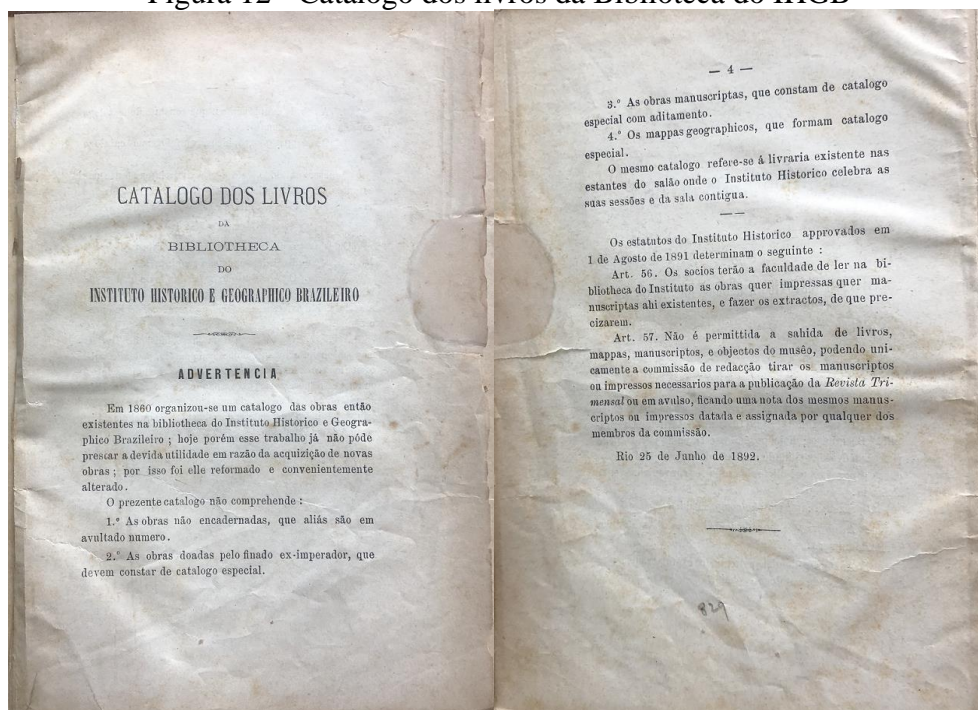
Atlas em língua Catalã, o Mapa-múndi, desenhado em 1459, por Fra Mauro, o Atlas organizado pelo Visconde de Santarém, as cartas da Guayana Francesa, Inglesa e Holandesa, do Chile, Argentina, Estado Oriental e Paraguai, do Livro Que dá Razão do Estado do Brasil, este foi doado pelo Imperador D. Pedro II, contendo 22 cartas e 16 folhas de texto, os Atlas do Brasil de Candido Mendes de Almeida e de Homem de Mello (1<sup>a</sup> edição), os trabalhos de Copossi, Niemeyer, Belegarde, Xavier de Brito, Beaurepaire Rohan, de Monchez, etc., etc., e para terminar o grande mapa da Capitania do Rio de Janeiro, mandado organizar pelo Conde da Cunha e feito por Manoel Vieira de Leão (RIHGB, 1911, p. 408).

Os mapas ofertados, após a publicação do catálogo supracitado, foram arrolados em listas não publicadas pelo Instituto Histórico, as quais não se teve acesso.

Após a publicação do inventário cartográfico, o Instituto se preocupou em inventariar os livros de sua biblioteca. Isso era uma necessidade urgente, tendo em vista que só havia o catálogo de 1860. Para essa tarefa, o IHGB contratou os serviços do bibliotecário Antonio Castro Lopes. Em 1893, ele entregou um catálogo que somava 4.325 obras, distribuídas em 17 estantes (FAZENDA, 1911). Entretanto, no catálogo não constavam as numerosas obras encadernadas. Também não estavam arroladas as obras doadas pelo finado ex-Imperador, já que seria impresso um catálogo especial para esta coleção. O catálogo elaborado por Lopes igualmente não incluía as obras manuscritas e

os mapas geográficos, pois a mesa diretora entendia que esses deveriam constar em catálogos separados (IHGB, 1893). A catalogação realizada por Lopes se limitou à sala batizada de Pedro II, local onde se celebrava as reuniões do Instituto. Apesar dessa ressalva, o catálogo é um instrumento importante, pois representa uma parcela do acervo da biblioteca do Instituto.

Figura 12 - Catálogo dos livros da Biblioteca do IHGB



Fonte: Catálogo dos Livros da Bibliotheca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. --. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1893.

Acervo: Biblioteca História do Itamaraty.

Castro Lopes dividiu o catálogo em 51 áreas temáticas. É possível observar, no quadro abaixo, que o catálogo foi organizado alfabeticamente; contudo, respeitando o ordenamento das áreas anterior às mudanças ortográficas iniciadas no século XIX. Assim, apesar de iniciada pela letra “q”, “química” é listada como iniciada pela letra “c” de “chímica”. O mesmo é observado nas áreas “ciências” – listadas na letra “s”, respeitando o ordenamento anterior de “sciencias” – e em outras palavras como “cronologia” (antes, “chronologia”) e “farmacêutica” (antes, “pharmacêutica”).

Quadro 5 - Relação das áreas temáticas

Divisão/Classe	Total
1. Administração brasileira	36
2. Agricultura e economia rural	25
3. Arqueologia	15
4. Astronomia	109
5. Belas artes	6
6. Bibliografia	59
7. Biografia	85
8. Química e física	11
9. Cronologia	9
10. Colonização e imigração	4
11. Cronografia, topografia, hidrografia e estatística	52
12. Cronografia, topografia e estatística do Brasil	39
13. Diplomacia	38
14. Direito natural e das gentes	15
15. Direito civil administrativo, comercial, criminal etc.	63
16. Economia política e suas aplicações	100
17. Economia política brasileira	11
18. Estatística	30
19. Ficções em prosa	33
20. Geografia do Brasil	16
21. Geografia e corografia	143
22. Guerra, exército, negócios militares	22
23. Higiênica e ginástica	1
24. História natural	34
25. História moderna	464
26. História do Brasil	202
27. História literária e científica	788
28. História eclesiástica	55
29. História universal	53
30. Indústrias	14
31. Instituições	81
32. Instrução pública e pedagogia	27
33. Legislação geral e provincial do Brasil	161
34. Linguística	61
35. Marinha	36
36. Miscelâneas	92
37. Nobiliarquia	28
38. Numismática	8
39. Poesia	102
40. Política	302
41. Polígrafos	17
42. Revistas, jornais políticos, científicos e de outras espécies	223
43. Retórica	6
44. Ciências matemáticas	37
45. Ciências médicas e farmacêuticas	51
46. Ciências naturais	141
47. Ciências filosóficas	9
48. Teatro	7
49. Teologia e direito canônico e obras sobre religião	65
50. Viagens ao Brasil	78



## 51. Viagens, navegação, exploração

346

Adaptado do Catálogo dos livros da Bibliotheca do Instituto Histórico Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1893.

A biblioteca do Instituto Histórico possuía um amplo acervo, com ênfase em História Literária e Científica (788 obras), História moderna (464 obras), Viagens, Navegação, Exploração (346), Política (302), Revistas, Jornais Políticos e Científicos (223), História do Brasil (202), Legislação Geral e Provincial do Brasil (161), Geografia e Corografia (143) e Ciências Naturais (141).

As entradas dos livros no catálogo foram organizadas por título, ordenado alfabeticamente. Esse método foi, provavelmente, pensado a partir das necessidades de seus associados, pelo menos, naquele momento. Infelizmente, o catálogo não tem índice alfabético de autores e nem as casas impressoras das publicações. De acordo com Vieira Fazenda:

houve quem taxasse o catálogo de Dr. Castro Lopes sem importância, simples relação de livreiro e muito aquém do que se esperava dos talentos e proficiência literária do mesmo Dr. C. Lopes. É uma injustiça. Havia urgência e o que fez Dr. Castro Lopes foi em virtude do contrato celebrado (RHGB, 1891, p. 404).

O sócio Garcez Palha analisou o catálogo e concluiu que era um dever chamar a atenção para o modo como foi confeccionado (PALHA, 1894). O catálogo não apresentava um sistema de divisão e nem classificação das ciências, além disso, havia repetição dos volumes de uma mesma obra<sup>104</sup>. Também reclamou a falta de atenção, já que houve omissão do formato e data de impressão de cada obra. Para Garcez Palha, a catalogação foi realizada a esmo; por exemplo, o livro *Lições de História do Brasil*<sup>105</sup>, ora aparecia representado pelo primeiro substantivo Lições e ora pelo segundo substantivo História (RIHGB, 1894, p. 366-368). Garcez Palha sugeriu que o catálogo dos livros do IHGB não fosse distribuído, principalmente entre as associações estrangeiras; propôs que a folha de rosto fosse substituída, a fim de imprimir *Inventário dos Livros* em vez de *Catálogo dos livros*<sup>106</sup>. Aparentemente, as sugestões de Garcez Palha não foram acatadas

<sup>104</sup> Um volume pode compreender vários tomos, como um tomo pode compreender vários volumes (PERICÃO; FARIA, 2008, p. 729).

<sup>105</sup> Compêndio didático de História do Brasil elaborado por Joaquim Manuel de Macedo.

<sup>106</sup> Inventário - elenco de todas as peças que constituem uma biblioteca. Catálogo – documento secundário que apresenta e descreve documentos reunidos permanente ou temporariamente (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 147 e 415).

tendo em vista que o catálogo não apresenta as informações sugeridas. Quanto a data de impressão de cada obra, o bibliotecário Castro Lopes catalogou essa informação.

Cabe lembrar que o catálogo de uma biblioteca não é apenas uma relação de livros, mas um instrumento que mostra o que a biblioteca possuía, talvez seja essa a razão que tenha levado Castro Lopes a repetir os volumes, conforme observa-se na figura abaixo:

Figura 13 - Volumes repetidos no catálogo de 1893

— 241 —

NOMES DAS OBRAS	NUMERO DE ORDEN	ESTANTE	CAIXA
<b>P</b>			
<b>Pilote du Brésil (L')</b> ou description des côtes de l'Amérique Méridionale comprises entre l'île de Santa Catarina et celle de Maraçon par le Bon. Roussin, &. Pariz. 1827.....	714	4	1
<b>Provincia e Navegação do rio de São Francisco</b> por Thomaz Garcez Paranhos Montenegro. Bahia. 1875.....	1299	6	7
<b>R</b>			
<b>Reisen eines Amerikanischen Dolmetscher und Pelzhändlers, &amp; &amp;</b> , von J. Long. Berlin. 1792.	50	1	2
<b>Reise in Brasilien</b> (des herrn Johann von Lery) Münster. 1794.....	44	1	1
<b>Reise in Brasilien, &amp;</b> , von Dr. Jonh. Bapt. von Dr. Spix und Dr. Carl Friedr. Phil. von Martius. München. 1823. 1. <sup>o</sup> volume.....	617	3	3
<b>Idem.</b> idem. München. 1828 2. <sup>o</sup> volume.....	618	3	3
<b>Idem.</b> idem » 1831 3. <sup>o</sup> » .....	619	3	3
<b>Reise nach Brasilien</b> in den Jahren. 1815, bis 1817, von Maximilian Prinz zu Wied-Newide. Frankfurt a m. 1820 Part. I 1. <sup>o</sup> volume.....	331	2	2
<b>Idem.</b> Part II 1. <sup>o</sup> » .....	332	2	2
<b>Idem.</b> 1826. 2 <sup>o</sup> Volume .....	333	2	2
<b>Idem.</b> 1830. 3 <sup>o</sup> » .....	334	2	2
<b>Idem.</b> 1831. 4 <sup>o</sup> » .....	335	2	2
<b>Idem.</b> 1832. 5 <sup>o</sup> » .....	336	2	2
<b>Idem.</b> 1833. 6 <sup>o</sup> » .....	337	2	2

Fonte: Catálogo dos livros da Bibliotheca do Instituto Histórico Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1893.

O catálogo de uma biblioteca não é apenas um instrumento de representação temática e descritivo do acervo, é, sobretudo, uma ferramenta capaz de recuperar a informação. O fato de Castro Lopes ter arrolado todos os volumes foi importante. Por causa dessa prática, José Vieira Fazenda e Max Fleiuss tomaram conhecimento dos volumes extraviados. Ademais, o catálogo pode revelar o arranjo físico da coleção. No Instituto, os livros recebiam o número de ordem, ou seja, o registro de patrimônio ou

tombamento; as obras poderiam ser achadas na mesma estante, prateleira ou caixa, como sinalizado no catálogo (Figura 14).

Figura 14 - Arranjo físico da coleção

— 11 —

**Archeologia**

NOMES DAS OBRAS	NUMERO DE ORDEM	ESTANTE	CAIXA
<b>A</b>			
<b>American antiquities and researches into the origin and history of the red race,</b> by Alexander W. Bradford. New-York. 1841. ....	85	1	3
<b>Antiquities by Martin A. Obrennan. Dublin.</b> (L. L. D.) 1 <sup>o</sup> volume. ....	237	2	1
<b>Idem.</b> 2 <sup>o</sup> volume. ....	268	2	1
<b>Antiguedades Peruanas,</b> por Mariano Eduardo de Rivero y Dr. Juan Diego de Tschudi (Atlas) Vienna. 1851. ....	691	3	6
<b>Antiguedades Peruanas,</b> etc., (Texto vide o n. 691 3 6.) ....	2446	11	7
<b>Antiquitates Americanae.</b> Editit societas Regia Antiquariorum Septentrionalium. Studio et opera Caroli Christiani Rafn. Hafniae. 1845. ....	814	4	5
<b>Antiquités Americaines</b> (Cabinet d') Copenhague. Rapport Ethnographique, par C. C. Rafn. Copenhague. 1858. ....	3005	13	5
<b>Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro.</b> Rio de Janeiro. 1876. 1 <sup>o</sup> 2 <sup>o</sup> volumes. ....	3055	13	6
<b>Idem</b> (1878) 3 <sup>o</sup> e 4 <sup>o</sup> volumes. ....	3056	13	6
<b>Idem</b> (1881) 5 <sup>o</sup> volume. ....	3057	13	6

Fonte: Catálogo dos livros da Bibliotheca do Instituto Histórico Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: A Bibliotheca, 1893

Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

O exame do catálogo de 1893 revelou um acervo bibliográfico constituído por obras em diversos idiomas: português (1.531 obras), francês (866), alemão (654), inglês (598), espanhol (443), Latim (80), italiano (57), húngaro (2), árabe (2) e russo (1). A diversidade de livros nesses idiomas reforça que o Instituto era um “[r]eduto intelectual” (GUIMARÃES, 2011, p. 21). Seus associados eram pessoas que protagonizavam nos mais variados campos disciplinares; as atividades do IHGB e o seu reconhecimento por parte de instituições nacionais e estrangeiras estão refletidas em seu patrimônio bibliográfico. A *Revista Trimensal*, por exemplo, era permutada com 237 instituições públicas e particulares, 100 nacionais e 137 estrangeiras (RIHGB, 1894, p. 411).

Os sócios do Instituto, especialmente, Tristão de Alencar Araripe, Barão Homem de Mello e Moreira de Azevedo contribuíram sobremaneira para dar ordem ao patrimônio institucional, acresce a tríade, o associado João Xavier da Mota. Ele se ofereceu para inventariar os objetos existentes no museu da moeda. O catálogo foi enviado à comissão

de Redação para ser impresso (RIHGB, 1893, p. 160); entretanto, isso não ocorreu. O manuscrito original saiu do Instituto, sem jamais voltar. José Vieira Fazenda se esforçou para desvendar o mistério do catálogo, mas suas pesquisas foram em vão (RIHGB, 1911).

Como se verá no capítulo III, o Instituto passou por substantivas modificações na gestão do novo 1º secretário, Max Fleiuss, principalmente relativas às suas dependências físicas e à biblioteca. Sobre a organização do acervo, para Fleiuss, a principal qualidade de um catálogo é a de permitir que o livro seja encontrado: “Ora, os nossos catálogos apresentavam divisões e subdivisões, dificultando, senão impossibilitando, uma pesquisa rápida” (RIHGB, 1907, p. 798).

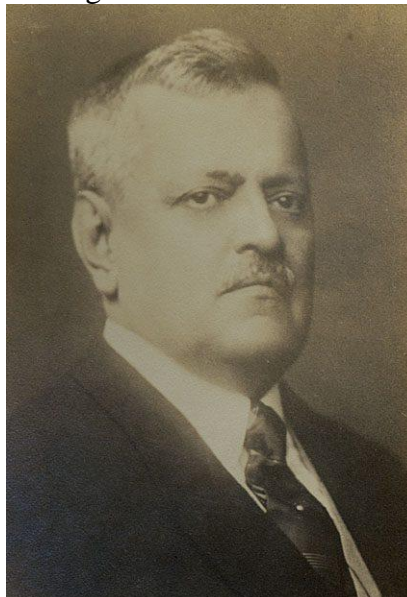
Para agilizar e modernizar os seus serviços, o grêmio adotou o catálogo em fichas, sistema usado pelo bibliotecário Ramiz Galvão, desde 1876, na Biblioteca Nacional<sup>107</sup>. No Instituto, cada livro passaria a ser representado por dois cartões impressos: um para o título da obra e outro para o autor (RIHGB, 1911).

---

<sup>107</sup> Para saber mais, consulte: BETTENCOURT, Angela Monteiro. A representação da informação da Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

### 3 NOVO ESPAÇO: BIBLIOTECA REABILITADA NO SILOGEU BRASILEIRO

Figura 15 - Max Fleiuss



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Max Fleiuss foi o grande “executivo” do Instituto Histórico, no contexto em que a Instituição procurava recuperar-se dos percalços sofridos com o fim do Império. Fleiuss assumiu a 1ª secretaria, em 1906, e se manteve no cargo até 1943. Antes, desempenhou as funções de 2º secretário do Instituto, de 1901 a 1906. Max Fleiuss parecia inspirar-se na gestão do cônego Januário da Cunha Barbosa à frente da instituição (GUIMARÃES, 2006).

Max Fleiuss nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 02 de outubro de 1868. Era filho do artista prussiano Henrique Fleiuss, que veio ao Brasil, em 1858, por incentivo do amigo e discípulo Carl Friedrich Philipp von Martius<sup>108</sup> (FLEIUSS, 1941, p. 68). Percorreu várias províncias do Norte do Brasil. Em 1859, se instalou no Rio de Janeiro e “tonou-se protegido do imperador D. Pedro II e *persona grata da Corte*” (GUIMARÃES, 2006, p. 48). Ao lado do irmão, Carlos Fleiuss, e do pintor Carlos Linde, Henrique Fleiuss

---

<sup>108</sup> Carl Friedrich Philipp von Martius (Erlanger, Alemanha, 1794 – Munique, Alemanha, 1868). Renomado naturalista do século XIX, lecionou botânica na Universidade de Berlim e foi diretor do jardim botânico de Munique. Veio ao Brasil como um dos integrantes da Missão Austríaca, que acompanhou a imperatriz Leopoldina na ocasião de seu casamento com D. Pedro I. Martius permaneceu no país entre 1817 e 1820. Teve como companheiro de viagem o zoólogo Johann Baptist von Spix, realizou expedições pelas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, onde colheu e catalogou uma vasta quantidade de espécimes vegetais. Disponível em: <<https://ims.com.br/titular-colecao/carl-friedrich-philipp-von-martius/>>. Acesso em: 25 de jul. 2022.

fundou o Instituto Artístico, oficina tipo-litográfica que, recebeu o nome de Imperial – título concedido pelo Imperador D. Pedro II, em 03 de outubro de 1863 (FLEIUSS, 1941, p. 69). Em 1860, Henrique Fleiuss fundou a revista *Semana Ilustrada*, periódico ilustrado humorístico que circulou até 1876, quando foi substituído por *Ilustração Brasileira*, cuja circulação perdurou até 1878. Em 1880, lançou a *Nova Semana Ilustrada* (NOVA SEMANA ILUSTRADA, n. 1, set., 1880, p. 1), interrompida por sua morte em 1882.

Max Fleiuss iniciou seus estudos no Colégio Abílio, do barão de Macaúbas, no Rio de Janeiro. Após esse período, se mudou para Barbacena (WEHRS, 2006). Com a perda do pai, retornou ao Rio de Janeiro, aos 14 anos de idade, cidade onde se estabeleceria pelo restante de sua vida. Após concluir o curso de Direito, pela faculdade do Rio de Janeiro, Fleiuss foi secretário particular do ministro dos estrangeiros, Rodrigo Silva, em 1888.

A Proclamação da República abalaria o futuro político do jovem Fleiuss (CALMON, 1968, v. 281, p. 84). Indicado por Capistrano de Abreu ao barão do Rio Branco<sup>109</sup>, “para secretariar a missão incumbida de resolver o litígio do Amapá, foi preterido, apesar do empenho de Rio Branco” (GUIMARÃES, 2006, p. 48). Fleiuss seria nomeado vice-cônsul em Bremen, posto que não aceitou.

Aos poucos, Fleiuss trocava a carreira política de homem de Estado pela “carreira política acadêmica”, à frente do Instituto Histórico. Seguindo os passos de seu pai, Max Fleiuss fundou e foi o diretor de periódicos literários e artísticos como *A Semana* (1893-1895); *A Renascença* e *o Século XX* (1904) (WEHRS, 2006, p. 174). Fleiuss escreveu e publicou livros sobre a história do Brasil e a história carioca especificamente. Apesar de ocupar o cargo de segundo oficial da diretoria dos Correios, sua vida seria dedicada à academia (BLAKE, 1900, v. 6, p. 262). No período 1915-1916, Fleiuss foi secretário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro<sup>110</sup>. Quando se aposentou, recebeu o título de secretário honorário da mesma Faculdade (A NOITE, 1943).

---

<sup>109</sup> FLEIUSS, Max. Carta a Joao Capistrano de Abreu, pedindo-lhe uma carta de recomendação ao barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: [s.n.], 10/10/1895. 2 p., Autógrafo, 20,5x13,5 cm. Localização: Biblioteca Nacional. Manuscritos - I-01,10,062.

<sup>110</sup>Atualmente Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

### 3.1 O percurso inicial de Max Fleiuss no Instituto

Em 1900, Max Fleiuss se candidatou a vaga de sócio efetivo do Instituto Histórico, na ocasião apresentou o trabalho *Elementos de História Contemporânea*. A proposta de sua admissão foi subscrita por Afonso Celso, Henrique Raffard, Marques de Paranaguá e José Americo dos Santos, na sessão ordinária do IHGB, em 25 de maio de 1900. Eleito por unanimidade, ingressou na agremiação em 03 de agosto de 1900. No discurso de apresentação, Fleiuss afirmou que sempre aspirou fazer parte do Instituto e assegurou que se tornaria digno de tal sociedade. A promessa foi levada a sério. De acordo com Guimarães (2006, p. 48), “Fleiuss teve uma rápida ascensão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dedicado e assíduo, logo seria eleito para ocupar a 2ª secretaria do grêmio”. Em janeiro de 1906, assumiu o cargo de 1º secretário do Instituto, depois da renúncia de Henri Raffard (RIHGB, 1905, t. 68, p. 674).

Já como 1º secretário, Fleiuss<sup>111</sup> tomou ciência das reais condições de funcionamento das atividades do Instituto e concluiu que “sem embargo da dedicação, por todos reconhecida, de seu antecessor, tais serviços apresentavam-se em condições pouco lisonjeiras” e para facilitar os fins do Instituto era preciso dar-lhe uma “feição mais moderna e prática” (RIHGB, 1906, t. 69, p. 291). A biblioteca era favorecida com constantes doações, além disso, se tornou um espaço de acesso público em 1898. Porém, suas coleções não estavam regularmente inventariadas. Desta forma, como interagir com os leitores se as coleções não estavam relacionadas? Como mostrar a importância e dimensão das coleções se elas estavam descritas em catálogos? E mais, como garantir a segurança e conservação do patrimônio documental<sup>112</sup> do Instituto Histórico? Essas questões foram legadas a Max Fleiuss que, com desenvoltura, procurou angariar apoio do governo para implementar melhorias e reformas.

O desafio era grande. O prédio ocupado pelo Instituto apresentava sérios problemas devido à falta de manutenção a ponto de comprometer a biblioteca. Esta, por sua vez, estava desorganizada e os documentos estavam mal acondicionados. Além disso,

---

<sup>111</sup> Durante sua gestão, Fleiuss integrou a diretoria do IHGB ao lado dos presidentes Olegário de Herculano, Paranaguá, Rio Branco, Afonso Celso, “a quem consagrava amizade fraternal, plenamente correspondida” (VALADÃO, 1944, v. 182, p. 16) e Marcelo Soares.

<sup>112</sup> Para saber mais sobre uso do termo, consulte: ALBUQUERQUE, D. E. M. de; SILVEIRA, M. A. A. da. O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 29, p. 126150, 2023. DOI: 10.1590/1808-5245.29.126150. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126150>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

o secretário constatou uma grande falta de manuscritos, livros e objetos do museu. O 1º secretário chegou a afirmar que no Instituto só existia apenas um catálogo: o próprio Viera Fazenda; “só ele poderia asseverar ou não a existência de uma obra” (RIHGB, 1907, t. 70, p. 798).

As reformas começaram pela revisão dos Estatutos, em 05 de março de 1906. Fleiuss propôs várias medidas, dentre elas, a mudança da data da sessão aniversária, antes realizada em 15 de dezembro em homenagem a primeira vez que D. Pedro II presidiu uma das reuniões do Instituto Histórico. Para não causar agitação entre aqueles que tinham fortes vínculos monarquistas<sup>113</sup>, o secretário então colocou:

Ora, evidentemente, não se poderia deixar em olvido a verdadeira data da fundação, para festejar outro acontecimento, embora digno de grande reverência. Era mister que o Instituto Histórico retificasse esse ponto que diz imediato respeito à sua própria história (RIHGB, 1906, p. 458).

Não houve contestação; a sessão magna passou a ser comemorada no dia 21 de outubro, data precisa da fundação do grêmio (RIHGB, 1906, t. 70). Além disso, de acordo com o art. 65, “No dia 05 de dezembro, aniversário de seu inesquecível protetor o Sr. D. Pedro II, o Instituto estará fechado” (RIHGB, 1907, p. 914). Também foram criados dois prêmios anuais, um em homenagem a D. Pedro II e outro em nome do presidente Olegário Herculano d’Aquino e Castro, que prestou “assíduos e notáveis serviços” ao Instituto (RIHGB, 1906, t. 70, p. 355). Conforme a documentação pesquisada deixa claro, Fleiuss foi uma figura fundamental dentro do IHGB, sobretudo quando o Instituto procurou dissociar-se da monarquia. O IHGB teve que se adaptar ao novo regime republicano para garantir sua própria existência “embora não exercesse atividade política [Fleiuss] [...] sabia fazer política interna e externamente” (GUIMARÃES, 2006, p. 49).

Em relação à biblioteca, foi incorporado ao estatuto as atribuições do bibliotecário. Segundo o art. 43, cabia ao bibliotecário a conservação da biblioteca, arquivo e museu (RIHGB, 1907, t. 70, p. 909). Esse profissional estava diretamente subordinado ao 1º secretário que respondia pelos três setores, além da secretaria. Todas as atividades do bibliotecário deveriam ser planejadas e desenvolvidas sempre de comum acordo com o 1º secretário do Instituto<sup>114</sup>. As ocorrências deveriam ser comunicadas diretamente a Max Fleiuss. Vieira Fazenda reportou que era comum a saída de

<sup>113</sup> Max Fleiuss “também possuía fortes vínculos com o antigo regime” (GUIMARÃES, 2006, p. 48).

<sup>114</sup> O 2º Secretário estava encarregado de auxiliar o 1º secretário ou servir de substituto imediato.



documentos do Instituto, apesar do art. 51 dos Estatutos de 1890 declarar que não era permitida “a saída de livros, mapas, manuscritos ou objetos do Museu podendo unicamente a Comissão de Redação retirar os manuscritos ou impressos para publicação na *Revista Trimensal*” (RIHGB, 1911, p. 398). Apesar dessa ressalva, a prática de empréstimo era uma rotina entre os sócios.

Na visão de Vieira Fazenda e Max Fleiuss, era necessário impor limites para garantir a integridade do acervo. Para tanto, foi estabelecido que qualquer pessoa poderia ter acesso a biblioteca desde que assinasse um boletim de consulta; tal norma era obrigatória a todos, inclusive aos sócios, conforme se lê abaixo:

Art. 55. Os sócios bem como quaisquer pessoas que assinarem os boletins de consulta, obrigatórios para todos, terão a faculdade de ler na biblioteca do Instituto as obras, quer impressas quer manuscritas ali existentes, e fazer os extratos de que precisarem.

Art. 56. Não é permitida a saída de livros, mapas, manuscritos, e objetos do museu, podendo unicamente a comissão de redação retirar por algum tempo os manuscritos ou impressos necessários para publicação da *Revista do Instituto*, ou em avulso, ficando em mão do bibliotecário uma nota dos mesmos manuscritos ou impressos, datada e assinada por qualquer dos membros da comissão (RIHGB, 1906, t. 69, parte 2, p. 352).

De acordo com o estabelecido acima, cabia ao bibliotecário tomar nota do material. Isso foi de suma importância para o controle sistemático dos manuscritos e impressos. Depois da aprovação dos estatutos, Fleiuss elaborou o regimento interno com atribuições e deveres da secretaria, biblioteca e portaria – incumbência anteriormente delegada por Olegário Herculano a Henri Raffard; porém, o então 1º secretário não tratou desse assunto. Já com o regimento interno pronto, Fleiuss solicitou ao presidente sua imediata execução, em 28 de outubro de 1907.

Segundo o regimento, a biblioteca funcionava nos dias uteis das 11 às 15 horas, sob a direção do bibliotecário. No documento fica claro que os usuários não poderiam tocar nos livros e nem retirá-los das estantes, sem apresentação do boletim de consulta ao bibliotecário. O boletim deveria ser entregue diariamente ao pessoal de secretaria, já que era de responsabilidade desta a organização e elaboração de estatística mensal de uso do acervo.

Figura 16 - IHGB – Boletim para consulta

Instituto Historico e Geographico Brasileiro

BOLETIM PARA CONSULTAS

Rio, 3 de Setembro de 1920

Titulo da obra *Historia do Sergipe*  
*por Felisbello Fleiuss*

Nome e morada do consultante *F. Fleiuss e*  
*P. Fleiuss*

N. da obra pedida

O Bibliothecario,  
*D. Manoel Nogueira*

Fonte: Arquivo Histórico do IHGB.<sup>115</sup>

A norma era estendida ao museu e arquivo, pois eram dependências da biblioteca. De acordo com o regimento (RIHGB, 1907, p. 917-920), o bibliotecário poderia propor a compra de livros ou outros objetos na tentativa de completar coleções existentes no Instituto, suas sugestões eram anotadas pelos empregados de secretaria e encaminhadas ao 1º secretário.

Fleiuss conseguiu, por intermédio do estabelecimento do regulamento interno, integrar os serviços de secretaria, biblioteca e portaria e, assim, adequou de forma mais harmônica e coletiva as atividades dos funcionários da agremiação. Cabia, por exemplo, ao pessoal de secretaria auxiliar o bibliotecário. Desta forma, um oficial fazia os acréscimos necessários nos catálogos; já o porteiro ficava encarregado, junto com um servente, de abrir, fechar, limpar e conservar as salas do Instituto, incluindo a biblioteca. A partir de abril de 1921, Fleiuss delegou que o porteiro<sup>116</sup> deveria cuidar sozinho da arrumação dos jornais, verificando os que faltavam. Além disso, o funcionário mudava diariamente a água dos filtros.

<sup>115</sup> Arquivo do IHGB. Boletim para consultas usado pelo IHGB. Lata 360, pasta 75.

<sup>116</sup> Manoel Nogueira (Papéis de Secretária, 1921).

Figura 17 - Salão da Biblioteca do IHGB no Paço da Cidade (1907)



Fonte: Arquivo IHGB<sup>117</sup>.

As janelas da biblioteca eram abertas pelo menos três vezes por semana, desde que não estivesse chovendo. Como a biblioteca encerrava as suas atividades às 15 horas, as janelas deveriam ser fechadas dez minutos antes. O colaborador, Romeu Ribeiro era o encarregado de fiscalizar pessoalmente as tarefas do porteiro. Ribeiro percorria as dependências do IHGB todas as manhãs e tardes a fim de verificar se tudo estava em ordem.

Os funcionários, inclusive o bibliotecário, poderiam faltar até três dias por mês, desde que justificassem a ausência. No caso de doença, comprovada por atestado médico, o abono salarial não deveria exceder oito dias, caso o empregado precisasse de mais de oito dias, ele perderia um terço do vencimento. De forma alguma seria abonada a falta nos serviços extraordinários de catalogação (CELSO, 1922)<sup>118</sup>. A partir de 16 dias, seria imprescindível solicitar o pedido de licença que poderia ser de dois ou até seis meses, sem vencimento algum.

Fleius procurou modernizar os serviços do IHGB, contudo, a tarefa se tornava cada vez mais delicada. A partir das reclamações do bibliotecário, Fleius decidiu examinar os catálogos dos livros impressos em 1860 e 1892 e constatou que ambos não correspondiam com a verdade; havia expressivas ausências de material bibliográfico (RIHGB, 1907, t. 70, p.796). Diante da situação, Fleius afirmou, na sessão solene de 21 de outubro de 1907, que as reclamações de Vieira Fazenda não poderiam ficar apenas na

<sup>117</sup> Arquivo do IHGB. Lata 48. Pasta 4 (I-IV).

<sup>118</sup> Papéis de Secretária, 17 de maio de 1922.

lamentação e pesar. Assim sendo, “encarei de frente o problema e reunindo alguns auxílios pude mandar a Portugal um dos colaboradores da minha Secretaria o Sr. Dr. Norival Soares Freitas” (RIHGB, 1907, t. 70, p. 797). O objetivo dessa missão era extrair documentos sobre a história pátria, especialmente em relação ao Rio de Janeiro, parte mais exígua do arquivo (FREITAS, 1907, t. 70, p. 225). O jovem de 24 anos não tinha experiência, “nem trabalhos que o recomendassem para uma tarefa de tanta responsabilidade” (ROGRIGUES, 1978, p. 86). Fleiuss e Vieira Fazenda elaboram instruções para que Freitas realizasse o trabalho nos arquivos e bibliotecas públicos particulares nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora. Como forma de guiá-lo nessa seara, Freitas levou os catálogos do arquivo e biblioteca confeccionados pelo Instituto, a ideia era evitar a cópia de manuscritos e livros existentes na instituição. Contudo, os catálogos da biblioteca do Instituto eram “incompletíssimos” (ROGRIGUES, 1978, p. 87).

Durante sua estadia na Europa, Norival percorreu o Arquivo da Torre do Tombo e examinou os manuscritos das Chancelarias de D. Sebastião (1557-1578), Felipe I (1581-1598), Felipe II (1598-1621), Felipe III (1621-1655), D. João IV (1640-1656), D. Affonso VI (1656-1683) e o corpo cronológico (FREITAS, 1907, t. 70). Norival também percorreu os Códices do Grupo Ultramar, mas ele não chegou a copiar documentos desse arquivo, já que o diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cicero Peregrino, já tinha tomado essa providência (RODRIGUES, 1973). Norival de Freitas visitou a Seção Pombalina, depositada na Biblioteca Nacional de Lisboa, que reunia documentos sobre diversos Estados do Brasil. Posteriormente, ele seguiu para a Real Biblioteca da Ajuda, Academia Real das Ciências, além de outras bibliotecas em Coimbra, Porto e Évora (FLEIUSS, 1943).

De todos os documentos trazidos por Norival de Freitas<sup>119</sup>, o que mais chamou atenção foi a carta topográfica da baía do Rio de Janeiro. José Vieira Fazenda, Capistrano de Abreu e Morales de los Rios estavam empenhados em estudar a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, esses estudiosos não chegavam a um resultado isento de dúvida até que tal documento ajudou a esclarecer que a cidade do Rio de Janeiro foi estabelecida em 1º de março de 1565, entre o Pão de Açúcar e o morro de São João, outrora chamado de *Cara de Cão* (FAZENDA, 1923, t. 93, p. 174-178; RIHGB, 1921, t. 90, p. 924).

---

<sup>119</sup> O relato das atividades de Norival Soares de Freitas foi publicado no tomo 70 da Revista do IHGB e serviu como credenciais para sua admissão como sócio da agremiação (FREITAS, 1907).

Apesar do diretor da Biblioteca Nacional e membro do Instituto, Manuel Cicero Peregrino, ter se prontificado a ceder a agremiação documentos todas as vezes que se tornasse preciso ao Instituto, Fleiuss considerou que alguns manuscritos eram indispensáveis às coleções da biblioteca e achou por bem solicitar ao ministro do Interior, José Joaquim Seabra, licença para copiar na Biblioteca Nacional (RIHGB, 1906, t. 69, p. 290). Peregrino enviou uma lista de documentos relacionados pela Biblioteca Nacional; diante disso, Norival Freitas não precisou adquirir materiais que constassem na biblioteca brasileira.

O 1º secretário implementou grandes remodelações nas coleções do Instituto. Além da restauração do prédio, Fleiuss se preocupou com as coleções depositadas no Instituto Histórico. Fleiuss constatou que, no acervo, existiam obras em péssimo estado de conservação. Assim, mandou restaurar alguns exemplares, dentre esses, destaca-se *Explicacion de el catechismo en lengua guarani*<sup>120</sup> do autor Nicolas Yapuguai con la direccion del P. Paulo Restivo de la Compañia de Jesus, de 1724. Fleiuss enviou a referida obra para Londres, aos cuidados do ministro do Brasil, Regis de Oliveira. Este, por sua vez, levou o exemplar para ser examinado por um especialista da casa Quaritch, de Peccadilly. A restauração foi orçada em 50 libras (RIHGB, 1906, t. 69). Preocupado com o valor do serviço, Fleiuss solicitou ao ministro maiores detalhes do orçamento. Infelizmente, a pesquisa não encontrou dados que revelassem se a restauração foi realizada, pois não consta o exemplar na biblioteca do Instituto.

Fleiuss determinou a elaboração dos inventários alfabéticos dos livros existentes na sala D. Pedro II e na sala D. Thereza Christina. Para supervisionar esse trabalho, foi nomeado o chefe de secretaria Laffayette Caetano da Silva, sobrinho-neto de um dos fundadores do Instituto, e o consorcio Joaquim Caetano da Silva. Paralelamente a esse inventário, o bibliotecário Vieira Fazenda ficou encarregado de elaborar um catálogo crítico das obras do Instituto. Era um trabalho colossal, mas Vieira Fazenda já havia arrolado 500 obras, em 1907. O 1º secretário afirmou que tal catálogo serviria de

[...] subsídio valioso para os estudos da história pátria esse trabalho que mais confirmará a extraordinária competência do nosso diretor técnico, cujos serviços ao Instituto se vão avolumando de ano para ano, exaltando lhe o nome, insculpido desde já entre os dos maiores benfeitores desta casa (RIHGB, 1907, t. 70, p. 798).

---

<sup>120</sup> Segundo Capistrano de Abreu, a obra era raríssima, só existia exemplares como do Instituto apenas no Museu Britânico. FLEIUSS, Max. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima, 7 jul. 1906.

Consoante os objetivos traçados pelo 1º secretário perpétuo, Vieira Fazenda elaborou um plano de catalogação para a biblioteca, tarefa que exigiria um grande esforço. Fleiuss foi autorizado pela Comissão de Fundos e Orçamento a admitir colaboradores indispensáveis para a conclusão “dos importantes trabalhos executados para catalogação da biblioteca, pesquisas e aquisição de documentos valiosos” (RIHGB, 1907, t.70, p. 781). Contudo, as atas das reuniões do IHGB evidenciam que as despesas seriam eventuais, já que o Instituto não poderia despender maiores recursos para contratar novos funcionários.

Não obstante, Fleiuss entendeu que seria importante contratar mais um funcionário. Na Sessão do dia 17 de outubro de 1907, Fleiuss apresentou uma proposta “Que seja criado mais um lugar de auxiliar com ordenado de 1:600\$ anuais, provendo se neste lugar o atual serventuário interino” (RIHGB, 1907, t. 70, p. 790). A ideia não agradou os sócios Barão Homem de Melo, Marques Pinheiro, Barão de Piracicaba, João Alfredo e Barão de Alencar, que impugnaram a proposta. O sócio Marques Pinheiro alegou que o “Instituto tinha há tempo um único empregado que fazia todo o serviço” (RIHGB, 1907, t. 70, p. 790). Fleiuss justificou: “o serviço do Instituto diverge muito do que se fazia no tempo a que se refere o seu ilustre consorcio”. Ainda colocou: “Hoje os catálogos estão feitos e relacionados todas as brochuras, desaparecendo por completo o sistema inconveniente de guardar impressos em sacos, desordenadamente” (RIHGB, 1907, p. 790). Fleiuss conseguiu convencer a maioria dos conselheiros: 17 votos a favor e oito votos contra.

O ano de 1907 foi importante para biblioteca. Fleiuss mandou encadernar vários volumes de livros e adquiriu mobiliário adequado para o acervo. Para o 1º secretário, as despesas eram extraordinárias e de caráter inadiável. Além disso, os catálogos da sala Tereza Christina e da sala de leitura pública foram revisados; foram organizados todos os objetos existentes na Secretaria, Arquivo e Museu. Fleiuss comprou várias obras que embora estivessem incluídas no catálogo não constavam no acervo: “Basta, para exemplo, dizer que até nos faltava o livro clássico da história do domínio holandês no Brasil<sup>121</sup> [...] Hoje ele aqui se encontra a par de muitos outros cuja falta era sensível” (RIHGB, 1907, t. 70, p. 794-795).

---

<sup>121</sup> É provável que Fleiuss estivesse se referindo a obra de Gaspar Barlaeus. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil [...] e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau.

Ao longo de 1908, Fleiuss adquiriu “preciosas obras tais como: *As viagens de Ramusio*, a obra de John Mawe *Travels in the interior of Brazil*, a *Grande Encyclopedia de Lavasseur*, a *História de Rambdaud et Lavisse*, as obras completas de Taine, de Fustel de Coulanges e outras muitas” (RIHGB, 1908, t. 71, p. 595).

Para colaborar com a modernização da biblioteca, o diplomata e bibliófilo Manuel de Oliveira Lima ofertou à biblioteca do Instituto Histórico um ex-libris para marcar a posse dos livros. A marca de propriedade foi confeccionada em Bruxelas, em 1907. Em 26 de junho de 1909, Oliveira Lima enviou 25.000 exemplares do ex-libris. (LIMA, 1909). O ex-libris, conforme se observa abaixo, representa a figura de uma mulher com os símbolos da história e geografia. No parapeito do terraço é possível ver as armas da República. Ao fundo, o Pão de Açúcar e a Baía do Rio de Janeiro, com uma caravela em referência a descoberta da Baía, em 1502. No círculo, lê-se a inscrição “Instituto Histórico e Geographico Brasileiro” e no fecho da orla, as armas do Império e a data de fundação da Instituição, 1838 (RIHGB, 1911, t.74, p. 407).

Figura 18 - Ex-Libris do IHGB (8x8)



Fonte: Arquivo do IHGB<sup>122</sup>

<sup>122</sup> Lata 26 – nº 150.

Em 1910, grande parte do ex-libris já estava estampada nos livros (FLEIUSS, 1910). Assim sendo, Fleiuss solicitou que Oliveira Lima enviasse a prancha original, pois em caso de necessidade mandaria imprimir mais exemplares na Imprensa Nacional (FLEIUSS, 1909). Aparentemente, esse pedido não foi atendido, pois a prancha encontrase na Oliveira Lima Library, conforme informação cedida pela então diretora da biblioteca, Nathália Henrich.

Segundo Max Fleiuss (RIHGB, 1909), por muitos anos, o Instituto procurou guardar os preciosos tesouros já acumulados. Contudo, não bastava somente guardar, “não era tarefa única para uma Instituição dessa ordem. Guardar sim, mas com zelo, com método” (RIHGB, 1909, t. 72, p. 397). Entretanto, o espaço ocupado pela biblioteca impunha desafios para que esse discurso fosse posto em prática, já que o prédio do Instituto estava em péssimas condições. Para mudar essa situação era necessário aprimorar o indispensável apoio dos poderes públicos e, assim, criar condições para armazenar adequadamente o patrimônio institucional do IHGB.

### 3.2 Do Paço da Cidade ao Silogeu

Paralelamente à reorganização da biblioteca e secretaria, Fleiuss articulava apoio do governo para custear as reformas do antigo Paço da Cidade. O IHGB ocupava o terceiro andar do prédio, desde 1849. Ao longo desse tempo, o espaço sofreu com a falta de manutenção. Segundo Fleiuss, “o estado do prédio era desolador: as paredes fendidas, tetos a cair, soalhos desnivelados, uma feição, em suma, de completa indigência” (RIHGB, 1906, p. 542). Viera Fazenda (1911, t. 74) relatou que a sessão magna do Instituto, celebrada na noite de 15 de dezembro 1899, foi tormentosa, já que chovia até sobre a mesa da sessão. O presidente da República, Campos Salles, teve que afastar sua cadeira da mesa para não se molhar. O edifício não possuía iluminação a gás, de modo que a agremiação tinha que alugar grandes candelabros. Além disso, as instalações higiênicas eram insuficientes, faltava sempre água.

O presidente à época, Olegário Herculano de Aquino Castro<sup>123</sup>, encarregou o engenheiro e sócio Antonio de Paula Freitas para estudar o caso com a mais rigorosa

---

<sup>123</sup> Nascido em São Paulo, em 30 de março de 1828. Bacharel e doutor em direito pela faculdade de São Paulo, seguiu a carreira da magistratura, ocupando diversos cargos desde o de promotor público em 1849 até o de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em 1886. Em 1889, recebeu o título de conselheiro de Estado extraordinário. Foi nomeado presidente do STF, cargo que ocupou entre 1894 e 1906, ano do seu falecimento (BLAKE, 1900, p. 326).



economia. Assim, em 30 de janeiro de 1900, Paula de Freitas apresentou um orçamento na soma de 9:270\$00. Entretanto, as receitas do IHGB para o ano era de 2:639\$840 e ainda estava sujeito o pagamento da impressão da segunda parte da *Revista* relativa ao tomo 63 de 1900, ou seja, não havia como o Instituto arcar com as obras sem recorrer aos auxílios do governo. Na opinião do bibliotecário Vieira Fazenda, eram urgentes as obras de restauração do prédio ocupado pelo Instituto (FAZENDA, 1911, t. 74, p. 391). O estado do prédio amedrontava os sócios; o receio era que acontecesse algum acidente, já que a escada que dava acesso ao salão de leitura poderia desabar. Fleiuss também se incomodava com a forma de tratamento dado ao acervo.

Na tentativa de evitar estragos nas coleções, os manuscritos, por exemplo, depois de inventariados, eram guardados em sacos, já que seria mais fácil removê-los caso fossem atingidos pela água de chuva (RIHGB, 1911). Para Fleiuss,

Um estabelecimento da ordem e importância do Instituto Histórico, servindo diariamente ao público, que o frequenta em elevado número, atendendo, como por várias vezes fez, a pedidos do Governo que se tem utilizado de seus documentos, precisa de um pessoal apto e de quem cuide da limpeza e conservação do edifício. E não se limitam a essas necessidades de caráter imprescindível. Devemos ter quem nas bibliotecas e arquivos de Portugal copie originais de que nosso arquivo carece; precisamos adquirir obras, mandar restaurar e encadernar outras, e para tais despesas, incontestavelmente uteis, não dispomos de recursos (RIHGB, 1906, t. 69, p. 459).

Max Fleiuss solicitou ao seu amigo particular, Leopoldo de Bulhões<sup>124</sup>, ministro da Fazenda, ajuda para melhorar as instalações da agremiação. Esse, por sua vez, pediu ao Deputado Pandiá Calógeras, também sócio do Instituto, que apresentasse na Câmara dos Deputados autorização para remodelação do prédio. Desta forma, a verba de 50:000\$ foi aprovada (RIHGB, 1906, p. 453). O governo demonstrava maiores apreços pelo Instituto. O próprio presidente da República, Rodrigues Alves, costumava visitar as obras da agremiação (RIHGB, 1907, t. 70). Mais uma vez, o Instituto se valeria do mecenato do governo para conquistar seus propósitos.

---

<sup>124</sup> José Leopoldo de Bulhões Jardim nasceu na Província de Goiás, em 28 de setembro de 1856. Bacharel em direito pela faculdade de São Paulo. Eleito deputado geral para a legislatura 1881-1884, transferindo-se com isso para o Rio de Janeiro. Reeito deputado geral em 1885 e 1886. Em 1902, foi convidado pelo presidente da República, Rodrigues Alves, para pasta da Fazenda. Eleito sócio honorário em 28 de abril de 1905. BULHÕES, Leopoldo. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BULH%C3%95ES,%20Leopoldo.pdf>>. Acesso em 26 de jul. 2023.

A reforma durou cerca de três meses. Durante esse período, o Instituto celebrou suas reuniões no Gabinete Português de Leitura, já que o presidente, José Vasco Ramalho Ortigão, franqueou as salas da Associação.

Max Fleiuss também conseguiu que o tesoureiro do Instituto adiantasse as quantias necessárias para os armários, estantes e mesas. Além disso, demonstrou a necessidade de realizar um seguro para o Instituto. Para tanto, salientou que em “caso de sinistro não recompensaria o inestimável valor do arquivo, da biblioteca e museu, mas seria pelo menos uma compensação” (RIHGB, 1906, p. 361). Essa não foi a primeira vez que se discutiu a necessidade de um seguro para a biblioteca.

Em 1898, a agremiação encarregou o sócio e comendador José Luiz Alves para pesquisar as companhias de seguro nacionais instaladas na Capital. Quanto as seguradoras estrangeiras, coube ao sócio visconde Rodrigues de Oliveira. Diante do parecer dos sócios, considerou-se que seria mais vantajoso para o Instituto subdividir o seu seguro entre várias companhias nacionais. Além disso, “por espírito de nacionalidade”, não se poderia pôr à parte as companhias nacionais. Entretanto, a agremiação ponderou que não deveria desprezar à taxa favorável de algumas empresas estrangeiras. O Instituto resolveu contratar cinco companhias nacionais: Fidelidade, Argos Fluminense, Garantia, Previdente e Confiança. Apesar do receio da oscilação do câmbio, que poderia aumentar ou diminuir a taxa a ser paga, três empresas estrangeiras seriam contratadas, as inglesas Imperial Insurance Company e Companhia Alliança, e a francesa L’Union de Paris (RIHGB, 1898, t. 61). A importância anual das despesas ficaria em torno de 200:000\$000. Na ocasião, em 20 de maio de 1898, a proposta foi aprovada; contudo, não foram encontradas, nas Atas analisadas, despesas referentes ao seguro da biblioteca. Quanto ao seguro proposto por Max Fleiuss, “por motivo de força maior” (RIHGB, 1907, t. 70, p. 696), não foi realizado.

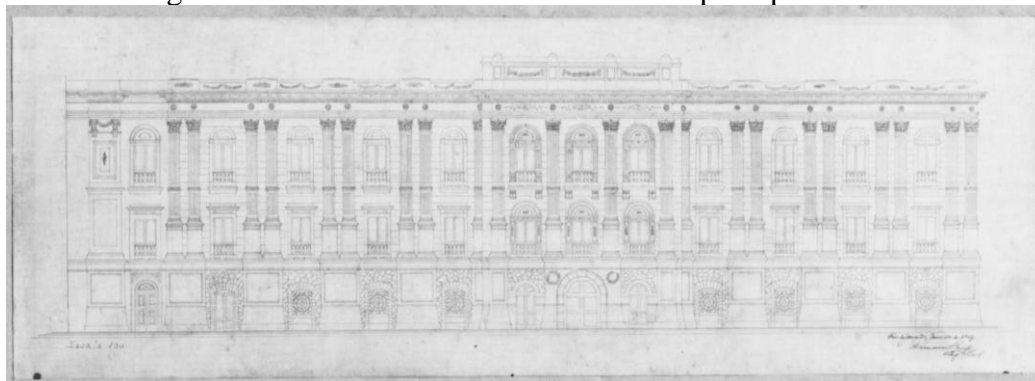
Os esforços empreendidos pelo 1º secretário não demoraram a ser reconhecidos pelos sócios do Instituto. Visconde de Ouro Preto propôs:

[...] um voto de reconhecimento ao digno 1º Secretário Max Fleiuss, pelo serviço relevante que acaba de prestar ao Instituto, promovendo a realização dos melhoramentos que se faziam necessárias à segurança e à melhor adaptação do edifício em que esta associação tem a sua sede e empenho neste sentido toda a sua dedicação e inextinguíveis esforços (RIHGB, 1906, p. 414).

Em vista dos projetos e frustrações oriundas da situação orçamentária, Fleiuss solicitou um aumento da subvenção do governo para 20:000\$.

O 1º secretário mandou elaborar vários projetos para a fachada do prédio do IHGB e os submeteu ao julgamento do engenheiro do ministério do Interior, Francisco Augusto Peixoto. Este escolheu a planta desenhada pelo irmão de Fleiuss, Hermann Fleiuss, que era engenheiro civil (RIHGB, 1907, p. 656).

Figura 19 - Planta da fachada o edifício ocupado pelo IHGB



IHGB (2º andar). Diretoria Geral de Estatísticas (pavimento térreo e 1º andar).

Fonte: Arquivo Nacional. Acervo Afonso Pena.

Baseado na planta, o orçamento foi calculado e apresentado ao Senado Federal, por intermédio de Rui Barbosa, com o apoio de Nilo Peçanha, Pinheiro Machado, Francisco Glycerio, Urbano de Gouvêa, Rosa e Silva, Alvaro Machado, Indio do Brasil e de outros senadores. Assim sendo, novamente por intermédio das posições político-sociais dos sócios do Instituto e/ou mediante suas relações com os “senhores da política nacional”, foi aprovada a soma de 75:954 para a construção de uma nova fachada para o prédio (RIHGB, 1907, p. 796).

Fleiuss conseguiu restaurar o interior e o exterior do prédio ocupado pelo Instituto. Ele obteve carta branca do presidente à época, Olegário de Herculano, que, segundo Vieira Fazenda (1911), duvidou que Fleiuss conseguiria concretizar as reformas e melhorias almejadas.

Mais uma vez, o governo dava provas de sua simpatia para com o IHGB. Nesse sentido, era necessário conservar a sábia norma, sem jamais transgredir “o acentuado e indispensável apoio dos poderes públicos [posto] que são os elementos constitutivos de nosso bem-estar” (RIHGB, 1909, t. 72, p. 397). Para o Estado Nacional, cultivar boas relações com o Instituto lhe conferia legitimidade. Isso se torna significativo quando se leva em consideração o papel do IHGB, de construir, forjar e exaltar a história pátria. O interesse dos novos donos do poder traduzira-se nos usos políticos que se fazia da história (FERREIRA, 2009). A relação do IHGB com o governo republicano não forjava um

caráter voluntário e gratuito, mas, a busca pela existência por intermédio de interesse econômico por parte da agremiação.

O empenho de Fleiuss com os negócios, mais uma, vez foi reconhecido. Afonso Celso sugeriu uma Assembleia Geral Extraordinária para que nesta Max Fleiuss fosse eleito 1º Secretário Perpétuo do Instituto. A proposta foi recebida e analisada pela Comissão de Estatutos e Redação (RIHGB, 1907, p. 656). Em 09 de março de 1907, Fleiuss foi eleito o 1º Secretário Perpétuo do Instituto (RIHGB, 1907, p. 676).

Tive a fortuna de compreender as necessidades que esta instituição reclamava, sob pena de serem aniquilados, de um momento para outros todos os esforços beneméritos de mais de 60 anos e tive a fortuna ainda maior de encontrar nos altos representantes dos poderes públicos todo seu apoio (RIHGB, 1907, p. 680).

Apenas duas pessoas, anteriormente, receberam tal honraria: Januário da Cunha Barbosa (21 de outubro de 1838 a 22 de fevereiro de 1846) e o comendador Manoel Ferreira Lagos (09 de abril de 1846 a 23 de maio de 1851). Fleiuss não poupou esforços para modernizar o Instituto, “era ele quem promovia, com solicitude e tenacidade exemplares, a obtenção de recursos materiais de que precisávamos” (LYRA, 1943, v. 82, p. 14). Se Fleiuss teve grandes iniciativas para reorganizar o Instituto Histórico é porque encontrou, na figura do Barão do Rio Branco, o apoio que precisava.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, foi admitido no IHGB em 7 de novembro de 1867, aos 22 anos de idade. Juca, como era conhecido, “esteve sempre engajado nas atividades do IHGB seja nas sessões, seja contribuindo para ampliar o acervo da ‘Casa’ (CARVALHO, 2011, p. 3). Em 1876, foi nomeado cônsul-geral do Brasil em Liverpool. Segundo Lucia Guimarães (2006, p. 30), mesmo em Liverpool, “jamais deixara de manter contato com os confrades do Rio de Janeiro. Ora solicitava informações sobre fontes, ora oferecia livros, fotografias de quadros raros, cópias de manuscritos e coleções de antigos mapas do Brasil”.

Em 1889, com a Proclamação da República, o barão do Rio Branco não foi dispensado, pelo contrário, continuou a serviço da pátria. Em 1893, devido a morte do barão de Aguiar de Andrada, Rio Branco foi incumbido de defender os direitos do Brasil na questão dos limites com a Argentina e, nessa empreitada, conseguiu favorecer a delegação do Brasil (GALVÃO, 1912, t.75, p. 579). Em 1898, Paranhos Junior foi encarregado de resolver os interesses na questão do Amapá, e, mais uma vez, obteve vitória. Para homenagear o barão do Rio Branco, o Instituto colocou um retrato do herói

nacional numa das salas da agremiação. A imagem foi confeccionada pelo artista Teixeira da Rocha, na placa da moldura lê-se “Missões e Oyapock” (FAZENDA, 1911, t. 74, p. 636).

Essas duas conquistas, segundo o barão Ramiz Galvão (1912, t.75, p. 579), “bastariam para sangrar um benemérito e justificar as excepcionais recompensas, que o Congresso brasileiro lhe conferiu”. Em 1902, o barão do Rio Branco foi nomeado pelo presidente da República, Rodrigues Alves, para o cargo de ministro das Relações Exteriores. Não cabe inventariar os gloriosos feitos de Paranhos Junior, contudo, suas ações como homem de Estado tiveram reflexos no Instituto Histórico, já que tomou posse da presidência da agremiação em 30 de janeiro de 1908.

O marques de Paranaguá, já com idade avançada e saúde delicada (LEITE, 1962, v. 256, p. 74), decidiu renunciar ao cargo de presidente do Instituto. Para ocupar seu lugar, os sócios da agremiação cogitaram o nome do então vice-presidente, visconde de Ouro Preto e do barão do Rio Branco. Após debate entre os sócios, prevaleceu a indicação do barão do Rio Branco (FLEIUSS, 1941), cuja imagem era reconhecida tanto no Brasil quanto no exterior. Admirado e respeitado pela elite intelectual e política da época, o barão do Rio Branco era o nome certo.

Desta forma, Fleiuss se dirigiu ao Itamaraty a fim de convencê-lo a assumir a presidência do Instituto Histórico. Diante da proposta, o barão do Rio Branco indagou:

O Sr. está doido, Sr. Fleiuss? Pois eu tenho tempo para dirigir o Instituto? A posição ocupada por tantos brasileiros eminentes, sobrelevando-os o Imperador! Qual, o senhor enlouqueceu ou não é meu amigo!  
Deixei passar a trovoadá e insisti no assunto, mostrando que só ele poderia assumir o cargo (FLEIUSS, 1941, p. 50).

Depois da insistência de Fleiuss, o barão do Rio Branco aceitou a proposta; entretanto, alertou: “Mas V. Senhor Fleiuss, fica responsável se eu for derrotado” (FLEIUSS, 1941, p. 51). Tal fato jamais ocorreria, afinal, tudo já estava arquitetado entre os sócios do Instituto. O barão do Rio Branco foi eleito em 21 de novembro de 1907. Ao tomar posse do cargo, o então presidente do Instituto, disse a Max Fleiuss: “O Sr. terá meu completo apoio, minha absoluta confiança. Procure-me ou chame-me quando precisar” (FLEIUSS, 1941, p. 89). Assim seguiu o 1º secretário, segundo Lucia Guimarães (2006, p. 30); Fleiuss foi o mais “fiel escudeiro” do barão do Rio Branco que “de tudo queria saber e por tudo se interessava”. Quando não podia comparecer às

sessões, solicitava ao 1º secretário que fosse sem demora ao Itamaraty a fim de lhe passar o conhecimento de tudo (FLEIUSS, 1941, p. 90).

As consequências da gestão do barão do Rio Branco à testa do Instituto não demoraram a aparecer. O IHGB enviou representantes para os congressos estrangeiros, intensificou o intercâmbio com as associações congêneres não só no Brasil, mas na América e Europa. Além disso, a agremiação apoiou a montagem da exposição comemorativa do primeiro centenário de imprensa periódica, na qual “figuraram quinze mil jornais” (FLEIUSS, 1941, p. 51; GUIMARÃES, 2006, p. 30).

O Instituto encarregou vários sócios para catalogar os jornais de cada um dos Estados do Brasil. Concluída a tarefa, a agremiação mandou imprimir, pela Imprensa Nacional, o primeiro volume da obra *Gênese e Progresso da Imprensa Periódica no Brasil*. O segundo volume foi dividido em duas partes: uma com o catálogo dos jornais dos Estados do Norte até Sergipe, publicado pela Imprensa Nacional; a segunda parte com os catálogos dos demais Estados. Esta parte não chegou a ser publicada, pois o original se perdeu em incêndio na Imprensa Nacional, em 15 de setembro de 1908 (FAZENDA, 1911, t. 74, p. 438).

Segundo Calógeras (apud FLEIUSS, 1941, p. 51), o velho grêmio avultou “entre as nossas forças intelectuais, no envolver social, renasceu a velha tradição de labor e de prestígio”. Para Lucia Guimarães (2006, p. 31), o barão do Rio Branco livrou o Instituto do ostracismo, “devido à sua proximidade com o poder e à popularidade que desfrutava no país, carregava prestígio.”

Poucos meses depois da posse de Juca Paranhos, o 1º secretário perpétuo reclamou sobre a falta de espaço físico nas instalações do Instituto. As reformas implementadas em 1907 melhoraram as condições de segurança das pessoas, contudo, “[f]altam-lhe dependências que cada dia mais se tornam precisas, como uma sala especial para a seção geográfica, que possuímos riquíssimo, mas de difícil consulta pela carência de espaço” (RIHGB, 1908, t. 71, p. 596).

O 1º secretário perpétuo afirmava nas Atas das sessões que era cada vez maior o número de frequentadores na biblioteca, em razão das novas aquisições. As prateleiras estavam lotadas e não havia espaço para acomodar os jornais que eram enviados pelos redatores de diversos estados do Brasil; ademais, tinha as ofertas de livros. O sócio André Vernek fez uma doação de 1.323 volumes de livros impressos, mas não havia lugar para acomodar o material, o que demandou improvisos (RIHGB, 1911, p. 396). Portanto, era

necessário um prédio que pudesse acomodar os acervos da biblioteca, arquivo, museu e os serviços de secretaria.

A coleção de mapas, cuja catalogação estava concluída, não dispunha de lugar adequado para depósito e nem de acomodações necessárias para que os documentos fossem consultados. Segundo Vieira Fazenda (1911, t. 74, p. 369), “a mapoteca, móvel de alto preço e de bela construção está em um vão, por baixo da escada”.

O receio de Fleiuss era que os “preciosos espécimes” se estragassem. Não obstante os mapas, toda a coleção de impressos estava ameaçada por cupins (RIHGB, 1910, t. 73, parte 2, p. 227-228). Consoante Lucia Guimarães (2006, p. 31), desde 1890, a agremiação discutia a necessidade de um prédio próprio; contudo, a ideia havia se perdido. Coube a Fleiuss promover o empenho dos sócios para essa empreitada. Para isso, usou como artifício, o patrimônio da Instituição para justificar a aquisição de um edifício a fim de melhor acomodar as coleções amealhadas desde 1838. Para o 1º secretário, a despesa não exigiria grandes sacrifícios:

Um prédio feito sem excesso de ornamentações, apenas com rigor arquitetônico e com o mobiliário estritamente necessário poderá ser conseguido, consumindo-se quantia relativamente modica. O Governo da República que tem grandemente prestigiado com seu apoio outras instituições e que não tem recusado imediatamente aos interesses de uma associação, cujos trabalhos tanto a tem recomendado (RIHGB, 1910, t. 73, parte 2, p. 227-228).

Imbuído pelo desejo de construir o prédio, o então presidente, o barão do Rio Branco, conseguiu, via Congresso Nacional, uma verba orçamentária dividida em cinco parcelas. Entretanto, o IHGB só chegou a receber a primeira, no valor de Cr\$ 200.000,00; as demais ficaram comprometidas em virtude do falecimento de Rio Branco, em 10 de fevereiro de 1912 (CORREA FILHO, 1962, v. 254, p. 8).

Fleiuss entendeu que deveria, sem demora, preencher o lugar ora vago do insigne morto Barão do Rio Branco. O receio era que o Barão Homem de Melo<sup>125</sup> ocupasse a presidência, o que seria insuportável para Fleiuss. “Eu abandonaria logo logo o cargo [de 1º secretário perpétuo] e nesse mesmo proposito estava o Afonso Celso como orador, o Ruch<sup>126</sup>, 2º secretário, o Antônio Guimaraes tesoureiro. Nenhum de nós se sujeitaria a seguir com o grosseiríssimo Homem de Melo” (FLEIUSS, 13.04.1912). Depois que Fleiuss levantou a candidatura de Afonso Celso, o Barão Homem de Melo “começou uma

---

<sup>125</sup> Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.

<sup>126</sup> Gastão Ruch Sturzenecker.

campanha de intrigas contra [...] [Fleiuus] ‘chegando mesmo as maiores baixezas’ (FLEIUSS, 1912)<sup>127</sup>.

Logo que ascendeu a presidência, Afonso Celso nomeou o Barão de Ramiz Galvão para o posto de orador oficial<sup>128</sup> e diretor da *Revista* (RIHGB, 1912, t. 75), cargo ocupado por Max Fleiuus desde 1906. Em seguida, o novo presidente “pleiteou junto ao ministro da justiça a cessão de um terreno público, reservando a verba recebida para obra”. O local escolhido foi uma “área desocupada, contigua a um edifício denominado de *Silogeu* (GUIMARÃES, 2006, p. 32).

O *Silogeu Brasileiro* foi construído, em 1906, pelo governo federal para abrigar “sociedades dedicadas às letras e à ciência” (HISTÓRIA..., 2003, p. 56). Seu nome foi cunhado pelo ex-diretor da Biblioteca Nacional, o barão de Ramiz Galvão<sup>129</sup>. O palacete reunia várias instituições como a Academia Nacional de Medicina, Academia Brasileira de Letras, Instituto da Ordem dos Advogados e as instalações do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, inaugurado na data do seu septuagésimo aniversário, em 21 de outubro de 1913.

Figura 20 - Silogeu Brasileiro, situado à Praia da Lapa nº 4 e atualmente Avenida Augusto Severo, n. 4.



O Instituto construiu suas instalações na parte central interna do Silogeu.  
Fonte: Biblioteca Nacional

A transferência para nova sede levou 15 dias, o que demandou grandes esforços dos funcionários, pois a biblioteca dispunha de cerca de 50.000 volumes de livros

<sup>127</sup> FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 20 dez. 1912.

<sup>128</sup> Em 1918, Ramiz Galvão foi eleito orador perpetuo do IHGB.

<sup>129</sup> Benjamin Franklin Ramiz Galvão - Nasceu na província do Rio Grande do Sul, em 16 de junho de 1846 e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de março de 1938. Bacharel em letras pelo Colégio de Pedro II, e doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro. Em 1870, foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional da corte. Em 1882, foi escolhido pelo Imperador para ocupar lugar de tutor dos príncipes (BLAKE, 1970, p. 395).



(ALMANAK LAEMMERT, 1908). Além disso, havia o arquivo, museu, mapoteca, bem como os móveis que acomodavam os acervos.

### 3.3 A biblioteca do IHGB no Silogeu Brasileiro

A construção do novo edifício valorizou o patrimônio da Instituição. Segundo Fleiuss, na época o IHGB estava aparelhado “dos melhores elementos” de um centro de documentação e pesquisa (RIHGB, 1919, t. 85, p. 589), pois reunia a biblioteca, arquivo, mapoteca e museu, além da *Revista*; mas carecia de pessoas que pudessem tornar os serviços eficientes.

A seção dos livros, a de manuscritos e dos mapas, precisam ser dotadas de maiores números de funcionários para que os catálogos não sofram constantes interrupções, determinados pelo serviço de consulta pública inaudível (RIHGB, 1919, t. 85, p. 589).

Em 1915, o quando de pessoal do IHGB somava 13 funcionários: um bibliotecário, um diretor da Revista, três oficiais, um oficial datilógrafo, um colaborador, um porteiro, um servente, um conservador do edifício e três empregados do edifício do Silogeu. A soma anual dos vencimentos dos empregados era 21:268\$00. O bibliotecário ganhava um dos maiores salários: 3:600\$00 anuais; a mesma quantia era paga ao diretor da Revista. O oficial datilógrafo recebia 2:520\$00; o quarto maior vencimento era pago aos oficiais, cada um recebia 1:800\$000 anuais (RIHGB, 1915, t. 78, p. 749).

As contas do IHGB ficavam sempre no limite. A subvenção anual repassada pelo governo, em 1915, era 25:000\$ (ANNAES da Câmara dos Deputados (RJ), 1915, p. 466). O 1º secretário não se sentia confortável com o fato do Instituto depender do Estado. Entretanto, para se financiar, o Instituto, segundo Fleiuss, precisaria de uma renda anual de 50\$000000 (cinquenta contos de réis). Com esse dinheiro “eu faria até a impressão da Revista! Mas onde conseguir isto? É necessário suportar as bestialidades de muitos deputados que, analfabetos ou peraltos, não sabem dar o devido valor ao Instituto”. Na visão de Fleiuss, se o IHGB tivesse “argentários de talento eu procuraria constituir o patrimônio do Instituto para libertá-lo de favores do Congresso” (FLEIUSS, 1920)<sup>130</sup>.

---

<sup>130</sup> FLEIUSS, Max. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 1 abr. 1920. Disponível em: <<https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima:14962#page/2/mode/1up>>. Acesso em: 28 de fev. 2023.

Em vista da questão orçamentária, não era possível contratar mais funcionários. A Comissão de Fundos e Orçamentos reiterou por diversas vezes a necessidade de não preencher qualquer cargo que, porventura, viesse a vagar. A Comissão sugeriu, ainda, que o serventário do Instituto poderia realizar os serviços com um adicional no seu salário. Os sócios deliberaram que o cargo de auxiliar de bibliotecário não seria preenchido. Apesar dessa ressalva, o Instituto contratou mais um oficial, dois colaboradores e um contínuo. Em 1919, o número de funcionários chegou a 17 pessoas. Em 1925, o número de empregados decresceu para 10 pessoas e assim permaneceu até 1934 (ALMANAQUE LARMMERT, 1925-1938).

As atividades da agremiação se intensificaram na nova sede, a começar pela promoção do *Primeiro Congresso de História Nacional*, realizado nas dependências do IHGB entre 7 e 16 de setembro de 1914. Segundo Virgílio Correa Filho (1962), o Instituto alcançou êxito na promoção do evento. Tal fato, animou Afonso Arinos e Max Fleiuss a promoverem o *Primeiro Congresso Internacional de História das Américas*, realizado entre 7 e 15 de setembro de 1922. Este evento buscou promover e aproximar os intelectuais de todos os países do continente. O Instituto também organizou o *Primeiro Centenário da Independência do Brasil*, realizado entre 08 e 15 de setembro de 1922; entretanto, os preparativos começaram anos antes, em 1915. Rodolpho Garcia<sup>131</sup>, sócio efetivo e funcionário do Instituto, preparou o *Catálogo dos livros, folhetos, documentos, retratos, bustos, máscaras etc. pertencentes à Biblioteca, Arquivo e Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, as obras foram arroladas no tomo especial da *Revista do IHGB*, comemorativa ao ano da independência.

O Instituto organizaria outros eventos, dentre eles: uma exposição, no salão de leitura, em homenagem à memória de Carl Friedrich Philipp von Martius; o *Segundo Congresso de História Nacional*, realizado em 7 de abril de 1931, para celebrar o centenário da abdicação de D. Pedro I; e, o *Terceiro Congresso de História Nacional*, realizado em outubro de 1938, data de comemoração do centenário do IHGB. Ademais, as instalações do Instituto abrigaram *A Academia de Altos Estudos*, que funcionou entre 1916 e 1921. O IHGB também elaborou o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*.

---

<sup>131</sup> Rodolpho Garcia organizou, por ordem de Afonso Celso e Max Fleiuss, presidente e 1º secretário do IHGB, uma bibliografia das obras de caráter geográfico pertencentes a biblioteca do IHGB, para ser apresentada ao Sexto Congresso de Geografia de Belo Horizonte, em 1919. Para saber mais, veja: GARCIA, Rodolpho. *Bibliographia geographica brasileira*. Rio de Janeiro: [Instituto Historico e Geographico Brasileiro], 1919. 105p.

Sem dúvida, esses eventos contribuíram para sobrecarregar os serviços do 1º secretário do Instituto. Em carta datada de 26 de agosto de 1919, Fleiuss relatou a seu compadre, Manuel de Oliveira Lima, que no Instituto “[t]enho tido, aliás como sempre, enorme trabalho e estou sentido necessidade de repousar um pouco; não sei, parar, quando o posso fazer, receoso de que a minha ausência, embora por pouco tempo, prejudique o andamento de muitas questões” (FLEIUSS, 1919)<sup>132</sup>. Ele se referia não apenas aos trabalhos do *Dicionário Histórico*, mas ao *Primeiro Congresso Internacional de História*, além dos preparativos para a Exposição Internacional que aconteceu no Rio de Janeiro entre setembro de 1922 e julho de 1923, em comemoração ao programa do Centenário da Independência.

Os serviços de secretaria do Instituto abrangiam todo expediente social, o arquivo, a biblioteca, mapoteca, museu, além do depósito de manuscritos secretos<sup>133</sup>, que eram documentos que não poderiam ser publicados sem época determinada. Portanto, os colaboradores que, normalmente ajudavam no aditamento dos catálogos, estavam solapados de afazeres.

Conforme se vê na tabela 6, a secretaria demandava esforços. Entre 1918 e 1938, o Instituto recebeu quase 30.000 ofícios e expediu mais de 35.000; o quantitativo foi maior em 1922, devido ao *Primeiro Centenário da Independência do Brasil*.

Tabela 6. Ofícios recebidos e expedidos pela secretaria do IHGB (1918-1938)

IHGB	Secretaria/Ofícios		
	Ano	Recebidos	Expedidos
	1918		337
	1919	1.239	928
	1920	1.352	1.352
	1921	2.573	2.879
	1922	2.929	3.373
	1923	1.436	1.712
	1924	1.192	1.462
	1925	1.828	2.075
	1926	1.886	1.885
	1927	996	1.371
	1928	1.326	1.383

<sup>132</sup> FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 26 ago. 1919.

<sup>133</sup> Sobre a Arca do sigilo, consulte: MALEVAL, Isadora Tavares. Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2015. 348 f. Tese em História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2015.

1929	1.901	1.807
1930	1.099	1.517
1931	1.161	1.565
1932	980	1.240
1933	1.827	2.083
1934	1.018	1.385
1935	1.047	1.595
1936	1.191	1.769
1937	1.168	1.317
1938	1.836	2.129
TOTAL	29.985	35.164

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de dados extraídos nas Atas das reuniões do IHGB.

O Instituto “tomou uma série de iniciativas de grande repercussão” (GUIMARÃES, 2006, p. 198), o que, provavelmente, contribuiu para aumentar o movimento de frequentadores nas dependências da biblioteca<sup>134</sup>. Entre 1918 e 1938, segundo a tabela abaixo, o Instituto recebeu quase 70.000 visitantes. Em 1921, no intuito de facilitar os serviços da biblioteca, o presidente perpétuo, Afonso Celso, determinou que Rodolpho Garcia, oficial de secretaria do IHGB, ajudasse o bibliotecário Souto Maior em todos os trabalhos de consultas no salão de leitura (CELSONO, 1921)<sup>135</sup>.

Tabela 7 - Dados estatísticos de frequentadores nas dependências do IHGB (1918-1938)

Ano	Arquivo	Biblioteca	Mapoteca	Museu	Total
<b>1918</b>		577		90	667
<b>1919</b>		1.232	67	329	1.628
<b>1920</b>		1.497	138	625	2.260
<b>1921</b>	818	2.382	333	1.103	3.818
<b>1922</b>	1.799	2.514	489	15	504
<b>1923</b>	803	1.357	128	839	2.324
<b>1924</b>	1.717	1.795	228	672	2.695
<b>1925</b>	1.238	2.025	358	644	3.027
<b>1926</b>	1.636	1.654	625	1.100	3.379
<b>1927</b>	633	1.353	359	577	2.289
<b>1928</b>	422	1.768	155	557	2.480
<b>1929</b>	1.334	1.900	275	357	3.866
<b>1930</b>	2.424	2.283	417	388	3.088
<b>1931</b>	791	1.812	283	494	2.589
<b>1932</b>	403	2.553	238	446	3.237
<b>1933</b>	707	1.985	150	364	2.499
<b>1934</b>	480	1.980	240	451	3.151
<b>1935</b>	464	1.978	299	506	2.783

<sup>134</sup> Não foram encontrados dados sobre o movimento de frequentadores entre 1913 e 1917. Cabe salientar que além das Atas do IHGB, o *Almanque Laemmert* também serviu como fonte de pesquisa para essa afirmação.

<sup>135</sup> Papéis de Secretária, 19 de maio de 1921.

<b>1936</b>	1.416	2.413	469	508	3.390
<b>1937</b>	617	1.217	103	291	1.611
<b>1938</b>	1.103	3.243	122	525	3.890
<b>Total</b>	16.365	37.004	5.476	10.901	69.746

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de dados extraídos nas Atas das reuniões do IHGB.

De acordo com os dados da tabela acima, a biblioteca era o lugar mais frequentado pelos consulentes, seguida do arquivo. Para Fleiuss, o Instituto

Ufana-se [...] de possuir seleta biblioteca, concernente à História, Geografia e Etnografia pátrias [...]. Essas legítimas preciosidades de bibliografia, documentação e iconografia não dormem o sono do olvido sob o pó do tempo, nos raios das estantes de nossa biblioteca, ou nas arcas do nosso arquivo. Ao contrário: são, diária e constantemente, pesquisadas por avultado número de estudiosos que assiduamente frequentam a nossa sala pública de leitura (RIHGB, 1920, p. 445).

Infelizmente, não foi possível levantar dados sobre o idioma das obras consultadas, tampouco títulos, manuscritos e mapas mais solicitados, bem como os nomes dos usuários. É possível inferir, baseado na missão institucional e distinção do acervo, que o público leitor do Instituto estava mais interessado em material capaz de subsidiar suas pesquisas em história e geografia do que num tipo de leitura recreativa, des preocupada de fontes.

A biblioteca do Instituto, conforme já mencionado neste trabalho, funcionava nos dias uteis, das 11h às 15h<sup>136</sup>. No entanto, o Instituto entendia que a biblioteca deveria abrir à noite e aos domingos, já que quatro horas diárias não bastariam para acolher às demandas dos consulentes. De acordo com Fleiuss, os estudiosos muitas vezes são absorvidos “por deveres, de que tiram a subsistência” (RIHGB, 1919, t. 85, p. 589). Entretanto, estender o horário de funcionamento da biblioteca acarretaria maiores despesas para o Instituto e Fleiuss sabia disso. O registro servia de apelo aos poderes públicos, sobretudo, porque havia no governo membros da agremiação que poderiam intervir a favor do Instituto Histórico.

---

<sup>136</sup> A secretária do IHGB funcionava aos sábados, até às 13 horas (Papéis de secretaria, 11 de agosto de 1922).

Figura 21 - IHGB – Salão de Leitura da Biblioteca



Fonte: Arquivo do IHGB<sup>137</sup>

No que tange ao crescimento do arquivo do IHGB, na tabela abaixo, pode-se observar a quantidade de material ofertado entre 1918 e 1938.

Tabela 8- Arquivo do IHGB: documentos adquiridos e ofertados (1918-1938)<sup>138</sup>

Ano	Quantidade
1918	502
1919	27.795
1920	20.689
1921	370
1922	1.083
1923	20
1924	205
1925	37
1926	14
1927	149
1928	382
1929	41
1930	83
1931	563
1932	748
1933	10
1936	07
1937	26
1938	403
<b>TOTAL</b>	<b>53.127</b>

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de dados extraídos nas Atas das reuniões do IHGB

<sup>137</sup> Arquivo do IHGB. Lata 28, números 1 a 6.

<sup>138</sup> Não foram encontrados dados em 1934 e 1935.

O Arquivo recebeu mais de 53.000 documentos entre 1918 e 1938. Em 1919 e 1920, o Instituto acolheu grande parte do arquivo particular do Marques de Olinda, dádiva feita por seus descendentes. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, ofertou manuscritos pertencentes ao espólio de José Bonifácio de Andrada e Silva, patriarca da Independência. Além disso, Anna Vera Monteiro Nogueira Bormann, viúva do marechal José Bernardino Bormann, doou o arquivo onde se achava os originais inéditos da campanha da Cisplatina, 1808-1825 (RIHGB, 1919, p. 591). A viúva de Souza Pitanga ofertou documentos entre os quais Fleiuss chamou atenção para uma carta autografa de D. Pedro I, datada de 7 de abril de 1831, “na qual o e-imperador pedia a José Bonifácio que aceitasse a tutela de seus filhos” (RIHGB, 1920, p. 513).

Para o 1º secretário, os arquivos no Brasil sofriam com a falta de documentos inéditos, sobretudo, aqueles papéis amealhados pelos principais homens de Estado. No seu entender, o estudo direto de documentos autênticos ajudaria o historiador, na medida em que esclarecia dúvidas e juízos críticos sobre diversos acontecimentos históricos no Brasil, como, por exemplo, “o modo pelo qual foi realmente proclamada a República” (RIHGB, 1927, v. 101, p. 240).

Fleiuss se incomodava com o fato de não ter notícia dos papéis que pertenceram a Bernardo Pereira de Vasconcelos, falecido em 1850. Igualmente, o destino do arquivo de Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, nome de relevo na história política do país. Sobre o caso, Fleiuss (RIHGB, 1927) relatou que Antônio Leitão, redator dos debates no Senado, foi à casa do visconde e percebeu que embaixo da mesa, na qual ambos conversavam, havia uma caixa. Leitão não disfarçou sua curiosidade, assim indagou Abaeté:

- Menino, sabe o que ali contém? Apontando a lata.
  - Como poderei saber?
  - Ali está toda a história da *Maioridade*.
- Prontificou-se Leitão a catalogar toda a papelada, ao que Abaeté replicou precavido:
- Seria talvez inconveniente. Ainda há muita gente viva daqueles tempos (FLEIUSS, RIHGB, 101, v. 155, p. 237-244, 1927).

Fleiuss se inquietava por não saber o destino dos arquivos de Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro, bem como os papéis de Evaristo Ferreira da Veiga. Neste caso em particular, o 1º secretário procurou os descendentes do colaborador da gazeta *Aurora Fluminense*, entretanto, não obteve sucesso (RIHGB, 101, v. 155, 1927). Felizmente, não se pode dizer

o mesmo dos papéis que pertenceram a José Antônio Saraiva. Após o seu falecimento, na Bahia, em 21 de julho de 1895, seu sobrinho, José Antônio Saraiva Sobrinho, tomou posse do arquivo do tio. Ele recolheu a documentação e levou para Minas Gerais, onde era desembargador. Segundo Francisco Mendes Pimentel, testamenteiro de Saraiva Sobrinho, era seu desejo doar, após sua morte, o opulento arquivo de escrita epistolar dentre os quais destacavam:

[...] setenta autógrafos do imperador, dentre eles a crítica, por artigos, ao projeto de reforma para eleição direta. [...] dezenas de cartas de Francisco Octaviano de Ferraz, de Tamandaré e do general Mitre relativas à guerra do Paraguai e à política Tríplice Aliança (PIMENTEL, RIHGB, 1914, t. 77, parte 2, p. 539).

O material não estava catalogado. Entretanto, Pimentel informou a Max Fleiuss que existia “mais de um milheiro de cartas” de pessoas “que ocuparam as mais altas posições no país no longo período 1847 a 1895”, como:

Jequitinhonha, Olinda, Theophilo Ottoni, Eusebio de Queiroz, Uruguai, S. Leopoldo, Zacharias, Paranhos, Itajubá, Bom Retiro, Abaeté, Cotegipe, Villa da Barra, Martinho Campo, Ouro Preto, para só falar dos mortos e dos maiores (PIMENTEL, RIHGB, 1914, t. 77, parte 2, p. 539).

Por ter intermediado a oferta, Pimentel que já era “condiscípulo e amigo” de Fleiuss, se mostrava amigo também do Instituto Histórico (FLEIUSS, RIHGB, 1914, t. 77, parte 2, p. 538). Tão logo o arquivo chegou, o 1º secretário perpétuo tratou de separar a documentação por ordem cronológica. Pimentel informou que, por determinação do ilustre doador, Sobrinho Saraiva, o arquivo político de seu tio não poderia ser lido antes de 1930.

O IHGB procurou patrimonializar acervos particulares privados, especialmente arquivos que pertenceram a homens públicos, já que ao longo de suas trajetórias esses indivíduos acumulavam e conservavam documentos que dão provas não apenas do sujeito social, intelectual, cultural, mas do sujeito em ação política, o que interessava sobremaneira a agremiação.

O Instituto também recebeu os acervos que pertenceram a Francisco Belisário e Tristão de Alencar Araripe, que foram doados por intermédio do vice-presidente do IHGB, Tavares de Lyra. A coleção de Pedro Araújo Lima, o marques de Olinda, que estava sob os poderes de sua sobrinha-neta, Laura Faro de Araújo, também teve como destino o Arquivo do Instituto.



Fleius se empenhava em ampliar o acervo do Instituto. O 1º secretário costumava visitar as famílias dos sócios falecidos a fim de pedir que as coleções dos finados fossem doadas ao Instituto Histórico. Seu argumento é que a memória do indivíduo seria conservada e que as obras prestariam grandes auxílios aos pesquisadores. A prática aplicada por Fleius, certamente, evitou a dispersão de muitas coleções privadas.

Alguns sócios, antes de falecer, recomendavam que seus arquivos fossem encaminhados ao Instituto. A esposa de Tobias Rabello Leite cumpriu a vontade manifestada por ele, em vida, quando enviou vários papéis relativos à fundação do Instituto Surdos e Mudos. Para o IHGB, este exemplo deveria ser seguido por todos “os homens notáveis”; isto evitaria que muitas preciosidades fossem perdidas ou mesmo caíssem nas mãos de especuladores. No arquivo da agremiação, tais documentos “poderiam servir ao estudo da vida de nossos homens, da origem e desenvolvimento das nossas várias instituições” (RIHGB, 1898, v. 61, p. 747). Os documentos igualmente permitiriam a (re)constituição das relações sociais, políticas e afetivas dos sujeitos, os inserindo em seu tempo e espaço.

A adesão de vários sócios à missão institucional do IHGB foi fundamental para motivar as ofertas de grandes coleções, como: Visconde de Ourém<sup>139</sup>, Visconde de Ouro Preto<sup>140</sup>, Visconde de Caravellas, Visconde de Maracaju<sup>141</sup>, Marques de Paranaguá, José Bonifácio, General Osório, Marechal Soares de Andréa, Barões de Loreto e de São Borja, Conde d’Eu, Azambuja, Luis Aleixo Boulanger, Varnhagen, Porciúncula, Marechal Bormann, Manuel Barata, desembargador Souza Pitanga, conselheiro Nabuco e Afonso Celso. Este último doou grande parte de seus livros ainda em vida. Após sua morte, a família ofereceu vários volumes pertencentes à biblioteca do falecido. Entre esses volumes há uma coleção de mais de 20 anos de *Illustration Française*, compreendidos os volumes que tratam da guerra mundial de 1914 (RIHGB, 1938).

Fleius promoveu a vinda do arquivo particular pertencente ao Imperador D. Pedro II que estava na Europa. A intenção era que a preciosa documentação fosse ofertada ao Instituto. Assim sendo, o 1º secretário escreveu ao conde d’Eu que lhe respondeu, em 19 de janeiro de 1918:

Em relação aos desejos que me manifesta de ser remetido ao Instituto Histórico o arquivo particular do saudoso Imperador, não me parece que possamos

---

<sup>139</sup> José Carlos de Almeida Areias.

<sup>140</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo.

<sup>141</sup> Rufino Eneias Gustavo Galvão.

satisfazê-los. Nem a Princesa consentiria em separar-se dessas lembranças do seu amado pai, nem seria atualmente possível, pois não estão esses papéis classificados (RIHGB, 1941, v. 176, p. 314).

Fleiuus voltou a insistir no assunto, já que “[o]s papéis são brasileiros, tratam de homens e de sucessos ocorridos no Brasil, devem vir para o Brasil” (RIHGB, 1941, v. 176, p. 314). O 1º secretário perpétuo ainda falou que qualquer uma das instituições como o Instituto Histórico, a Biblioteca Nacional ou o Arquivo Público saberia conservar o material. Apesar de citar essas duas últimas Casas, Fleiuus não escondeu que a preferência deveria ser dada ao Instituto, já que D. Pedro II tinha grande interesse pela agremiação (RIHGB, 1941) e apelou para que o filho de conde d’Eu, D. Pedro de Orleans e Bragança, “entregasse tão precioso acervo ao Instituto Histórico, do qual faz parte como sócio honorário”. Entretanto, o pedido não surtiu efeito. O Príncipe do Grão Pará entregou o arquivo de sua família ao Presidente da República, Getúlio Vargas, que criou através do Decreto-Lei nº 2096, de 29 de março de 1940, o Museu Imperial (MUSEU Imperial...).

Cabe mencionar que Fleiuus teve participação na reintegração do arquivo histórico que estava guardado no castelo d’Eu, na França. O receio era que os papéis fossem destruídos pelo exército alemão. Assim sendo, o 1º secretário se dirigiu à Embaixada da Alemanha na Capital, Rio de Janeiro, para solicitar às autoridades alemãs cautela com o arquivo imperial (FLEIUSS, 1941, p. 292), constituído de 12.000 cartas e documentos (Jornal do Commercio, 30.03.1941).

O poder institucional do IHGB pode ser refletido em seus acervos, biblioteca e arquivo, que se tornaram centros de referência em pesquisa histórica brasileira. Essa conquista pode ser tributada não apenas ao capital social da agremiação, mas ao Estado já que este facilitou recursos ao Instituto. Neste sentido, cabe mencionar a coleção que pertenceu ao ex-senador Manoel Cardoso de Mello Barata<sup>142</sup>. Após sua morte, em 16 de outubro de 1916, a viúva doou a biblioteca para o Instituto; entretanto, a coleção opulenta em obras raras<sup>143</sup> sobre o Brasil estava na cidade natal do político. O governo autorizou

<sup>142</sup> Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

<sup>143</sup> Consta no livro *Fortuna Bibliográfica: a Independência do Brasil na Biblioteca do IHGB* /organização Ana Virginia Pinheiro; prefácio Victorino Coutinho Chermont de Miranda; apresentação Lucia Maria Pascoal Guimarães e Paulo Knauss de Mendonça; introdução Arno Wehling. Rio de Janeiro: IHGB., 2022. As obras raras: ARMITAGE, John, 1807-1865. *The history of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of don Pedro Th First in 1831*. London: Smith, Elder and Co., 1836. 2v.; 22cm. ARMITAGE, John, 1807-1865. *Historia do Brazil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador d. Pedro I em 1831*. Traduzida do Inglês por Hum Brasileiro [Joaquim Teixeira de Macedo?]. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De Villeneuve, 1837. Viii, [1], 322 p.; 22cm.

o transporte público desde o Porto do Pará até a Capital da República (ANAIS da Câmara dos Deputados (RJ), 1916).

A biblioteca do IHGB pode ser vista como uma espécie de “joia da coroa” do Instituto Histórico. Em 1908, era composta por 50.000 volumes de livros. Em 1920, Fleiuss afirmou que o número de obras ultrapassava os 70.000 volumes. Segundo o *Almanaque Laermmert*, em 1934 esse número era de 80.000 volumes. Conforme se vê no quadro abaixo, a biblioteca recebeu entre 1920 e 1934, 11.939 livros doados e comprou 502 livros entre 1918 e 1938, o que corrobora com o crescimento apontado.

Tabela 9 - Biblioteca do IHGB: livros doados e comprados (1918-1938)<sup>144</sup>

Ano	Livros doados	Livros comprados
1918	162	33
1919	1.664	29
1920	430	
1921	406	
1922	520	
1923	1.405	31
1924	561	65
1925	802	29
1926	672	19
1927	791	13
1928	932	25
1929	1.538	
1930	1.389	49
1931	523	
1932	879	
1933	671	22
1934	420	16
1935	493	28
1935	475	72
1937	932	45
1938	790	26
<b>TOTAL</b>	<b>16.455</b>	<b>502</b>

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de dados extraídos nas Atas das reuniões do IHGB

Em 1919, a biblioteca do IHGB foi contemplada com 1.664 obras doadas, a maior parte proveio principalmente da biblioteca do marechal Bormann. Afonso Celso doou, em 1931, mais de 1.000 obras sobre Direito e História (RIHGB, 1931) para o Instituto; contudo, nas Atas do Instituto constam apenas 523 obras doadas naquele ano.

A discrepância encontrada traz novas inquietações sobre o montante de livros da biblioteca do Instituto: o problema estaria no registro e/ou no controle do acervo ou na

<sup>144</sup> Não foram encontrados dados para os anos de: 1920, 1921, 1922, 1929, 1930 e 1931.

redação e publicação das Atas das reuniões do IHGB? Outra hipótese é que não havia erro, a doação poderia ter sido faseada em dois anos, por conta do vultoso volume. Não obstante, cabe, mais uma vez, a seguinte reflexão: um núcleo acadêmico tão preocupado em “coligir a memória da nação”, em reunir os arquivos pessoais dos seus sócios e figuras proeminentes para (re)constituir essa história, não deveria ser mais zeloso com sua própria história?

Por outro lado, a biblioteca do IHGB também foi acrescida pela compra de livros. Todavia, estranhamente, não havia a rubrica “compra de livros”, na proposta de orçamento da agremiação, tal como ocorreu durante o Império. Na tabela 9, é possível perceber que o Instituto adquiriu por meio de compra 502 livros, número muito menor se comparado com a quantidade de ofertas. Vale lembrar que o Instituto costumava comprar publicações raras com o alfarrabista Tancredo de Paiva que ficava na rua do Lavradio, número 132. No entanto, segundo testemunho de época, Paiva “[é] careiro e quando o Instituto dele precisa pede logo preços elevados. (FLEIUSS,1922)<sup>145</sup>.

A prática de mandar encadernar livros era comum na gestão de Fleiuss. O 1º secretário comentava em seus relatórios a importância da encadernação como forma de conservação do livro. Alguns livros eram muito usados pelo público, o que exigia que fossem reencadernados. Entre 1918 e 1937<sup>146</sup>, o 1º secretário mandou encadernar e reencadernar 6.495 livros, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 10. Biblioteca do IHGB: encadernação e reencadernação (1918-1938)

Ano	Quantidade
1918	385
1919	616
1920	725
1921	180
1922	174
1923	332
1924	259
1925	274
1926	455
1927	479
1928	355
1929	33
1930	462
1931	578
1932	138
1933	195
1934	130

<sup>145</sup> FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Bernardino de Souza, 27 de mai. 1921.

<sup>146</sup> Não foram encontrados dados para o ano de 1938.

1935	28
1935	457
1937	267
<b>TOTAL</b>	<b>6.495</b>

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de dados extraídos nas Atas das reuniões do IHGB

Em 1923, devido ao crescimento da biblioteca, já não havia mais espaço para “abrigar com segurança o seu precioso acervo de raridades e utilidades inestimáveis” (RIHGB, 1923, t.94, p. 869). De acordo com Fleiuss, o Instituto não possuía lugar para alojar o arquivo e, muito menos, a mapoteca cuja catalogação foi concluída em 1924. O trabalho foi executado pelos funcionários da Comissão Rondon, os Srs. Cipriano Graco de Oliveira, Eugênio Rio e Pedro Vercillo (Papéis de Secretaria, 1922).

A secretaria estava mal instalada e a sala de conferências, que ficava no segundo andar do prédio, não dispunha de elevador e acomodava um pouco mais de 100 pessoas (RIHGB, 1922, t. 92, p. 588). O espaço para conferências estava com grande procura devido ao impedimento, provisório, da sala da Biblioteca Nacional. Ademais, incomodava o fato do Instituto não possuir um espaço reservado para os trabalhos das comissões (RIHGB, 1922, t. 92, p. 588).

Para atender o público e garantir a segurança das coleções era necessário, na visão de Fleiuss, que o Instituto tivesse um prédio com condições de servi-lhe de sede. A agremiação possuía um terreno no antigo Morro do Senado. O sócio e senador João Lyra apresentou uma emenda no orçamento para o ano de 1922, do Ministério da Fazenda. Assim, ficou autorizado o Poder Executivo<sup>147</sup>, a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um edifício em condições de servir de sede, desde que o Instituto transferisse ao patrimônio nacional o terreno que possuía no Morro do Senado e os direitos sobre o prédio que ocupava no Silogeu (RIHGB, 1922, t.92, p. 588; ANAIS DA REPÚBLICA, 1922, Livro 3, p. 677).

Fleiuss acreditava que com a construção do novo prédio cessaria todos os males causados pela falta de espaço. Para ele, era imperativo ao Instituto uma instalação condigna com os altos fins de uma instituição que florescia desde a Regência (RIHGB, 1922). Interessante notar que o 1º secretário via que o atual governo deveria seguir os paradigmas anteriores. Caberia, portanto, ao governo “coordenar-lhe as energias” e para isso deveria facilitar os meios e recursos para aparelhar o Instituto. Assim, a agremiação prosseguiria com sua “alta missão, de órgão, sempre coerente com as suas tradições, de

---

<sup>147</sup> Art. 123, n. 14, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.

magno servidor tanto dos interesses nacionais como das mais altas aspirações intercontinentais, de cordialidade intelectual, de trabalho e de paz” (RIHGB, 1922, p. 589).

A agremiação pleiteava a construção do prédio em lugar central, o que permitiria maior frequência das pessoas na Instituição. A intenção era um terreno na planície conquistada pela demolição do Morro do Castelo. Contudo, a construção de uma nova sede malogrou. O Congresso Nacional autorizaria, apenas em 1955, pela Lei 08 de agosto, ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro “o terreno que foi edificado o Silogeu”, com várias obrigações dentre elas a de permitir o recuo exigido pelos planos urbanísticos municipais (RIHGB, 1962, v. 255, p. 52).

### 3.4 A biblioteca e a comemoração do Centenário do IHGB

Em 27 de outubro de 1936, uma comissão composta por Manoel Cicero Peregrino, Max Fleiuss e Virgílio Corrêa Filho se reuniu com o objetivo de organizar as comemorações do centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No programa constavam várias atividades, dentre elas, uma exposição de livros, documentos e cartas geográficas mais importantes existentes no Instituto; organização e publicação do catálogo da biblioteca, arquivo, mapoteca, museu e a publicação da tradução da obra de Friedrich Philipp von Martius *Reise in Brasilien*.

Os trabalhos de catalogação da biblioteca começaram em 27 de janeiro de 1936, poucos meses antes da comissão se reunir. Para dirigir os serviços, foi nomeado Manoel Cassius Berlink, bibliotecário concursado da Biblioteca Nacional. Berlink não chegou a concluir o trabalho, pois faleceu em 24 de março de 1938 (Anais da Biblioteca Nacional, 1938, p. 06). Para ocupar seu lugar, foi nomeada a bibliotecária do Ministério das Relações Exteriores, Maria Mercedes de Andrade Braga<sup>148</sup>, mas ela não conseguiu finalizar o trabalho. Em 29 de agosto de 1938, Manuel Cicero Peregrino, 1º vice-presidente da agremiação, afirmou que a nova catalogação estava adiantada (RIHGB, 1938, p. 786). Já na sessão magna do centenário do Instituto, realizada em 21 de outubro de 1938, Fleiuss (RIHGB, 1938, p. 849) falou: “Não ficou de todo terminado o catálogo,

---

<sup>148</sup> Mercedes Braga foi diretora do Departamento Feminino da Casa de Minas Gerais – instituição fundada em 1935, no Rio de Janeiro. Um dos objetivos da casa era “promover a unificação dos mineiros, sem distinção política ou profissão religiosa”. Em 1935, a instituição possuía 2.400 sócios inscritos. A sede se localizava na Avenida Rio Branco, n. 181 (JORNAL DO COMMERCIO (RJ), Ano, n. 195, 19 de maio de 1935. p. 10).

embora tivesse início os trabalhos em janeiro de 1937 [...]. Possivelmente, ficará pronto em pouco tempo”. A catalogação foi interrompida diversas vezes devido à falta de recursos e reencetada depois do apelo de Fleiuss ao presidente da República, Getúlio Vargas (RIHGB, 1939, p. 932).

A ideia para a tradução da obra de von Martius surgira no Primeiro Congresso de História do Brasil, realizado em 1914, quando um grupo formado por Roquette Pinto, Ramiz Galvão, Stuart, Homero Batista, Calógeras e Arrojado Lisboa apresentou uma proposta para que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil mandasse traduzir uma série de obras importantes sobre o Brasil, das quais, em primeiro lugar, as elaboradas por Wilhelm Ludwig von Eschwege, Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius<sup>149</sup> (RIHGB, 1918, t. 83, p. 448). Contudo, naquela época, o Instituto via-se impossibilitado financeiramente para contratar serviços de tradução (RIHGB, 1919, p. 589). A incitação do grupo seria atendida em 1938, quando o Instituto promoveu, para o seu centenário, a tradução da obra de Spix e Von Martius – *Viagem pelo Brasil*, em quatro volumes, três de texto e um de estampa. Em relação à edição original de *Reise in Brasilien*, houve uma diferença de formato: os três volumes obedeceram à uniformidade, contudo, o atlas teve dimensões maiores (RIHGB, 1938, v. 173, p. 847). A tradução foi realizada pela bibliotecária do IHGB, Lúcia Furquim Lahmeyer<sup>150</sup>, com apoio de Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. A partir de janeiro de 1935, a bibliotecária Lúcia deixou de comparecer diariamente no Instituto para trabalhar em sua residência na tradução da obra. A tradução contou com o apoio financeiro do presidente da República e presidente honorário do Instituto, Getúlio Vargas.

O centenário do IHGB foi marcado por vários acontecimentos, dentre eles, o falecimento de duas figuras importantes: Afonso Celso e Ramiz Galvão que, junto com Fleiuss, “formavam uma espécie de trindade, a trindade do Silogeu” (GUIMARÃES, 2006, p. 59).

Segundo Lucia Guimarães (2006), o Conde de Afonso Celso era o ator principal, já Fleiuss e Ramiz coadjuvantes destacados. Com o desaparecimento de Galvão, em 09

---

<sup>149</sup> Por ocasião do 5º Congresso de Geográfico Brasileiro, Manuel Augusto Pirajá da Silva, da Faculdade de Medicina da Bahia, juntamente com Paulo Wolf, traduziram parte da obra referente à Bahia. O governador do Estado, Moniz de Aragão, mandou publicar a tradução pela Imprensa do Estado da Bahia (RIHGB, 1918, t. 83, p. 449).

<sup>150</sup> Cabe mencionar que Oliveira Lima falava da conveniência de traduzir a obra *Geschichte Von Brasilien*, de Ernst Hermann Joseph Münch. A tradução foi realizada pela bibliotecária do Instituto (RIHGB, 1928, p. 838).

de março de 1938, Afonso Celso nomeou o 1º secretário perpetuo para voltar a dirigir a Revista.

Em 11 de julho de 1938, o Instituto noticiou o falecimento de seu presidente. A falta de Afonso Celso golpeou a agremiação, sobretudo Fleiuss, que foi a sombra de Afonso por mais de quatro décadas, desde os tempos do jornal literário *A Semana*. A amizade entre os dois se fortaleceu com o convívio quase diário no IHGB. Desanimado e sentindo a ausência de seu amigo e de seus companheiros, Fleiuss disse:

Senhores: Em 1900, quando aqui me acolheram com tanta magnanimidade, eu ofereci ao Instituto a minha mocidade, desejosa de aprender com os mestres desta grande Casa.  
Hoje, vendo que dos meus companheiros de 1900 poucos restam, peço me relevem a velhice, considerando os serviços que possa ter prestado (RIHGB, 1939, v. 174, p. 936).

Fleiuss dedicou anos de trabalho ao Instituto; foi o secretário que por maior espaço de tempo se manteve no cargo<sup>151</sup>. O Instituto para Fleiuss era a extensão de sua casa. Assíduo nas coisas do trabalho, às vezes ele chegava na agremiação às 10 horas da manhã, não raro, se retirava às 11 horas da noite, principalmente, durante os eventos promovidos pelo Instituto. Quando as coisas estavam mais calmas, normalmente, ele chegava às 12 horas e deixava o Instituto às 14 horas (CALMON, 1943, v. 181, p. 102-104, out./dez. 1943). O 1º secretário perpétuo não parava, nem mesmo, quando, acidentalmente, decepou o dedo indicador da mão direita em sua casa, em 25 de fevereiro de 1923. Enfermo, devido à grave infecção, Fleiuss quase perdeu o braço direito, mesmo assim, não deixou de dar expediente no Instituto (FLEIUSS, 1923)<sup>152</sup>.

O 1º secretário trabalhava e fazia trabalhar. Algumas vezes os sócios eram convocados de última hora para escrever teses. Por duas vezes, Francisco José de Oliveira Viana<sup>153</sup> foi nomeado para redigir dois trabalhos. Na primeira, por ocasião da elaboração

---

<sup>151</sup> Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores da agremiação, exerceu o cargo de 1º secretário entre 21 de outubro de 1838 a 22 de fevereiro de 1846. Após sua morte, foi eleito Manuel Ferreira Lagos, em 08 março de 1846; ele permaneceu no cargo até 23 de maio de 1851. Nesta data, Francisco Adolfo Varnhagen assumiu a 1ª secretaria, mas teve que deixar o posto em 21 de dezembro de 1851. Nesta ocasião, Joaquim Manuel de Macedo assumiu interinamente a 1ª secretaria até ser eleito em 1852. Ele serviu até 1855, quando foi substituído por Manuel de Araújo Porto Alegre (1855-1859). O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foi eleito em seguida, em 1860; ele se manteve no cargo por 16 anos. Em 1876, assumiu José Ribeiro de Souza Fontes (1876-1880), depois Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1880-1886), seguido por João Franklin da Silveira Távora (1886-1888); Barão Homem de Melo (1888-1889); João Severiano da Fonseca (1889-1890); José Alexandre Teixeira de Melo (1890-1891); Henri Raffard (1892-1905) e, finalmente, Max Fleiuss (1906-1943).

<sup>152</sup> FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 03 abr. 1923.

<sup>153</sup> Em 18 de julho de 1924, Oliveira Viana foi elevado a categoria de sócio efetivo, nos termos do art. 93 dos Estatutos do IHGB (RIHGB, 1924, t. 96, p. 369-370).



do *Dicionário* do Instituto, onde o sociólogo aparece com uma monografia sobre a formação étnica brasileira. Fleiuss “obrigou-me a escrever este trabalho em dez dias rapidíssimos” (RIHGB, 1944, t. 182, p. 39). Na segunda vez, foi quando o Instituto realizou a comemoração do centenário de D. Pedro II. “Fora me distribuído, por sugestão de Max, o tema sobre ‘a queda do Império’. Recebi a designação com reserva, direi mesmo – com irritação” (RIHGB, 1944, t. 182, p. 39). Oliveira Viana estava se recuperando de uma enfermidade em Teresópolis, longe de seus documentos, mas entregou o manuscrito dentro do prazo. O Instituto:

[C]onseguiu contar com a colaboração e o esforço de muitos homens ocupadíssimos, em grande parte com posições eminentes e cargos trabalhosos. Nenhum deles, entretanto, jamais se recusou ao apelo do Instituto, todos, ao contrário sempre se prontificaram a realizar o encargo pesadíssimo, que exigia, às vezes, para seu desempenho, penosas pesquisas pelos arquivos (RIHGB, 1944, t. 182, p. 39).

Muitos sócios procuravam contribuir para realçar o prestígio da agremiação, além do mais, os associados viam as publicações do IHGB como espaço de projeção intelectual e cultural.

### 3.5 A biblioteca do IHGB como espaço de sociabilidade

O Instituto se tornou um centro cultural nacional, preocupado não apenas com o estudo e produção dos conhecimentos relativos à história do Brasil, mas com a divulgação e preservação de seus documentos (WEHLING, 2010). Sua biblioteca não somente se caracteriza por ser um espaço especializado de pesquisa frequentado pelo público erudito, mas um lugar de sociabilidade capaz de criar e estreitar laços sejam intelectuais, sociais, políticos e afetivos como ocorreu com o bibliotecário Vieira Fazenda e Max Fleiuss.

O 1º secretário nutria grande admiração pelo bibliotecário. Ambos trabalharam juntos por 17 anos. O bibliotecário chegava às 11 horas e exclamava para aqueles que o aguardavam, “[p]ónos eucléias páter (o trabalho é o pai da Glória)”. Quando encerrava o expediente, às 15 horas, dizia: “Claudite jam rivos, pueri, sat prata biberunt” – ou melhor – ‘Ponham-se na rua’” (FLEIUSS, 1943, p. 197). Durante o tempo de expediente, Fazenda procurava atender com cordialidade, entretanto, a sala de leitura do IHGB foi palco de muitos incidentes que deixaram Fleiuss em apuros. Na biblioteca apareceu

um velhote, rescendendo a perfumes baratos, com um lencinho de seda a aparecer no bolso de fraque, cheio de mesuras. Fazenda, achou grotesco o visitante e recebeu- desta forma:

- Você também veio mamar?

O homem foi às nuvens. Retirou-se exasperado e procurou-nos em nosso gabinete dizendo:

- Venho queixar-me dum senhor que está na primeira sala, muito mal-educado, que sem ao mesmo ouvir o meu nome perguntou-me, é incrível: ‘Você também vem mamar?’

Acomodei-o, dizendo-lhe que era o Dr. Fazenda a quem ele mesmo conhecia de fama.

E juntos, dirigindo-nos à sala de leitura.

Fazenda, ao ver-nos interrogou-me: “Quem é esse camundongo?” (FLEIUSS, 1943, p. 197).

Episódios como esses eram constantes na biblioteca do IHGB. Apesar do tom jocoso de Vieira Fazenda, cena como essa revela aspecto da amizade entre Vieira Fazenda e Max Fleiuss. É bem provável que se o bibliotecário não se sentisse à vontade com o 1º secretário, casos como o descrito acima não aconteceriam. Após a morte de Fazenda, em 19 de fevereiro de 1917, Fleiuss reclamava com seu amigo e compadre Manuel de Oliveira Lima, a falta que sentia de Fazenda, mesmo depois de muitos anos do seu desaparecimento.

Apesar de não pertencer ao quadro social do Instituto, a sala de leitura do IHGB foi batizada “Sala de Leitura Vieira Fazenda”, além disso, seu nome foi evocado pelo orador do Instituto, Ramiz Galvão, na sessão magna celebrada em 21 de outubro de 1917, o que transgredia a regra estatutária da agremiação. Nas palavras de Galvão, Vieira Fazenda “era de fato um esteio e uma glória nossa, era um infatigável e diligentíssimo colaborador em todos os nossos trabalhos, o companheiro arguto de todas as pesquisas, o amável e esclarecido guia de quantos cultivavam este campo de estudos” (RIHGB, 1917, p. 850).

A biblioteca do Instituto era um ambiente de convívio e interação social, suas coleções se constituíram referências na área de história e geografia pátria, portanto, atraiu muitos pesquisadores. Em 1902, Augusto de Tavares de Lyra recorreu ao acervo do Instituto a procura de documentos para robustecer a legitimidade territorial entre Rio Grande do Norte e Ceará (LYRA, 1944). Durante sua pesquisa, Fleiuss o ajudou e, a partir daí, ambos se tornaram grandes amigos, tanto que em 1906, Max Fleiuss procurou Lyra e pediu que ele apoiasse uma emenda no Congresso a fim de remodelar o espaço ocupado pelo Instituto. A amizade entre ambos se fortaleceu, principalmente, a partir de 1912, depois que Lyra se tornou frequentador assíduo não apenas das sessões do Instituto, mas de sua biblioteca.

Lyra costumava consultar o arquivo do IHGB para escrever seus trabalhos, isso o colocava em contato constante com Fleiuss (RIHGB, 1944, p. 13). A amizade robusteceu durante os preparativos do programa do centenário da Independência. Como parte das comemorações, o IHGB promoveu a publicação do *Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*<sup>154</sup>. A proposta de elaboração da obra foi apresentada por Roquete Pinto e Max Fleiuss, na sessão de 28 de agosto de 1915. Segundo Tavares Lyra, essa tarefa foi uma das mais árduas, já que o preparo dessa obra levou cerca de cinco anos de trabalho fatigante. Por outro lado, essa empreitada serviu para aproximar e fortalecer amizades entre os participantes do projeto como: Adolfo José Del Vecchio, Agenor Lafayette de Roure, Alfredo Gomes, Aureliano Leal, Cândido Guilhobel, D. Duarte Leopoldo, Elpídio de Figueiredo, Gastão Ruch, Getúlio das Neves, Henrique Morize, Moreira Guimarães, Olímpio da Fonseca, Oliveira Santos, Pinto da Rocha, Antônio de Barros Ramalho Ortigão, Ronald de Carvalho, além de Fleiuss e Ramiz Galvão. Depois de concluído o trabalho, alguns dos envolvidos na tarefa do *Dicionário*, frequentavam a biblioteca apenas para visitar Max Fleiuss. Segundo Macedo Soares (1944), todas às terças e quintas-feiras, Max Fleiuss aguardava a visita do ministro Tavares Lyra.

A empreitada com o *Dicionário Histórico* também abalou amizades. Por intermédio de Fleiuss, o presidente do Instituto, o Conde de Afonso Celso e o membro da Comissão Diretora do Dicionário, presidida por Ramiz Galvão, acataram o nome do sócio correspondente Clemente Brandenburgen<sup>155</sup> para colaborar com o serviço de redação do *Dicionário Histórico*. Segundo Fleiuss (1920), vários sócios estranharam a indicação de Brandenburgen, já que este era estrangeiro e não brasileiro.

Foi arbitrado a gratificação mensal no valor de 400\$000 (quatrocentos réis); tal importância foi paga desde 15 de março de 1919 (correspondente ao primeiro mês, em 15 de fevereiro de 1919) a 31 de dezembro de 1919. Devido à incerteza da subvenção, o Instituto achou por bem suprimir as comissões extraordinárias, da qual Brandenburgen

---

<sup>154</sup> Para saber mais, consulte: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *O Brasil de A a Z: O Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/9d54b937bb89a1b47a242cd780ae9782.pdf>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

<sup>155</sup> Brandenburgen nasceu em Fulda, Alemanha, em 10 de junho de 1879. Iniciou seus estudos de Filosofia na Universidade Frederico Guilherme, em Berlim, e o concluiu em Heidelberg, em 1903. Ele trabalhou na repartição do Catálogo Geral da Biblioteca Pública da Prússia. Em 1909, emigrou para São Paulo onde redigiu, a partir de 1910, o jornal *Deutsch Zeitung*. Em 1911, foi nomeado, pelo governo de São Paulo, bibliotecário e tradutor do Museu Paulista, para exercer o cargo requereu naturalização de cidadão brasileiro, que obteve por ato do ministro da Justiça e Negócio Interiores, em 05 de outubro de 1911. Em 1912, Brandenburgen comprou uma propriedade em agrícola em Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro (RIHGB, 1919, p. 584).

fazia parte. Por solicitação de Fleiuss, o Instituto deliberou atribuir a Brandernburgen a comissão mais estável, de tradutor, com a gratificação de 300\$000 (trezentos réis mensais) retribuídos entre janeiro a dezembro de 1920.

Entretanto, a subvenção não foi suprimida, mesmo assim o IHGB achou melhor manter a redução de 300\$000; decisão que desagradou o comissionado. Brandernburgen<sup>156</sup> era sócio correspondente do IHGB, portanto, não tinha obrigatoriedade de comparecer diariamente no Instituto para realizar as tarefas relativas ao *Dicionário*. Ele poderia fazer o serviço fora da Capital, contudo, cobrava do Instituto os 100\$000 (cem réis) que deixou de receber em 12 meses, alegando que ninguém mais foi reduzido e que a instituição ainda contratou outro funcionário. Fleiuss afirmou que a redução se limitou a dois comissionados, estranhos ao quadro efetivo do IHGB, mas não houve admissão alguma de empregado. Brandernburgen acusou o 1º secretário perpetuo de ser desleal. Cabe mencionar que de acordo com as normas estatutárias do IHGB, não era permitido a saída de qualquer documento da instituição, entretanto, o Instituto emprestou vários documentos a Brandenburguer, especialmente, livros sobre o Brasil no século XX. Coube a Ramiz Galvão escrever a Brandenburguer pedindo que devolvesse o material, correndo todas as despesas por conta do Instituto (GALVÃO, 1921)<sup>157</sup>.

Fleiuss ficou 43 anos à frente da secretaria do Instituto. Ufanava-se de ter contribuído para dar lugar no Instituto a diversas pessoas, como Rodolfo Garcia. Em 1914, seu irmão, Aprígio Garcia lhe apresentou a Max Fleiuss. No mesmo ano, o 1º secretário perpetuo convidou Rodolfo Garcia para ser redator das atas do 1º Congresso de História Nacional, promovido e realizado pelo IHGB, em 1914. Por influência de Fleiuss, o conde de Afonso Celso, presidente do Instituto, nomeou Garcia como funcionário da agremiação, onde “sem demora deu mostras constantes de relevante erudição” (FLEIUSS, 1941, p. 161). Em 1915, Fleiuss foi nomeado para o cargo de secretário da Faculdade de Ciências Jurídicas e, novamente, convidou Rodolfo Garcia para ser seu subsecretário. Em 1922, por indicação de Fleiuss, Garcia foi admitido oficial da biblioteca do Instituto dos Advogados, cargo que exerceu até 1927 (DOMINGUES, 2021).

Na biblioteca do IHGB, Rodolfo Garcia conquistou a amizade de um assíduo frequentador do salão de leitura: Capistrano de Abreu. Juntos, trabalharam para fazer as

---

<sup>156</sup> Foi por influência de Fleiuss que Brandernburgen conseguiu entrar no quadro social do Instituto, em 15 de outubro de 1919 (RIHGB, 1919, p. 317 e 583).

<sup>157</sup> Papéis de Secretária 1921. Telegrama – Rio, 21 de março de 1921.

anotações da terceira edição da obra *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*<sup>158</sup>, de Francisco Adolfo Varnhagen.

Rodolfo Garcia admirava Capistrano de Abreu, tanto que, após sua morte, em 13 de agosto de 1927, Garcia se empenhou em fundar a Sociedade Capistrano de Abreu<sup>159</sup>. A fervorosa participação de Garcia chegou a incomodar Fleiuss. Para ele, a tal Sociedade Capistrano de Abreu era impertinente, “até o nosso Garcia” está envolvido, um “verdadeiro fanatismo” (FLEIUSS, 1927)<sup>160</sup>. Na opinião do 1º secretário, Capistrano era, “sem dúvida, um dos maiores sabedores de nossa História, mas tinha grandes faltas no caráter. Era odiento e maldizente. Tentar apresentá-lo como um tipo quase de santo é ridículo” (FLEIUSS, 1927)<sup>161</sup>. Essas palavras foram escritas depois da homenagem que Pandiá Calógeras fez ao historiador falecido, na 6ª sessão ordinária do IHGB, em 13 de setembro de 1927.

O que incomodava o 1º secretário era o fato de a Sociedade conjecturar a criação de uma revista para inserir trabalhos de cunho histórico. “Uma injustiça para com a tradicional Revista do nosso Instituto” (FLEIUSS, 1927). Sobre esse assunto, Afonso Celso, na mesma sessão à qual Calógeras proferiu um discurso dedicado a memória do historiador, respondeu:

Diz mais que como sabia o INSTITUTO, fundou-se há dias, nesta cidade, uma associação denominada *Sociedade Capistrano de Abreu*, destinada a colaborar na obra a que se consagrou o saudoso finado.

Aplauda esse nobre empreendimento e, em nome do INSTITUTO, oferece as páginas da sua consagrada *Revista*, conhecida e apreciada em todos os centros cultos, com seus 149 alentados volumes, em cerca de 90 anos de publicação, para nela serem inseridas os trabalhos da nova sociedade, enquanto esta não tiver órgão próprio.

Poderá a *Revista* publicar os trabalhos inéditos de Capistrano de Abreu, ou melhor, uma reprodução sistemática de toda sua grande obra, infelizmente esparsa (RIHGB, 1927, t. 101, p. 356).

Para Fleiuss, a resposta de Afonso Celso foi “indireta e feliz” (FLEIUSS, 1927). Acredita-se que a criação de uma revista de cunho histórico pudesse tirar o brilho da Revista do IHGB. Além do mais, o presidente perpetuo e seu secretário, provavelmente, achavam que os esforços de seus associados deveriam ser canalizados para a revista da

<sup>158</sup> O primeiro tomo foi publicado em 1854 (SOBRAL, 2021, p. 15).

<sup>159</sup> Para saber mais, consulte: Jucá, Gisafran Nazareno Mota; SILVA, Ítala Byanca Morais da Silva; BATISTA. A trajetória de um acervo: explanação sobre a organização dos Fundos Capistrano de Abreu e Sociedade Capistrano de Abreu. Disponível em: [https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/01\\_Artigos/08-Atrajetoriadeumacervo.pdf](https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/01_Artigos/08-Atrajetoriadeumacervo.pdf). Acesso em: 07 de abr. 2023.

<sup>160</sup> FLEIUSS, Max. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 18 dez. 1927.

<sup>161</sup> FLEIUSS, Max. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 22 set. 1927.

agremiação. A Sociedade Capistrano de Abreu se propôs a divulgar a obra do historiador, entretanto, a fundação de uma revista malogrou.

Capistrano de Abreu pouco frequentava as sessões do Instituto<sup>162</sup>; já não se pode dizer o mesmo de sua biblioteca e arquivo. Talvez, Capistrano fosse um dos maiores usuários do acervo do IHGB, pelo menos entre 1890-1926. Conforme dito no segundo capítulo desta tese, Capistrano causou aborrecimentos a administração da biblioteca. Quando ele conseguia o documento desejado, agia com a mais absoluta indiferença pelo que se desenrolasse ao seu lado. Era comum as divergências com Vieira Fazenda, entretanto, o bibliotecário tinha grande consideração por Capistrano de Abreu “a quem reconhecia a maior autoridade em assuntos de história” (FREITAS, RIHGB, 1944, t. 185, p. 118).

A biblioteca do Instituto, sem dúvidas era um lugar privilegiado onde os intelectuais interagiam, discutiam, transmitiam ideias e se dedicavam aos estudos. Este espaço forjou jovens pesquisadores e intelectuais. Este foi o caso de Norival de Freitas, que, tal como Rodolfo Garcia, foi introduzido ao Instituto pelas mãos de Max Fleiuss.

Freitas, após concurso público, foi nomeado para trabalhar nos Correios sob as ordens de Fleiuss. Em pouco tempo, o 1º secretário do IHGB descobriu que Freitas era um estudante sem outros recursos, além do ordenado que recebia dos Correios. O discente do curso de Direito faltava as aulas das 14h às 15h, uma vez que a repartição dos Correios fechava às 15h. Na tentativa de ajudá-lo, Fleiuss facilitou a saída de Freitas para faculdade, além disso, lhe proporcionou uma nova fonte de receita.

No Instituto, Freitas ficou encarregado de fazer cópias e restaurar documentos. Com essa remuneração, que ele mesmo arbitrava dentro dos recursos do Instituto, Fleiuss promovia dois benefícios: ajudava a Norival de Freitas a custear seus estudos, e o Instituto, já que não precisaria arcar com funcionário contínuo (RIHGB, 1944). O trabalho de Freitas o colocou em contato com Capistrano de Abreu, Orville Derby, Rocha Pombo, Ouro Preto, Paranaguá, Leite Velho, Pedro Lessa, Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Rio Branco e Vieira Fazenda. Freitas (1944, p. 15-16) teve a oportunidade “de assistir, quase que diariamente, as curiosas e intermináveis discussões que se estabeleciam entre Vieira Fazenda e Capistrano, tão depressa este último aparecia na porta de entrada de Biblioteca, a procura daquele”.

---

<sup>162</sup> Capistrano de Abreu entrou para o IHGB em 19 de outubro de 1887, por proposta de Tristão de Alencar Araripe, Cesar Augusto Marques e Augusto Fausto de Sousa. Em 1913, foi elevado a classe de sócios honorários e, por fim a beneméritos, em 1917 (RIHGB, 1927, t. 101).

Fleiuss, como dito acima, indicou Norival de Freitas para investigar os arquivos e bibliotecas em Portugal com objetivo de extrair cópias e documentos valiosos sobre a história pátria. O jovem de 24 anos ficou quatro meses pesquisando na Europa. Seu relatório, publicado na Revista do Instituto, volume 70, lhe serviu para ser admitido no quadro social do Instituto. Posteriormente, Freitas assumiu o cargo de 2º secretário, mas, em função dos seus encargos profissionais e políticos, se afastou da mesa diretora do Instituto. Ainda por sugestão de Fleiuss, Freitas participou da comissão executiva do 1º Congresso Nacional de História, realizado em setembro de 1914; isso o colocou em contato direto com grandes personalidades da intelectualidade brasileira, tais como: Escragnolle Doria, Gastão Ruch, Viveiro de Castro, Oliveira Lima, Ramiz Galvão Martim Francisco e Manuel Cicero Peregrino (RIHGB, 1944).

Fleiuss e o Instituto pareciam depositar em Freitas grandes expectativas. A comissão de admissão de sócios, composta por Pedro Lessa e o Visconde de Ouro Preto chegou a registrar que Freitas “muito poderá fazer pelo Instituto, alistando-se nas fileiras da nossa milícia” (RIHGB, 1944, p. 522). Entretanto, segundo José Honório Rodrigues (1978, p. 87), Freitas não “prestou nenhum serviço à historiografia ou ao Instituto Histórico”.

Max Fleiuss foi uma figura de relevo dentro do Instituto. O 1º secretário influenciou para inserir, no quadro social do IHGB, personalidades que pudessem contribuir para o engrandecimento do Instituto. “A galeria notável amplia-se com os governantes da República, de Prudente de Moraes a Eptácio Pessoa” (CORREA FILHO, 1944, p. 7). Por influência de Fleiuss, o Barão do Rio Branco assumiu a presidência do Instituto, após seu falecimento, o Conde de Afonso Celso, a quem Fleiuss “consagrava uma amizade fraternal, plenamente correspondida” (VALADÃO, 1944, p. 16).

Foi na gestão dos dois presidentes que o 1º secretário reergueu o Instituto depois que a agremiação retraiu com a Proclamação da República. Fleiuss promoveu a captação de recursos para o IHGB, solicitou “aos presidentes da República, aos ministros aos *leaders* parlamentares, aos chefes de serviços, fossem quais fossem as mudanças operadas no cenário político. Para o Instituto pedia tudo” (LYRA, 1944, p. 14). O triunfo de Fleiuss foi rapidamente reconhecido pela agremiação, tanto que, ele foi eleito, conforme dito acima, 1º Secretário Perpetuo do Instituto.

Max Fleiuss buscou manter viva a história institucional do Instituto Histórico. Ele lutou para conseguir patrimônio especial para *Revista*, cuja direção entregou, em 1912, a Ramiz Galvão<sup>163</sup>.

Sem dúvida a biblioteca do Instituto foi modernizada na gestão de Max Fleiuss. A biblioteca do Instituto se constituiu como espaço de debates acadêmicos e convívio social, mas, sobretudo, como um lugar privilegiado de acervos históricos e geográficos sobre o Brasil.

---

<sup>163</sup> O Barão de Ramiz Galvão ficou à frente da *Revista* até 1938, ano do seu falecimento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a “A casa da Memória Nacional” (GUIMARÃES, 2011, p. 21), sua biblioteca constitui um monumento da cultura brasileira que busca preservar, conservar e disseminar um dos mais importantes acervos históricos do país. Não por acaso, como visto na tabela 7, entre 1918 e 1938, mais da metade dos frequentadores do Instituto consultaram o acervo da biblioteca.

Como foi observado ao longo desta pesquisa, a formação dessa formidável biblioteca é fruto dos esforços empreendidos por um grupo de intelectuais e políticos engajados em construir uma história da nação. Para alcançar esse objetivo, era imprescindível reunir, ordenar e guardar os documentos que pudessem subsidiar os pesquisadores na construção de suas narrativas.

Os sócios do IHGB, em especial D. Pedro II, contribuíram sobremaneira na medida em que doaram impressos, manuscritos e peças museológicas. O Imperador foi, sem dúvida, o maior doador do Instituto. Ofertou a biblioteca que pertenceu ao naturalista Karl Friedrich Philipp Von Martius. Aparelhou a biblioteca do Instituto com mesa de estudos, estantes, armários e caixas para acondicionar documentos. Entretanto, a maior doação veio após o fim do seu reinado. Exilado, o ex-monarca legou parte de sua biblioteca ao Instituto. Contudo, a maior parte da doação não chegou ao seu destinatário.

O Instituto Histórico é depositária de uma hemeroteca, arquivo, museu e uma coleção de mapas geográficos, cujo esforço inicial se deve ao diplomata Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Ele empregou todos os meios para obter mapas e manuscritos demarcatórios dos litígios de fronteiras do Brasil e os doou ao Instituto Histórico.

É possível afirmar que os sócios se identificavam com a missão institucional do IHGB, razão pela qual buscavam enriquecer sua biblioteca. O ato de doar não pode ser percebido apenas como um gesto de benevolência ou reciprocidade entre o destinatário do presente e o doador; havia jogos de interesses. Quando a oferta era recebida, os secretários do Instituto Histórico faziam questão de registrar os nomes dos doadores, não só como forma de agradecimento. O ato, além de conferir a exaltação, de certa forma eternizava o sujeito na história do IHGB. E mais, quando sob “proteção imperial”, não raro o próprio Imperador se fazia presente em cerimônias do Instituto. Logo, o “ato de

doar” também poderia ser uma interessante forma de se fazer notar pelo Imperador, assim como pela intelectualidade e sociedade da Corte.

Os recursos financeiros também foram imprescindíveis para formar e desenvolver não apenas a Instituição, mas em especial, sua biblioteca. Embora fosse uma entidade privada, o IHGB recebeu auxílios governamentais que foram fundamentais para sua existência e manutenção ao longo do período analisado nesta tese. Sem a apropriação do público pelo privado, o Instituto e, em particular sua biblioteca, não teriam se constituído em um dos principais *locus* da intelectualidade brasileira do século XIX e início do século XX.

As dotações orçamentárias do governo se concretizaram logo após a fundação do Instituto. Em 1839, ou seja, no primeiro ano do IHGB, os aportes financeiros do governo representaram 80,1% da receita anual do Instituto. Não raro, o auxílio foi responsável por mais de 75% do orçamento anual do IHGB, tal como colocou Guimarães (2006). Em 1850, 87,7% das receitas do Instituto foram oriundas dos aportes imperiais, marca recorde entre 1839 e 1889, período no qual o acesso ao IHGB e seu acervo era restrito apenas aos seus sócios, salvo algumas exceções. Cabe ressaltar que o Instituto aplicava a maior parte de suas receitas na publicação da *Revista*.

A obtenção dos recursos só foi possível porque o Instituto possuía em seu corpo social homens públicos que exerciam influência nas instâncias do Estado. Basta dizer que o IHGB esteve “debaixo da imediata proteção imperial”<sup>164</sup>. Valendo-se dessa máxima, a associação conseguiu coletar importantes documentos tanto no Império quanto no exterior. Por ordem do Ministro dos Negócios Estrangeiros, diplomatas foram enviados a Europa a fim de coligir materiais de interesse do Instituto sob as instruções da mesa diretora do IHGB. A relação do Instituto com o Estado não era uma via de mão única, os documentos reunidos pela associação ajudavam em importantes pautas políticas, como a demarcação das fronteiras do território brasileiro. Assim, o privado, de certa forma, retribuía as benesses públicas.

Como visto, o IHGB se preocupou em adquirir, por intermédio de compra, livros, manuscritos, mapas e objetos que tivessem imediata relação com seus objetivos institucionais, entretanto, devido à falta de recursos, a rubrica “compra de documentos” não teve força expressiva no orçamento do Instituto.

---

<sup>164</sup>Título do livro da Profa. Lucia Maria Paschoal Guimarães publicado em São Paulo pela editora Annablume, 2011. Fruto de sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de São Paulo em 1995.

O IHGB contou, como condição necessária para formar e desenvolver suas coleções, as ofertas. Sem dúvida, o Instituto é devedor dos esforços empreendidos por seus sócios – esses se projetavam, na medida em que sua Revista se fazia presente nos principais centros culturais tanto no Brasil quanto no exterior. Ademais, a Revista do Instituto Histórico pode ser vista como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Essa afirmação se torna ainda mais relevante quando se leva em consideração que o Instituto Histórico se colocou como uma instituição sábia, preocupada em “forjar a Memória Nacional” (GUIMARÃES, 2011, p. 18).

Com a Proclamação da República, a agremiação entrou numa fase de decadência, pois seu prestígio advinha da proteção de D. Pedro II. No Instituto, criou-se um clima político entre monarquistas e republicanos, tal como destacou a historiadora Lucia Guimarães (2006). Coube aos presidentes Joaquim Norberto de Souza e Silva e Olegário Herculano de Aquino e Castro controlar os ânimos entre as correntes políticas no IHGB. Entretanto, os humores só foram acalmados quando o Barão do Rio Branco assumiu a presidência.

“No sentido altamente patriótico”, o IHGB começou a cortejar os novos dirigentes da República; admitiu o nome do Chefe de Estado, Manoel Deodoro da Fonseca, para presidente honorário da Associação. Além disso, o Instituto criou, conforme Lucia Guimarães (2006), uma nova classe de sócios - os beneméritos. Foram admitidos empresários que podiam oferecer recursos financeiros para a Instituição “órfã”. Essa situação desagradou os sócios mais conservadores. Definitivamente, durante os primeiros anos da República, o clima no Instituto não era o melhor, fato que foi sentido sobretudo na biblioteca.

A biblioteca estava mal cuidada: havia obras deterioradas pelos insetos, falta de mobiliário adequado para acondicionar o acervo, desfalque devido ao empréstimo indevido e até furtos; faltavam recursos para compra de documentos e coleções importantes para o estudo da história e geografia pátria. A situação do Instituto nos primeiros anos republicanos era de penúria. O cenário melhorou a partir de 1894, quando Olegário Herculano d’Aquino e Castro, presidente do IHGB, foi nomeado para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, o que ampliou a aproximação entre o grêmio e o governo republicano. Novamente, a Instituição se valeria das benesses públicas para se manter e desenvolver.

Com o aumento progressivo das dotações financeiras do novo governo, o Instituto se mobilizou e contratou uma pessoa qualificada para prestar serviços para a biblioteca. Entretanto, foi na administração do bibliotecário José Vieira Fazenda que o espaço começou a ganhar novos contornos, ampliados com a atuação de Max Fleiuss.

Max Fleiuss acreditava que “os homens de Estado” não poderiam dispensar dos conhecimentos históricos e geográficos de seu país. Desta forma, buscou apoio para reerguer o Instituto e organizar a biblioteca e secretaria. Fleiuss tudo pedia para o Instituto. Ele conseguiu colocar as edições da *Revista* em dia, procurou recursos para melhorar o prédio ocupado pelo IHGB, o que beneficiou as condições de guarda e preservação do acervo. Fleiuss foi incansável com as coisas do Instituto, quem for estudar a memória desse historiador, certamente, terá dificuldade em separá-lo da história do próprio IHGB, uma vez que esta instituição era extensão de sua casa, e, de certa forma, de sua alma.

Sem dúvida, Max Fleiuss, com o apoio irrestrito dos presidentes pleiteou importantes remodelações para o Instituto Histórico, como a reforma da fachada e a restauração do interior do Antigo Convento do Carmo - local onde se localizava a agremiação. Devido ao progressivo crescimento do acervo, o prédio ficou pequeno para conservar as coleções do Instituto. Desta forma, Fleiuss, junto aos intelectuais e políticos, conquistou espaços nas dependências do Silogeu Brasileiro. Max Fleiuss está para biblioteca do Instituto tal como Ramiz Galvão esteve quando assumiu a gestão da Biblioteca Nacional.

Ao longo desta trajetória de pesquisa, buscou-se mapear os marcos históricos da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1838 e 1938. Procurou-se evidenciar os nomes de seus principais personagens, bem como trazer à tona profissionais que contribuíram para tornar a biblioteca do Instituto um centro em pesquisa histórica. Não é possível estudar a história das bibliotecas sem falar dos bibliotecários, afinal, “muitas vezes, foram eles que modernizaram e transformaram as bibliotecas e seus usos (MOUREN, 2021, p. 8). Não é possível falar das bibliotecas sem ao menos pensar em seus usuários, afinal, são eles que dão sentido ao uso que se faz.

A biblioteca do Instituto pode ser encarada como um reflexo da trajetória e evolução de sua própria história. Pode ser vista como símbolo de poder, na medida em que foi enriquecida por personalidades de relevo na história do país. Muitas vezes, eram bibliófilos que legaram bibliotecas de uma vida inteira, numa tentativa não apenas de assinalar o prestígio de seus nomes, mas de conservar e salvaguardar para gerações

vindouras parte de uma memória, a qual a história pode elevar ao nível de uma reconstrução (RICOEUR, 2007).

A biblioteca do Instituto não foi apenas um espaço privilegiado de saberes. Foi também um lugar no qual as relações sociais se formaram e fortaleceram. Neste sentido, cabe citar a relação entre o bibliotecário José Vieira Fazenda e o 1º secretário Max Fleiuss. O convívio quase diário de ambos foi fundamental para estabelecerem sólida amizade,<sup>165</sup> além de fortes vínculos acadêmicos. Fleiuss reconhecia a competência e amor aos livros do bibliotecário; e afirmou que, por causa da atuação de Vieira Fazenda, a sala de leitura da biblioteca constituía-se no centro de pesquisas do Instituto (FLEIUSS, 1947, p. 91). Vieira Fazenda conhecia a fundo as coleções da biblioteca do IHGB, especialmente, as de obras manuscritas. Graças a isso, os pesquisadores encontravam com facilidade os documentos desejados.

Sem dúvida, a biblioteca do Instituto foi elemento fundamental para a consecução da missão social do Instituto; fruto do empenho de seus sócios mediante doações e da influência deles junto ao Estado brasileiro.

---

<sup>165</sup> O bibliotecário gozou do íntimo da família Fleiuss, dona Sinhá, esposa de Max, acolhia Fazenda com hospitalidade personalizada (CORDEIRO, 1947).

## REFERÊNCIAS

### FONTES IMPRESSAS:

#### **Instituto Histórico Geográfico Brasileiro:**

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomos 1 a 52 (1839-1889).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomos 53 a 169 (1890-1934).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomos 170 a 189. (1935-1945).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomos 195 a 189. (1935-1945).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomos 194 a 197. (1947).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. 201.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951, v. 212.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952, v. 215.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957, v. 237.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959, v. 242.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960, v. 248.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961, v. 250.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1962, v. 255.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1968, v. 281.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972, v. 297.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1995, v. 388.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997, v. 395.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2005, v. 429.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2014, v. 465.

#### **FONTES MANUSCRITAS:**

Arquivo do IHGB. Boletim para consultas usado pelo IHGB. Lata 360, pasta 75.

Arquivo do IHGB. Manoel Nogueira (Papéis de Secretária, 1921).

Arquivo do IHGB. Lata 48. Pasta 4 (I-IV).

Arquivo do IHGB. Lata 26 – nº 150

Arquivo do IHGB. Lata 28, números 1 a 6.

Arquivo do IHGB. Papéis de Secretária, 17 de maio de 1922.

Arquivo do IHGB. Papéis de Secretária, 19 de maio de 1921.

Arquivo do IHGB. Papéis de Secretária 1921. Telegrama – Rio, 21 de março de 1921.

FLEIUSS, Max. Carta a Joao Capistrano de Abreu, pedindo-lhe uma carta de recomendação ao barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: [s.n.], 10/10/1895. 2 p., Autógrafo, 20,5x13,5 cm. Localização: Biblioteca Nacional. Manuscritos - I-01,10,062.

FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Bernardino de Souza, 27 de mai. 1921.

FLEIUSS, Max. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima, 7 jul. 1906.

FLEIUSS, Max. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 1 abr. 1920.

FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 26 ago. 1919.

FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 20 dez. 1912.

FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 06 jul. 1920.

FLEIUSS, MAX. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 03 abr. 1923.

FLEIUSS, Max. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 18 dez. 1927.

FLEIUSS, Max. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. 22 set. 1927.

### **Arquivo Nacional:**

Arquivo Nacional. Acervo Afonso Pena.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Galeria de diretores do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional/direcao-do-arquivo-nacional>>. Acesso em 25 de abr. 2020.

### **Biblioteca Nacional:**

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1880.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1884.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1897.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1983.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1992.

ANAIS DA REPÚBLICA, 1922, Livro 3, p. 677.

Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ), 1854.

Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ), 1873.

Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ), 1875.

Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ), 1877.

SILLOGÊU Brasileiro. [Iconográfico]. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [entre 1911 e 1922]. 1 foto, gelatina, pb, 17,2 x 23,4 cm.



**Catálogos:**

BIBLIOTECA FLUMINENSE (Rio de Janeiro, RJ). Catalogo dos livros da Bibliotheca Fluminense. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Thevenet e C., 1866. [7], 312, 21,5 cm. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1292572/or1292572.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1292572/or1292572.pdf). Acesso em: 13 Jun. 2023.

Catálogo da Bibliotheca do Exército Brasileiro precedido de seu regulamento e leis que lhe dizem respeito acompanhado de um índice alfabético dos autores organizado pelo bibliotecário Joaquim Alves da Costa Mattos, oficial da Ordem da Rosa, cavalleiro da Ordem de Cristo, condecorado com as medalhas de mentor militar das Campanhas do Estado oriental do Uruguay de 1864-1865. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

Catálogo dos livros da Bibliotheca do Instituto Histórico Ethnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Domingos Luiz dos Santos, 1860.

Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: tipografia Larmmert & C. 1889. 40 p.; 23cm.

Catálogo das cartas geographicas, hydrographicas, atlas, planos e vistas existentes na Biblioteca do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1885. 118 p.; 24cm.

**Periódicos:**

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, p. 2, n. 99, 13 mai. 1890.

O FUTURO, Ano 1, n. 11, p. 42, out. 1862.

GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 294, p. 1, 1887.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, ano 6, n. 197, 17 jul. 1880.

JORNAL DO BRASIL (RJ) - 1920-1929.

JORNAL DO BRASIL (RJ) - 1960-1969.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) – 1830 a 1839.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) – 1840 a 1849.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) – 1850 a 1859.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) – 1860 a 1869

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) - 1870 a 1879.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) – 1880 a 1889.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) - 1900 a 1909.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) - 1910 a 1919.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) - 1920 a 1929.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) - 1930 a 1939.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ) - 1940 a 1949.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, Ano, n. 195, 19 de maio de 1935. p. 10.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 114, p. 4.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 232, p. 4, 05 ago. 1891

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, p. 1, n.76, 16 mar. 1982.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, p. 4, 13 mar.1892.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, p.1, n. 232, 20 ago. 1890.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, p.1, n. 59, 28 fev.1893.

NOVA SEMANA ILUSTRADA, n. 1, set., 1880, p. 1

A NOITE, 1943.

REVISTA DA SEMANA (RJ), 1947.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA. Rio de Janeiro, v, n.6, p. 83-106, 1970.

TEMPO, Rio de Janeiro, nº 18, p. 147-170.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Livros, artigos, dissertações e teses:**

ADONIAS, Isa. *O acervo de documentos do barão da Ponte Ribeiro*: livros, manuscritos [e] mapas: centenário da sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: [s.n], 1984.

ALBUQUERQUE, D. E. M. de; SILVEIRA, M. A. A. da. O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 29, p. 126150, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126150>. Acesso em: 31 ago. 2023.

ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897.

ALMEIDA, SLAIBI, Thais Helena. *Memórias dos conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional – de 1880 a 1980*, (Tese em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAGON, Fátima. *Reflexões sobre o arquivo da família imperial e o papel de D. Pedro II na sua formação*. Disponível em: <[http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/mfma20010408t.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/mfma20010408t.htm)>. Acesso em 14 out. 2020.

BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação social. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, 2000, p. 209-225.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BATISTA. A trajetória de um acervo: explanação sobre a organização dos Fundos Capistrano de Abreu e Sociedade Capistrano de Abreu. Disponível em: [https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/01\\_Artigos/08-Atrajetoriadeumacervo.pdf](https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/01_Artigos/08-Atrajetoriadeumacervo.pdf). Acesso em: 07 de abr. 2023.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, 2000, p. 45-83.

BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <<https://museuimperial.museus.gov.br/diarios/>>. Acesso em 22 de out. 2020.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. *A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil: do documento tradicional ao digital*. 2011. 154f (Dissertação em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2011.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, 2000, p. 155-184.

CALLARI, Claudia Regina. *Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001. Disponível em: <[http://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/callari\\_os\\_institutos.pdf](http://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/callari_os_institutos.pdf)>. Acesso em: 05. abr. 2021.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Campinas, SP: Disponível em: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2002. 167p. (Dissertação de mestrado). <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280861>.> Acesso em 06 de mai. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, jan-dez. 2000, p. 123-152.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras: a política imperial*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. (org.). *Repesando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CATALDO, Fabiano; TROTTA, L. F. D. A formação do acervo do Gabinete Português de Leitura no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 459, p. 43-76, 2013.

\_\_\_\_\_. Fabiano. O acervo bibliográfico do Gabinete Português de Leitura como lugar de memória e forma reconhecível: considerações acerca dessas aproximações. *Convergência Lusitana*, v. 25, p. 1-24, 2011.

\_\_\_\_\_. Fabiano. Contributo para o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura (1837-1847). *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 28, p. 103-124, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 17-48.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: UNB, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFGRS, 2002.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes Editora Lda, 1992.

CORDEIRO, J.P. Leite. *Dois centenários em 1947: Alfredo Moreira Pinto e José Vieira Fazenda*. São Paulo: Ed. Ave Maria, [ca 1947]. - 114 p.

COSTA, Célia Maria Leite. *Memória e administração: O Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. 1997. 247 p. (Tese de doutorado).

DAEACTO, Marisa Midori. *O Império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 199-236.

DIAS, Fabiana. *Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no IHGB (1838-1856)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DOMINGUES, Marcelo Augusto Mendonça. *A formação da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (1843-1895)*, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens livros, Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FLEIUSS, Max. *L'Institut historique et géographique du Brésil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FLEIUSS, Max. *O Instituto Histórico através de sua Revista (Boletim do Instituto Histórico)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FLEIUSS, Max. *Recordando... (casos e perfis)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941 (separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

FLEIUSS, Max. *Recordando... (casos e perfis)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941 (separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

FLEIUSS, Max. *Recordando... (casos e perfis)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943

GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, 2000, p. 107-154.

GONÇALVES, S. A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 2, n. 1, p. 37-69, 10 abr. 2013.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, p. 459-613, jul-set. 1995.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Entre a monarquia e a república: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: LESSA, Mônica; FONSECA, Silvia Carla (Org.). *Entre a monarquia e a república*: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 151-164.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O “tribunal da posteridade”. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lucia (Org.). *O Estado como vocação – ideias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 33-57.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *O Brasil de A a Z*: O Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/9d54b937bb89a1b47a242cd780ae9782.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2023.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº1, v. 1, p. 3-27, 1988.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil* (Sua história). São Paulo: EDUSP, 2005.

HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, 2000, p. 85-105.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO BRASIL. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca.html>: Acesso em: 16 de ago. 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 150 anos. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte) compreendendo notícias históricas e geográficas do império e das diversas províncias*. São Paulo: Liv. Martins Ed., [1951].

LAGO, Pedro Corrêa do (Org.). *Brasíliana IHGB 175 anos*. Rio de Janeiro: Capivara, 2014.

MALEVAL, Isadora Tavares. *Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade*: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (Tese em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura*: cidades, livros e leituras na Província paulista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MORENO FILHO, Valdemir. *Embalagem metálica: avaliação de folhas-de- flandres na fabricação de latas expandidas a partir do processo Stretching*. São Caetano do Sul: Escola de Engenharia Mauá do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, 2007.

MOUREN, Rafaele. Escrever sobre a história das bibliotecas hoje. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande v. 35, n. 01, p. 06-13, jan./jun. 2021. ISSN 2236-7594. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v35i1.12802>. Acesso em 13 de jun. 2023.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; BESSONE, Tânia Maria (Org.) *Dimensões políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto Fernandes (org.). *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINHEIRO, Ana Virginia [org.]. *Fortuna bibliográfica: a Independência do Brasil na biblioteca do IHG/organização Ana Virginia Pineiro; prefácio Victorino Coutinho Chermont de Miranda; apresentação Lucia Maria paschoal Guimarães e Paulo Knauss de Menonça; introdução Arno Wehling*. Rio de Janeiro: IHGB, 2022.

POPPINO, Rollie E. A Century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico. *The Hispanic American Historical Review*. Durham, v. 33, n. 20, 1953, p. 307-323, mai.1953. Traduzido e publicado na RIHGB, v. 314, p. 285-305, jan./mar. 1977.

PORTELLA, Célia Maria. *Releitura da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-0142010000200016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142010000200016)>. Acesso em: 14 de out. 2018.

REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une Nation?* Paris: Flammarion, 2011.

RICCOER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção temas brasileiros).

RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 2ª ed., revista e aumentada, São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, 1978.

\_\_\_\_\_. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 4ª ed., São Paulo: Nacional, 1978.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. 221f. (Dissertação em Teoria e História Literária) – Campinas: SP, 2003.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. 270f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

SMITH, Antony. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, 2000, p. 185-208.

THIESEN, Icléia. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*, 2017. (Tese em Ciência da Informação) – CNPq/IBICT, UFRJ/ECO, 2017.

TREVISAN, Ivan Rodrigo. O financiamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985). *Rev. Hist. UEG: Porangatu*, v.6, n.1, p. 136-161, jan./jul. 2017.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*. Rio de Janeiro, n. 388, p. 7-16, jan./mar. 1983.

WEHLING, Arno. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

### **Obras de referências:**

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1844-1889.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1891-1940.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Dictionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 7 vols, 1883-1902.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Innocencio F. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1885.